



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo

CARLA NORMA CORREIA DOS SANTOS

**ENTRE O LITORAL SUL DE SERGIPE E O LITORAL
NORTE DA BAHIA: ONDE AS POLÍTICAS TERRITORIAIS
SE ENCONTRAM**

Cidade Universitária, Professor José Aloísio de Campos
São Cristóvão/SE
2017

CARLA NORMA CORREIA DOS SANTOS

**ENTRE O LITORAL SUL DE SERGIPE E O LITORAL
NORTE DA BAHIA: ONDE AS POLÍTICAS TERRITORIAIS
SE ENCONTRAM**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador
Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar

**São Cristovão/SE
2017**

TERMO DE APROVAÇÃO

CARLA NORMA CORREIA DOS SANTOS

**ENTRE O LITORAL SUL DE SERGIPE E O LITORAL
NORTE DA BAHIA: ONDE AS POLÍTICAS TERRITORIAIS
SE ENCONTRAM**

Tese de Doutorado em Geografia

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar
Orientador – PPGeo/IFS

Prof^a. Dr^a Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto
Membro Interno – DGE e PPGeo/UFS

Prof^a. Dr^a Sonia de Souza Mendonça Menezes
Membro Interno – DGE e NPGeo/UFS

Prof^a. Dr^a. Neise Mare de Souza Alves
Membro Externo – DGE/UFS

Prof^a. Dr^a Letícia Bianca Barros de Moraes Lima
Membro Externo – IFS

Prof^a. Dr^a Vera Lúcia Alves França
Membro Interno – DGE e PPGeo/UFS
Suplente

São Cristóvão/SE
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

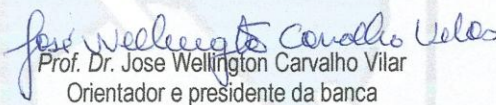


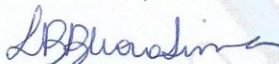
Ata da Sessão de Defesa da Tese de Doutorado de

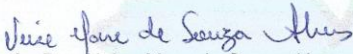
Carla Norma Correia dos Santos.

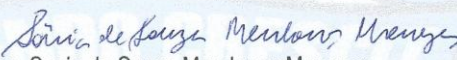
Aos trinta dias do mês de Janeiro de dois mil e dezessete, com início às quatorze horas, realizou-se no Auditório do Programa de Pós-Graduação em Geografia, bloco de Didática II, da Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, em São Cristóvão-SE, a sessão pública da defesa de Tese de Doutorado em Geografia de **Carla Norma Correia dos Santos**, intitulada: *"Entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia: Onde as Políticas Territoriais se Encontram"*. A Banca Examinadora foi presidida pelo Professor Doutor Jose Wellington Carvalho Vilar, que abriu a sessão pública e passou a palavra para a doutoranda proceder a apresentação de sua Tese. Logo após a apresentação, cada membro da Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores Leticia Bianca Barros de Moraes Lima, Neise Mare de Souza Alves, Sonia de Souza Mendonça Menezes e Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto arguiram a candidata, que teve igual período para sua defesa. Na sequência, o Professor Doutor Jose Wellington Carvalho Vilar, na condição de orientador, teceu comentários sobre a tese apresentada e destacou a trajetória para a sua construção. Por fim, a banca examinadora reuniu-se para avaliação e decidiu **aprovar a candidata**. Foram atendidas as exigências da Resolução nº 25/2014/CONEPE, que regula a apresentação e defesa de Tese de Doutorado.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 30 de Janeiro de 2017.

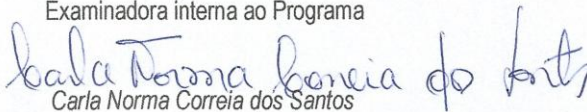

Prof. Dr. Jose Wellington Carvalho Vilar
Orientador e presidente da banca


Profa. Dra. Leticia Bianca Barros de Moraes Lima
Examinadora externa ao Programa


Profa. Dra. Neise Mare de Souza Alves
Examinadora externa ao Programa


Profa. Dra. Sonia de Souza Mendonça Menezes
Examinador Interno ao Programa


Profa. Dra. Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto
Examinadora interna ao Programa


Carla Norma Correia dos Santos
-Doutoranda-

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Santos, Carla Norma Correia dos
S237e Entre o litoral sul de Sergipe e o litoral norte da Bahia :
onde as políticas territoriais se encontram / Carla Norma
Correia dos Santos ; orientador José Wellington Carvalho
Vilar. – São Cristóvão, 2017.
292 f. : il.

Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de
Sergipe, 2017.

1. Geografia humana. 2. Territorialidade humana. 3.
Gestão ambiental. 4. Costa. 5. Indiaroba (SE). 6. Jandaíra
(BA). I. Vilar, José Wellington Carvalho, orient. II. Título.

CDU 911.37:502.15(813.7/.8)(210.5)

DEDICATÓRIA

À minha filha Ane Caroline, minha Carol, minha amiga, minha companheira, enfim, minha vida. Te amo!

O céu de repente anuviou
E o vento agitou as ondas do mar
E o que o temporal levou
Foi tudo que deu pra guardar
Só Deus sabe o quanto se labutou
Custou, mas depois veio a bonança
E agora é hora de agradecer
Pois quando tudo se perdeu
E a sorte desapareceu
Abaixo de Deus, só ficou você

Quando a gira girou,ninguém suportou
Só você ficou,não me abandonou
Quando o vento parou e a água baixou
Eu tive a certeza do seu amor (Serginho Merti & Claudinho Guimarães). (Grifos nossos).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter sido meu auxílio nos momentos de aflição, me guiando, iluminando e me dando tranquilidade para seguir em frente com os meus objetivos e não desanimar com as dificuldades.

À minha mãe pelo apoio e acolhimento incondicional, sempre me motivando, entendendo minhas faltas e momentos de reclusão. Você me mostrou a importância de estudar. É o meu exemplo de inteligência, dignidade e honestidade. Amo você.

À minha filha, Ane Caroline, que durante essa jornada foi minha companheira, meu porto seguro, minha confidente, melhor amiga e conselheira. Essa conquista não é só minha, mas nossa. Tudo que consegui só foi possível graças ao seu amor, apoio e dedicação. Agradeço pela paciência e compreensão com minha ausência durante essa longa jornada.

À meu amor, Hamilton, que me incentivou e ajudou a seguir em frente nos momentos mais difíceis, sempre torcendo e vibrando com as minhas conquistas. Você é o amor, o parceiro que a vida me deu de presente.

À tia Lizete por sua dedicação e amor incondicional, indo a campo comigo, socorrendo-me e dando-me colo nas horas difíceis. Sua presença é fundamental na minha vida. “De todo o amor que eu tenho, metade foi tu que me deu, salvando minh'alma da vida, sorrindo e fazendo o meu eu” (Maria Gadú).

Agradeço ao meu irmão Carlos e a Débora, minha cunhada, pelo incentivo e carinho, e por me darem meus dois lindos sobrinhos, Evenor e Rafael, que são meus amores e fonte de imensa alegria. Obrigada a Sérgio Mascarenhas pelo carinho e incentivo. Muito obrigada à Manoel Ramiro (*in memoriam*), meu eterno mestre e amigo, meu “pai” geográfico, que sempre acreditou em mim.

Ao meu orientador, Dr. Wellington Vilar, por ter acreditado nesta pesquisa e pelo apoio e estímulo a realização deste trabalho. Resumi-lo a meu orientador é muito pouco e tenho certeza de que ele sente a importância que teve e tem para mim não só na condução do trabalho, mas também como conselheiro nas horas em que parecia que nada estava dando certo. Muito obrigada por contribuir para o meu crescimento profissional e por ser também um exemplo a ser seguido.

Agradeço às professoras Dr^a. Neise Mare de Souza Alves e Dr^a Vera Lúcia Alves França pelas valiosas contribuições e sugestões por ocasião do exame de qualificação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, em especial às queridas Maria Augusta Mundim Vargas e Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto. Agradeço aos colegas e amigos Auro de Jesus e José Adailton Barroso pelo grande apoio e ajuda.

As minhas amigas Aline Marques, Susi Namary, Rutinha e Ana Angélica pelo incentivo, carinho e ajuda durante a realização desta pesquisa, muito obrigada pela paciência, por sempre estarem dispostas a me ajudar.

Agradeço ao apoio e torcida dos amigos do “Clube da Sexta” e do GESTAC/IFS (Gestão Territorial de Ambientes Costeiros), bem como às amigas Cleane Oliveira e Flávia Dantas pelo carinho e atenção. Muito Obrigada às queridas amigas do grupo das “Maduretes”, que torcem por mim e me apóiam desde a seleção do Doutorado.

Agradeço especialmente a Rita de Cássia, por sua amizade, incentivo e valiosos conselhos sempre que necessitei. Você é um exemplo de dedicação, empenho e solidariedade. Obrigada por tudo minha amiga!

Aos amigos do Campus Lagarto do Instituto Federal de Sergipe, que tanto me apoiaram, compreenderam e vibraram com as minhas conquistas, José Osman, Mauro José, José Espínola, Ricardo Monteiro, Wlamir Soares, Homero Andrade, Sérgio Lima e Luciana Bittencourt.

RESUMO

Nos municípios de Indiaroba, localizado no Litoral Sul de Sergipe, e Jandaíra, situado no Litoral Norte da Bahia, o desenvolvimento do turismo e da atividade imobiliária, através da ocupação das terras por parcelamentos para fins de segunda residência ou veraneio, promoveu uma reconfiguração territorial e econômica. Estes municípios são contíguos e estão localizados em limites extremos de seus respectivos estados, o que os colocou durante muito tempo em situação de isolamento geográfico em relação à Aracaju e Salvador, embora sempre tenha existido uma conexão entre eles, estabelecida pela proximidade geográfica e laços de vizinhança. A ação estatal através da construção de uma rede viária, de transportes e comunicação favoreceu uma maior conexão entre Indiaroba e Jandaíra, e entre municípios próximos, tanto em Sergipe quanto na Bahia, estabelecendo assim relações econômicas intraregionais. De territórios “invisíveis”, estes municípios, tornam-se territórios desejados, pois lugares de alto valor imobiliário, como praias, dunas, lagoas e estuários têm se tornados atrativos ao capital privado para a construção de condomínios residenciais, casas de veraneio, hotéis e resorts. Desta forma, em Indiaroba e Jandaíra, interesses externos, as verticalidades, introduzem ou planejam implantar novas funções e novas formas, segundo suas lógicas e interesses e nesse processo são formados novos espaços e novas territorialidades. Assim, admite-se como tese que a reconfiguração territorial e econômica de Indiaroba e Jandaíra se processa a partir das horizontalidades ou dinâmicas internas, endógenas à sociedade, e das verticalidades ou movimentos externos à sociedade, produzindo espaços diferenciados. No processo de investigação da pesquisa foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa cartográfica e pesquisa de campo. A presente tese teve por objetivo analisar as horizontalidades e as verticalidades na reconfiguração territorial e econômica de Indiaroba e Jandaíra. À vista disso, a abordagem qualitativa se mostrou a mais adequada para interpretar tal fenômeno. Os municípios de Indiaroba e Jandaíra embora tenham sido apropriados, ainda apresentam uma ocupação rarefeita, existindo alguns povoados que ainda permanecem “invisíveis” e pouco integrados economicamente às capitais, mantendo-se como espaços periféricos, como “fronteiras” ou “fundos territoriais”. As horizontalidades expressam os objetivos e as dinâmicas das sociedades locais e ajudam a desenvolver mecanismos de agregação e solidariedade entre Indiaroba e Jandaíra, gerando uma coesão da sociedade local e um processo de autonomia de decisão, o que constitui uma forma de resistência a reconfiguração econômica e territorial pela qual estes municípios vêm passando para atender as demandas do mercado global. Tais reconfigurações foram impulsionadas pelas verticalidades, disseminadas tanto por atores locais quanto globais, que correspondem aos fatores externos que determinam as modalidades internas das ações e atendem aos interesses de grupos hegemônicos, muitas vezes desestruturando as solidariedades locais criadas pelas horizontalidades e ocasionando conflitos.

Palavras-chave: Litoral, ordenamento territorial, conflitos e “fundos territoriais”.

ABSTRACT

The municipalities of Indiaroba, located on the southern coast of Sergipe, and Jandaíra, on the north coast of Bahia, the development of tourism and real estate activity on the land occupation by subdivisions for second residence or summer vacation, promoted a territorial and economical reconfiguration. These municipalities are contiguous and located in extreme limits of their states which placed them in a situation of geographic isolation with respect to Aracaju and Salvador. However, there was a connection between them established in geographical proximity and their neighbourhood. A state action through the construction of a road network, transport and communication favored a greater connection between Indiaroba and Jandaíra, and among nearby municipalities both in Sergipe and Bahia, thus setting intraregional economic relations. From "invisible" territories, these municipalities become desirable ones, places of high real estate values such as beaches, dunes, lagoons and estuaries have been made attractive to private capital for building residential condominiums, vacation homes, hotels and resorts. Thus, in Indiaroba and Jandaíra, external interests, verticalizations, introduce or plan to implement new projects and new forms based on their interests and logic and on such processes new spaces and new territorialities are formed. Therefore, the admission of a territorial and economic reconfiguration of Indiaroba and Jandaíra is processed from internal dynamics or horizons, endogenous to society, and vertical or external movements to society, producing differentiated spaces. The research investigation process was done with the following methodological procedures: bibliographic, documentary, cartographic and field research. The present thesis had as objective to analyze the horizontalities and verticalities in the territorial and economic reconfiguration of Indiaroba and Jandaíra. Considering the following scenario, the qualitative approach proved to be the most suitable to interpret this phenomenon. Indiaroba and Jandaíra municipalities have been approved, they still have a rare occupation, with some settlements that still remain "invisible" and poorly integrated as capitals, remaining as peripheral spaces, such as "borders" or "territorial funds". Horizontalities express the aims and dynamics of local societies and help develop mechanisms of aggregation and solidarity between Indiaroba and Jandaíra. Both generate a cohesion of local society and a process of decision-making autonomy which is a form of resistance to territorial and economic reconfiguration in which they are going through to attend demands of the global market. Such reconfigurations were driven by verticalities, which refer to global and social interests that determine as internal modalities the actions and attend to the interests of the hegemonic groups, often undermining the local solidarities created by horizontality and leading to conflicts.

Keywords: Coast, territorial planning, conflicts and "territorial funds".

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Localização e acesso à área em estudo.....	23
Figura 02: Desenho da tese.....	27
Figura 03: Caracterização do ordenamento territorial.....	106
Figura 04: Ordenamento integrado do espaço litorâneo.....	109
Figura 05: Modelo de iniciação de um processo de Gerenciamento Costeiro Integrado.....	114
Figura 06: Regionalização do litoral sergipano.....	122
Figura 07: Macrozoneamento do Litoral Norte da Bahia.....	129
Figura 08: Geomorfologia de Indiaroba/Se e Jandaíra/BA, 2015.....	136
Figura 09: Uso e ocupação do solo em Indiaroba/SE, 2015.....	141
Figura 10: Plantação de laranja em Indiaroba.....	143
Figura 11: Plantação de coco-da-baía em Indiaroba.....	144
Figura 12: Coleta da mangaba em Indiaroba.....	147
Figura 13: Comercialização de peixe e marisco na feira livre de Indiaroba.....	147
Figura 14: Orla de Indiaroba.....	151
Figura 15: Venda de lotes em condomínio fechado de Terra Caída em Indiaroba.....	153
Figura 16: Uso e ocupação do solo em Jandaíra/BA, 2015.....	155
Figura 17: Criação de animais em Jandaíra.....	156
Figura 18: Plantação de coco-da-baía consorciado com a laranja em Jandaíra.....	157
Figura 19: Plantação de laranja em Jandaíra.....	158
Figura 20: Plantação de eucalipto ao longo da BA-396 em Jandaíra.....	160
Figura 21: Praia de Mangue Seco (Jandaíra).....	163
Figura 22: Praia Coqueiros (Jandaíra).....	164
Figura 23: Praia Costa Azul (Jandaíra).....	165

Figura 24: Bares situados na praia de Costa Azul no município de Jandaíra.....	166
Figura 25: Unidades de conservação em Indiaroba/SE e Jandaíra/BA, 2016.....	175
Figura 26: A APA Litoral Sul no contexto dos Municípios Costeiros de Sergipe.....	178
Figura 27: Uso e ocupação do solo e potencialidades turísticas na APA Litoral Sul de Sergipe.....	182
Figura 28: Construção de empreendimento imobiliário em Indiaroba.....	186
Figura 29: Municípios do estado de Sergipe integrantes da futura Resex.....	188
Figura 30: Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE da APA Litoral Norte da Bahia.....	194
Figura 31: Disposição inadequada de resíduos sólidos em Jandaíra.....	195
Figura 32: Novas atividades econômicas e impactos socioambientais na APA do Litoral Norte do Estado da Bahia.....	201
Figura 33: Localização da APA de Mangue Seco.....	205
Figura 34: Dunas no povoado Mangue Seco, em Jandaíra.....	206
Figura 35: Estrutura de contenção no povoado Mangue Seco, em Jandaíra.....	209
Figura 36: Ponte Gilberto Amado, sobre o rio Piauí entre Estância e Indiaroba.....	223
Figura 37: Efeito Borda em Jandaíra/BA e Indiaroba/SE, 2016.....	232
Figura 38: Empresa Lusomar.	233
Figura 39: Associação das Catadoras de Mangaba e Indiaroba (ASCAMAI).....	240
Figura 40: Sede da Associação das Catadoras de Mangaba em Indiaroba (ASCAMAI).....	241
Figura 41: Catadoras de mangaba beneficiando o produto na ASCAMAI.....	241
Figura 42: Secador solar na ASCAMAI.....	242
Figura 43: Pagina do Facebook Catadoras de Mangaba, Gerando Renda e Tecendo Vida em Sergipe.....	245
Figura 44: Estacionamento no povoado Pontal em Indiaroba.....	246
Figura 45: Construção do Costa Azul Bahia Golf Resort em Costa Azul (Jandaíra).....	248

Figura 46: Disposição inadequada de resíduos sólidos no povoado Costa Azul (Jandaíra).....	249
Figura 47: Estrada de acesso ao povoado Costa Azul (Jandaíra).....	250
Figura 48: Pousada no povoado Costa Azul (Jandaíra).....	251
Figura 49: Casa no empreendimento Paraíso Rio Real, povoado Cachoeira de Itanhi (Jandaíra).....	252
Figura 50: Casa no empreendimento Paraíso Rio Real, povoado Cachoeira de Itanhi (Jandaíra).....	252
Figura 51: Casa no Resort Pura Vida Bahia, povoado Abadia (Jandaíra).....	254
Figura 52: Construção de condomínio fechado de Terra Caída em Indiaroba.....	257
Figura 53: Venda de lotes em condomínio fechado de Terra Caída em Indiaroba.....	257

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 01: Produção animal do município de Indiaroba/SE, 2013-2015.....	140
Tabela 02: Cultivos permanentes do município de Indiaroba/SE, 2013-2015.....	142
Tabela 03: Cultivos temporários do município de Indiaroba/SE, 2013-2015.....	145
Tabela 04: Empreendimentos de carcinicultura no município de Indiaroba/SE em 2004 e 2011.....	148
Tabela 05: Produção animal do município de Jandaíra, 2013-2015.....	156
Tabela 06: Cultivos permanentes do município de Jandaíra, 2013-2015.....	157
Tabela 07: Cultivos temporários do município de Jandaíra, 2013-2015.....	159
Tabela 08: Silvicultura no município de Jandaíra, 2012-2014.....	161
Tabela 09: Transferência de recursos do Ministério do Turismo para o município de Indiaroba (2010-2012).....	222
Tabela 10: Transferência de recursos do Ministério do Turismo e do Ministério da Integração Nacional para o município de Jandaíra (2012, 2015 e 2016).....	227
Tabela 11: Empreendimentos Turísticos, Hoteleiros e Imobiliários em Jandaíra.....	247

Quadro 01: Potencialidade e Limitações à Ocupação Turística e de Veraneio da APA Litoral Sul.....	181
--	------------

APÊNDICE

Apêndice 1: Roteiro de entrevistas – Carcinicultor.....	286
Apêndice 2: Roteiro de entrevistas – Agricultor e Secretário da Agricultura municipal.....	287
Apêndice 3: Roteiro de entrevistas – Catadora de mangaba.....	288
Apêndice 4: Roteiro de entrevistas – Secretário de Turismo municipal.....	289
Apêndice 5: Roteiro de entrevistas – Empreendedores.....	290
Apêndice 6: Roteiro de entrevistas – Pescadores e marisqueiras.....	291
Apêndice 7: Roteiro de entrevistas – moradores.....	292

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAB	Agência de Defesa Agropecuária da Bahia.
ADEMA	Administração Estadual do Meio Ambiente.
APA	Áreas de Proteção Ambiental.
APA/LN	Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte.
APP	Área de Preservação Permanente.
APSA	Artesãos de Porto de Sauípe Associados.
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico.
ASCAMAI	Associação das Catadoras de Mangaba e Indiaroba.
ASPECTO	Associação pela Cidadania dos Pescadores e Moradores de Terra Caída.
BNH	Banco Nacional de Habitação.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BNB	Banco do Nordeste do Brasil.
CCGT	Comissão Comunitária de Gestão Turística.
CIA	Centro Industrial de Aratu.
CODISE	Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe.
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia.
COPEC	Complexo Petroquímico de Camaçari.
CEPRAM	Conselho Estadual de Meio Ambiente.
CIRM	Comissão Interministerial dos Recursos do Mar.
CNUMAD-92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.
COGERCO	Grupo de coordenação de Estudos do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro.
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento.
COOPERAFIR	Cooperativa de Produção Comercialização e Prestação de Serviços dos Agricultores Familiares de Indiaroba e Região.
COOPMESE	Cooperativa de Economia Solidária de Mulheres Extrativistas de Sergipe.
CRA	Centro de Recursos Ambientais.
DESO	Companhia de Saneamento de Sergipe.

DFLN	Distrito Florestal Litoral Norte da Bahia.
DNER	Departamento Nacional de Estradas e Rodagens.
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
DUC	Diretoria de Unidade de Conservação.
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento.
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo.
ENDAGRO	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe.
ESEC	Estações Ecológicas.
FINOR	Fundo de Investimentos do Nordeste.
FLONA	Floresta Nacional.
FPA	Frente Polar Atlântica.
GERCO	O Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro.
GIGERCO	Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro.
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano.
IH	Instituto de Hospitalidade.
INEMA	Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano.
ITR	Imposto Territorial Rural.
ISS	Imposto sobre serviços.
MCM	Movimento das catadoras de mangaba.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.
Meã	Massa Equatorial Atlântica .
MLT	Movimento de Luta pela Terra.
MMA	Ministério do Meio Ambiente.
MONA	Monumento Natural.
MTa	Massa Tropical Atlântica.
MTur	Ministério do Turismo.
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos.
PARNA	Parques Nacionais.
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S/A.

PPGA	Programa de Planejamento e Gerenciamento Ambiental da APA Litoral Norte.
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar.
PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.
PNGC II	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II.
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente.
PNRM	Política Nacional para os Recursos do Mar.
PRODESU	O Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia.
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo.
PRODETUR-NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste.
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável.
REBIO	Reservas Biológicas.
REFAU	Reserva da Fauna.
RESEX	Reserva Extrativista.
REVIS	Refúgio da Vida Silvestre.
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental.
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural.
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente da Bahia.
SEMARH	Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
SEPLAN	Secretária de Estado do Planejamento.
SEPLANTEC	Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia.
SETUR	Secretaria de Turismo do Governo do Estado da Bahia.
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
SESC	Serviço Social do Comércio.
SETESP	Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte.
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.
SUIVEST	Superintendência de investimentos Turísticos.

UCs	Unidades de Conservação.
UNIFACS	Universidade Salvador.
ZAG	Zona de Agricultura
ZCA	Zona de Comprometimento Ambiental
ZCS	Zona de Comércio e Serviço .
ZEE	Zoneamento Ecológico e Econômico.
ZEP, I, II e III	Zona de Expansão.
ZME	Zona de Manejo Especial.
ZOM	Zona de Orla Marítima.
ZOR	Zona de Ocupação Rarefeita.
ZORE	Zona de Ocupação Rarefeita Especial.
ZPR	Zona de Proteção Rigorosa.
ZPV	Zona de Proteção Visual.
ZRE	Zona de Reserva Extrativista
ZT	Zona Turística.
ZTE	Zona Turística Especial.
ZUD	Zona de Uso Diversificado.
ZUP	Zona de Urbanização Prioritária.
ZUR	Zona de Urbanização Restrita.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
CAPÍTULO 1- EM BUSCA DE BASES TEÓRICAS DE ANÁLISE.....	35
1.1- Espaço, território e desenvolvimento territorial: uma discussão conceitual.....	35
1.2- Releitura do espaço geográfico na perspectiva da lógica zonal e da lógica reticular.....	54
1.3 - Litoral, litorais: que litoral é esse?.....	66
1.3.1 - Litoral: um espaço multiuso e de transição.....	66
1.3.2- Do território do vazio ao espaço de valorização socioeconômica e cultural.....	72
CAPÍTULO 2- LITORAL, CONFLITOS E INICIATIVAS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL.....	78
2.1- Formação territorial do litoral brasileiro.....	78
2.2- Ocupação contemporânea do litoral nordestino e os conflitos socioambientais.....	83
2.3- Ordenamento territorial de ambientes costeiros: controle estratégico ou ilusão?.....	103
CAPÍTULO 3- ENTRE O LITORAL SUL DE SERGIPE E O LITORAL NORTE DA BAHIA.....	119
3.1- Processo de ocupação territorial no contexto do Litoral Sul de Sergipe e do Litoral Norte da Bahia	119
3.2- Aspectos ambientais: breve incursão.....	131
3.3- Indiaroba: A heterogeneidade do uso e ocupação do solo.....	140
3.4- Jandaíra: entre os tabuleiros e a planície costeira.....	154
CAPÍTULO 4- UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E AS PERSPECTIVAS DE SUSTENTABILIDADE.....	167

4.1- A gestão territorial a partir de unidades de conservação.....	168
4.2- A APA Litoral Sul de Sergipe e os problemas de natureza socioambiental.....	174
4.3- A APA Litoral Norte do Estado da Bahia: os instrumentos de gestão territorial e os conflitos ambientais.....	191
4.4 - A APA de Mangue Seco e as repercussões provocadas pelo turismo.....	203
 CAPÍTULO 5- INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO ESPAÇO LITORÂNEO: ONDE AS POLÍTICAS TERRITORIAIS SE ENCONTRAM	211
5.1- Política territorial e iniciativas de ordenamento territorial em Jandaíra e Indiaroba.....	211
5.2 - A lógica zonal e a lógica reticular no litoral de Jandaíra e Indiaroba: quem ganha, quem perde?.....	229
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	259
 REFERÊNCIAS.....	270
 APÊNDICE.....	285

INTRODUÇÃO

O espaço litorâneo se apresenta como um lugar estratégico que ao longo dos séculos adquire formas variadas de uso do solo. Este espaço é de extrema valoração e valorização, tendo em vista suas diferenciações naturais, sua fragilidade ecossistêmica e suas potencialidades no que se refere ao desenvolvimento de inúmeras atividades econômicas. Para Moraes (2007), comparada ao conjunto das terras emersas, a zona costeira se apresenta como um espaço dotado de particularidades e vantagens locacionais, onde se observa, ao longo das últimas décadas, uma maior fluidez do capital, o que promove uma difusão de atividades econômicas.

O litoral nordestino foi adquirindo além do valor de uso, valor de troca, pois os promotores imobiliários estimulam a aquisição de terrenos litorâneos para obtenção de lucro, através da implantação de empreendimentos voltados principalmente para o turismo e o lazer. Os atrativos locais e as vantagens comparativas aí existentes transformaram os recursos naturais em produtos, tornando-o uma zona de múltiplos usos, onde emergem diferentes conflitos socioambientais, pois o modelo turístico de sol e praia e o valor social de “morar na praia” também jogam um papel decisivo na ocupação intensiva. Em geral, os conflitos que emergem nesses espaços estão associados à privatização de áreas anteriormente “livres” e de uso comum, onde agora é cerceado o livre acesso das comunidades, que tiveram seus sistemas sócio produtivos clássicos desestruturados e reorganizados. Neste contexto, são estabelecidas novas e complexas relações de poder entre os agentes públicos e privados, a sociedade e o território, uma vez que este é o resultado histórico da relação da sociedade com o espaço, que ao ser apropriado pelas relações de poder torna-se território.

O Estado tem papel relevante na valoração e valorização dos espaços costeiros, dado que esta instituição legisla, planeja e gerencia, além de atuar como produtor e consumidor do espaço. Ao longo do litoral, a ação estatal se manifesta através de várias formas, como por exemplo, na construção de obras viárias, portuárias e da instalação de equipamentos produtivos para dotar tais áreas de acessibilidade e favorecer a exploração econômica. A construção das infraestruturas de transportes e comunicações e o desenvolvimento de atividades secundárias e terciárias atraem pessoas para os municípios costeiros que passam a apresentar um acentuado aumento do contingente populacional.

A construção das materialidades geográficas possibilitou o acesso a algumas aglomerações dispersas ao longo do litoral, que através da construção de estradas passaram

também a funcionar como espaços de lazer, passando a ser atendidas pelo transporte público e serviços de energia elétrica, telefonia e água encanada. Entretanto, embora tais ações devam ser planejadas e executadas em consonância com os critérios de conservação ambiental, algumas atuações do Estado e dos agentes privados ocasionam profundos impactos e comprometem a sustentabilidade ambiental e a condição de vida na zona costeira brasileira.

Segundo Moraes (2007), o Estado é o maior agente impactante na zona costeira, pois tem a capacidade de reverter tendências de ocupação do espaço e gerar novas perspectivas de uso, imobilizando áreas ou criando atrativos locacionais. Dessa forma, é imprescindível a realização de um ordenamento territorial com o objetivo de direcionar e avaliar os possíveis usos do território. Ordenar o território significa conciliar a ocupação do solo e o uso dos recursos ambientais de acordo com a capacidade que a base territorial pode suportar. Assim, o ordenamento orienta a utilização racional do território, sendo considerada uma importante ferramenta de gestão, pois contribui para atenuar as disparidades socioeconômicas e possibilita a implantação de um modelo de desenvolvimento sustentável.

No litoral da Bahia e de Sergipe vem ocorrendo um processo de apropriação, concentração e valorização do espaço, em consequência da dinamização da atividade turística e imobiliária que despontam como perspectiva econômica para estes Estados, sobretudo nos espaços regionalizados do Litoral Norte da Bahia e no Litoral Sul de Sergipe. Diante disto, o governo dos dois estados, em parceria com o Governo Federal e com diversos agentes privados, vem desenvolvendo projetos e programas voltados para o fomento da atividade turística, a exemplo do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO), que buscou estabelecer uma utilização mais eficiente e sustentável dos recursos da zona costeira, e do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), que objetivou expandir e estruturar a atividade turística. O turismo passa então a impulsionar a ocupação e a apropriação dos espaços litorâneos da Bahia e de Sergipe, a partir de interesses hegemônicos, externos à região, que representam as verticalidades.

Nas últimas décadas, no Litoral Norte da Bahia e no Litoral Sul de Sergipe, a inserção de novas atividades econômicas e a crescente valorização das zonas de praia e do complexo estuarino contribuíram para que segundas residências, condomínios de veraneio e outras infraestruturas de apoio ao turismo fossem instalados, com o intuito de explorar ao máximo os valores paisagísticos, o que tem promovido mudanças e transformações ambientais, territoriais e sociais, que afetam diretamente os moradores antigos, suas organizações e modos de vida tradicionais. Em consequência dessa situação, foram criadas

Áreas de Proteção Ambiental (APAs) pelos governos da Bahia e de Sergipe, com a finalidade de compatibilizar a conservação da geobiodiversidade com o uso sustentável dos recursos.

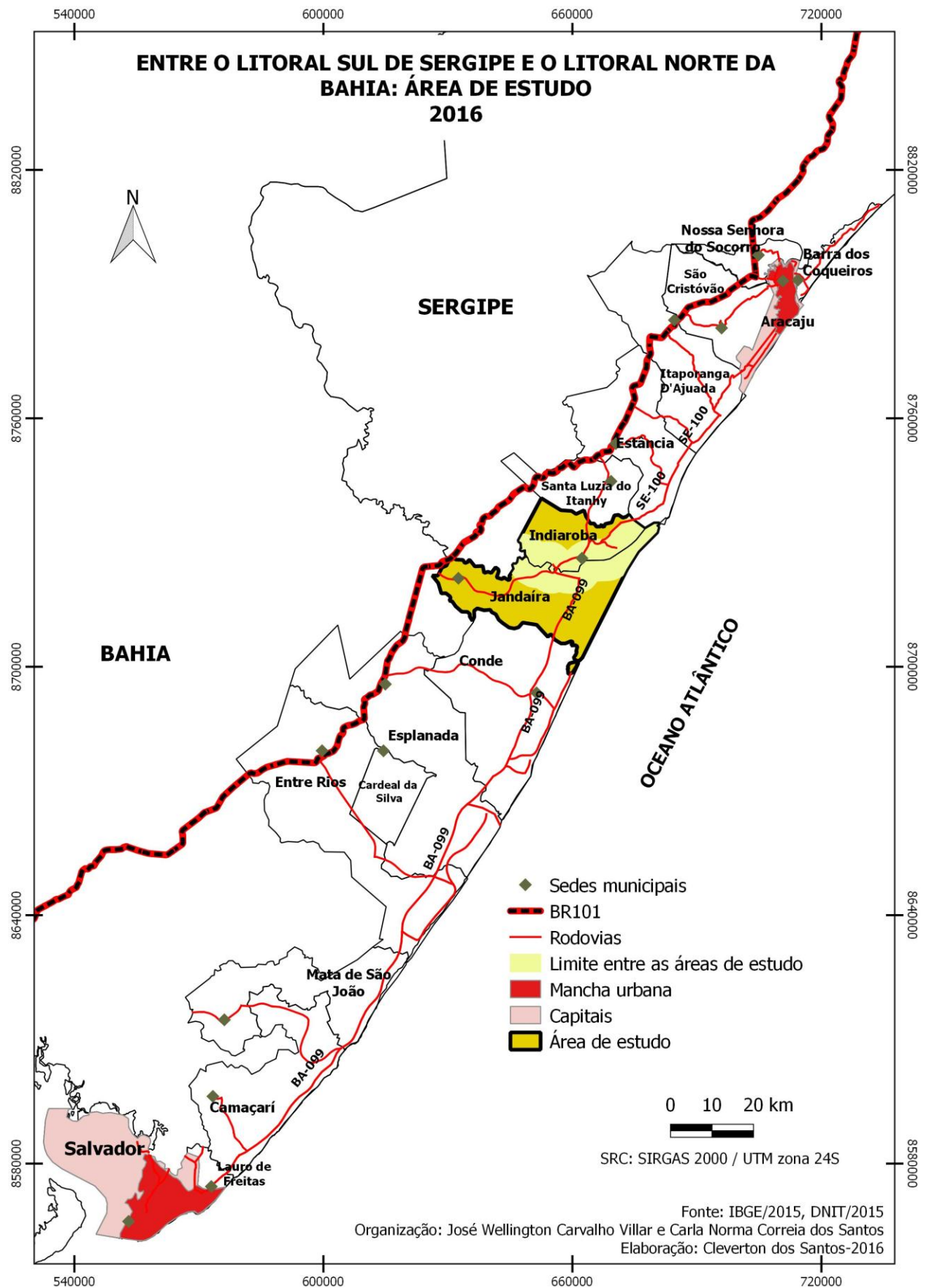
O recorte espacial definido para este estudo, constituído pelos municípios de Indiaroba, Litoral Sul de Sergipe, e Jandaíra, Litoral Norte da Bahia, se insere nesta realidade, pois o desenvolvimento do turismo e da atividade imobiliária, através da ocupação das terras por parcelamentos para fins de segunda residência ou veraneio, tem promovido uma reconfiguração territorial e econômica nestes espaços litorâneos (Figura 01). Estes municípios, cuja economia é baseada tradicionalmente na agropecuária, no extrativismo e na pesca tradicional, passaram também a alojar atividades que promovem uma maior rentabilidade do solo, elevam demasiadamente o preço da terra, que adquire um novo valor social, e estão na base da explicação de vários tipos de conflitos ambientais.

O município de Indiaroba, de acordo com a classificação do GERCO estadual, está inserido no Litoral Sul de Sergipe, composto ainda pelos municípios de São Cristovão, Itaporanga D'Ajuda, Estância e Santa Luzia do Itanhy. De acordo com o GERCO-BA (Gerenciamento Costeiro do Estado da Bahia), o município de Jandaíra está localizado na região litorânea da Bahia identificada como Litoral Norte, que compreende também os municípios de Lauro de Freitas, Dias d'Ávila, Camaçari, Pojuca, Catu, Araçás, Mata de São João, Itanagra, Cardeal da Silva, Entre Rios, Esplanada e Conde, envolvendo municípios claramente costeiros e também interioranos que não apresentam orla marítima.

Os municípios estudados são contíguos e estão localizados em limites extremos de seus respectivos estados, o que os colocou durante muito tempo em situação de isolamento geográfico em relação à Aracaju e Salvador, configurando-se como “territórios do vazio” (MORAES, 2002). No entanto, sempre houve conexão entre Indiaroba e Jandaíra, que era realizada através do Rio Real e de caminhos e vias terrestres, considerando que a proximidade geográfica e as relações de vizinhança que caracterizam as horizontalidades, promoveram uma interação territorial e ajudaram a desenvolver mecanismos de solidariedade.

As estratégias de territorialização dos espaços litorâneos de Sergipe e da Bahia privilegiaram a ocupação dos fundos dos vales até o início do século XX, enquanto que os setores mais costeiros, desempenharam uma posição marginal em relação aos territórios “oficiais”, com os quais estabeleciam mecanismos de trocas como fornecedores de produtos da pecuária. Indiaroba e Jandaíra constituíam espaços não consolidados, sendo, portanto melhor definidos como “fundos territoriais”, denominação utilizada por Moraes (2002) para denominar áreas ainda não devassadas, estoques de espaço de expansão futura.

Figura 01: Localização e acesso à área em estudo.



Em Indiaroba e Jandaíra, as políticas públicas voltadas para o planejamento ambiental e ordenamento territorial afetam direta ou indiretamente o espaço e a sociedade, considerando que nesses municípios o Estado tem contribuído de forma bastante relevante para a reestruturação do espaço, através da implantação de infraestrutura (rodovia, orlas, pontes) de suporte para a atividade turística e imobiliária. Assim admite-se como tese que a reconfiguração territorial e econômica de Indiaroba e Jandaíra se processa a partir das horizontalidades ou dinâmicas internas, endógenas à sociedade, e das verticalidades ou movimentos externos à sociedade, produzindo espaços diferenciados.

A contribuição que se pretende dar a ciência geográfica parte da constatação de que historicamente a área em estudo era isolada e até recentemente apresentava dificuldades de comunicação entre si e com suas capitais. A construção de materialidades geográficas acelerou o processo de ocupação desses municípios, sendo o Estado, juntamente com o capital privado, os maiores indutores dessa ocupação e da implantação de um novo modelo de desenvolvimento territorial, em que emergem novas formas de uso do solo.

Na tentativa de minimizar o processo de degradação ambiental, associada à intensa ocupação e uso dos recursos naturais pelas atividades econômicas, foram implantadas na zona litorânea em estudo algumas unidades de conservação (UCs). Com as constantes indagações contemporâneas sobre o uso do espaço e a qualidade ambiental, a temática do planejamento territorial, aliada a conservação ambiental, é de grande relevância entre os pesquisadores de diversas áreas e a comunidade em geral. Dessa maneira, a presente proposta de tese mostra-se atual e necessária, pois possibilitará uma avaliação dos impactos sobre os ecossistemas costeiros do Litoral Sul de Sergipe e do Litoral Norte da Bahia, inseridos em Áreas de Preservação Ambiental (APAs), o que tem comprometido a sustentabilidade em suas várias dimensões.

As políticas públicas implantadas nos litorais dos dois estados se estendem para municípios mais afastados das capitais, como é o caso dos municípios de Jandaíra, na Bahia, e de Indiaroba, em Sergipe que foram selecionados para o desenvolvimento desta pesquisa. Estes municípios não possuem sedes costeiras e mantiveram-se relativamente isolados até a construção de rodovias, como a SE-100 Sul, SE-318 e da extensão da BA-099, a Estrada do Coco, que formam a Linha Verde. A abertura da Linha Verde em 1993, com o propósito de interligar os estados de Bahia e Sergipe, proporcionou uma perspectiva de interação territorial entre essas duas áreas.

A ponte Gilberto Amado, inaugurada em 2013, sobre o Rio Piauí, interliga Estância a Indiaroba (Porto do Cavalo à Terra Caída) e foi construída visando conectar plenamente o litoral sul sergipano e encurtar o trajeto costeiro entre Sergipe/Bahia em cerca de 30 km. Esta obra foi realizada com recursos do Governo Federal, através do Ministério do Turismo e BNDES, e contrapartidas do Governo do Estado de Sergipe. Esse empreendimento tornou possível o acesso entre Aracaju e Salvador pela Linha Verde, ampliando assim a interação territorial entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia,

Uma das finalidades da construção dessas pontes é beneficiar os empreendimentos turísticos, hoteleiros e imobiliários já existentes e ampliar o espaço para novos investimentos, o que vem ocorrendo através da concessão de novas licenças pela ADEMA (Administração Estadual do Meio Ambiente) em Sergipe, e pelo INEMA (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos) na Bahia.

Os municípios selecionados inicialmente não eram foco da atenção dos estudiosos, que priorizavam as áreas de maior dinamismo turístico, como a Praia do Forte, Sauípe e Guarajuba, no Litoral Norte da Bahia, Estância e Itaporanga D'Ajuda, no Litoral Sul de Sergipe. Atualmente, a inserção de novas atividades econômicas em Indiaroba e Jandaíra promoveu uma reconfiguração territorial que merece ser investigada do ponto de vista geográfico, pois estes municípios tornaram-se atrativos a investidores nacionais e estrangeiros.

Faz-se assim imprescindível uma análise das transformações sociais, espaciais e paisagísticas provocadas pela construção de materialidades geográficas nos litorais da Bahia e Sergipe, tendo em vista a intensificação do processo de ocupação territorial. As distâncias viárias entre as capitais dos dois estados foram reduzidas, gerando um aumento na demanda de turistas e de segundas residências e uma ampliação da valorização da terra e da especulação imobiliária. A contribuição que se pretende dar também está associada às perdas e ganhos ocasionados pela construção de materialidades geográficas e pela implantação de políticas públicas, discutindo até que ponto o imobiliário-turístico é acompanhado do acirramento dos processos de segregação socioespacial, de fragmentação territorial e de ampliação das desigualdades sociais e dos impactos ambientais.

Com a realização do presente estudo, espera-se também contribuir com as autoridades governamentais responsáveis pela formulação de programas e planos de ordenamento territorial turístico no sentido de oferecer uma avaliação sobre as condições socioeconômicas atuais destes municípios, baseada em levantamentos de dados, mapeamentos

e num extenso trabalho de campo e num novo olhar sobre as políticas territoriais pautado na sustentabilidade, na participação cidadã e nos instrumentos de ordenamento territorial.

Ademais, a contribuição esperada gira em torno da implantação de políticas públicas semelhantes, mas aplicadas a estados diferentes, como é o caso do GERCO e do PRODETUR-NE, que foram implantadas na Bahia e em Sergipe. Um trabalho dessa natureza se apresenta em caráter inédito, já que tradicionalmente os estudos sobre as políticas públicas se dão em âmbito estadual, e a presente proposta tem como foco a análise da atuação dessas políticas nos dois estados, buscando identificar seus reais beneficiados e os impactos ambientais e territoriais. A proposta de estudo se enquadra no conjunto dos estudos regionais, ao abordar uma questão interestadual, transitando, porém, entre o local, o regional e o global, o que caracteriza o chamado “efeito borda”, ou seja, o espaço onde as políticas territoriais se encontram.

Na área em estudo observa-se o “efeito borda”, uma vez que as ações dos agentes públicos e privados ultrapassam o âmbito estadual e influenciam áreas localizadas em seu entorno. Indiaroba e Jandaíra, localizados em limites extremos dos seus estados, distantes das capitais, historicamente apresentavam uma dificuldade de comunicação mais efetivas com os principais centros econômicos dos seus respectivos estados, podendo ser definidas como áreas ainda não devassadas ou como “fronteiras”, sujeitas a conquista, que Moraes (2002), classificou como “fundos territoriais”. Atualmente, esses municípios passam a figurar como uma zona de expansão, tornando-se atrativa à ocupação e implantação de infraestrutura e de investimentos turísticos e imobiliários, que representam as verticalidades, saindo da dinâmica local, que constituem as horizontalidades, e inserindo-se na dinâmica regional de desenvolvimento. Assim, as transformações econômicas e socioambientais que vem ocorrendo nesses municípios precisam ser estudadas na perspectiva de compreender o processo de desenvolvimento territorial nos litorais dos dois estados, sob a perspectiva do ordenamento territorial e da sustentabilidade (Figura 02).

Figura 02: Desenho da tese.



Elaboração: Carla Norma Correia dos Santos
Organização: Carla Norma Correia dos Santos

Diante do exposto, emergem as seguintes questões de pesquisa, relacionadas a reconfiguração territorial e econômica de Indiaroba e Jandaíra: a) quais as transformações sociais e econômicas ocorridas em Indiaroba e Jandaíra, impulsionadas pela inserção de novas materialidades geográficas e novas formas de uso do solo? b) como as horizontalidades (lógica zonal) e as verticalidades (lógica reticular) contribuíram para o ordenamento do território? c) quais as perdas e ganhos ocasionados pelo surgimento recente do imobiliário turístico e da capitalização imobiliária, enquanto nova forma de estruturação territorial? d) que problemas ambientais foram gerados pelo desenvolvimento de atividades ligadas ao ramo turístico e imobiliário nestes dois municípios, que estão inseridos em Áreas de Preservação Ambiental (APAs)? e) quais as implicações espaciais e socioambientais dos investimentos públicos e privados na área em estudo?

Diante do exposto, esta tese tem como objetivo geral: analisar as horizontalidades e as verticalidades na reconfiguração territorial e econômica de Indiaroba e Jandaíra. Os

objetivos específicos são os seguintes: a) apreender o processo histórico de ocupação territorial de Indiaroba e Jandaíra, bem como das regiões litorâneas onde estes municípios estão inseridos; b) caracterizar as transformações sociais e econômicas que ocorreram na área em estudo impulsionadas pela inserção de novas materialidades geográficas e novas formas de uso do solo; c) analisar as principais políticas públicas implantadas na área em estudo, identificando como as mesmas estão inter-relacionadas e reestruturam o território; d) avaliar as perdas e os ganhos ocasionados pelo surgimento recente do imobiliário turístico e da capitalização imobiliária, enquanto nova forma de estruturação territorial e as formas de resistência social; e) avaliar as mudanças socioambientais ocasionadas pelos investimentos públicos e privados em Indiaroba e Jandaíra.

Do ponto de vista teórico-metodológico, na elaboração deste estudo o referencial teórico-conceitual e metodológico se inter-relacionam, tendo sido construído durante o desenvolvimento da pesquisa, que seguiu basicamente os seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico e cartográfico; pesquisa de campo; análise e interpretação dos resultados.

A pesquisa teve início a partir da realização de um levantamento bibliográfico e da revisão da literatura (livros, revistas, publicações diversas e internet). Na realização da pesquisa se buscou compreender a realidade da área estudada por meio de suas mudanças e permanências, o que tornou necessária uma análise da formação e da trajetória territorial dos municípios de Indiaroba e Jandaíra, para desta forma compreender as formas de apropriação do espaço nos diversos momentos históricos e seus respectivos usos geográficos, identificando os principais conflitos e problemas enfrentados. Para o entendimento do “efeito borda” foi realizada uma abordagem conjunta de Indiaroba e Jandaíra, priorizando a zona de contato entre estes dois espaços, considerando que as ações dos agentes públicos e privados ultrapassam o âmbito estadual e influenciam áreas localizadas em seu entorno.

As ações do Estado e do capital privado promoveram transformações econômicas, sociais, ambientais e culturais que foram significativas no processo de reconfiguração territorial e econômica de Indiaroba e Jandaíra, que durante muito tempo estiveram isolados, devido a dificuldade de comunicação e integração com os centros econômicos regionais. Estes municípios podem ser classificados como áreas de “fronteira” ou “fundos territoriais”, pois representam estoques de espaços, ou seja, áreas não efetivamente incorporadas à dinâmica produtiva regional. A vinculação territorial e econômica desses municípios no contexto regional e nacional, contribui para que ocorram conflitos pelo uso do solo e pela apropriação

dos recursos naturais entre grupos sociais distintos, que apresentam interesses muitas vezes divergentes, o que promove efeitos territoriais e ambientais negativos. A partir do levantamento de dados e informações foi possível identificar os conflitos gerados pela reconfiguração territorial e econômica, bem como pelas intervenções públicas e privadas. Assim, foram identificadas e analisadas uma série de disputas pelo controle e uso dos recursos naturais entre segmentos sociais que dão significados distintos e contraditórios a esses recursos.

Nesse contexto, a criação de unidades de conservação nos espaços litorâneos onde estão inseridos os municípios estudados representa uma tentativa de reduzir e controlar os impactos ambientais ocasionados pela inserção de novas atividades econômicas. Para entendimento do ordenamento territorial com ênfase na conservação ambiental, foram analisados: a) aspectos relativos à gestão territorial a partir de unidades de conservação, discutindo a dificuldade de administrar espaços protegidos de uso sustentável; b) fatores que demonstram a necessidade de um ordenamento territorial na área em estudo; c) as características básicas das três unidades de conservação existentes na área em estudo, focalizando sua importância biológica e socioeconômica; d) os instrumentos de gestão implantados nas Áreas de Preservação Ambiental da área em estudo, com destaque para os Zoneamentos Ecológico-Econômicos, os Planos de Manejo e o Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia (PRODESU).

O ordenamento territorial é uma importante ferramenta de gestão, apresentando um caráter estratégico que possibilita a visualização e a correção dos problemas existentes em um território, através da gestão de políticas públicas pelo Estado. Nessa perspectiva, foram elencadas as iniciativas que denotam ações de ordenamento territorial no Litoral Norte da Bahia e no Litoral Sul de Sergipe, analisando a inserção dos municípios de Indiaroba e Jandaíra nesse processo. Foram observados também pontos de divergência e convergência entre as políticas e ações de ordenamento territorial implantadas em Indiaroba e Jandaíra, avaliando os impactos socioeconômicos e ambientais.

No Litoral Norte da Bahia e no Litoral Sul de Sergipe ocorrem mudanças que se caracterizam pelo rompimento das estruturas econômicas tradicionais e pela chegada de novos agentes econômicos ligados ao setor turístico e imobiliário. Estas mudanças refletem a forma como as sociedades organizam e reorganizam o espaço de acordo com seus interesses e práticas variadas, que tanto podem alterá-lo quanto preservá-lo. As dinâmicas sociais que se

estabelecem a cada momento histórico refletem os interesses, cujas estruturas e funções podem ser externas ou internas ao território, e se constituem nas verticalidades e horizontalidades que, ao se relacionarem, produzem o espaço. Neste contexto, foram analisados os desafios e as perspectivas das horizontalidades (lógica zonal) e das verticalidades (lógica reticular) em Jandaíra e em Indiaroba, como forma de assegurar a interação regional, nacional e global desses municípios, que durante muito tempo mantiveram-se como “vazios espaciais”, pois estavam geograficamente afastados de suas capitais, e por isso eram pouco atrativos economicamente a investimentos públicos e privados. Os impactos socioeconômicos e ambientais ocasionados pela ação do Estado e do capital na área em estudo foram identificados e avaliados na tentativa de compreender quais as perdas e ganhos da comunidade local com a reconfiguração territorial e econômica.

Durante a realização da pesquisa foram consultados os seguintes materiais cartográficos: regionalização do litoral sergipano (VILAR, 2016); mapa de uso e ocupação do solo e potencialidades turísticas na APA Litoral Sul de Sergipe (WANDERLEY, 2003); macrozoneamento da APA Litoral Norte (BAHIA, 2005); mapa APA Litoral Sul no contexto dos Municípios Costeiros de Sergipe (LIMA, 2010); mapas dos municípios do estado de Sergipe que farão parte da Resex (GONÇALVES, 2015); mapa de localização da APA Litoral Norte (MACHADO, 2008); zoneamento ecológico econômico (ZEE) da APA Litoral Norte da Bahia (MACHADO, 2008); e mapa de localização da APA de Mangue Seco (BAHIA, 2011).

Para o melhor entendimento da problemática estudada foram confeccionados os seguintes materiais cartográficos: mapa de localização da área em estudo; mapa de uso e ocupação do solo em Indiaroba/SE, 2015; mapa de uso e ocupação do solo em Jandaíra/BA, 2015; mapa do efeito borda em Jandaíra/BA e Indiaroba/SE, 2016; mapa de geomorfologia de Indiaroba/SE e Jandaíra/BA, 2015; mapa das unidades de conservação em Indiaroba/SE e Jandaíra/BA, 2016.

Para realização da pesquisa foram consultadas fontes primárias e secundárias. As fontes secundárias foram levantadas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, na Secretaria de Turismo do Estado de Sergipe, na Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe (SEMARH) e no Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) em Salvador. Nos órgãos públicos citados foram coletados dados sobre a dinâmica populacional, desenvolvimento de atividades econômicas,

informações e dados estaduais sobre o turismo, informações sobre as unidades de conservação presentes na área em estudo, concessão de licenciamentos e impactos ambientais.

As fontes primárias compreenderam a pesquisa de campo, estruturada em quatro etapas em que foram realizadas observações *in loco* dos processos e das questões enfocadas na pesquisa e entrevistas com os seguintes sujeitos sociais: carcinicultores (Apêndice 1), agricultores (Apêndice 2), catadoras de mangaba (Apêndice 3), representantes do poder público municipal (Apêndices 4), empreendedores (Apêndice 5), pescadores e marisqueiras (Apêndice 6) e moradores locais (Apêndice 7), utilizando um método de abordagem qualitativa.

Este método procura explicar processos sociais que ainda são pouco conhecidos e que pertencem a grupos particulares, tendo por objetivo proporcionar a construção e/ou revisão de novas abordagens, conceitos e categorias referentes ao fenômeno estudado. Enquanto no método quantitativo tem-se um rigor previamente estabelecido, que segue hipóteses previamente indicadas, bem como variáveis definidas, na pesquisa qualitativa essas variáveis costumam ser direcionados ao decorrer da investigação. De forma geral, no método qualitativo, se emprega procedimentos de interpretação a partir dos dados coletados, obtidos por meio de observações em campo e através de entrevistas, que expressam parte da realidade do indivíduo (MINAYO, 2010).

De acordo com Creswell (2007), na pesquisa qualitativa o ambiente natural constitui fonte direta de dados, pois o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida constitui preocupação do investigador, levando-se em conta aspectos tidos como relevantes, como as opiniões e comentários do público entrevistado. Desta forma, para obter informações pertinentes ao objeto de pesquisa foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com empreendedores e representantes do poder público municipal de Indiaroba e Jandaíra, como os prefeitos e secretários de agricultura, turismo e meio ambiente.

Embora algumas propriedades carcinicultoras e agrícolas tenham sido visitadas, deu-se prioridade a realização de entrevistas com os líderes das associações de agricultores e pescadores de Jandaíra e Indiaroba. Os técnicos da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe. (ENDAGRO) e da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB) também foram entrevistados, a tentativa de obter uma visão mais objetiva e abrangente da dinâmica agrícola dos municípios estudados, tendo em vista a importância da agropecuária para economia local. A visita a associações comunitárias permitiu que moradores fossem entrevistados, sobretudo em Indiaroba, na Associação das Catadoras de

Mangaba e Indiaroba (ASCAMAI) e na Associação pela Cidadania dos Pescadores e Moradores de Terra Caída (ASPECTO).

O trabalho de campo foi realizado a partir das seguintes etapas ou momentos metodológicos:

1ª Etapa – Observações diretas da realidade local que permitam caracterizar:

- O meio físico, que compreendeu o mapeamento e a caracterização dos elementos do meio biótico e abiótico e a identificação das bases naturais, bem como das variadas formas de uso dos recursos ambientais. Nessa etapa foi realizado o cruzamento de dados para verificar os impactos que ocorreram nessa área, ocasionados pela retirada da vegetação, desmonte de dunas e contaminação dos rios e lagoas existentes na região;
- O espaço socioeconômico, através de informações sobre as dinâmicas populacionais, fundiária e produtiva, avaliando o surgimento recente do imobiliário turístico e da capitalização imobiliária, enquanto forma de reconfiguração territorial e econômica. Foram identificados os empreendimentos instalados e em instalação, sobretudo os ligados aos ramos imobiliários e turísticos, que possibilitaram avaliar as mudanças ocorridas no espaço litorâneo, ocasionadas pela materialização geográfica de eixos estruturantes do espaço e de vetores territoriais de ocupação, edificados tanto pelo poder público como pela iniciativa privada.

Após o cruzamento dos dados acima levantados, foi possível realizar uma análise dos impactos territoriais e dos conflitos socioambientais e econômicos produzidos pela formação territorial de eixos indutores de ocupação do espaço litorâneo e as formas de resistência social;

2ª Etapa – Nesta fase foram entrevistados os agentes governamentais locais, com o intuito de realizar um levantamento de dados relacionados ao processo de uso e ocupação do solo, à estrutura fundiária, às atividades produtivas, aos indicadores socioeconômicos e à implantação de infraestrutura dos municípios. Nessa etapa, foram levantadas informações sobre as políticas públicas destinadas aos municípios em estudo, identificando as ações que já foram concretizadas e as que estão em vias de implantação. Desta forma, foi possível verificar as consequências socioeconômicas e ambientais ocasionadas pelas políticas públicas implantadas na área em estudo, identificando como as mesmas estão inter-relacionadas e reestruturam o território;

3ª Etapa- Essa etapa correspondeu ao estabelecimento de contato com a comunidade local e os empreendedores que vem realizando investimentos, através da

aplicação de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas e observações sistemáticas no povoado Terra Caída, em Indiaroba, e nos povoados Costa Azul e Cachoeira do Itanhi, em Jandaíra. Em Indiaroba, foram realizadas entrevistas com os carcinicultores dos povoados de Cajueirinho, Convento e Terra Caída, que se destacam como principais áreas de cultivo de camarão no município. As catadoras de mangaba também foram entrevistadas, bem como alguns agricultores locais nos povoados Colônia, Convento e Saguim, no município de Indiaroba, e nos povoados Abadia, Costa Azul e Cachoeira do Itanhi em Jandaíra. Após identificar como principais áreas pesqueiras da área em estudo os povoados de Pontal e Terra Caída, em Indiaroba, e Mangue Seco, Costa Azul e Coqueiro, em Jandaíra, foram realizadas entrevistas com pescadores e marisqueiras. Nessa etapa foram realizados os registros fotográficos na área de estudo.

Ao entrevistar os moradores locais, buscou-se compreender como os mesmos se inserem no atual modelo de desenvolvimento econômico instalado na zona costeira e como estão sendo afetados pela reconfiguração do território. Mediante a realização de tais entrevistas foram identificadas as modificações geradas na estrutura produtiva, na configuração territorial atual e os conflitos delas decorrentes. Desta maneira, foi possível avaliar as perdas e os ganhos ocasionados pelo surgimento recente do imobiliário turístico e da capitalização imobiliária, enquanto nova forma de estruturação territorial e as formas de resistência social.

Após o trabalho de campo foi realizada a confecção de mapas com o intuito de sistematizar as modificações espaciais e paisagísticas ocorridas com a reestruturação territorial, fomentadas pelos agentes transformadores do espaço litorâneo (Estado, promotores imobiliários, turistas e a comunidade).

Por fim, buscou-se uma análise de síntese para compreender o processo de reconfiguração territorial e econômica quem vem ocorrendo na área em estudo, baseando-se nos dados, nas informações, nas observações, nos mapas confeccionados e nas entrevistas realizadas durante o desenvolvimento da pesquisa. Os dados e informações coletados foram analisados, avaliados e interpretados, tendo como produto informações digitalizadas, tabelas, mapas temáticos e outros instrumentos de sistematização das informações, que permitiram a elaboração da redação final da tese.

A presente tese está dividida em cinco capítulos. O capítulo 1, intitulado “Em busca de bases teóricas de análise”, discute o conceito de litoral, utilizando como pano de fundo as categorias geográficas espaço e território, analisando também o conceito de

desenvolvimento territorial. Ainda neste capítulo, buscou-se compreender as transformações a que o espaço litorâneo foi submetido ao longo do tempo, identificando suas variadas formas e funções e a relevância da lógica zonal (horizontalidades) e da lógica reticular (verticalidades) neste processo.

No segundo capítulo, “Litoral, conflitos e iniciativas de ordenamento territorial”, busca-se entender o processo de formação territorial do litoral brasileiro e analisar as formas contemporâneas de ocupação destes espaços, que vem se caracterizando como uma zona de múltiplos usos, onde emergem conflitos socioeconômicos e ambientais. Este capítulo discorre também sobre o papel do ordenamento territorial no litoral, avaliando seus instrumentos e impactos no espaço litorâneo nordestino.

No capítulo três, “Entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia”, pretende-se apresentar a área de estudo, abordando seu processo histórico de ocupação, para desta forma entender a apropriação do espaço nos diversos momentos históricos. Ainda no terceiro capítulo, os condicionantes geoambientais foram abordados, bem como os impactos a eles associados. Ademais, foi apresentado um panorama geral dos aspectos socioeconômicos da área em estudo, onde novas atividades econômicas estão sendo inseridas, ocasionando transformações ambientais, territoriais e sociais.

O quarto capítulo, “Unidades de conservação e as perspectivas de sustentabilidade”, versa sobre a gestão territorial a partir de unidades de conservação, discutindo os desafios da governança de espaços protegidos. Em seguida, foram apresentadas as características básicas das três unidades de conservação existentes na área em estudo, evidenciando a relevância destes territórios na proteção e preservação dos recursos naturais dos espaços litorâneos.

O quinto e último capítulo buscou analisar os instrumentos de ordenamento territorial no Litoral Sul de Sergipe e no Litoral Norte da Bahia, avaliando os resultados e os impactos destes nos municípios de Indiaroba e Jandaíra. Nessa perspectiva, discutiu-se o Programa de Gerenciamento Costeiro (GERCO/SE) e o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), enquanto ações de ordenamento territorial, analisando também os investimentos do Ministério do Turismo em Indiaroba e Jandaíra. Por fim, objetivou-se compreender o papel da lógica zonal (horizontalidades) e da lógica reticular (verticalidades) na reestruturação econômica e territorial dos municípios estudados, que durante muito tempo mantiveram-se isolados, representando as “fronteiras” ou “fundos territoriais”, onde o “efeito borda” se manifesta.

CAPÍTULO 1- EM BUSCA DE BASES TEÓRICAS DE ANÁLISE

Na perspectiva de analisar as horizontalidades e as verticalidades na configuração territorial de Indiaroba e Jandaíra, a discussão no presente capítulo gira em torno das categorias espaço, território e desenvolvimento territorial. Essa busca de ancoragem teórica deu lastro para uma releitura geográfica do espaço litorâneo a partir da lógica zonal e reticular. O litoral é visto então a partir de um olhar espacial e temporal, ou seja, em sua dimensão de multiuso e de transição, e em função dos significados históricos diferenciados que assume.

1.1- Espaço, território e desenvolvimento territorial: uma discussão conceitual

O espaço geográfico é a estrutura que suporta as ações humanas, sofrendo contínuas e diversas intervenções, pois ao longo do tempo as potencialidades de determinadas áreas são reveladas e exploradas. Na visão de Corrêa (2011, p. 15), a expressão espaço geográfico é utilizada de maneira vaga, “ora estando associada a uma porção específica da superfície da Terra identificada seja pela natureza, seja por um modo particular como o homem ali imprimiu as suas marcas, seja com referência à simples localização”. Esta expressão vem sendo empregada em diferentes escalas, que variam desde a global até a local, em razão de que as diversas práticas humanas estabelecem distintos níveis de ação e convidam diferentes abordagens.

O espaço não constitui um conceito-chave para a geografia tradicional, que inicialmente privilegiou a paisagem e a região. No entanto, a abordagem espacial está presente desde a obra de Ratzel (1844 - 1904), que considerava o espaço um elemento fundamental para vida do homem, e na de Hartshorne (1899 - 1992), que enfatizou o espaço absoluto, considerado por ele como tendo existência em si e sendo independente de qualquer coisa¹.

A geografia teórica-quantitativa, ainda segundo Corrêa (2011, p. 21), elegeu o espaço como conceito-chave, abordando os fenômenos naturais e sociais sobre o ângulo espacial, emergindo nessa concepção a noção de espaço relativo, “entendido a partir de relações entre os objetos, relações estas que implicam em custos – dinheiro, tempo, energia –

¹ Alfred Hettner (1859 – 1941), um dos grandes metodólogos da Geografia, também se preocupa com o espaço. Para esse geógrafo alemão, o tema da divisão da Geografia em Sistemática e Regional “parece encontrar uma solução definitiva: os recortamentos espaciais são o resultado da diferenciação de áreas dos fenômenos sistemáticos em seus movimentos pelo todo da superfície terrestre” (MOREIRA, 2006, p. 34).

para vencer a fricção imposta pela distância”, que interferem na localização das atividades produtivas.

Por sua vez, a geografia crítica concebe o espaço como lócus da reprodução da sociedade, destacando-se a contribuição de Milton Santos com o estabelecimento do conceito de formação sócio-espacial, dado que este geógrafo considerava impossível idealizar uma formação socioeconômica sem recorrer ao espaço. Segundo Santos (2008), o espaço pode ser considerado como um conjunto de fixos e fluxos, onde os elementos fixos permitem ações que modificam e redefinem o próprio lugar e os fluxos resultam das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua definição e o seu valor. Dessa forma, de acordo com Santos (2008, p. 63), “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Assim, observa-se uma interação entre o sistema de objetos, que condicionam como ocorrem as ações, e o sistema de ações, que criam objetos novos ou agem sobre objetos já existentes.

O espaço na geografia humanista e cultural adquire o significado de espaço vivido, tendo em vista que este passa a ser considerado a partir das experiências de um grupo ou determinada sociedade.

Assim, o espaço foi abordado de várias formas pela geografia, considerando que ao longo do tempo este vem sendo organizado e reorganizado pelas sociedades de acordo com seus interesses e práticas variadas. Tais práticas são denominadas por alguns autores de espaciais e correspondem a ações localizadas espacialmente e que tanto podem promover alterações no espaço quanto podem contribuir para preservá-lo.

Segundo Saquet (2009, p. 77), “o espaço é uma realidade relacional, envolvendo a natureza e a sociedade mediadas pelo trabalho (energia), técnicas, tecnologias e, evidentemente, pelo conhecimento”. Desse modo, o espaço torna-se cada vez mais humanizado, pois é produzido pela ação humana, que o transforma continuamente de acordo com seus interesses e necessidades através das mudanças técnicas, que afetam diretamente a organização espacial existente. Nesse sentido,

A tecnologia explica o espaço e este explica a sociedade, já que cada formação social é ao mesmo tempo formação espacial, onde o sistema de produção e reprodução social, a organização e a oposição de classes sociais estão materialmente impressos. Entretanto ao longo do processo as transformações não ocorrem automaticamente, ou seja, se a mudança técnica incide diretamente sobre o espaço, este, em sua condição física ou social pode oferecer resistência e constituir um fator condicionante (BERNARDES, 2011, p. 241).

O homem, ao ocupar um determinado espaço, imprime nele as características de suas técnicas, que respondem às suas necessidades materiais, que lhe permitem produzir e criar novos espaços. Embora tenha ocorrido uma evolução e uma difusão da técnica, sua implantação ocorre de forma desigual sobre o espaço geográfico e nele coexistem elementos técnicos de diferentes épocas. A combinação de sistemas técnicos em um espaço ajuda a explicar como as ações humanas se realizam e como são produzidas as desigualdades socioeconômicas e, conseqüentemente, seus conflitos socioambientais.

De acordo com Santos (2008, p. 104), ao mesmo tempo em que o espaço geográfico é uno ele é múltiplo, e “por suas diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem”. Este autor ressalta ainda que espaço e paisagem não são sinônimos, sendo esta última empregada comumente no lugar de configuração territorial, que corresponde ao:

Conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. Assim, quando se fala em paisagem, há também, referência à configuração territorial e, em muitos idiomas, o uso das duas expressões é indiferente (SANTOS, 2008, p. 103).

O espaço geográfico é considerado um sistema de valores que sofre constantes transformações, onde novas ações substituem ações passadas, posto que a sociedade atribui ao espaço novas funções. A produção do espaço reflete o modo de produção da sociedade, que ao longo do tempo vai sendo transformado, contrariando a visão simplista, que no entendimento de Haesbaert (2009) considerava o espaço como algo fixo, estático. Na verdade, o espaço enquanto mercadoria é cada vez mais disputado para o desenvolvimento de variadas atividades econômicas que impulsionam diversas formas de uso e têm um papel relevante na explicação dos processos sociais, pois muitas vezes ele é estruturado de acordo com os interesses dos grupos dominantes, que detém o capital e dominam as técnicas de produção.

Segundo Moreira (2011), o espaço é gerado a partir dos conflitos da sociedade civil, que apresenta interesses antagônicos. É nesse contexto que, de acordo com o citado autor, surge o contraespaço, um movimento de confronto, em que a ordem espacial previamente estabelecida é questionada por grupos que se sentem dominados e excluídos, representando uma luta por formas novas e democráticas de espaço. No entanto, espaço e contraespaço são movimentos tanto opostos quanto convergentes, estando um contido no outro, inclusive um contraespaço pode vir a originar espaços novos ou reestruturados.

No presente estudo, o espaço geográfico será considerado como uma dimensão que suporta as ações humanas, uma vez que a sociedade o transforma continuamente de acordo com seus interesses e necessidades, atribuindo-lhe novas funções que podem vir a modificar a organização espacial existente. No estágio atual do capitalismo, vem ocorrendo um redimensionamento da utilização e funcionamento do espaço, através da criação de novos processos de produção, que aliam a ciência e tecnologia com a informação.

O espaço reflete as relações de produção capitalistas que dominam e se apropriam deste, bem como as heterogeneidades particulares da sociedade, apresentando assim recortes múltiplos. Ao longo do tempo, as potencialidades de um espaço podem ser reveladas, contribuindo assim para sua ocupação e exploração através da inserção de determinadas atividades econômicas. Tal situação é evidenciada no litoral, onde se acentua o processo de incorporação das zonas de praia pelas práticas marítimas modernas, favorecendo a expansão do turismo litorâneo, fortemente impulsionado pelas políticas públicas de valorização espacial.

Nesse contexto, tais espaços adquirem novas funções e feições, ocasionados pela ação do homem, que introduz novos objetos que projetam as cidades litorâneas através da elaboração de uma imagem associada ao turismo, cujos elementos humanos e naturais são valorizados como mercadoria, atraindo empreendimentos imobiliários e turísticos, ligados sobretudo à construção de condomínios fechados, a hotéis e a resorts, sendo alguns destes pertencentes a bandeiras internacionais.

Em síntese e na esteira das ideias de Milton Santos,

O espaço geográfico considerado como uma porção bem delimitada do território é tanto o teatro das ações da sociedade local quanto das influências externas e até mesmo estrangeiras, cujo peso é perceptível à primeira vista. É todo problema da influência dos fatores de “macrodecisão” – os Estados e as grandes firmas -, cuja força depende da escala espacial própria de cada um, mas que exercem uma influência certa na distribuição dos homens, dos equipamentos e das atividades (SANTOS, 1978, p. 62).

Raffestin (1993) entende que o território é uma produção a partir do espaço, que só se efetiva através das relações sociais. Para este autor, antes de ser paisagem para ser contemplado, o território é um sistema material para ser usado porque foi construído como valor de uso. Nessa perspectiva, os processos de composição, decomposição e recomposição dos territórios são impulsionados pelo desenvolvimento de determinadas atividades econômicas, pelas ações governamentais, pelas transformações das cidades e pelas mudanças

nos hábitos de consumo. Na concepção de Raffestin (2009, p. 26), o espaço está em posição que antecede ao território, porque

é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível. Apropriando-se concretamente ou abstratamente (por exemplo, através da representação) de um espaço, o ator o “territorializa”. Para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando-se as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade.

A combinação de elementos apreendidos pelos atores nos diversos sistemas que estão a sua disposição produzem territórios que combinam elementos que não se encontram naturalmente reunidos no espaço geográfico, dado que o território é mutável, sendo um reflexo das ações do homem e transforma-se de acordo com o ritmo de novas técnicas. Haesbaert (2009) afirma que espaço e território não podem ser separados, considerando que o espaço ao ser apropriado pelas relações de poder torna-se território.

A apropriação do território é ocasionada pela valorização do espaço, que por sua vez é transformado pela intervenção e pelo trabalho do homem, sendo permeada por relações de poder. Cada território apresenta uma dinâmica específica de apropriação que reflete as formas como os sujeitos utilizam tais espaços e imprimem suas territorialidades, num processo de inclusão e exclusão, que privilegia determinadas dimensões do poder, desencadeando conflitos. A partir do estabelecimento de relações de poder um sujeito ou grupo social exerce o domínio sobre o território, sobre os recursos e sobre as pessoas, através da demarcação territorial, do estabelecimento de limites ou do impedimento do uso da terra.

O território é constantemente submetido a mudanças nas relações estabelecidas, adquirindo novas funções e significados, dado que cada sociedade se apropria do espaço de uma maneira, que geralmente está baseada na ideia de pertencimento e apropriação. Seguindo essa concepção, Saquet (2009, p. 81) afirma que “o território é considerado produto histórico de mudanças e permanências ocorridas num ambiente no qual se desenvolve uma sociedade”, sendo determinado pelas relações de poder produzidas por um grupo social, podendo ser considerado a dimensão política do espaço socialmente produzido. Assim, o território pressupõe relações de poder, que por sua vez, são determinantes na conformação das relações políticas, econômicas e culturais e na apropriação e produção do espaço.

Haesbaert (2004a) também destaca o poder como elemento central do conceito de território, propondo abordá-lo a partir de uma dinâmica econômica (recursos naturais e construídos), política (relações de poder) e cultural (identidades). Nas dimensões que caracterizam o território destaca-se a política, diretamente ligada às relações de poder, posto

que a ação de conquistar ou defender tais áreas está relacionada ao acesso a recursos e riquezas. Convém ressaltar que, segundo Candiottto e Santos (2009, p. 320), por serem produzidos pelas relações de poder, “os territórios estão em movimento, de modo que os territórios são fluídos, podendo ser temporários ou relativamente permanentes”.

Na visão de Saquet *et al.* (2010), os territórios e as territorialidades são construídos historicamente, existindo em sua formação continuidades e descontinuidades econômicas, políticas e culturais. As mudanças que ocorrem ao longo do tempo nas relações, na sociedade e na natureza se refletem no território e também nas territorialidades, na medida em que seus elementos basilares são sociais e definidos historicamente. Para Santos (2015), é através da apropriação que os espaços socialmente valorizados, manejados e vivenciados são qualificados como território, que resultam tanto de formas e referências herdadas de tempos passados quanto de novas assimilações.

De acordo com Souza (2009), durante muito tempo o território esteve exclusivamente relacionado à ideia de “território pátrio”, o “território nacional”, sobre o qual o Estado exerce sua soberania, confundindo-se com a projeção espacial do poder, englobando as fronteiras e a porção territorial. Inicialmente este autor caracterizou o território como um espaço definido e delimitado pelas relações de poder, considerando-o uma porção da superfície terrestre. Em um segundo momento, Souza (2009, p. 65) afirma que os territórios são relações sociais projetadas no espaço e, portanto, não correspondem a um espaço concreto, ou seja, “o território, embora sendo também uma manifestação do espaço social e da espacialidade, nem por isso é uma coisa material”. Candiottto e Santos (2009, p. 320-321) ratificam essa ideia, ao afirmarem que:

O território vai além de uma delimitação física (areal), pois inclui relações de poder (ações) que se efetivam em determinadas extensões terrestres (territórios-zona), mas são influenciados também pelas redes de circulação e comunicação (territórios-rede) e pela identidade de indivíduos e grupos sociais, correspondente à combinação da dimensão material com a simbólica. Portanto, assim como o espaço, os territórios são produzidos por ações e objetos, pelo material. Estes são componentes essenciais do território e sua concretização requer, necessariamente, apropriação, dominação ou controle.

Nessa perspectiva, na presente tese, o território será considerado como o espaço apropriado pelas relações de poder, onde grupos dominantes promovem uma reconfiguração territorial, que reflete uma centralização do poder, do dinheiro e das decisões. A apropriação de um território ocorre a partir do controle de uma agente social vinculado, segundo Lisboa

(2012), não à posse, mas ao controle efetivo, que pode ser ou não legitimado pela sociedade e atender a variados interesses.

De forma dinâmica os atores e as redes produzem e transformam os territórios, onde são estabelecidas relações de poder que, no entanto não estão restritas ao Estado, considerando que também são estabelecidas por instituições religiosas, sindicais, políticas, patronais e culturais. O exercício do poder é inerente às relações sociais, estando presente na vida cotidiana, ultrapassando desta forma a escala institucional e expandindo-se para toda sociedade. Deste modo, ao longo dos anos as abordagens e aplicações do conceito de território foram reconstruídas e ampliadas, pois este não deve ser limitado à escala nacional, à noção de Estado-Nação, de país. Entretanto, mesmo tendo passado por transformações este conceito preserva na sua essência a noção de apropriação, relações de poder, dominação, identidades simbólico-culturais e conflitos.

Na constituição dos territórios, as intencionalidades e a capacidade de organização dos diferentes grupos sociais são fundamentais, porém como estes são edificados a partir de relações de poder, geralmente os interesses de grupos mais fortes prevalecem. Consequentemente, segundo Candiottto e Santos (2009, p. 324), acaba sendo imposto um “domínio territorial de forma unilateral, em que apesar das diferentes territorialidades existentes, o grupo que representa a força dominante determina as feições territoriais”, ocasionando assim emergência de processos de segregação socioeconômica e territorial.

As relações de poder são estabelecidas pela sociedade, que apresenta distintos interesses e utilizam novos instrumentos técnicos que possibilitam uma reconfiguração territorial. Através do exercício do poder, determinados grupos sociais produzem territórios, que constituem uma importante ferramenta de intervenção política e social tanto para os grupos hegemônicos quanto para os atores subalternos, estando por isso diretamente associado às problemáticas espaciais.

A compreensão dos processos sociais, econômicos, políticos e culturais por meio da territorialidade permite o fomento de discussões sobre os problemas humanos considerando-se ações, fluxos e representações. Entretanto, embora tais ações tenham como principal agente o Estado, a territorialidade não deve ser compreendida apenas a partir das relações políticas, tendo em vista que suas relações estruturantes são também econômicas e sociais. O território está relacionado à ação de um ator social, que tanto pode ser uma instituição quanto um indivíduo, considerando que ambos são atores territoriais interagentes e divergentes, o que pode ocasionar conflitos.

Muitos dos problemas que afetam a territorialidade humana são exatamente problemas entre instituições e indivíduos, especialmente aqueles que se referem a conflitos territoriais, como as ocupações de áreas em que a sociedade estipula a redefinição de uso, por exemplo, nas áreas de preservação da natureza (HEIDRICH, 2010, p. 27)

Na visão de Saquet (2009, p. 86), “a territorialidade corresponde às ações humanas, ou seja, à tentativa de um indivíduo ou grupo para controlar, influenciar ou afetar objetos, pessoas e relações numa área delimitada”. A territorialidade é considerada multidimensional, uma vez que se efetiva em diferentes escalas espaciais e varia no tempo, envolvendo tanto grupos sociais semelhantes quanto distintos. Através da territorialidade os lugares adquirem identidade, que são influenciadas pelas condições naturais, históricas e econômicas existentes.

Assim, a territorialidade apresenta um caráter conjuntural, podendo ser construída ou desconstruída de acordo com a conjuntura histórica, sendo influenciada pelas técnicas e pelo modo de produção, manifestando-se, portanto, na ação dos indivíduos e grupos sociais. As relações de poder são modificadas, o território é reconfigurado e assim as territorialidades, que estão relacionadas aos laços de afetividade e aos processos de identificação e pertencimento que os homens estabelecem com o seu território, também passam por transformações no seu conteúdo e significado.

A consciência socioespacial de pertencimento, a apropriação simbólica e ideológica do território produz e cristaliza a territorialidade, o sentimento de pertencimento do sujeito com o lugar. Esse lugar que se traduz em vivências, sentimentos, onde se manifestam anseios, onde se desdobram relações, que se internalizam e produzem a ideia de pertencer a algo, ao território (DOURADO, 2015, p. 57).

Segundo Candiotto e Santos (2009, p. 321), “a territorialidade representa os vínculos que determinado indivíduo e/ou grupo social possuem com um ou mais territórios materiais (físicos) ou imateriais (virtuais), como algo subjetivo, ligado à percepção”. As territorialidades produzem e são produtos dos territórios, e embora sejam influenciadas pelas técnicas e modos de produção, manifestam-se nas ações dos indivíduos e grupos sociais.

Raffestin (2010), que definiu territorialidade como a capacidade do homem em estabelecer relações aleatórias com o ambiente físico e o ambiente social, pondera que esta definição é parcialmente obsoleta em razão de ter surgido um mediador que prepondera sobre os demais mediadores: a moeda. Na percepção deste autor, os demais mediadores não desaparecem, porém são fortemente influenciados pela moeda, que longe de fornecer fluidez, acaba gerando uma maior rigidez que diminui a autonomia.

Nos espaços litorâneos do Nordeste brasileiro, dificilmente as necessidades da população local prevalecem frente aos interesses dos que concentram o poder, observando-se uma modificação dos tradicionais meios de subsistência da população local. As novas atividades desenvolvidas no litoral contribuíram para desagregar as relações tradicionais de produção e transformar parte da população local em prestadores de serviço e assalariados no âmbito da atividade turística, o que compromete e transforma as territorialidades, que estão relacionadas ao cotidiano e ao lugar.

Assim, percebe-se que o território também é construído por ações locais, sendo considerado fluído por estar sempre sujeito a transformações temporárias ou permanentes. Raffestin (2010) considera o território produzido historicamente uma realidade diacrônica construída e continuamente em evolução, testemunhando o movimento do tempo. Os territórios atuais derivam de um território anteriormente construído, já que:

Na produção territorial, há sempre um ponto de partida que nunca está desligado das ações do passado. O processo territorial desenvolve-se no tempo, partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território. Só Deus partiu do caos e isso não pode acontecer com os homens (RAFFESTIN, 2010, p. 21).

Esta perspectiva, embora considere que os territórios são dinâmicos e sejam transformados através do tempo histórico e do espaço geográfico, também reconhece que os mesmo estão ligados a ações do passado, o que inclusive contribui para individualizá-los e dotá-los de características específicas. Tal percepção vai de encontro à concepção materialista reconhecida por Haesbaert (2004a) que considera o território um objeto material, que seria um produto definido e consolidado. Este autor reconhece ainda a abordagem territorial pautada tanto na concepção idealista, que concebe o território a partir de ações de sujeitos e comunidades, quanto na concepção relacional, que compreende a articulação entre os processos sociais e o espaço material, que compreende o território primordialmente como uma relação do que um fato consolidado.

Os territórios sofrem também a influência de forças externas, observando-se segundo Saquet (2009, p. 83), “processos constantes e concomitantes de desterritorialização e reterritorialização que geram novas territorialidades e novos territórios que contêm traços/características dos velhos territórios e das velhas territorialidades”. De acordo com Candiottto e Santos (2009), enquanto a territorialização é física e material, dependendo de objetos e ações de variados atores, a territorialidade é subjetiva, sendo influenciada por indivíduos ou grupos sociais.

A existência de múltiplos territórios, articulados em forma de territórios-rede, faz emergir uma multiterritorialidade, gerados a partir da descontinuidade e da superposição de territórios, onde são estabelecidas relações a partir da proximidade geográfica e através das redes. A ação de territorializar promove conflitos entre as territorialidades, que, no entanto, também podem coexistir de forma harmônica. Em alguns territórios as territorialidades que estão sendo implantadas contrariam o modo de vida da população local, ocasionado um choque entre estes e os novos atores, o que pode gerar movimentos de resistência e/ou submissão aos novos hábitos e costumes. De acordo com Heidrich (2010), nos territórios em estágio de uso e valorização do espaço, uma territorialidade pode se fortalecer gerando uma espécie de transbordamento, denominado por ele de transterritorialidade, que nega a separação e promove uma integração estruturada através das redes.

O espaço social de hoje se distingue pela peculiar incorporação de tecnologia, que facilita as conexões e fluxos. A participação numa espacialidade integral e plena depende da acessibilidade que se tem ao meio, que é técnico científico-informacional. Isso não leva apenas à segregação, trata-se da possibilidade de viver, em certa medida, também em transterritorialidade (HEIDRICH, p.32, 2010).

Na atualidade, observa-se a emergência de uma nova articulação territorial em rede, que origina os territórios-rede, conectados através das tecnologias. Na visão de Dias (2011), as redes são um instrumento que viabiliza a circulação e a comunicação, o que as torna uma ferramenta singular de organização espacial, pois permite tanto a integração produtiva quanto informacional entre os territórios. A rede implica em fluxos, mobilidade e conectividade, enquanto a noção de território remete a limites bem definidos e a espaços contíguos. Os dois termos, no entanto estão interligados, dado que as redes desempenham importante papel na organização e na dinâmica do território.

As redes não estão relacionadas somente aos fluxos e conexões. Para que haja fluxos, são necessários fixos, afinal, os fluxos possuem origem e destino. Nesta dinâmica, os fixos são constantemente refuncionalizados. Tais termos são complementares e interdependentes (BRAGA, 2010, p. 28).

De acordo com Haesbaert (2011, p. 200), “a rede pode tanto se transformar num elemento do território quando se encontra subordinado às suas fronteiras, como o território pode se transformar em um elemento da rede”, transformando-se em um ponto na articulação de fluxos. Segundo Braga (2010), as redes podem ser materiais, compostas de pessoas, mercadorias e matérias-primas, ou imateriais, relacionadas aos fluxos de informações. Tanto em suas formas materiais quanto nas imateriais, as redes respondem aos estímulos da produção.

Para Souza (2011), enquanto o território pressupõe contiguidade espacial, as redes correspondem a um conjunto de pontos, denominados nós, interligados entre si, por fluxos de bens, pessoas e informações. Souza (2011, p. 93) denomina esse território em rede ou território-rede, de território descontínuo que na realidade corresponde a “uma rede a articular dois ou mais territórios contínuos”, onde não há uma exclusividade de poder, posto que em um território tão amplo verifica-se uma superposição de variadas escalas de poder. As redes possibilitam a articulação de grandes corporações, reduzindo o tempo de circulação e beneficiando as escalas de produtividade.

O território-rede consiste justamente nesse caráter móvel do território, sobretudo na sociedade contemporânea, marcada pelo desenvolvimento dos sistemas de transporte e comunicação que conectam e ao mesmo tempo desconectam territórios, pois nem todos fazem parte do “circuito formal” de trocas. A ação das corporações produzindo territórios-rede ocorre de forma seletiva e dupla, pois conecta os agentes vinculados à sua lógica de reprodução do capital e ao mesmo tempo desconecta os agentes que não se enquadram nessa lógica (BRAGA, 2010, p. 33).

As infraestruturas técnicas dão suporte às redes, permitindo a conexão, o intercâmbio e possibilitando novas formas de organização territorial das sociedades. Haesbaert (2011, p. 166) reconhece que as redes transformam os territórios através das novas tecnologias, incorporando “áreas imensas numa mesma rede hierarquizadas de fluxos alinhavadas em escalas que vão muito além dos níveis local e regional”. No entanto, ao mesmo tempo em que integram algumas áreas, as redes excluem outras que não conseguem se inserir nos atuais modelos de produção, tendo em vista que o novo padrão tecnológico não é igualmente apropriado pela sociedade.

A comunicação através de novas redes de parceiros econômicos – a montante e a jusante – se acompanha de uma seletividade espacial. Integrando os agentes mais importantes, as redes integram desigualmente os territórios, seguindo o peso das atividades econômicas (DIAS, 2011, p. 158).

As redes, de acordo com Santos (2008, p. 270), estão articuladas a questão do poder, tendo em vista que “a divisão territorial do trabalho resultante atribuiu a alguns atores um papel privilegiado na organização do espaço”. Haesbaert (2011) afirma que as redes possuem caráter territorializador, promovendo a articulação interna do território e a manutenção de costumes e valores, apresentando também caráter desterritorializador, ao desestruturar territórios anteriormente estabelecidos e desfazer os laços dos indivíduos com o território, caracterizando um movimento dialético.

O fato de que a rede é global e local, una e múltipla, estável e dinâmica, faz com que a realidade, vista num movimento de conjunto, revele a

superposição de vários sistemas lógicos, a mistura de várias racionalidades cujo ajustamento, aliás, é presidido pelo mercado e pelo poder público, mas sobretudo pela própria estrutura socioespacial (SANTOS, 2008, p. 279).

Os territórios-rede são fluídos e não dependem apenas de um espaço físico, material para serem delimitados e efetivam-se de maneira relacional, estando conectados através de fluxos de informações e ações. Tais territórios produzem, influenciam e transformam o espaço geográfico, fazendo emergir novas territorialidades que deixam de estar limitadas as relações sociais estabelecidas em um território contínuo e passam a se conectar através das redes.

O conceito de território entendido de maneira reticular permite levar em consideração os territórios descontínuos e fluídos, marcados por fixos e fluxos, envolvendo o material e o virtual. As redes permitem a conexão entre lugares/nós/pontos distantes e entre ações e intencionalidades provenientes de atores com atuação em diversas escalas espaciais. A transescalaridade do território é definida pelas relações sociais (econômicas, políticas e culturais) e pelas redes (sociais) de circulação e comunicação efetivadas pelo indivíduo e grupos sociais, portanto, envolvendo e sendo envolvida pelas relações de poder (SAQUET *et al.*, 2010, p. 62).

No Brasil, o litoral vem sendo transformado em mercadoria, e nele são estabelecidas relações de poder, mediante a inserção de novas atividades econômicas, de novos atores, de novos usos do solo e de novas intencionalidades, promovendo assim, mudanças nos territórios e nas territorialidades. Em algumas áreas do litoral os investimentos estatais e a construção de empreendimentos voltados para o turismo ocuparam os povoados de pescadores ou de pequenos produtores rurais, que até então eram espaços relativamente preservados.

Tais transformações foram impulsionadas através das redes, que permitiram conectar localidades até então isoladas ao mercado global, modificando hábitos, tradições e costumes, e promovendo novas formas de uso do território. As redes possibilitam a realização dos movimentos no território, organizando atividades e instrumentalizando ações, visando sempre objetivos específicos dos agentes que delas fazem uso. Neste contexto, ao mesmo tempo que as redes permitem o fluxo de informações, imprescindível ao processo produtivo, elas também se mostram excludentes, pois os benefícios dos quais são portadoras não se distribuem entre todos os que habitam o lugar de uma forma igualitária.

A presença de empreendimentos turísticos e imobiliários nos territórios costeiros acentuou a segregação sócio-espacial, evidenciando as disparidades entre os povoados voltados à atividade turística de alta renda e dotados da infraestrutura de abastecimento,

saneamento, comunicação e transportes, e os povoados costeiros que não dispõem de infraestrutura e serviços necessários ao desenvolvimento do turismo. Tal dinâmica demonstra que o litoral é um território definido e delimitado através das relações de poder, sendo reestruturado através de determinadas atividades econômicas, expressando identidades e conflitos vivenciados pelo homem.

As territorialidades produzem e são produtos dos territórios, sendo influenciadas pelas técnicas e meios de produção, porém manifestando-se na cultura e nas ações dos indivíduos e grupos sociais. A população autóctone do litoral tem seu território e modos de vida invadidos, passando a copiar hábitos e padrões de consumo dos atores que se apropriam desse território, o que promove o surgimento de novas manifestações culturais e identidades.

É nesse sentido que se pode falar de multiplicidade de usos do território, acompanhado de conflitos socioeconômicos de intensidade e tipos variados, envolvendo tanto os empreendedores que investem na zona costeira, como a população local, os turistas e os gestores públicos. Assim, é possível explicar que os territórios costeiros e as territorialidades costeiras são dinâmicos e encontram-se em constante processo de transformação, pois dependem do estabelecimento de novas relações da sociedade com o espaço, o que exige do ordenamento territorial a definição e a normatização de novos usos, para que o desenvolvimento e a elevação da condição de vida da população sejam alcançados.

O conceito de desenvolvimento tem variado ao longo dos anos, apresentando múltiplos enfoques que se adaptam a determinados momentos da história. Atualmente, o termo desenvolvimento é empregado para caracterizar um determinado espaço geográfico que apresenta um crescimento econômico acompanhado da melhoria nas condições de vida da população, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social. Nessa perspectiva, Oliveira (2002, p. 40) afirma que:

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento - incrementos positivos no produto e na renda - transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

A criação da Organização das Nações Unidas (ONU), ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, expande o debate sobre o conceito de desenvolvimento. Este organismo buscou manter e elevar a condição de vida da população, criando programas e instituições especiais com a finalidade de promover o crescimento econômico e o avanço social, para desta forma estabilizar as relações entre os países e assim evitar novos conflitos. Nesse

contexto emerge a noção de desenvolvimento social que surge associado ao conceito de Estado do Bem Estar Social que propõe a criação de políticas que assegurem os direitos sociais dos cidadãos, promovendo uma melhor distribuição das riquezas e o alcance da equidade e da solidariedade. Segundo esta perspectiva de desenvolvimento, todas as regiões devem ser adequadamente dotadas de infraestruturas, desfrutando igualmente de seus benefícios, de forma a favorecer o conjunto da população e não apenas alguns segmentos da sociedade.

O conceito de desenvolvimento passa a ser largamente empregado após a Segunda Guerra Mundial, sendo inicialmente utilizado como sinônimo de crescimento econômico ou progresso, o qual deveria ser alcançado por todas as nações, mediante a transferência de capital e tecnologia dos países mais ricos, denominados desenvolvidos, para os mais pobres, classificados como subdesenvolvidos. De acordo com Oliveira (2002), a partir da década de 1950, os países subdesenvolvidos consideravam a implantação e o incremento da atividade industrial o “passaporte” para o desenvolvimento, pois se acreditava que a industrialização elevaria o crescimento econômico, desconsiderando, entretanto, a necessidade de distribuir essa renda advinda da indústria de forma a elevar as condições de vida da população.

O desenvolvimento é considerado então como resultado do processo de crescimento econômico, uma vez que este ao ser alcançado permite à população atender as suas necessidades básicas, em virtude da elevação da renda. O crescimento econômico embora seja um importante requisito para que um país ou região supere a pobreza e melhore os indicadores de qualidade de vida de sua população, é insuficiente para classificar uma área como desenvolvida. Para que um país alcance o desenvolvimento econômico são necessárias mudanças qualitativas na sua estrutura econômica e social, através da redução dos níveis de pobreza, de desemprego e de desigualdade, bem como a elevação dos níveis de saúde, nutrição, educação e moradia, o que possibilitaria uma maior equidade social e econômica.

A partir dos anos 1970 ocorrem mudanças nas abordagens do desenvolvimento econômico, quando é divulgado pelo Clube de Roma o documento “Limites do Crescimento”, que de acordo com Jacobi (1999, p. 176) propõe “para se alcançar a estabilidade econômica e ecológica, o congelamento do crescimento da população global e do capital industrial, mostrando a realidade dos recursos limitados e indicando um forte viés para o controle demográfico”.

A discussão sobre desenvolvimento é retomada passando-se a incluir também a questão ambiental, sobretudo a partir de 1972, quando é realizada em Estocolmo (Suécia) a

Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, considerada um dos marcos das discussões ambientais. Assim, emerge o conceito de ecodesenvolvimento, que segundo Jacobi (1999, p. 176), propõe “ações que explicitam a necessidade de tornar compatíveis a melhoria nos níveis de qualidade de vida e a preservação ambiental”, buscando assim conciliar os processos ambientais e os socioeconômicos.

Na década de 1980 é elaborado o Relatório Brundtland que passou a ser utilizado nas discussões sobre a noção de sustentabilidade ambiental, que propõe o atendimento das necessidades das gerações presentes, preocupando-se em garantir a sobrevivência das gerações futuras. A partir desse Relatório, a preocupação com o meio ambiente foi incorporada ao conceito de desenvolvimento e a noção de sustentabilidade passa a ser constituída por diferentes dimensões.

A noção de desenvolvimento sustentável passou a ser utilizada como referência pela maior parte das políticas e projetos de desenvolvimento, defendendo um equilíbrio entre desenvolvimento e preservação ambiental, contrariando o paradigma de crescimento a qualquer custo e sem atentar que alguns recursos naturais são finitos, devendo assim ser preservados. O conceito de desenvolvimento sustentável influenciou diversas políticas apresentadas pelas agências e órgãos de financiamento, como uma forma de promover melhorias no sistema de produção em regiões com menos recursos financeiros.

Na visão de Sachs (2000), a sustentabilidade pode ser trabalhada considerando cinco dimensões: a social, a econômica, a ecológica, a espacial ou territorial e a cultural.

A sustentabilidade social tem por objetivo promover a igualdade na distribuição de riquezas, o que pode ser alcançado mediante a criação de mecanismos que possibilitem o igual acesso aos recursos e serviços disponíveis na sociedade, reduzindo as disparidades socioeconômicas entre a população. Desta maneira, a redução das desigualdades sociais promoveria uma melhor alocação e gestão dos recursos que, juntamente com o aumento de investimentos públicos e privados, possibilitaria a sustentabilidade econômica.

A sustentabilidade ecológica está relacionada à preservação da biodiversidade e à qualidade ambiental, viabilizada através de mudanças no padrão de consumo da população, limitando a utilização dos recursos não renováveis e privilegiando produtos gerados em processos que contribuem para o equilíbrio ambiental. Já a sustentabilidade espacial ou territorial seria alcançada através de uma melhor distribuição territorial de assentamentos urbanos e atividades econômicas, bem como através do equilíbrio entre os espaços urbanos e rurais, que seriam igualmente atendidos pelas políticas públicas, reduzindo dessa forma os

desequilíbrios e corrigindo as desigualdades regionais. Por sua vez, a sustentabilidade cultural está relacionada à necessidade de evitar conflitos culturais, buscando introduzir inovações em uma determinada comunidade, mas ao mesmo tempo, preservando as tradições e as identidades existentes, valorizando assim a pluralidade de ideias e a diversidade das culturas locais (SACHS, 2000).

A noção de desenvolvimento sustentável foi popularizada a partir da realização da Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD-92, ou Rio-92), ocorrida em 1992, no Rio de Janeiro, quando mais uma vez é evidenciada a necessidade de conciliar crescimento econômico, tecnologia e meio ambiente. Deste modo, a problemática da sustentabilidade assume um papel central na reflexão em torno das dimensões do desenvolvimento, sendo continuamente ressaltada a importância de conciliar crescimento econômico, equidade social e a manutenção dos recursos naturais.

A partir da Rio-92, a noção de desenvolvimento sustentável se consolida como uma forma de combater as desigualdades socioeconômicas e preservar o meio ambiente, passando a ser largamente utilizada pelos governos, agências de financiamento e organizações não governamentais.

Desta maneira, observa-se que o conceito de desenvolvimento é múltiplo, abrangendo aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais. Este conceito apresenta uma estreita relação com o território, pois é considerado uma dimensão que viabiliza o desenvolvimento, considerando os recursos naturais, econômicos, culturais existentes em um determinado espaço geográfico.

Nessa perspectiva, emerge a noção de desenvolvimento territorial, considerado uma estratégia utilizada na construção de um projeto de desenvolvimento a partir das potencialidades produtivas locais. Esta forma de desenvolvimento deve identificar as vocações locais, para dessa forma, elaborar estratégias de desenvolvimento que possibilitem integrar o capital humano, natural, intelectual, cultural, social e político presentes no território, bem como estimular a utilização sustentável dos recursos ambientais.

O desenvolvimento territorial considera o equilíbrio entre os diversos fatores na organização humana do espaço geográfico e as implicações para o desenvolvimento regional em termos econômicos, culturais, políticos e sociais. De acordo com Zoido Naranjo e Caravaca (2006, p. 228),

El grado de desarrollo territorial al que puede aspirar cada ámbito está directamente relacionado con sus características sociales, económicas,

ambientales, tecnológicas, etcétera; de forma que cada tipo de territorio podrá aspirar a un proceso de desarrollo específico.²

Nesse contexto, percebe-se que todas as áreas dispõem de um capital territorial, ou seja, são dotadas de especificidades em termos de localização geográfica, recursos naturais, fatores de produção, características culturais, entre outros, que se corretamente exploradas podem inseri-las nas novas lógicas econômicas dominantes e alavancar seu processo de desenvolvimento. Na visão de Lisboa (2012, p. 140),

A mundialização do capital revaloriza as vantagens locais, reforçando a competitividade entre os lugares, manifestando, assim, sua iminência em todos os lugares. Cada lugar específico se organiza colocando suas vantagens a serviço do momento da reprodução.

Com a globalização, algumas barreiras espaciais são transpostas através da técnica e da informação e, desta forma, as potencialidades para produção de riquezas de um dado território passam a ser evidenciadas e exploradas, tornando áreas pouco valorizadas ou até então desconhecidas, atrativas ao capital. As características naturais, sociais e econômicas de um recorte territorial produzem vantagens locais que permitem uma diferenciação dos lugares e sua consequente valorização, posto que os territórios são utilizados e explorados através da ação do capital, que abre assim novos espaços para sua acumulação e reprodução.

Na atualidade ocorre uma crescente descentralização dos processos produtivos e as empresas instalam-se em múltiplos territórios, de acordo com as vantagens que os mesmos oferecem ao processo produtivo, facilitando assim a acumulação do capital e projetando uma determinada região em círculos econômicos cada vez maiores. Nessa perspectiva, observa-se uma crescente subordinação das economias locais ao mercado global, o que embora possa contribuir para elevar as condições de vida e fortalecer economicamente alguns membros da comunidade, promove concomitantemente uma apropriação intensa e desigual do território.

A conexão entre o local e o global é viabilizada a partir das redes, que são estabelecidas quando um território mostra-se favorável a reprodução do capital, sobretudo quando as características específicas de cada área mostram-se passíveis de serem capturadas para o consumo. É o uso do território que o torna importante, e desta forma, o capital ao dele se apropriar promove movimentos contraditórios de territorialização e desterritorialização.

²O grau de desenvolvimento territorial ao qual pode aspirar cada lugar está diretamente relacionado com suas características sociais, econômicas, ambientais, tecnológicas, etc; de forma que cada tipo de território poderá aspirar a um processo de desenvolvimento específico.

Ao estudar o desenvolvimento territorial, os geógrafos espanhóis Zoido Naranjo e Caravaca (2006) ressaltam que esse conceito engloba as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento, considerando também o equilíbrio territorial e a diversidade territorial. O equilíbrio territorial é alcançado quando as regiões são igualmente dotadas de serviços e da infraestrutura necessária para que atinjam níveis similares de desenvolvimento econômico, apresentando uma coesão que reduziria as divergências estruturais, enquanto que a diversidade territorial baseia-se na valorização das particularidades, do capital territorial, como uma forma de projetar uma determinada região através da preservação da unidade na diversidade.

No estudo do desenvolvimento territorial, o enfoque regional é o mais adequado, entendido como algo incorporado nas relações sociais e de produção, no intuito de atingir as perspectivas de desenvolvimento. Por se tratar de uma porção delimitada do território, a região representa a área onde a implantação de políticas e planos de desenvolvimento territorial mostram-se mais viáveis.

O modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil e por alguns países subdesenvolvidos, durante muito tempo esteve pautado na atração de empresas e investimentos externos como uma forma de alavancar suas economias, desconsiderando algumas potencialidades locais que poderiam tanto promover o crescimento econômico, quanto inserir uma parcela maior da população nas atividades produtiva e, assim, elevar as condições de vida nas áreas periféricas.

Contudo, de acordo com Lisboa (2012, p. 147), atualmente vem ocorrendo um esforço em evidenciar as potencialidades locais dos lugares, para dessa forma torná-los atrativos a investimentos, pois o novo paradigma do desenvolvimento “considera como espaço preferencial, economias de regiões e cidades, que possam crescer utilizando o potencial de desenvolvimento presente no território”, estimulando assim o desenvolvimento territorial, que emerge como uma resposta endógena em momentos de crises econômicas.

Os atores locais podem e devem participar do planejamento e da execução das ações em prol do crescimento da economia, auxiliando na definição das prioridades e buscando a desconcentração dos recursos, para dessa forma promover o desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, segundo Saquet e Sposito (2008, p. 15),

A organização política e o envolvimento dos sujeitos, a formação/educação, o planejamento e gestão, as redes de cooperação, a valorização das identidades, entre outros processos, são fundamentais na redefinição da produção e de outros aspectos da vida cotidiana, numa concepção de

desenvolvimento que envolve, necessariamente, o rearranjo das relações de poder.

A comunidade, individualmente ou juntamente com os agentes do desenvolvimento, deve participar ativamente das transformações socioeconômicas, desenvolvendo ações a partir das particularidades locais, bem como aliando modos de produção tradicionais e modernos, para dessa forma produzir vantagens competitivas que possibilitem transformar crescimento econômico em desenvolvimento através da crescente inclusão de diversos segmentos da sociedade.

O desenvolvimento territorial está diretamente relacionado à forma como o Estado atua sobre um determinado espaço e requer o planejamento e a coordenação das ações governamentais e privadas. No entanto, tais ações devem estar em consonância com as políticas de desenvolvimento elaboradas com a participação dos diversos atores sociais, já que o desenvolvimento territorial tem por objetivo realizar uma transformação produtiva, de forma a reduzir as disparidades socioeconômicas e fortalecer as economias locais.

A valorização do desenvolvimento endógeno considera a importância das dinâmicas econômicas globais e nacionais sobre os espaços locais, bem como o impacto das políticas públicas nacionais e estaduais sobre um dado território. Desta forma, os governos locais adquirem papel estratégico e muito importante para que o desenvolvimento territorial seja alcançado, pois atuam coordenando os processos localmente e gerando condições para que as potencialidades existentes sejam exploradas, promovendo desta forma uma articulação do local ao nacional e até ao internacional.

Essa nova perspectiva de desenvolvimento torna evidente a capacidade da sociedade se organizar e intervir na gestão de seu território, o que vem sendo favorecido pela realização de fóruns e discussões que viabilizam e fortalecem as decisões em torno das demandas de desenvolvimento. O desenvolvimento territorial contempla múltiplas dimensões do desenvolvimento e diferentes atores, e nesse contexto, a cooperação torna-se importante fator para implantação e execução de projetos, planos e programas socioculturais, ambientais e econômicos.

As ações de desenvolvimento territorial devem ser realizadas de forma a assegurar a autonomia local, através do fortalecimento da capacidade de controle e gestão de determinados processos políticos, econômicos e ambientais. O desenvolvimento territorial é um processo endógeno de mudanças que busca alcançar o dinamismo econômico e melhorar as condições de vida da população local, que deve participar ativamente das ações de

planejamento, definindo os planos, programas e projetos em consonância com as necessidades e prioridades localmente definidas.

Além da participação dos atores locais, para alcançar o desenvolvimento territorial devem ser incluídos também participantes regionais e extra-regionais, como uma forma de alcançar novos mercados, ativar a economia local e também reter a população no território, através da geração de emprego e renda, contribuindo assim para diminuir o fluxo emigratório.

Dessa maneira, o desenvolvimento territorial surge como uma nova estratégia de desenvolvimento que objetiva promover a geração de renda e dinamizar a economia de um determinado espaço a partir de suas características específicas, em razão de que atualmente vem sendo priorizado o financiamento de empreendimentos que valorizem o patrimônio e a cultura local. Entretanto, para que o desenvolvimento territorial ou qualquer outro tipo de desenvolvimento seja alcançado, é imprescindível o envolvimento dos agentes da administração pública, através da elaboração de políticas de ordenamento territorial, como também o engajamento da sociedade civil no sentido de buscar o desenvolvimento para o território em que reside.

1.2 - Releitura do espaço geográfico na perspectiva da lógica zonal e da lógica reticular

De acordo com Haesbaert (2014), o espaço é apropriado pelo exercício do poder e, assim, territorialização e regionalização estão relacionadas à lógica zonal, relacionada com o controle de áreas ou limites, e a lógica reticular que prioriza o ordenamento espacial em rede, concentrando-se no controle dos fluxos. A lógica zonal apoia-se na concepção espacial de território como superfície contínua que apresenta limites fixos, enquanto que a lógica reticular incorpora a descontinuidade, o movimento e a fluidez como pontos importantes na composição dos territórios. Tais lógicas interferem na construção dos territórios, estando diretamente associadas, uma vez que, segundo Haesbaert (2014, p. 39-41),

A rede é um constituinte indissociável da própria zona ou área. Sem rede não há controle de uma área (a começar que uma rede pode ser encarada, por exemplo, como um conjunto coordenado de postos fronteiriços), e de certa forma toda rede, geograficamente falando, exige áreas ou zonas, ainda que de pequena dimensão (que pode ser até uma antena), para efetivar seus fluxos e conexões.

A lógica reticular não depende de um território para ser estabelecida, pois é produzida em rede, porém para se manifestar concretamente no espaço geográfico precisa ser disseminada nos lugares, o que demonstra a interligação entre lógica zonal e reticular, tendo

em vista que ambas são confrontadas no lugar. No atual estágio da globalização observam-se processos concomitantes de retração e expansão do espaço, com limites de uma área sendo estabelecidos através de uma lógica zonal e uma maior conexão entre os espaços estabelecidos através das redes, numa lógica reticular, o que possibilita o surgimento de novas formas de organização mais flexíveis e descentralizadas, conectadas ao mercado global.

Tais lógicas são complementares, no entanto podem ocasionar processos contraditórios, dado que a delimitação de uma área e a conexão por redes promovem processos díspares de ordenamento e desordenamento territorial. Dentro dessa perspectiva, é possível concordar com o pensamento de Milton Santos (2008, p. 279), quando afirma que

Mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem do território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros. Quando ele é visto pelo lado exclusivo da produção da ordem, da integração e da constituição de solidariedades espaciais que interessam a certos agentes, esse fenômeno é como um processo de **homogeneização**. Sua outra face, a **heterogeneização**, é ocultada. Mas ela é igualmente presente. (Grifos nossos).

O capitalismo em sua busca pelo lucro utiliza a lógica zonal como padrão territorial, que delimita fluxos através do controle de áreas geralmente contíguas, com fronteiras bem definidas e marcadas pela ação estatal. Da mesma forma, a lógica reticular também é bastante utilizada pelo capitalismo, pois prioriza a abertura, a fluidez e a circulação em escala regional e global, constituindo o espaço dos fluxos que caracteriza as grandes organizações empresariais. Então,

O modelo dos territórios-zona estatais que marcam a grande colcha de retalhos política, pretensamente uniterritorial (no sentido de só admitir a forma estatal de controle político-espacial) do mundo moderno, e que nunca esteve tão universalizado como nos nossos dias, deve conviver não só, internamente, com as redes que concedem maior solidez ou integração interna a seus territórios, como também, externamente, com novos circuitos de poder que desenham complexas territorialidades em rede (HAESBAERT, 2014, p. 71).

As novas possibilidades de fluidez fortalecem e ampliam os vínculos à distância em rede, ao mesmo tempo em que se verifica a grande importância dos laços zonais de contiguidade. A combinação da lógica zonal com a lógica reticular torna mais perceptível o dinamismo, o movimento e as possíveis conexões espaciais que podem vir a ser estabelecidas. A interdependência entre os espaços amplia-se, passando a predominar circuitos mais amplos e emergindo também novas formas de cooperação e controle. No entanto, embora a noção de proximidade possa também estar associada à lógica reticular, posto que a rede conecta

espaços através da tecnologia, um dos pressupostos da maior proximidade é a contiguidade espacial, que geralmente envolve a lógica zonal.

As redes articulam zonas que, por sua vez, apresentam também uma interação interna, evidenciando a interação entre a lógica zonal e a lógica reticular, sobretudo no que se refere à proximidade e contiguidade na construção de espaços sociais. Nos últimos anos, contrariando a lógica predominante de caráter reticular, torna-se visível a relevância da lógica zonal, diante da maior percepção de suas especificidades e funções. A ação estatal utiliza as divisões por área ou zonas administrativas ao reordenar os territórios, demarcando áreas ou extensões geográficas enquanto instrumento normativo ou de ação política.

O Estado costuma basear suas ações a partir de uma lógica zonal bem delimitada, circunscrevendo fluxos ou fechando circuitos, privilegiando assim a implantação de políticas públicas sobre territórios geralmente contíguos. A contiguidade e a proximidade espaciais estão diretamente relacionadas à dimensão zonal, que é privilegiada na regionalização e constitui uma importante ferramenta na elaboração de políticas de intervenção no espaço.

No entanto, a lógica zonal de ordenamento territorial não é de utilização exclusiva dos grupos hegemônicos, tendo em vista que alguns grupos minoritários, como algumas comunidades costeiras tradicionais, reivindicam a delimitação de suas zonas de utilização, sendo apoiadas, muitas vezes, pelo Estado, por corporações econômicas e por ONGs, que enxergam no território-zona uma forma de controle e preservação de determinadas áreas, tanto para exploração econômica futura quanto para conservação ambiental.

A delimitação zonal, ao evitar a expansão territorial de grupos minoritários, em alguns casos, funciona também como instrumento de contenção territorial, confinando-os geralmente em espaços periféricos ou que apresentam condições de vida extremamente precárias. Por outro lado, a delimitação do território dessas comunidades pelo Estado representa uma conquista e a possibilidade de manutenção das territorialidades e do próprio grupo, evitando dessa maneira que essas áreas sejam apoderadas pelo capital privado.

De acordo com Haesbaert (2014), a revalorização de espaços contínuos é ocasionada pela valorização da dimensão cultural na economia capitalista atual que, pela proximidade geográfica, passa a considerar tais espaços homogêneos em toda sua extensão. A delimitação de uma zona ou área ao mesmo tempo em que significa uma homogeneização interna, representa também uma multiplicidade, em razão de que o espaço é dotado de particularidades e especificidades, e mesmo as áreas contíguas apresentam características bastante diferenciadas, atores sociais distintos e estão imersas em diferentes relações de

poder, produzindo assim diferentes territorialidades. Desta maneira, a eficácia de ações de planejamento territorial que levem em consideração a homogeneidade espacial seria inviabilizada porque promoveria a exclusão ou a não inserção de algumas áreas nas ações governamentais.

Na atualidade, emergem novas formas de solidariedade entre os lugares, e as regiões que inicialmente eram definidas por uma solidariedade orgânica, passam a ser caracterizadas por uma solidariedade organizacional que se baseia na racionalidade, predominando fatores externos que determinam as modalidades internas de ação. Os arranjos espaciais ocorrem sobre espaços contínuos e descontínuos interligados, definindo um espaço de fluxos reguladores e sugerindo a existência de dois recortes: o da verticalidade e o da horizontalidade (SANTOS, 2008). A discussão entre lógica zonal e lógica reticular suscita, em alguns casos, uma associação com as noções de verticalidade e horizontalidade, que não são excludentes e funcionam em conjunto. Deste modo,

De um lado, há extensões formadas por pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades (SANTOS, 2008, p. 284).

A horizontalidade está diretamente relacionada ao território e pressupõe contiguidade espacial, onde a proximidade geográfica promove uma interação entre áreas que ocorre, porém, de forma mais limitada. A horizontalidade caracteriza-se por relações de vizinhanças e constitui o domínio da interação territorial, na qual é possível desenvolver uma solidariedade local e aumentar a eficácia política. Desta forma, as horizontalidades são estabelecidas nas escalas locais e regionais, a partir de relações econômicas, políticas, sociais e culturais, favorecendo o desenvolvimento de ações construídas localmente e com ampla participação da sociedade civil, em prol do interesse coletivo.

As horizontalidades ocorrem no espaço cotidiano e ajudam a desenvolver mecanismos de solidariedade e participação, pois é através do fortalecimento da população local que novas formas de produção e de consumo podem ser estabelecidas, constituindo na visão de Santos (2008), uma forma de resistência à globalização. Nesse contexto, observa-se uma relação direta entre horizontalidades e desenvolvimento territorial, posto que este possibilita a participação da população nas decisões de competência regional, gerando uma coesão da sociedade civil e um crescente processo de autonomia de decisão. Desta forma, através da percepção coletiva de pertencimento regional e identificação da população com sua

região, pode ocorrer a crescente sensibilização e mobilização social para a proteção ambiental e manejo racional dos recursos regionais.

A verticalidade relaciona-se a rede, que insere os espaços no contexto global, e pressupõe descontinuidade territorial e mobilidade, representando uma cooperação mais ampla do ponto de vista econômico, político e geográfico, obtida através do intercâmbio e da circulação. A verticalidade gera uma interdependência entre os lugares que se torna maior na medida em que aumenta também a necessidade de cooperação, uma vez que o sistema de produção em rede ou reticular intensifica os fluxos dos produtos e promove a coesão do processo produtivo. Nesse contexto, a informação é um importante instrumento na definição de novas realidades espaciais, geralmente influenciadas pelos grupos econômicos hegemônicos e pelo Estado, que impõem novas feições ao território.

As redes são portadoras de ordem – através delas as grandes corporações se articulam, reduzindo o tempo de circulação em todas as escalas nas quais operam; o ponto crucial é a busca de um ritmo, mundial ou nacional, beneficiando-se das escalas gerais de produtividade, de circulação e de trocas. Na escala local, estas mesmas redes são muitas vezes portadoras de desordem – numa velocidade sem precedentes engendram processos de exclusão social, marginalizam centros urbanos que tirava sua força dos laços de proximidade geográfica e alteram mercados (DIAS, 2011, p. 154).

A interdependência entre as áreas comporta uma hierarquia que, segundo Santos (2008), se realiza através de ordens técnicas, financeiras ou políticas, contribuindo para o crescente processo de homogeneização, dado que há uma similaridade na organização espacial imposta pelo Estado e pelos grupos dominantes. Contudo, as redes são diferenciadas e conectam os locais de formas distintas, inviabilizando assim a homogeneização do espaço e evidenciando a heterogeneidade, pois constituem um dos suportes da competitividade e possibilitam a determinados atores sociais um papel privilegiado na organização espacial.

Ao mesmo tempo em que as redes conectam espaços e aproximam grupos sociais com interesses variados, têm também a possibilidade de excluir parte da sociedade em função do poder diferenciado de decisão e gestão dos mesmos. As verticalidades possibilitam integrar áreas descontínuas e são conformadas por relações que hierarquizam os espaços, nos quais imperam decisões e ações de origem distante, que algumas vezes tem finalidades diferentes das demandas e interesses dos lugares, ocasionando tanto a perda da solidariedade quanto da capacidade de gestão da vida local. Assim, segundo Santos (2000, p. 106), através das verticalidades,

As macroempresas acabam por ganhar um papel de regulação do conjunto do espaço. Junte-se a esse controle a ação explícita ou dissimulada do

Estado, em todos os seus níveis territoriais. Trata-se de uma regulação frequentemente subordinada porque, em grande número de casos, destinada a favorecer os atores hegemônicos.

Nas horizontalidades as regras são localmente formuladas e a contiguidade espacial constitui o fundamento da solidariedade, ao passo que nas verticalidades a solidariedade não depende da contiguidade, da proximidade espacial, mas sim da proximidade organizacional e das regras ditadas e produzidas à distância pelos sistemas hegemônicos, que desestruturam e desintegram as solidariedades locais criadas pelas horizontalidades.

Santos (2008) associa as verticalidades as forças centrífugas do território em que se instalam, ali permanecendo apenas pelo tempo em que puderem obter vantagens que não conseguiram em outras áreas, enquanto as horizontalidades são associadas as forças centrípetas, que se aproximam do local, do centro e que se originam no próprio território, expressando os objetivos e dinâmicas da sociedade local, e gerando movimentos de agregação. Ainda segundo este autor, as forças centrífugas agem de modo hierárquico sobre as forças centrípetas, já que as normas e ordens são ditadas de fora e atendem as exigências do sistema hegemônico, reorganizando empresas e ordenando os territórios. Desta forma, a ordem pré-existente é modificada, o que promove a desterritorialização e a desintegração da solidariedade local que havia sido estabelecida através das horizontalidades.

A verticalidade e a horizontalidade produzem arranjos territoriais, e enquanto a primeira conduz a racionalidade e gera uma disciplina imposta pelos grupos dominantes, a horizontalidade representa o lugar da finalidade, gerada externamente e internamente. A verticalidade pode ser considerada desagregadora, ao retirar da região os elementos de comando, como também pode ser qualificada como reestruturadora ao impor uma nova ordem ao território, que geralmente é orientada para interesses específicos e possibilita uma integração econômica e espacial mais abrangente. Já a horizontalidade é agregadora, pois ações constituídas localmente geram uma interdependência entre os espaços internos que podem contribuir para o fortalecimento do conjunto (HAESBAERT, 2014; SANTOS, 2008).

Em um mundo de crescente fluidez e de territórios múltiplos, há a tendência da união vertical dos lugares, viabilizada pelas redes que dotam o espaço de uma maior fluidez e flexibilidade, posto que a circulação prevalece no atual processo de produção e promove modificações espaciais. Assim, a mobilidade se transforma em um grande diferenciador social, pois as redes se estabelecem a serviço do grande capital, promovendo a valorização das especificidades locais e imprimindo novas feições aos espaços, que se tornam assim mais atrativos aos investimentos externos.

As vantagens locacionais existentes em um território possibilitam incorporá-lo ao processo produtivo, dado que as redes promovem uma reestruturação econômica de tais espaços, que adquirem novas funções no processo de reprodução do capital. A existência das redes aproxima pontos afastados no espaço geográfico e assegura o funcionamento global da sociedade e da economia, legitimando o uso da expressão verticalidade e lógica reticular. Mas em paralelo ao fortalecimento dos vínculos à distância, em rede, torna-se evidente a relevância dos laços de contiguidade, que caracterizam a lógica zonal, utilizada no ordenamento territorial dos Estados, pois em alguns momentos a definição de uma área é imprescindível para a manutenção de um território e cada grupo deve ter autonomia e capacidade para abrir ou fechar seu território quando houver necessidade.

As verticalidades interligam o local ao global e interferem diretamente na territorialidade, estando a serviço do mercado e necessitando de normas rígidas estabelecidas por atores hegemônicos, para que a economia, a sociedade e o espaço geográfico funcionem adequadamente, conforme os ditames do capital. Já as horizontalidades estão a serviço da sociedade, que se torna mais vulnerável ao domínio do mercado quando se mostra menos coesa e atuante, o que torna necessário fortalecer a participação social no processo de tomada de decisões para assim resguardar os interesses locais e consolidar a configuração territorial.

As verticalidades são disseminadas tanto por atores exógenos quanto por atores locais, que incorporam valores verticais globais e passam a seguir as determinações do mercado mundial, buscando dessa forma o crescimento econômico e o desenvolvimento. A disseminação das verticalidades influencia as ações individuais, e consequentemente, as horizontalidades que estão diretamente relacionadas às atividades concebidas e desenvolvidas no lugar e que são reestruturadas para se adequar à racionalidade mercantil dos atores hegemônicos, que pregam a competitividade e a individualidade. Desta forma, as atividades econômicas são adequadas aos interesses do capitalismo global, em detrimento dos interesses da comunidade local, que se torna cada vez mais dependente das relações com o mercado, e gradativamente vai perdendo sua autonomia política e econômica.

Para Santos (2000), enquanto as verticalidades organizam o território para atender as demandas do mercado global e obedecem a um sistema de regras imposto por instituições e governos que exercem forte influência na economia global, as horizontalidades constituem uma forma de organização que atende aos interesses locais de produção e consumo, sendo as particularidades de uma área consideradas um fator de produção. Santos (2000, p. 109) associa as horizontalidades ao espaço banal, o espaço de todos, conceito tomado de Perroux

em que os atores são considerados na sua contiguidade, estabelecendo-se uma solidariedade orgânica e onde,

A ação atual do Estado, além de suas funções igualmente banais, é limitada. Na verdade, mudadas as condições políticas, é nesse espaço banal que o poder público encontraria as melhores condições para sua intervenção. O fato de que o Estado se preocupe sobretudo com o desempenho das macroempresas, às quais oferece regras de natureza geral que desconhecem particularidades criadas a partir do meio geográfico, leva à ampliação das verticalidades e, paralelamente, permite o aprofundamento da personalidade das horizontalidades. Nestas, ainda que estejam presentes empresas com diferentes níveis de técnicas, de capital e de organização, o princípio que permite a sobrevivência de cada uma é o da busca de certa integração no processo de ação.

Enquanto o território, para as horizontalidades, é considerado um abrigo, havendo um grande comprometimento com a sociedade local e estabelecendo-se uma integração solidária, para as verticalidades o território é considerado um recurso, que atende aos interesses de atores hegemônicos, que se mostram indiferentes ao seu entorno. A ação de novos atores públicos e privados, atrelados a processos dinâmicos ligados a uma lógica mais global do capital, amplia a influência de normas e ações verticais sobre as horizontalidades e interferem diretamente na produção do espaço regional.

Os territórios hoje são formados por lugares contíguos e por lugares em rede, de lugares vizinhos reunidos na forma de contiguidade territorial e por pontos distantes uns dos outros ligadas por todas as formas e processos espaciais. Desse modo, torna-se evidente a relação de reciprocidade entre a lógica zonal e a lógica reticular, entre horizontalidades e verticalidades, uma vez que as redes além de comporem os territórios têm um papel importante na sua construção geográfica, ao mesmo tempo em que o território é um elemento que compõe e permite articular a rede.

Ao se estudar áreas contíguas, a expressão “efeito borda” passou também a ser empregada, sobretudo ao analisar territórios localizados em limites extremos dos seus estados e que historicamente apresentavam uma dificuldade de comunicação mais efetiva com os principais centros econômicos regionais e nacionais. O “efeito borda” passou a ser discutido no início do século XX, para designar a transição entre dois ecossistemas, sendo inicialmente aplicado às ciências biológicas que, tradicionalmente, usam o termo ecótono para designar os limites naturais de ecossistemas, enquanto que os limites antrópicos passam a ser denominados “borda” (BARROS, 2006).

Na ciência geográfica, a borda pode ser entendida como uma área que margeia um determinado território e sofre a influência de agentes e ações externos, apresentando por isso,

características distintas. Moraes (2002, p. 88) denomina estes espaços de “fundos territoriais”, que são:

Constituídos pelas áreas ainda não devassadas pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinaladas na cartografia da época. Trata-se dos “sertões”, das “fronteiras”, dos lugares ainda sob domínio da natureza ou dos “naturais”. Na ótica da colonização, são os estoques de espaços de apropriação futura, os lugares de realização da possibilidade de expansão da colônia.

O Estado, enquanto principal agente organizador do espaço, buscou expandir o território para áreas não exploradas, através de incentivos oficiais e de políticas territoriais explícitas e às vezes implícitas. Alguns instrumentos de planejamento e gestão têm buscado extrapolar os limites estaduais de forma a possibilitar uma articulação regional, que pode contribuir tanto para o fortalecimento econômico quanto para a gestão territorial integrada.

O papel do Estado é, portanto, o de viabilizador da conquista, de indutor do povoamento das terras, de dotador de equipamentos, de gestor da ocupação do solo. E, principalmente, **de guardião dos fundos territoriais** e garantidor da integridade do território, valor supremo da geopolítica nacional e pressuposto geral de todas as demais funções enumeradas (MORAES, 1999, p. 45). (Grifo nosso).

Considerando a inicial falta de articulações com os centros econômicos, alguns territórios passaram a apresentar um alto índice de conectividade em função dos fluxos de bens em geral que os cruzam. Tais fluxos geralmente têm origens e destinos distantes da cidade, porém incrementam localmente o crescimento de determinados setores produtivos e assim possibilitam que algumas cidades limítrofes passem a desempenhar função estratégica e se transformem em importantes nós da rede de circulação de bens.

A proximidade geográfica favorece a expansão de formas de produção, atividades econômicas e até mesmo valores culturais para áreas contíguas, que passam a ser influenciadas em diferentes escalas. Algumas questões políticas e econômicas superam os limites de um determinado território, fomentando uma interação entre áreas contíguas através da execução de políticas públicas, implantação de programas governamentais e da instalação de empreendimentos privados. Em alguns casos, o conjunto contínuo de características locais ou regionais pode vir a ser utilizados como uma vantagem competitiva, atraindo assim investimentos tanto privados quanto estatais. Desta forma,

Por trás dessa revalorização de espaços contínuos, ou melhor, de proximidade e copresença, encontra-se também a (hiper) valorização da dimensão cultural na economia capitalista contemporânea. Ela é responsável pela reelaboração de imaginários ou de conjunto simbólicos que incorporam leituras homogeneizantes, voltadas à construção de identidades

(“continuidades/homogeneidades”) capazes, por exemplo, de promover/vender um espaço como se ele fosse dotado de características homogêneas e contínuas em toda sua extensão (HAESBAERT, 2014, p. 71).

Dentro dessa perspectiva, ao longo do litoral brasileiro observam-se os “fundos territoriais”, uma vez que as ações dos agentes públicos e privados ultrapassam o âmbito estadual e influenciam áreas localizadas em seu entorno. Alguns municípios polarizam uma determinada região de um Estado, onde as redes estão se adensando e novas áreas são incorporadas a estrutura produtiva, promovendo o crescimento econômico de algumas localidades e de determinados segmentos sociais.

Nesse sentido, as redes possibilitam à inserção de novas áreas à economia nacional, bem como o uso e ocupação de regiões mais distantes dos centros econômicos do país, permitindo desta maneira integrar as áreas com maiores dificuldades econômicas às mais dinâmicas, e consequentemente possibilitar a redução das desigualdades sociais e espaciais.

No entanto, a expansão da área de influência de um determinado município sobre outro vizinho pode também promover efeitos negativos, posto que nem todos os espaços contíguos respondem da mesma forma a uma reestruturação de seus sistemas produtivos ou a implantação de programas governamentais. A intensificação da produção e a inserção, por exemplo, de novos cultivos ou atividades econômicas pode tornar um determinado município dependente de insumos de origem industrial e pode gerar uma demanda por mão de obra qualificada, excluindo assim parte da população local do processo produtivo e acentuando as desigualdades socioeconômicas.

Do ponto de vista ambiental também podem ocorrer problemas, pois algumas atividades mostram-se incompatíveis aos ecossistemas onde elas são implantadas, intensificando assim a degradação ambiental. Isto posto, o Estado e grupos privados impõem a alguns municípios novas modalidades de territorialização, totalmente diferente da forma tradicional de apropriação econômica e simbólica desses espaços, promovendo a desestruturação dos sistemas sócio produtivos tradicionais e a emergência de múltiplas territorialidades. Portanto,

O fortalecimento da presença do Estado na regulação e no controle e também no planejamento é imprescindível, especialmente nas áreas de fronteira: fronteira política e econômica, áreas de avanço e conquistas de novas terras. Esta presença é fundamental para poder definir institucionalidades, fazer cumprir as normas e as regras. As instituições do Estado têm que estar presentes nas regiões pioneiras, transformando dinâmicas territoriais violentas e ilegais em regiões prósperas, com a implantação de ações para aumentar empregos e orientar o uso racional dos recursos naturais (MELLO-THÉRY, 2011, p. 58).

No Brasil, as políticas de ordenamento territorial passaram a priorizar escalas mais restritas, selecionando porções fragmentadas do território, onde foi implantado o modelo econômico hegemônico baseado na expansão vertical, totalmente coerente com as lógicas da globalização, promovendo uma reestruturação econômica que na visão de Lisboa (2012, p. 146),

Impõe adaptações pondo em evidência a interação entre os âmbitos local e global, considerando que é o nível local que dispõe do ambiente propício à inovação. Os gestores públicos são convocados a estimular as iniciativas de desenvolvimento local com intervenções na reestruturação dos seus sistemas produtivos, de modo que esta orientação do desenvolvimento possa promover a revanche ao caos provocado pela globalização.

Dentro dessa perspectiva, políticas públicas semelhantes são aplicadas em estados diferentes e embora promovam uma interação territorial, dificilmente se observa o estabelecimento de um território contínuo e homogêneo. Ao estabelecer a conexão entre áreas dinâmicas e marginalizadas, o Estado, muitas vezes, desconsidera as disparidades entre áreas ricas e pobres, ocasionadas pela desigual distribuição das atividades produtivas sobre o território nacional, dificultando não só a articulação entre espaços contíguos como também comprometendo a execução de suas próprias ações e programas governamentais.

A articulação entre estados diferentes ocorre através da implantação de ações governamentais e da iniciativa privada, que ao se inserirem em espaços distintos, tanto do ponto de vista socioeconômico quanto ambiental, promovem diferentes resultados, tornando necessária a realização de adaptações na forma de implementação e operação. Os municípios contíguos estão ao abrigo de variados interesses político-econômicos que delimitam múltiplos territórios e ocasionam a emergência de multiterritorialidades, envolvendo tanto a articulação pautada na lógica zonal ou horizontalidade, quanto na lógica reticular ou verticalidade, totalmente imbricadas.

Vale ressaltar que os conceitos de horizontalidades e de verticalidades não são estáticos, tendo em vista que são as condições históricas de cada território que determinam seus significados. Desta forma, as verticalidades não podem ser associadas apenas a desagregação, pois podem gerar também cooperação e solidariedade, ao mesmo tempo em que as horizontalidades além da solidariedade podem ocasionar conflitos e desordens. Cada território apresenta uma combinação específica de verticalidades e horizontalidades, que foram historicamente construídas e refletem as relações diferenciadas entre a dinâmica global e local. As racionalidades das verticalidades e horizontalidades coexistem e interagem geograficamente, modificando-se mutuamente e interferindo na dinâmica do território.

A verticalidade ocorre em escala mundial e atende o interesse de empresas ou grupos dominantes, interferindo assim de forma decisiva na formação dos diferentes espaços do mundo. Dentro dessa perspectiva, os territórios vêm apresentando novos recortes e novas funcionalidades, estabelecidas através de regulação exterior, pois a reestruturação produtiva que vem sendo implantada em determinadas regiões é voltada a atender as determinações do mercado global, mostrando-se muitas vezes excludente, pois são concentradoras de recursos e nem todos trabalhadores são inseridos na economia globalizada. As verticalidades são a expressão das forças exógenas e se instalam no território através das redes, promovendo desagregação, desordem e conflitos, ao mesmo tempo em que reestruturam a economia local e favorecem novas possibilidades e dinâmicas.

Em contrapartida, as horizontalidades, embora sejam pautadas em relações de solidariedade próxima e contígua, não se processam de forma isolada do mundo, e desta forma é no lugar que estas se confrontam e se articulam com as verticalidades, convivendo dialeticamente, de acordo com Santos (2008).

Dentro dessa perspectiva, no território se imbricam forças contrárias e complementares, que se expressam através das contradições entre o vertical e o horizontal, entre os interesses locais e globais, entre o uso econômico e social dos recursos.

A horizontalidade delimita territórios e ergue barreiras espaciais que vem sendo transpostas pela lógica reticular, posto que as redes possibilitam a articulação de lugares com funcionamento e dinâmicas até mesmo divergentes. A lógica zonal, embora delimite territórios, não pode ser considerada uma barreira ao desenvolvimento, considerando que através do estabelecimento de laços de solidariedade e vizinhança, o sentimento de pertencimento da população local com uma região é fortalecido. Assim, através de uma racionalidade produzida internamente, no âmbito do espaço contíguo, cria-se uma agregação não isenta de conflitos e disputas, que torna possível melhor aproveitar as especificidades locais, e desta forma uma parcela da população que havia sido excluída do processo produtivo pode vir a ser inserida, o que contribui para manter as decisões regionais no âmbito local.

1.3 - Litoral, litorais: que litoral é esse?

1.3.1 - Litoral: um espaço multiuso e de transição

O litoral é um espaço que, ao longo dos anos, vem passando por uma reestruturação territorial, ocasionado por intervenções públicas e privadas, tendo em vista as potencialidades naturais e as vantagens comparativas aí existentes, que favorecem o desenvolvimento de múltiplas atividades econômicas e socioculturais. A crescente valorização das zonas de praia contribuiu para que segundas residências, condomínios de veraneio, resorts e outras infraestruturas de turismo fossem instalados, com o intuito de explorar ao máximo os valores paisagísticos costeiros, o que acarreta profundas transformações ambientais, territoriais e sociais.

Nesses espaços observam-se características naturais e socioeconômicas bastante diversificadas, o que demonstra a incorporação do elemento humano, que imprime através de suas ações, feições particulares e extremamente valorizadas, além de problemas ambientais e conflitos. Como afirma Oliveira & Melo e Souza (2013, p. 60);

Na zona costeira presencia-se uma combinação delicada e diversificada de um conjunto físico e socioeconômico em interação contínua. A paisagem da Zona Costeira agrega uma complexa inter-relação entre estrutura geológica, compartimentação geomorfológica, rede hidrográfica, fauna, flora, envolve condições atuais e pretéritas de formação, estando, em maior ou menor grau, submetida à influência da atuação de componentes humanos.

De acordo com Mendonça (2010, p. 22), do século XIX a meados do século XX “as descrições feitas pelos geógrafos deste período pautaram-se pelo detalhamento das características físicas dos lugares”, e dentro dessa perspectiva, o litoral era estudado e delimitado utilizando principalmente os elementos do quadro natural, como relevo, clima, vegetação, hidrografia, fauna e flora. Nesse período, os estudos sobre o litoral separavam os elementos naturais dos elementos humanos, considerando principalmente as características naturais, sobretudo seus aspectos geomorfológicos, secundarizando a influência antrópica.

Muehe (2005, p. 254) afirma que do ponto de vista estritamente geomorfológico, a linha de costa em decorrência das alterações naturais e antrópicas apresenta uma grande instabilidade e o litoral, em especial as praias, “respondem com mudanças de forma e de posição que podem ter consequências econômicas indesejáveis quando resultam em destruição de patrimônio ou em custos elevados, na tentativa de interromper ou retardar o processo de reajuste morfológico”.

Ramos-Pereira (2008) classifica o vento, as ondas, as marés, as correntes de deriva, as correntes de marés, o regime hídrico continental e a ação humana como elementos ou agentes forçantes da dinâmica do litoral. Os elementos naturais e a ação humana contribuem na caracterização morfológica dos ambientes costeiros que assumem um novo significado quando a sociedade insere objetos e ações que reconfiguram esses espaços, dotando-os de novos significados e funções. Nesse sentido, observa-se que o conceito de litoral é bastante amplo, sendo empregado de acordo com as funções que lhe são atribuídos pelas mais variadas ciências, não havendo um consenso sobre o seu significado, sendo bastante comum utilizar o termo “litoral” e “costa” como sinônimos.

Para o geógrafo espanhol Barragán Muñoz (1994, p. 27) “el litoral es considerado como el área terrestre contigua a la costa, de amplitud variable (habitualmente entre 3 y 12 km) según las características o actividades objecto de análisis”³. Este autor destaca que o litoral é territorialmente mais amplo do que a costa, que se refere ao espaço restrito de contato da terra com o mar, e reconhece que o caráter dinâmico do meio marítimo e a estabilidade do meio terrestre anula a eficácia da utilização dessa linha de contato hipotética, denominada de borda ou orla marítima. Estas expressões têm sido amplamente empregadas nos estudos sobre os ambientes costeiros, sobretudo quando se trabalha a interação entre elementos físicos e socioeconômicos, gerando realidades singulares e variadas, como expressa Barragán Muñoz (1994, p. 25), ao afirmar que “los aspectos físicos, los humanos y los factores de integración sientan las bases de un modelo de análisis multicriterio ponderado para la delimitación del espacio litoral”⁴.

Essa interação entre os elementos de diversas naturezas contribui para configurar o litoral como um espaço singular, que influencia e favorece o desenvolvimento de atividades econômicas e pode por estas ser influenciado. O litoral é um lugar de convergência, de encontro, que agrega processos de naturezas diversas, sendo entendido por Barragán Muñoz (1997, p. 17) como uma

Franja de anchura variable, resultante del contacto interactivo entre la naturaleza y las actividades humanas que se desarrollan en ámbitos que comparten la existencia o la influencia del mar. De ese modo se establecen tres subáreas bien diferenciadas por sus características físico-naturales: la

³O litoral é considerado como a área terrestre contígua a costa, de amplitude variável (habitualmente entre 3 e 12 km) segundo as características ou atividades objeto de análise.

⁴Os aspectos físicos, os humanos e os fatores de integração estabelecem as bases de um modelo de análise multicritério ponderado para a delimitação do espaço litorâneo.

marítima, la terrestre y la que podría denominarse “anfibia” o marítimo-terrestre⁵.

A questão terminológica inclui ainda algumas expressões como zona litorânea e zona costeira que neste estudo serão consideradas como sinônimo. Na visão de Marroni e Asmus (2005, p. 16), a zona costeira corresponde a um “sistema ambiental formado na área de interação direta entre componentes da geosfera (continente), componentes da hidrosfera (oceano) e atmosfera”. Para Ab’Saber (2001, p. 21), o litoral é “uma delicada e estreita faixa entre mar e terra, exposta à movimentação quase permanente dos ares costeiros, amenizadores do calor tropical”, que em países quentes e úmidos, a exemplo do Brasil, apresentam atributos tropicais específicos, que “dependem de componentes fisiográficos, ecológicos, climáticos e hidrológicos”, o que acarreta múltiplos hidroecossistemas e a necessidade de estudos multidisciplinares. Nesses espaços ocorrem processos complexos e dinâmicos dos elementos naturais, sociais, demográficos e econômicos, que sofrem influências recíprocas mútuas.

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), instituído pela Lei Nº 7.661, de 16 de maio de 1988, define zona costeira como “o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre”. Moraes (2007, p.30), no entanto, observa que a zona costeira “não é sempre uma unidade natural evidente, que circunscreva em todas as áreas litorâneas um espaço padrão naturalmente singularizado”, o que dificulta a conceituação e a delimitação precisa de tais espaços. Kay e Alder (2005, p. 2) também reconhecem essa dificuldade conceitual:

The coast is where land and ocean meet. If this line of meeting did not move, defining the coast would be easy – it would be simply a line on the map – but the natural processes that shape the coast are highly dynamic, varying in both space and time. Thus the line that joins land and ocean is constantly moving, with the rise and fall of tides and the passing of storms, creating a region of interaction between land and sea (KAY; ALDER, 2005, p. 2).⁶

Ramos Pereira (2008, p.12) corrobora com essa ideia, quando defende que “o litoral é uma faixa de largura variável, nem sempre com limites bem definidos, na

⁵Faixa de largura variada, resultante do contato interativo entre a natureza e as atividades humanas que se desenvolvem em domínios que compartilham a existência ou a influência do mar. Desse modo se estabelecem três subáreas bem diferenciadas por suas características físico-naturais: a marítima, a terrestre e a que poderia denominar-se “anfibia” ou marítimo-terrestre.

⁶A costa é onde a terra e o oceano se encontram. Se essa linha de encontro não se movesse, definir a costa seria fácil – seria simplesmente a linha no mapa – mas o processo natural que modela a costa é altamente dinâmico, variando no espaço e no tempo. Assim a linha que une a terra e o oceano está em constante movimento, com a subida e a descida das marés e com as passagens de tempestades, criando uma região de interação entre terra e oceano.

dependência directa e indirecta da acção do mar”. De acordo com Madruga (1992), a zona litorânea seria mais ampla que litoral, abarcando áreas que seriam diretamente influenciadas pelas interações do mar com o continente. Na visão de Ferreira (1997, p. 57), o “litoral é local de trocas entre os meios marítimo e terrestre”, apresentando diversidade paisagística e variadas formas de uso do solo. As definições de litoral, na concepção desta autora, são diversas e estão condicionadas aos objetivos e níveis de análises pretendidos, uma vez que “umas incidem na interface terra/mar, outras nas influências marítimas e outras na jurisdição a que estão sujeitos”.

Por sua vez, Panizza (2004) pondera que embora o quadro natural seja um importante elemento delimitador do litoral, o fato das paisagens não apresentarem limites físicos bem definidos torna a utilização desses elementos insuficiente. O processo de ocupação histórica, o desenvolvimento de variadas atividades econômicas também auxiliam nessa delimitação espacial, posto que “o espaço litorâneo não seria estático, nem estanque em si, esse espaço estabelece inter-relações, ele interage” (PANIZZA, 2004, p. 68).

Assim, embora o quadro natural auxilie na delimitação do litoral, não confere a este um padrão singular, o que torna necessário a utilização de elementos sociais e econômicos para caracterizar estes espaços de transição, considerando que a partir da dinâmica de produção capitalista emergem novos processos de análises, que permitem uma releitura do meio natural e de sua relação com a sociedade. Esta visão se coaduna com a interpretação de Camargo (2005, p. 75) que reconhece “não apenas o meio físico como elemento chave na compreensão do meio ambiente, mas a intrínseca interconectividade do meio natural e do meio social, em que ambos se fundem como um objeto criado por vários elementos”.

Marroni e Asmus (2005) consideram a zona costeira como uma área de variados usos, onde são desenvolvidas atividades humanas que algumas vezes comprometem a manutenção dos ecossistemas ali existentes, tanto marinhos quanto terrestres. Conforme os citados autores, a zona ou ambiente costeiro podem ser definidos através da diferenciação dos meios administrativos, em que o Estado define os limites geográficos e gerencia estes espaços a partir de leis específicas, e do meio natural, delimitado através das características físicas.

Em vista disso, o litoral é constituído por um conjunto indissociável, que conecta o natural e o social, constituindo o que Santos (2008) denominou de híbrido, pois muitas vezes é impossível distinguir as obras da natureza e as obras do homem. O litoral aloja múltiplos vetores de desenvolvimento, reflexo de sua localização geográfica e de suas

potencialidades naturais, visto que a grande biodiversidade desses espaços os qualifica como uma importante fonte de recursos, possibilitando formas variadas de uso e ocupação do solo. A diversidade de paisagens litorâneas advém tanto de sua riqueza natural quanto da concentração de pessoas e de atividades econômicas e socioculturais, que continuamente modificam estes espaços de transição.

As variações das condições naturais e das formas de ocupação e uso promovem transformações no litoral, que, muitas vezes, constitui uma ameaça ao seu equilíbrio ambiental e dificulta a implantação de um modelo de desenvolvimento sustentável. De acordo com Peña Olivas (2007, p. 27), “la costa es un elemento que está continuamente cambiando, estructurándose en diversidad de formas que, a su vez, siguen cambiando, sensibles a cualquier agente exterior que actúe sobre ellas”⁷.

De acordo com Ramos-Pereira (2008), o termo litoral tem sido substituído por zona costeira, seguindo a designação anglo-saxônica, cada vez mais empregada na realização do ordenamento territorial, que atribui a tais espaços limites rígidos e bem definidos, o que se contrapõe à natureza diversificada e móvel das áreas litorâneas. Segundo Barragán Muñoz (1997), litoral, zona costeira e área litorânea tem o mesmo significado, quando empregados em um contexto de planejamento e gestão integrada.

Kay e Alder (2005) afirmam que o termo zona ou área costeira é geralmente utilizado para definir a “fronteira” entre a terra e o oceano, sendo muito utilizado no ordenamento e na gestão do litoral, e nesse sentido, o Estado procura delimitar estes espaços, pois são neles que as políticas públicas e investimentos privados se concretizam. Kay e Alder (2005) afirmam ainda que as zonas costeiras têm suas delimitações politicamente determinadas pelo legislativo e executivo, e assim, a nível político, tem sido definidas de acordo com os seguintes critérios: distâncias fixas; formas de uso e ocupação do solo; e pelas características híbridas. Entretanto, os referidos pesquisadores deixam claro que os limites que definem as zonas costeiras variam de acordo com os condicionantes biofísicos e, sobretudo, com as formas de uso desses espaços.

Madrugá (1992) considera flexível o conceito de litoral em termos de dimensão territorial, pois como o processo de ocupação ocorreu inicialmente afastado das áreas litorâneas, este conceito pautou-se apenas nos elementos físicos, que não incluíam a porção continental e consideravam apenas as terras imersas na delimitação geográfica. A partir do momento que passa a ser analisada a ação do homem através dos processos de ocupação e o

⁷A costa é um elemento que está continuamente mudando, estruturando-se em diversidade de formas que, por sua vez, continuam mudando, sensíveis a qualquer agente exterior que atue sobre elas.

desenvolvimento de atividades econômicas, sobretudo as que dependem dos recursos naturais e da localização singular das zonas litorâneas, observa-se uma expansão dessas zonas em direção ao continente e, na definição de litoral, passam a serem considerados também os elementos sociais e econômicos. Dentro dessa perspectiva, Madruga (1992, p. 34) conclui que

O litoral é representado pelo território compreendido na zona litorânea, apresentando maior intensidade de relações, entre os meios aquáticos e terrestres, assim como a intensidade da ação humana na utilização dos recursos naturais, é a maior possível.

Por sua vez, Silva; Guimarães; Jácome e Marques (2003, p. 38) sugerem que o conceito de paisagem litorânea pode ser entendido como a “faixa terra-mar, cujos elementos são analisados a partir da relação entre a sociedade e a natureza, considerando-se os elementos significativos que se apresentam aos olhos dos pesquisadores, a partir da observação direta”. Por sua vez, Oliveira & Melo e Souza (2010, p. 229) destacam que a paisagem litorânea caracteriza-se por uma conformação sistêmica própria:

Suas inúmeras feições são partes constitutivas de uma configuração territorial que expõe unidades paisagísticas interligadas por relações de alta complexidade. A dinâmica do litoral é regulada pela convergência de sistemas ambientais formados por elementos físicos e socioeconômicos complexos com ritmos e intensidades diferenciados.

Na visão de Madruga (1992, p. 33), a zona costeira também pode ser entendida a partir da junção entre a natureza, a sociedade e a economia, que são elementos que caracterizam o atual processo de ocupação desses espaços, e a conexão entre industrialização, urbanização e turismo determinariam a litoralização, “que amplia a zona de ocupação paralela a linha de costa, possibilitando um aumento de intensidade nas relações econômicas e socioculturais, das sociedades humanas com o litoral e o mar”.

Ao conceber o litoral, neste estudo, como um espaço singular onde interagem elementos de diferentes naturezas, utilizou-se o conceito elaborado por Ferreira (1997), que o considera um local de trocas entre o meio marítimo e terrestre, o que confere uma grande diversidade paisagística e possibilita sua utilização de formas variadas. Desse modo, observa-se que não há um consenso sobre o conceito de litoral, e que o mesmo deve ser estudado de acordo com a finalidade específica de cada trabalho. No entanto, observa-se que muitos autores evidenciam o papel e a importância da ação antrópica na conceituação e delimitação dos espaços litorâneos, que vem sofrendo constantes impactos, decorrentes do avanço da urbanização, da industrialização, do turismo e de muitas atividades econômicas sobre áreas que deveriam ser preservadas.

1.3.2- Do território do vazio ao espaço de valorização socioeconômica e cultural

Até a primeira metade do século XVI, o mar era representado através das interpretações bíblicas e predominava no Ocidente, particularmente na Europa, uma imagem repulsiva do mar, que era considerado, segundo Madruga (1992, p. 20), como “algo tenebroso, um grande abismo, lugar de mistérios insondáveis, incompreensível onde flutuava o espírito de Deus”. Segundo essa visão, o mar era visto como um instrumento de punição, estando diretamente associado a catástrofes como o dilúvio, pois como afirma Camargo (2005, p. 35), a metafísica cristã “criou um deus pessoal, vingativo e que se manifestava através do meio natural, em que a natureza confundia-se com a própria mente divina”. O conceito de natureza era dimensionado a partir da ideologia cristã, o que leva alguns escritores, poetas e cientistas durante os séculos XVI e XVII a definir o mar como um lugar obscuro habitado por monstros, conforme expõe originalmente Corbin (1989, p. 64). Então,

Globalmente, predominam o temor do mar e a repugnância em permanecer em suas praias. A figura do oceano terrível, vestígio caótico das catástrofes mergulhadas no passado dos homens, a cólera imprevisível de sua imensidão movente e lúgubre, conjugam-se aos perigos e à pestilência da praia enigmática, linha indecisa, submissa a todo tipo de incursões, onde vem depositar-se os excrementos do abismo.

O medo em relação ao mar era proveniente de sua grande extensão territorial, da falta de conhecimento sobre ele e das dificuldades de navegação, distanciando assim a população das áreas litorâneas, que temia ser atingida por catástrofes ao nele se aventurar. Os relatos sobre as tempestades pontuavam alguns textos no século XVI, invocando o medo e o horror, sendo a navegação considerada um desafio à divindade e fixando a ideia do mar terrível, hostil e ávido por naufrágios. As grandes navegações ajudam a desconstruir estas ideias, pois propiciam o conhecimento e o controle sobre áreas distantes, que até então eram consideradas inacessíveis, o que demonstra que Madruga (1992, p. 21) estava correto ao afirmar que “com o conhecimento vem a atração e o deleite”.

Na visão clássica de Corbin (1989, p. 28), desde o século XVII, ocorre novo olhar sobre o litoral, pois entre “1660 e 1675, os mistérios do oceano dissipam-se graças aos progressos realizados, na Inglaterra, pela oceanografia”. A natureza começa a ser contemplada, emergindo modalidades específicas de desfrutar a paisagem que levam a meditação, conversação e ao fascínio, sobretudo após os poetas barrocos enaltecerem as alegrias da presença a beira mar e os adeptos da Teologia Natural se deslumbrarem com as riquezas marinhas e com o espetáculo da natureza, cuja beleza, na percepção deles, demonstra

o poder e a bondade de Deus. Ainda de acordo com Corbin (1989, p. 35), “a teologia natural, com efeito, implica uma educação do olhar”, pois exalta a observação empírica e a contemplação da natureza, que passa então a ser convertida em espetáculo pelas elites sociais que realizam viagens conhecidas como Grand Tour. A imagem repulsiva do mar é desconstruída paulatinamente, surgindo uma nova forma de apreciação de suas praias.

A partir da metade do século XVIII, emergem outras formas de apreciação da natureza, desconstruindo o sistema de representação induzido pela teologia. Ocorre a difusão da admiração coletiva do espetáculo do mar, sobretudo com as conquistas mercantis das frotas holandesas e a conscientização da importância do espaço litorâneo e marinho como local de trabalho dos pescadores. Por isso, Camargo (2005, p. 36) afirma que a relação do homem com a natureza é alterada “à medida que se amplia o comércio e, conseqüentemente, surge uma nova dinâmica espacial-geográfica”, dado que o capitalismo transforma tanto a base para a produção de riquezas quanto a própria concepção da utilização dos recursos naturais.

Na percepção de Dantas (2010a, p. 25), “o desejo pelos espaços litorâneos surge entre 1750/1840, com a invenção das praias”, local onde foram instaladas estações balneárias favorecendo a moda do banho terapêutico, destinado a tentar curar doenças pulmonares e a melancolia, estando inicialmente as práticas terapêuticas desenvolvidas no litoral associadas às classes sociais de maior poder aquisitivo. No entanto, Corbin (1989), apoiado em relatos históricos de viagens, ressalta que mesmo antes de 1750 as populações que residiam no litoral já desfrutavam dos banhos de mar.

A Primeira Revolução Industrial promove na Inglaterra efeitos ambientais negativos sobre a água e o ar, proporcionando um descontentamento com a cidade e atraindo a população para a beira-mar. Tais espaços passam a ser associados à ideia de bem-estar e aumento da longevidade da população, surgindo novos hábitos coletivos e novos comportamentos, sobretudo com a emergência dos banhos terapêuticos, especialmente com a prática do banho frio prescrita pelos médicos para ativar a circulação e atenuar ansiedades, sendo recomendado aos enfermos, inclusive aos paralíticos, passando-se a associar o reestabelecimento da saúde à “cura marinha”.

Assim, pouco após a metade do século XVIII, a moda do banho de mar nasce de um projeto terapêutico; os médicos prescrevem uma verdadeira cura inspirada no modelo proposto pelas estâncias termais, então muito em voga. De repente, o banho de mar se apresenta como uma prática estritamente codificada; em cada estância, um estabelecimento municipal depressa se encarregará de modular a temperatura da água e de proporcionar todos os serviços necessários à execução das prescrições médicas (CORBIN, 1989, p. 81).

Entretanto, Corbin (1989) observa que os europeus desenvolveram relações complexas e variadas com o mar, pois enquanto os banhistas mediterrâneos praticavam um tipo exclusivo de banho lúdico masculino, os ingleses e franceses enfatizavam as virtudes terapêuticas da água fria do mar, e os gregos se destacavam como grandes apreciadores dos espaços costeiros, que exerciam uma forte influência sobre sua cultura e modo de vida. Os banhos de mar eram prescritos de acordo com a idade, sexo e status social, havendo uma nítida diferenciação na Europa do banho popular e dos banhos terapêuticos. Os banhos populares constituíam uma prática ocasional, fruto de um desejo espontâneo que era desenvolvido coletivamente, não havendo distinção entre os sexos e apresentando-se como uma atividade lúdica.

Já os banhos terapêuticos eram praticados inicialmente pelas classes dominantes e o público distinguia individualmente, onde o banhista de maneira ritualizada e medicalizada deveria buscar obter vigor e energia. O discurso médico enaltecia as virtudes terapêuticas da água fria do mar, bem como os benefícios do contato com as ondas e a realização da vilegiatura marítima, apontadas como uma forma curar enfermidades, inclusive as de índole psíquica, e de aumentar a longevidade.

No final do século XVIII, foram realizadas viagens pitorescas estabelecendo um modelo de apreciação de lugares novos, onde são contempladas as particularidades e as formas de vida nos espaços costeiros. O porto é um desses novos lugares cada vez mais visitados, tornando-se importante não apenas como local de recebimento e escoamento de mercadorias, mas também como uma área que passa a atrair turistas para admirar o mar, comer peixe e conversar, aproximando-os dos trabalhadores. Ramos (2009, p. 43) ressalta que “não se tratava de uma total imersão da elite nos fazeres dos povos do litoral, e sim da utilização de algumas práticas destes povos, porém adaptadas ao conforto e privacidade que são característicos das elites”.

Da mesma forma, o modo de vida rústico dos pescadores torna-se atraente aos turistas que buscam o litoral, na percepção de Corbin (1989, p. 246), “para descobrir a alegria de viver de um povo até bem pouco tempo considerado bruto”, que também passam a ser influenciados pela presença da elite, que suscita novos desejos e vontades na população local. Entretanto, essa proximidade entre classes sociais distintas, em que alguns buscavam resguardar seus interesses e se apropriar de espaços públicos, gerou tensões quanto ao uso do espaço litorâneo.

Na praia, onde se articulam os trabalhos da terra e do mar, ocorre a sobreposição de atividades, o que ocasiona conflitos, uma vez que o emprego de algumas técnicas pesqueiras inadequadas, a contaminação das águas pelos curtumes e abatedouros e o despejo de lixo no mar reduziram a quantidade de peixes, ocasionando assim problemas ambientais e econômicos, sobretudo para os pescadores que tiveram seu modo de vida e de produção desestruturados.

A partir do século XIX, o fascínio exercido pelas praias cresceu e o turismo ganhou cada vez mais adeptos que buscam aproveitar os prazeres da beira-mar, com o desenvolvimento do iatismo e o estabelecimento de estações balneárias, tendo sido elaborado na Inglaterra um modelo de vilegiatura marítima que aos poucos se difundiu para outros países, havendo uma clara distinção entre as áreas naturais ocupadas espontaneamente pelos banhistas daquelas que foram racionalmente equipadas para receber as classes mais abastadas (CORBIN, 1989).

Embora existam vários significados e modalidades sociais da propagação da vilegiatura marítima, esta foi bastante influenciada pela vida social dos aristocratas, pois as estações balneares do continente europeu utilizavam da presença da família real para atrair pessoas e começaram a ser procuradas não apenas para fins terapêuticos, mas para o lazer tornando-se durante a temporada uma residência aristocrática. Essa percepção é reforçada por Dantas (2010a, p. 27), quando afirma que as práticas marítimas “eram desenvolvidas pela aristocracia, que possuía papel remarcável na sua difusão e promoção, provocando um efeito da moda determinante do sucesso das estações balneárias”.

As estações balneárias marítimas eram bastante procuradas para tratar da depressão e acalmar angústias, sendo também consideradas espaços de lazer, o que consolida o litoral como um espaço cada vez mais desejado. De acordo com O'Donnell (2013, p. 94-95), nos prenúncios do século XIX,

A “temporada balnear” já estava plenamente incorporada ao cotidiano da aristocracia europeia, dando início à popularização do prazer à beira mar. Ao discurso terapêutico se somaria, sem demora, o desfrute hedonístico, fazendo com que o espaço de praia coordenasse, sem maiores contradições, os princípios da cura e do prazer, deixando, aos poucos, de ser o “território do vazio” para adentrar, irreversivelmente, o itinerário da civilização.

Segundo Corbin (1989), ocorre um aumento dos apreciadores de banhos de mar, durante o século XIX, que passam a desenvolver formas variadas de vilegiatura, alojando-se em albergues ou alugando casas da população local por temporada, demonstrando que outras classes sociais começam a frequentar o litoral. Em vista disso,

Com o passar das décadas, porém, a influência das injunções médicas, o desejo crescente de imitar os nobres, o melhoramento dos meios de transporte que facilitam a organização do lazer nas proximidades dos grandes aglomerados urbanos, concorrem para a aprendizagem e a ampliação social de práticas que se veem então diversamente reinterpretadas (CORBIN, 1989, p. 294).

A praia, portanto, torna-se um espaço ocupado por classes sociais distintas, inclusive a classe trabalhadora, que passa a se deslocar para o litoral não apenas para os banhos terapêuticos, mas para fugir da poluição da cidade ou simplesmente para o lazer. Assim, no território litorâneo surgem vilas ao redor das cidades onde são construídas residências de veraneio próximas ao mar, que contribuem para crescente valorização das praias. Em tais condições, Turner e Ash (1991, p. 75) asseveram que:

A mediados del siglo XIX, pasar las vacaciones relativamente lejos de la ciudad em la que se residía durante todo el año había terminado por convertirse en costumbre inveterada de um grupo social más numeroso que antes⁸.

No século XX, de acordo com Turner e Ash (1991), os alemães descobrem que os banhos de sol e o contato direto com o ar livre, que até então eram evitados, são indicados no tratamento de deficiências e enfermidades que acometem crianças, tornando o espaço litorâneo ainda mais atrativo.

Nesse contexto, com a popularização do banho de sol por volta da década de 1920, emerge na Europa a busca pelo bronzeado que revela uma profunda mudança de atitude da população em relação às formas de utilização do litoral, das Rivas. Anteriormente, a exposição ao sol era evitada, considerando que a pele branca das mulheres europeias era bastante valorizada e simbolizava a delicadeza e a superioridade. O bronzeado passa a ser relacionado a um modo de vida simples e espontâneo, que anteriormente era repudiado pelos aristocratas, pois a simplicidade era associada à pobreza. Nesse momento, o bronzeado se converte em um indicador de status social, pois indicava que as classes mais abastadas passaram as férias em lugares ensolarados, prática adotada inicialmente pela elite e que posteriormente é seguida pela massa popular.

De acordo com Turner e Ash (1991), em 1936, as grandes empresas francesas introduzem a ideia de férias pagas e pacotes turísticos passam a ser vendidos, gerando uma onda de turistas de diferentes classes sociais, que buscam fugir da rotina e do cotidiano, em que o litoral é utilizado como um lugar de escapatória e relaxamento através do turismo.

⁸Para meados do século XIX, passar as férias relativamente longe da cidade em que se residia durante todo o ano havia terminado por se tornar um costume inveterado de um grupo social mais numeroso que nunca.

Posteriormente, o modelo europeu de ocupação do espaço litorâneo baseado na salubridade, sociabilidade e lazer estende-se para outros continentes, onde hábitos esportivos e balneários passam a ser adotados inicialmente pela elite local.

A partir do mediterrâneo europeu, Turner e Ash (1991) falam claramente da periferia do prazer e do desaparecimento da heliofobia. No primeiro caso, depois da Segunda Guerra Mundial, momento em que as viagens cada vez mais se dão por meio de avião, a expansão inclui a Espanha, Grécia, Bermudas, Bahamas, Cuba e Havaí. No segundo caso, a moda do bronzado é um dos novos signos de um estilo de vida até então saudável.

Nas palavras eloquentes de Turner e Ash (1991, p. 129), “la Riviera veraniega de los años veinte es el ancestro directo de las ‘costas’ de hoy en día, y sobretudo de su fórmula precocinada y simplista de sol, mar, arena e sexo (que en inglés se conoce como las cuatro ‘eses: sun, sea, sand and sex)’⁹.

Surge assim a praia moderna, que torna o espaço litorâneo fundamental para o lazer da população. Dessa maneira, ao longo dos anos o litoral apresentou distintas formas de uso e ocupação, promovendo uma reestruturação das imagens associadas ao mar, que de um espaço temido e utilizado para fins terapêuticos, passa a ser prioritariamente destinado ao ócio, ao lazer e aos investimentos imobiliários, ampliando assim sua valorização econômica e sociocultural, ao mesmo tempo que constrói uma nova configuração territorial.

⁹ A Riviera do verão dos anos vinte é a ancestral direta das ‘costas’ de hoje em dia, e sobretudo de sua fórmula précozida e simplista de sol, mar, areia e sexo (que em Inglês se conhece como os quatro eses: sol, mar, areia e sexo).

CAPÍTULO 2- LITORAL, CONFLITOS E INICIATIVAS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

No Brasil, o litoral vem sendo transformado em mercadoria, e nele são estabelecidas relações de poder, mediante a inserção de novas atividades econômicas, de novos atores, de novos usos do solo e de novas intencionalidades que promovem mudanças nos territórios e nas territorialidades. O litoral nordestino, primeira área ocupada no país, vem sofrendo transformações significativas através da ação do homem que torna o espaço natural em um habitat cada vez mais humanizado, ocorrendo uma redefinição do uso e do acesso a terra pelos diversos segmentos sociais.

O litoral nordestino caracteriza-se como uma zona de múltiplos usos e vetores diferenciados de ocupação, o que ocasionou a criação de planos, programas e projetos públicos que afetam ambiental, territorial e socialmente essa área, tornando assim o Estado um importante agente impactante. No entanto, para que o desenvolvimento territorial ou qualquer outro tipo de desenvolvimento seja alcançado no litoral nordestino, é imprescindível o envolvimento dos agentes da administração pública, através da elaboração de políticas de ordenamento territorial, como também o engajamento da sociedade civil no sentido de buscar o desenvolvimento para o território em que reside. Assim, no presente capítulo serão analisados a formação territorial, a evolução das formas de uso e ocupação da terra, os conflitos socioambientais e o papel do ordenamento territorial no litoral nordestino.

2.1- Formação territorial do litoral brasileiro

No Brasil, o litoral foi a primeira área a ser ocupada e explorada, estando a economia colonial centrada inicialmente no pau-brasil, sem criar núcleos de povoamento consolidados, conforme expõem Marrone e Asmus (2005, p. 14) ao afirmarem que “em fins do século XVI, a ocupação europeia, no Brasil, limitava-se ao litoral com núcleos populacionais isolados”. Entretanto, diante das constantes ameaças de invasões estrangeiras, o país passa a ser efetivamente colonizado com a implantação de núcleos de povoamento ao longo do litoral, onde surgem as grandes propriedades agrícolas voltadas à produção da cana-de-açúcar e os primeiros núcleos urbanos.

Segundo Ross (2005, p. 412), no início do processo de ocupação do território brasileiro, as primeiras cidades surgiram no litoral e desempenhavam funções militares, com a

construção de fortes para defesa do território, e portuárias, considerando que a economia, “baseada na produção agrícola, era orientada para exportação, daí as planícies e os terraços litorâneos terem sido escolhidos para a implantação dos primeiros núcleos urbanos”. Na percepção de Fonseca *et al.* (2010, p. 46), a formação territorial do Brasil ocorreu a partir da zona costeira, o que favoreceu a conexão geográfica entre o interior e o litoral, havendo pouca articulação entre os espaços litorâneos.

Os principais contatos entre as regiões nacionais se processavam via navegação de cabotagem, e era nesse contexto que as áreas costeiras mais próximas se comunicavam, e os portos, embarcadouros e trapiches são bons exemplos de infraestrutura que dava fluidez geográfica necessária à atividade econômica.

De acordo com Moraes (2007, p. 32), os fluxos de colonização do Novo Mundo partiram da costa, num padrão de conformação territorial denominado de bacia de drenagem, que “reproduz um desenho na estruturação da rede de circulação no qual todos os caminhos demandam um eixo principal, e este finaliza seu percurso num porto marítimo”. Os portos atendiam aos circuitos de produção, o que contribuiu para a geração de adensamentos populacionais em seu entorno, dando origem às primeiras cidades, que na visão de Moraes (2007, p. 33),

Localizavam-se geralmente nos entroncamentos dos caminhos, servindo a uma função de entrepostos intermediários drenados pelo porto principal. Tais caminhos, orientados geralmente no sentido leste-oeste, eram constituídos por rios e trilhas, o que explica bastante a eleição de sítios estuarinos para sua localização.

Nesse primeiro momento da história territorial do Brasil, o mar era considerado um espaço de trocas de mercadorias e um eixo de ligação com a Europa, estando os núcleos urbanos litorâneos voltados à comercialização da cana-de-açúcar. Os ambientes estritamente costeiros, porém, não eram valorizados como áreas de moradia, sendo habitados principalmente por uma população de menor poder aquisitivo, enquanto as classes mais abastadas viviam em cidades localizadas em espaços sublitorâneos, que também eram habitadas por pessoas mais pobres, protegidos das ameaças externas. Para Ross (2005, p. 413), no período colonial as cidades brasileiras eram um prolongamento do mundo rural, uma vez que eram

Os locais onde se formalizavam juridicamente os atos exercidos na grande propriedade. Pode-se dizer que as cidades representavam o fórum de direito do poder político, porém era a casa-grande que exercia de fato esse poder. As poderosas famílias e seus agregados e escravos residiam a maior parte do ano nos domínios rurais. Somente se deslocavam para os centros urbanos

para festejos e solenidades. As cidades eram, na sua maior parte, habitadas por funcionários da administração municipal, oficiais da Coroa, artesãos e mercadores.

As cidades litorâneas, que desde o período colonial já eram consideradas um espaço estratégico, a partir do século XIX configuram um eixo chave da rede urbana brasileira e tornam-se o centro do poder político. Tal situação foi favorecida pela retomada do ritmo das exportações do setor agrário, pela abertura dos portos ao exterior e pela independência do país, que recebe melhorias técnicas e estruturais, como sistemas de iluminação e redes de esgoto, e pelo desenvolvimento dos transportes, com a implantação das ferrovias que interligam o interior ao litoral e com a chegada dos navios a vapor (ROSS, 2005).

O modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, voltado para o mercado externo, explica a grande valorização das cidades de função portuária, o que não caracteriza, na percepção de Moraes (2007), uma “vocação litorânea”, posto que a zona costeira brasileira apresentou um povoamento pontual e concentrado, com eixos bem definidos de ocupação. Ao longo do litoral existiam áreas de grande concentração populacional, em geral, aquelas que centralizavam investimentos, ao lado de áreas de povoamento escasso e que por muito tempo permaneceram isoladas, os “territórios do vazio”.

Uma nova valorização do litoral brasileiro ocorre no final do século XIX e início do século XX, pautada, inicialmente, na descoberta dos benefícios dos banhos de mar, especialmente para o tratamento de doenças relacionadas ao aparelho respiratório, e posteriormente, na vilegiatura marítima.

Deve, portanto, ter causado algum espanto a regularidade com que dom João, pouco após a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, pôs-se a tomar banhos na praia do Caju, em São Cristóvão, próximo à residência da família real na Quinta da Boa Vista. Iniciando um movimento que paulatinamente se alastraria cidade afora, ele depositava nas águas salgadas as esperanças de cura para seus ferimentos na perna, fazendo das águas limpas daquela região não incluída na rota portuária parte de sua rotina real (...) Recém-chegado da Europa, sua crença no poder terapêutico dos banhos de mar se inseria na já vasta bibliografia produzida pelo tema no Velho Mundo, onde o mar passara, desde o século anterior, a fazer parte da vida das classes mais favorecidas e, mais especificamente, da aristocracia (O'DONNELL, 2013, p. 94).

Ainda na visão de O'Donnell (2013), a ocupação do espaço litorâneo, desde a década de 1870, era pautada nos benefícios dos ares marítimos, num discurso alinhado à ideologia higienista, que impulsionou a implantação de casas destinadas a cuidar dos convalescentes junto ao mar. Tal modo de ocupação, bem característico do Rio de Janeiro do

século XIX, principalmente com a invenção de Copacabana, valorizou o princípio da salubridade, balneabilidade, lazer e sociabilidade, gerando uma ação civilizadora que se consolidará no século XX.

Para Dantas (2010a), no período entre guerras observou-se uma intensificação dessa tendência no Brasil, que se processou de formas variadas ao longo das comunidades litorâneas, principalmente com o aprimoramento dos transportes e a construção de estradas que facilitaram o acesso ao litoral, sobretudo para as classes sociais de maior poder aquisitivo, que sofreram grande influência intelectual e cultural da sociedade europeia, que desde o final do século XVIII, utilizavam as praias com fins terapêuticos e, posteriormente, para práticas de lazer, com a adoção de hábitos esportivos e balneários pela elite.

No final do século XIX, início do século XX, no cerne do sonho pelo mar, dá-se a implementação das práticas marítimas modernas no Brasil pela elite, cujos desdobramentos vão possibilitar aproximação gradativa da sociedade local em relação aos espaços litorâneos. Tal movimento consolida-se com a vilegiatura marítima e, mais recentemente, com o turismo litorâneo (DANTAS; PEREIRA e PANIZZA, 2010, p. 111).

Ocorreu no país, conforme Dantas (2010a), uma mudança de mentalidade da população local em relação ao litoral, que aproxima o desejo pelo mar no Brasil da invenção da praia no Ocidente. No entanto, embora o modelo ocidental de apreciação de praias tenha influenciado a população brasileira, as relações das comunidades litorâneas com o mar eram complexas e variadas, e os novos costumes não foram igualmente assimilados e adotados no Brasil, a exemplo do banho de mar para fins terapêuticos.

Apesar da importância na época, esta prática marítima moderna não adquiria as dimensões dos banhos de mar no Ocidente, provavelmente em virtude da fraca eficácia a ela atribuída pelo discurso médico local. A importância aos banhos de mar variava de acordo com o discurso sobre as qualidades curativas advindas do clima, notadamente no tratamento de doenças respiratórias (DANTAS, 2010a, p. 32).

A utilização dos espaços litorâneos para a prática da recreação e do lazer foi amplamente difundida no Brasil, mas, ao contrário do que ocorreu na Europa, inicialmente não favoreceu o processo de povoamento do litoral em virtude da limitada ligação das cidades, em geral localizadas no espaço sublitorâneo, às suas zonas de praia. O contato da população com o litoral, até então, estava praticamente restrito aos portos, passando a ocorrer uma mudança nesse quadro a partir do momento que a zona de praia torna-se atraente à elite interiorana que se rende aos prazeres do banho de mar e da vilegiatura marítima, impondo uma nova racionalidade ao processo de ocupação destes espaços, no início do século XX.

Na década de 1920, segundo O'Donnell (2013), ocorre uma ascensão da praia como local de práticas de interação social e de lazer, e os banhos de sol passam a ser apreciados. A pele bronzeada, que até então era associada ao trabalho braçal, se populariza no Brasil tornando-se um hábito considerado saudável e um costume elegante. Nesse contexto, emergem novas formas de ocupação do litoral, onde vilas de pescadores dividem espaço com as residências secundárias destinadas ao lazer, instaurando-se um quadro onde se tornam evidentes os conflitos entre os espaços de produção e consumo.

A descoberta do prazer praiano e o desfrute hedonista que se soma ao discurso terapêutico baseado nos princípios da cura se ajustam ao itinerário do projeto praiano-civilizatório sob os preceitos da elegância, cujo exemplo mais emblemático no Brasil é, sem sombra de dúvidas, o bairro de Copacabana em sua busca de civilização à beira-mar.

Ao longo do século XX, amplia-se a valorização do litoral, sobretudo a partir da década de 1950, com a construção de rodovias que proporcionam uma maior capacidade de ocupação e dispersão pelo território, tornando a zona costeira bastante acessível. A partir do final da década de 1950, segundo Moraes (2007), a consolidação do padrão de acumulação urbano-industrial promoveu mudanças no ritmo de ocupação do litoral brasileiro, com a instalação de plantas industriais próximas às zonas portuárias, devido à necessidade de abastecimento de insumos externos e exportação da produção. Desta maneira, as novas formas de ocupação e uso do litoral permitem um vislumbre de como estes espaços serão estruturados futuramente, e nessa perspectiva, Madrugá (1992, p. 25-26) afirma que o presente é futuro, porque

Ao se romper as formas de relações passadas, ou melhor as relações mais tradicionais, as fontes de modernidade incorporam estas formas ao mesmo tempo que se faz incorporar. Isso faz com que tenhamos no litoral modos de ocupação em permanente confronto, representando uma contradição do processo de modernização. Estes confrontos refletem-se nas diversas formas de ocupação do território através das manifestações dos impactos, de riscos e de espetáculos.

Ainda segundo Madrugá (1992), tal confronto se daria através da ocupação “natural” ou “tradicional” e a ocupação “artificial” ou “moderna”. A ocupação natural é constituída pela população nativa que há várias gerações habitam estes espaços e geralmente estão ocupados em atividades tradicionais como a agricultura, a pesca, o artesanato e atividades do setor terciário. A ocupação “artificial” ou “moderna” é estabelecida pelos empresários e funcionários de firmas comerciais e industriais, sediadas em geral distantes do litoral, funcionários públicos estaduais ou federais, veranistas e turistas.

A partir da década de 1970, de acordo com Dantas (2010a), a vilegiatura promove a ampliação da valorização da zona de praia, sobretudo com a implantação de infraestrutura e da política de desenvolvimento pautadas no turismo. A atividade turística acentua a incorporação das zonas de praia e o litoral é atualmente um espaço altamente valorizado, pois sua posição geográfica privilegiada lhe confere especificações nas formas de ocupação e uso, bem como no desenvolvimento de certas atividades econômicas, que atribuem valor ao lugar.

Moraes (2007) faz uma distinção entre valorar, que consiste em atribuir valor a um bem ou conjunto de bens, e valorizar, que significa a objetivação do valor, a transformação dos recursos naturais em produtos, atribuindo-lhes assim valor de uso. Desta forma, o consumo produtivo do litoral é determinado pela geração de valores de uso, de renda e de lucro, dado que a interface com o mar favorece a exploração dos recursos marinhos e o transporte intercontinental de mercadorias, há séculos realizada nesses espaços, o que denota seu grande valor estratégico. À vista disso,

Os terrenos a beira-mar constituem uma pequena fração dos estoques territoriais disponíveis, e abrigam um amplo conjunto de funções especializadas e quase exclusivas. (...). A conjugação de tais características qualifica o espaço litorâneo como **raro**, e a localização litorânea como **privilegiada**, dotando a zona costeira de **qualidades geográficas específicas** (MORAES, 2007, p. 22). (Grifos nossos).

Nesse sentido, o litoral apresenta especificidades e vantagens comparativas que acabam orientando o uso do solo e seu ritmo de ocupação territorial, tendo tornado-se nos últimos anos um dos locais mais favoráveis ao desenvolvimento de algumas atividades dentre as quais se destaca o turismo e o imobiliário turístico. No entanto, os processos de ocupação e a multiplicidade de usos contribuem para que os espaços litorâneos sejam constantemente modificados pelo homem, de acordo com seus interesses, que se processam em escala local e, muitas vezes, tem origem global, pois são criados padrões mundiais de produção que passam a ser acompanhados e reproduzidos nas áreas mais distantes, que procuram desta forma se inserir na economia global, o que, muitas vezes, só é possível, transformando os recursos naturais em mercadoria e atribuindo-lhes além de valor de uso, valor de troca.

2.4- Ocupação contemporânea do litoral nordestino e os conflitos socioambientais

Na Região Nordeste do Brasil, o litoral é um espaço cada vez mais procurado e utilizado, o que torna necessário a delimitação espacial das atividades econômicas que aí se instalam, tendo em vista, sobretudo, que nem sempre é possível haver uma compatibilidade

no desenvolvimento dessas atividades. A ação antrópica no espaço litorâneo nordestino, evidenciada através dos processos de configuração territorial da zona costeira, ocorre de forma intensa, conflitiva e diversificada, atraindo uma infraestrutura cada vez mais densa, o que ocasiona um incremento no contingente populacional. Nessa linha de pensamento, Oliveira & Melo e Souza (2013, p. 60) afirmam que:

A ação humana, em particular nos últimos cinquenta anos, vem acarretando efeitos impactantes através de processos de uso e ocupação que se destacam pelo tipo das atividades, pela intensidade dos fenômenos, pela rapidez e magnitude das mudanças no espaço costeiro. É nesse sentido que atividades como a portuária, a turística, a comercial, as relacionadas à exploração petrolífera, ao transporte, à pesca etc. se manifestam na Zona Costeira e fazem reunir uma densa infraestrutura e predominar fortes zonas de concentração populacional.

Segundo Dantas e Pereira (2010), no final dos anos 1980 são implantadas na Região Nordeste políticas de desenvolvimento econômico, impulsionadas pelas possibilidades de exploração turística das paisagens litorâneas e pela implantação de empreendimentos ligados ao ramo imobiliário, tornando assim esta área bastante atrativa aos turistas e investidores. A diversidade de usos do espaço litorâneo nordestino ocasiona a interação entre atividades econômicas distintas, promovendo uma crescente valorização das zonas de praia na maioria das capitais dos Estados nordestinos, que contribui para a urbanização, para metropolização e para ocupação territorial difusa.

Para Madruga (1992), no litoral é crescente a pressão pela utilização sobre um território limitado, emergindo assim vários vetores de ocupação, dentre os quais se destacam o industrial, o turismo e a urbanização. A pressão industrial ocorre de forma intensiva em espaços restritos, sendo impulsionada pela utilização da água como fonte de energia e via de comunicação, o que requer a instalação de equipamentos industriais pesados, que possibilitam o recebimento e escoamento de produtos, condicionando a instalação de alguns ramos industriais à proximidade das zonas portuárias.

Na zona costeira, a proximidade do mercado consumidor, em virtude da grande concentração populacional urbana e metropolitana, e a confluência de transportes marítimos e terrestres, que favorecem a recepção e o escoamento de produtos e materiais primas pesados, contribuíram para a instalação e o desenvolvimento da atividade industrial.

Na visão de Pereira Júnior (2011), a primeira fase da evolução industrial do Nordeste tem início ainda no período colonial, sendo desenvolvida de forma artesanal e apoiada na atividade agroindustrial canvieira que, no entanto, apresentava condições de produção e consumo precárias, resultando em uma organização econômica obsoleta até o

século XIX. Ainda segundo este autor, a segunda fase da evolução industrial e econômica do Nordeste apoiou-se no cultivo do algodão, que diante do desenvolvimento mundial da indústria têxtil e do consequente aumento da demanda externa desse produto, consolidou essa área como grande exportadora e possibilitou a instalação de fábricas têxteis na região, bem como o desenvolvimento de alguns parques industriais.

A partir de 1930, ocorre no Brasil uma centralização do poder que reduz a autonomia econômica das regiões, passando a imperar um modelo centralizado e pautado na indústria como impulsionadora do crescimento da economia, denominado de “modelo de substituição de importação”. Nesse período ocorre uma integração inter-regional que, no entanto, se caracteriza, segundo Pereira Júnior (2011), pela polarização exercida pelo Sudeste o que promoveu uma redistribuição das atividades econômicas e ocasionou uma nova divisão territorial do trabalho, que privilegiou as áreas mais dinâmicas e já estruturadas. Dessa maneira, as economias nordestinas foram subordinadas

aos movimentos das estruturas produtivas mais dinâmicas, localizadas no Sudeste e já caracterizadas pelos aspectos mais avançados da organização industrial oligopolista. A competição entre os produtos industriais fabricados no Sudeste e seus similares fabricados no Nordeste revelou a diferença produtiva das duas regiões e a primeira sentiu a necessidade de impor a sua estrutura industrial como referência para a acumulação nacional. Como resultado, instalaram-se no Nordeste investimentos industriais diferenciados de caráter oligopolista, redefinidores da estrutura industrial tradicional (PEREIRA JÚNIOR, 2011, p. 187).

Nesse contexto, a integração econômica do Brasil ocorreu, de acordo com Guimarães Neto (1997, p. 42), “a partir de uma região hegemônica que, na formação do mercado interno nacional, ocupou espaços econômicos relevantes e, simultaneamente, consolidou diferenças marcantes entre as diversas partes do território nacional”, tornando evidentes as desigualdades regionais de desenvolvimento. Desse modo, conforme Egler (2011), na tentativa de reverter às disparidades regionais, o Estado adota uma política intervencionista, criando as Superintendências Regionais de Desenvolvimento: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). Desse modo,

O Brasil optou por uma única via de desenvolvimento, contida inicialmente nos planos de Substituição de Importações dos anos 1940 e continuada pelo governo militar dos anos 1960 até início dos anos 1980. Conforme orientações da SUDENE, esse gênero de política, essencialmente fundada na industrialização, atingiu o Nordeste nos anos 1960 (DANTAS, 2010b, p. 31b).

Na visão de Dantas (2010b), até a década de 1980, a política de desenvolvimento econômico do Brasil era pautada na atividade industrial, que foi impulsionada na Região Nordeste, no final dos anos 1960, através dos recursos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), órgão de planejamento regional destinado a orientar as ações do Governo Federal na região. Este órgão investiu na construção e ampliação de infraestruturas, visando estruturar o crescimento econômico do Nordeste e integrá-lo à economia nacional, liderada pelo Sudeste. Dessa forma, para Dantas e Pereira (2010, p. 75-76), cidades como

Salvador, Recife e Fortaleza têm sua economia diversificada, em ordem decrescente de importância, com o estabelecimento de parque industrial. Entretanto, sua participação se dá como complemento ao forte setor terciário que se instala na Região e em virtude da implantação de organismos estaduais nas capitais nordestinas: SUDENE, DNOCS, BNB, Universidades Públicas, entre outros.

A terceira fase da evolução econômica e industrial do Nordeste é marcada pela entrada de capitais nacionais e internacionais na região, que possibilitaram a diversificação dos ramos produtivos e a inovação tecnológica. Tal situação foi viabilizada pela SUDENE através de programas de facilitação fiscal, que reduziram impostos e atraíram novas empresas para a região. Contudo, de acordo com Pereira Júnior (2011, p. 190), ocorreu uma concentração espacial dos investimentos, na qual “as vantagens comparativas locais destacaram as cidades de Salvador, Recife e Fortaleza como capitais mais propícias à implantação industrial em decorrência de suas boas condições de infraestrutura”.

Na visão de Pereira Júnior (2011, p. 195), a quarta fase da evolução econômica e industrial nordestina é caracterizada por um processo de “industrialização bem mais flexível, em que o capital articula-se estrategicamente pelo território, razão pela qual a migração dos investimentos para o interior torna-se constante”. Essa fase é marcada pela ausência de uma política nacional de incentivo à indústria e pela redução da participação do Estado na economia, caracterizando um novo modelo que atribui ao mercado as decisões sobre a aplicação de recursos.

Dessa forma, a partir dos anos 1990, de acordo com Braz e Silva (2010), o país adota princípios neoliberais que repercutem diretamente nas políticas de desenvolvimento regional. Os governos estaduais passam a conceder benefícios fiscais para que empresas se instalem em algumas unidades da federação, gerando a “guerra fiscal” que acirrou as disputas

entre os Estados e municípios. Na visão de Santos e Silveira (2008, p. 113), com a “guerra fiscal”, que precede a nova localização de atividades industriais,

O território passa a ser organizado e usado com a lógica exclusiva dessa produção, ou melhor, dessa possibilidade de produção, pois em muitos casos não há ainda a implantação das indústrias. Desse modo, e em função da política territorial de uma empresa e da promessa de objetos modernos que chegarão, os lugares entram em guerra. Um combate para oferecer os melhores dados técnicos e políticos às firmas.

Dentro dessa lógica de desconcentração da atividade industrial, algumas empresas transferem suas unidades produtivas para locais onde os custos de produção são menores, privilegiando os territórios mais competitivos, ocasionando assim uma concentração de investimentos nas áreas mais dinâmicas. O Nordeste tornou-se atrativo a instalação de unidades industriais, entre outros fatores pela disponibilidade de recursos naturais, pela mão de obra abundante e barata, e também pelas isenções fiscais. Segundo Santos e Silveira (2008, p. 110), “corporações vinculadas ao turismo e empresas do setor têxtil e confecções, graças aos incentivos fiscais, localizam-se em várias cidades nordestinas”.

Desse modo, ocorreu no Nordeste uma reestruturação industrial, impulsionada pelas inovações tecnológicas que possibilitaram a diversificação dessa atividade, modificaram o processo produtivo e as relações de trabalho e promoveram a expansão de novos centros industriais para áreas até então sem tradição manufatureira. De acordo com Pereira Júnior (2011, p. 197), a nova configuração industrial no Nordeste reflete a mais recente expansão capitalista pelo território nacional.

A transformação industrial mais marcante nesta fase que se inicia nos anos de 1990, se dá com a transferência de gêneros da indústria tradicional de outras regiões do Brasil para o Nordeste. Algumas empresas de calçados, de eletrodomésticos, de confecções, de alimentos e bebidas, de embalagens, entre outras, têm procurado os estados nordestinos e instalado suas unidades de produção nas capitais ou nas cidades do interior, interessadas, principalmente, na oferta de força de trabalho a baixo custo, nos benefícios fiscais e na melhor possibilidade de flexibilizarem a produção e as relações de trabalho.

A implantação de indústrias ao longo do litoral nordestino, principalmente nas capitais e regiões metropolitanas, contribuiu para a ampliação da geração de empregos e impulsionou também o setor de serviços, atraindo grandes fluxos populacionais e acarretando a ocupação acelerada e desordenada. No entanto, apesar desse dinamismo econômico parte da população não foi absorvida pelo mercado de trabalho devido à falta de qualificação ou especialização profissional, ocasionando um deslocamento de suas atividades para a economia

informal, o que gerou um enfraquecimento de sua base econômica e social. Vale ressaltar que o crescente desenvolvimento industrial do Nordeste não melhorou a distribuição de renda e o atendimento das demandas por serviços sociais básicos e de qualidade. Assim,

Não obstante a localização preferencial da indústria centrar-se na periferia das capitais e nas zonas de adensamento populacional, o impacto da industrialização se estende à ocupação da costa brasileira, nas últimas décadas, em termos ambientais e sociais, tanto no que tange aos dejetos gerados nos processos industriais, como em termos de dinâmica populacional, atraindo fluxos migratórios – nem sempre absorvidos – para os locais de sua implantação (BORELLI, 2007, p. 4)

No entendimento de Pereira Júnior (2011, p. 182), tal situação implica em uma “recente divisão territorial do trabalho dentro da região, acirrando traços de desigualdade, mas também reestruturando o papel de áreas antigas, especialmente por redefinir laços de submissão e comando no arranjo urbano regional”. Nesse contexto, emergem conflitos no espaço litorâneo nordestino, ocasionados pela intensiva utilização e apropriação dos recursos naturais para o desenvolvimento de atividades econômicas, que comprometem a capacidade de recuperação desses recursos, desestruturam os sistemas socioprodutivos tradicionais e modificam o modo de vida da população local. Dessa forma, de acordo com Borelli (2007, p. 18),

O uso e a ocupação do solo vêm ocorrendo de modo intensivo e aleatório, na costa brasileira, redundando em problemas ambientais e de saúde pública, dada a disposição inadequada dos resíduos sólidos e o lançamento de esgotos e de efluentes industriais nos corpos d’água que afetam, particularmente, o turismo, a pesca e a aquicultura – principais setores de ocupação das populações tradicionais.

Ao longo do litoral nordestino a atividade industrial promove contaminação atmosférica e poluição das águas devido ao lançamento de resíduos domésticos e industriais, o que constitui um sério problema ecológico, pois substâncias poluentes envenenam as águas onde são lançados, causando a morte de muitas espécies da comunidade aquática. Assim, torna-se crescente a preocupação diante dos desequilíbrios que a sociedade vem provocando ao se relacionar com o meio ambiente, posto que o desenvolvimento urbano, industrial e turístico vem promovendo a deterioração de determinados ecossistemas, a exemplo do manguezal e do estuário. Nesse sentido, Oliveira & Melo e Souza (2010, p. 231) afirmam que,

No Brasil, a ocupação dos espaços praianos está vinculada a processos de urbanização, industrialização e crescimento turístico intensivo e desordenado onde as políticas de desenvolvimento não estão conectadas a construção de uma integração socioambiental, fazendo prevalecer, ao contrário, uma desestruturação sociocultural das comunidades locais e uma acentuação dos

níveis de vulnerabilidade de muitos ecossistemas que promovem constantemente alguns tipos de degradação ambiental irreversíveis.

A pressão turística também é cada vez mais acentuada sobre o litoral, dado que os espaços pouco ocupados e que ainda preservam suas características naturais são bastante procurados e valorizados pelos agentes ligados ao ramo turístico, havendo um grande potencial de valor neles identificados.

Moraes (2007, p. 19) considera o espaço preservado “um capital potencial, uma reserva de valor que se expande em relação direta com suas potencialidades de uso”, ou seja, é a utilização que qualifica o recurso natural, que cada vez mais adquire valor de mercadoria, passando a ter preços aferidos pelo mercado, o que torna imprescindível tanto garantir sua preservação ambiental quanto assegurar o acesso público às praias. Assim, para Moraes (2007, p. 21), o litoral se particulariza por uma

apropriação cultural que o identifica como um espaço de lazer, por excelência, e os espaços preservados são, hoje, ainda mais valorizados nesse sentido. Isto sustenta uma das indústrias litorâneas de maior dinamismo na atualidade, qual seja a que serve às atividades turísticas e de veraneio. Identifica-se, assim, mais um campo onde a posição em tela apresenta, se não exclusivamente, pelo menos uma grande favorabilidade locacional.

No Nordeste, o turismo e a vilegiatura favoreceram os processos de ocupação e valorização dos espaços estritamente litorâneos, concentrando-se, inicialmente, nas capitais nordestinas e ampliando-se, após a segunda metade do século XX, para algumas áreas rurais dos municípios vizinhos, onde se desenvolve a princípio de forma espontânea e sem planejamento. Dessa forma, as áreas que passaram a receber os vilegiaturistas e os turistas não dispunham da infraestrutura necessária para atender a população urbana que passou a ocupar tais espaços, cabendo ao Estado a construção de materialidades geográficas que dão suporte ao setor turístico, como pontes e rodovias, bem como a expansão de aeroportos e o desenvolvimento de projetos relacionados ao abastecimento de água, tratamento de esgoto, coleta do lixo e implantação de sistemas elétricos e de telefonia (DANTAS; PEREIRA, 2010).

A atividade turística para se instalar em uma área necessita não apenas da disponibilidade de equipamentos urbanos, tendo em vista que, muitas vezes, espaços afastados do centro tornam-se mais atrativos justamente por preservar alguns de seus atributos naturais, o que permite individualizá-los. A capacidade de deslocamento e a oferta de serviços básicos são requisitos fundamentais à instalação de atividades turísticas, bem como o preço do solo.

Segundo Ferreira e Silva (2010, p. 120), “no final da década de 1970 surgem as primeiras políticas estatais de apoio ao setor turístico, por meio de investimentos na transformação dos atrativos em produtos”. Assim os empreendimentos hoteleiros são beneficiados com os recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e com a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), visando promover o desenvolvimento, a normalização e a regulamentação da atividade turística no país. Tal fato demonstra a participação do poder público no fomento da atividade turística, através da elaboração de planos, programas e projetos que possibilitaram a captação de recursos para dotar esta área da infraestrutura necessária ao desenvolvimento do turismo.

No entanto, Dantas (2010b) ressalta que, até meados dos anos 1980, o modelo de desenvolvimento econômico preconizado para o Brasil era pautado na atividade industrial, reduzindo assim o raio de ação das políticas turísticas no país, que contemplavam com a instalação de infraestrutura apenas algumas cidades. Ainda conforme o citado autor, essa situação é revertida no final dos anos 1980, quando o turismo passa a receber maior atenção nos programas de desenvolvimento implantados nos Estados nordestinos, ganhando ênfase políticas públicas voltadas ao incremento da infraestrutura, consolidando assim o Nordeste como região turística.

É nesse contexto que em 1994 é iniciado o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) pelo Governo Federal, que possibilitou a obtenção de recursos mediante estabelecimento de parcerias entre organismos internacionais de financiamento como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os governos estaduais e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), agente executor-financeiro deste programa.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE) abrangeu os nove Estados da região, além do norte de Minas Gerais e Espírito Santo, tendo sido criado com o objetivo de expandir e melhorar a atividade turística, buscando também elevar a qualidade de vida da população dos municípios por ele assistidos. De acordo com Paiva (2010, p. 204), o PRODETUR-NE investiu em

Infraestrutura de saneamento básico (água e esgoto) e de suporte ao turismo - instalação ou ampliação de aeroportos, urbanização de áreas turísticas, centro de convenções, recuperação do patrimônio histórico, bem como um aquecimento da economia das localidades turísticas.

Nessa primeira fase do PRODETUR-NE também foram empregados recursos na administração de resíduos sólidos e no desenvolvimento institucional dos órgãos estaduais e municipais responsáveis localmente pela implementação do programa. Através do

PRODETUR-NE, conforme Dantas e Pereira (2010, p. 78), o Estado se fortaleceu e passou a captar recursos com o objetivo de desenvolver a atividade turística, que apresentou significativos avanços, pois “tais recursos são condição tanto para a atração e distribuição dos fluxos turísticos como à implantação dos empreendimentos turísticos receptivos”. Dentro dessa perspectiva, os resultados favoráveis do PRODETUR em sua primeira fase beneficiaram a implantação do PRODETUR-NE II, em 2006, que foi idealizado com o intuito de qualificar os polos turísticos já consolidados, investindo também no fortalecimento da gestão municipal em turismo, em infraestrutura e na capacitação profissional (DANTAS, 2010c).

Dantas e Pereira (2010) ressaltam ainda que os estados assistidos pelo PRODETUR-NE destacam-se em relação às outras destinações turísticas, pois com a implantação de infraestrutura básica e melhorias nas vias de acesso tais espaços tornam-se mais atrativos a instalação de empreendimentos tanto do ramo turístico quanto do ramo imobiliário. As obras financiadas pelo PRODETUR-NE ampliaram a capacidade de recepção de turistas nacionais e estrangeiros, considerando que a disponibilidade de voos diretos entre capitais nordestinas e cidades europeias permitiu um novo e intenso fluxo turístico para região. Nesse contexto,

A implementação do PRODETUR balizou, grosso modo, lógica de diversificação do mercado de terra urbano nas metrópoles nordestinas (...). A demanda por solo urbano associada aos investimentos hoteleiros, principalmente nas capitais das metrópoles nordestinas, acrescenta-se a fenômenos pré-existentes: demanda por lazer e habitação, respectivamente, no caso da vilegiatura marítima e pelo efeito moda de morar na praia (DANTAS, 2010d, p. 68).

Desta maneira, são realizados investimentos integrados e maciços no turismo, contribuindo para inserir o Nordeste na escala turística internacional, pois como declara Dantas (2010b, p. 33), os empreendedores atuam como agentes que exploram as potencialidades “oferecidas pelo Nordeste aos investimentos privados, tanto no que concerne aos seus recursos naturais como à sua localização (proximidade) em relação ao mercado internacional”. Os empreendedores estabeleceram parcerias com os segmentos políticos e administrativos, bem como com organismos regionais, como o Banco do Nordeste (BNB), e internacionais, a exemplo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A atração pelos ambientes costeiros, principalmente as praias, tornam as cidades litorâneas nordestinas espaços privilegiados que passam a ser explorados, segundo Dantas (2010a), como mercadorias turísticas, tanto pela iniciativa privada, quanto pelo Estado,

através do fomento de políticas públicas que inserem as zonas de praia à lógica da valorização turística, induzindo assim a ocupação e a incorporação de novas áreas ao longo do litoral.

O turismo, diante da busca crescente da população pelo lazer, tornou-se uma das atividades econômicas de maior expansão e rentabilidade na atualidade, alimentada tanto pela ampliação da classe média, que passa a consumir cada vez mais produtos turísticos, quanto pela constante demanda estrangeira. Assim, a demanda por espaços de lazer nas zonas de praia, segundo Dantas *et al.* (2010, p. 95-96),

É motivadora de ações, direcionadas por grupo de empreendedores, os quais se especializam ao longo do tempo, a princípio atendendo a uma demanda local, principalmente de uma classe média que segue movimento iniciado pela elite; e recentemente alcançando a uma demanda externa (de brasileiros e estrangeiros que descobrem as paragens litorâneas dos Estados nordestinos).

Dentro dessa perspectiva, o litoral nordestino é considerado uma área bastante favorável a investimentos empresariais e de retorno financeiro garantido, promovendo um acelerado movimento de ocupação através da instalação de empreendimentos imobiliários e de turismo, a exemplo da construção de residências de veraneio, condomínios residenciais, hotéis e resorts. Tais empreendimentos passam a ser construídos em áreas afastadas dos centros urbanos, uma vez que o incremento e modernização dos sistemas de transportes facilitam a incorporação de áreas paralelas à praia, promovendo uma expansão das capitais nordestinas sobre o espaço costeiro.

Dantas *et al.* (2010) distinguem os vilegiaturistas autóctones (do lugar), os quais se interessam por municípios litorâneos vizinhos às metrópoles, dos vilegiaturistas alóctones (nacionais ou estrangeiros), que buscam tanto regiões metropolitanas quanto municípios litorâneos e até mesmo vilarejos para instalar suas residências secundárias, pois objetivam usufruir do ambiente marítimo com o conforto característico da sociedade urbana. A crescente demanda por espaços de lazer promove uma valorização das capitais e dos municípios litorâneos nordestinos, aquecendo e diversificando o mercado imobiliário ao longo das zonas de praia, tendo em vista o crescimento do turismo residencial.

Essa modalidade de turismo atende tanto aos vilegiaturistas locais quanto aos estrangeiros, que cada vez mais compram imóveis, transformados em espaços de lazer e também de investimentos, pois quanto maior a expectativa de valorização maior a demanda. No entendimento de Silva (2010b), desde 2005 a maior parte dos investimentos turísticos e imobiliários que o Nordeste brasileiro recebeu provém de Portugal e da Espanha. O grande estímulo do mercado imobiliário pelo investimento estrangeiro está associado ao grande

dinamismo econômico das empresas do setor da construção civil, associadas aos empreendimentos turísticos. Desta forma,

Cabe destacar uma transição (a partir de 1990) no turismo nordestino marcada pela entrada de novas formas de hospedagens extra-hoteleiras. Isso não significa a superação da tipologia “quarto de hotel” (Unidades Hoteleiras – Uhs), pelo contrário, coloca a implantação de projetos de uso misto, articulando residências secundárias, formas de partilha e fracionamento de UHs e até mesmo a comercialização de lotes, chalés e apartamentos integrados em um mesmo complexo turístico e de lazer (FERREIRA; SILVA, 2010, p. 122).

Emerge, assim, uma nova dinâmica territorial de atuação do mercado imobiliário, denominado por Silva (2010b, p. 172) de imobiliário-turístico, “que responde pelas diversas formas de articulação financeira, operacional e produtiva entre os setores da promoção imobiliária e do turismo”. No Nordeste, o imobiliário-turístico torna-se cada vez menos dependente dos investimentos e da demanda local, pois ganha importância a figura do turista estrangeiro, que adquire segundas residências, aumentando as relações financeiras entre o turismo e o mercado imobiliário, sobretudo na diversificação da infraestrutura turística com a construção de hotéis, flats, “condhoteis” e condomínios fechados. Silva (2010b) afirma que esses novos empreendimentos instalados no litoral do Nordeste destinam-se a um alto padrão de consumo e apresentam variadas configurações e tipologias, destacando a venda fracionada, o *time-share* e o Condhotel ou Condoresort.

Na venda fracionada, um pool de compradores divide os custos de manutenção (taxa de administração) de um apartamento ou flat, programando sua visita durante o ano. Além do uso direto, o coproprietário pode alugar seu imóvel a terceiros, sendo uma possibilidade de auferir renda. Outro modelo, similar e mais comum, é o *time-share* – em que não ocorre necessariamente propriedade, apenas negocia-se o uso previamente agendado. Uma terceira variação é o Condhotel ou Condoresort que é, na verdade, um condomínio residencial turístico que pode ser comercializado e alugado quando e como interessar ao proprietário (SILVA, 2010b, p. 187).

No espaço litorâneo do Nordeste vem ocorrendo mudanças no mercado imobiliário e no turismo, tendo em vista os crescentes investimentos nacionais e internacionais, tornando a região um dos mais procurados destinos turísticos e de segunda residência no mundo. Tal situação afeta diretamente o mercado imobiliário nordestino e brasileiro, que passam a atender não apenas a demanda local, atingindo também o mercado internacional, demonstrando que os espaços são ocupados e organizados em função das novas necessidades de determinados grupos sociais.

A vilegiatura marítima mobiliza recursos internos e externos, que geram ganhos para os Estados, pois amplia a oferta de postos de trabalho e a arrecadação de impostos, além de possibilitar ao proprietário auferir renda extra, alugando o imóvel durante a alta estação. No entanto, conforme Dantas e Ferreira (2010), a vilegiatura, muitas vezes, se mostra incompatível a outras práticas marítimas, gerando, assim, conflitos de ordem ambiental e socioespacial onde se instala.

Do ponto de vista ambiental, a construção de empreendimentos turísticos sobre um ecossistema frágil formado por praias, dunas, restingas, falésias, terraços, lagoas, estuários e manguezais provoca progressiva degradação, posto que se observa o aumento do problema do desmatamento, desmonte de dunas, aumento da geração de lixo, geralmente acondicionado em locais inadequados, e lançamento de dejetos sanitários *in natura* nos rios, lagoas e no oceano. Assim, o modelo de desenvolvimento adotado no litoral nordestino mostra-se ambientalmente insustentável, pois compromete os elementos naturais que favoreceram a expansão da atividade turística.

A exploração turística é responsável pela construção de hotéis, de casas de veraneio (utilizadas como segunda residência), de parques balneários e de condomínios “fechados” destinados à elite, o que acaba provocando o aumento da população flutuante, num nível muito superior à capacidade de suporte dos ambientes naturais, e contribuindo, poderosamente, para a destruição dos ecossistemas costeiros e para a sua descaracterização, em termos de paisagem (BORELLI, 2007, p. 19).

Muitas vezes, a ocupação dos espaços litorâneos ocorre sem nenhum planejamento ou controle ambiental, prejudicando os elementos naturais que motivaram ou contribuíram para a expansão da atividade turística. Segundo Silva (2010b, p. 189), nos territórios onde são instalados os empreendimentos turísticos observa-se uma disputa entre a população local, turistas e empreendedores pelos recursos naturais, sobretudo pelo uso da água, tratamento de resíduos e consumo de energia, em razão de que:

A grande maioria dos projetos do turismo residencial depende fortemente da apropriação privada da paisagem e dos recursos naturais; dunas, lagoas, rios, praia e restingas precisam ser envolvidos no interior dos empreendimentos, pois o “turista residencial” necessita ter um contato direto com esses ativos; qualquer projeto que não incorpore esses elementos no seu portfólio irá perder em competitividade.

Socialmente também são observados impactos e conflitos ambientais, pois embora o turismo seja considerado uma importante atividade geradora de emprego e renda, com a modernização dos espaços litorâneos esta atividade contribui para o acirramento das

desigualdades sociais, para a crescente especulação imobiliária e na geração de problemas ambientais de vários tipos. O turismo promove uma ocupação desordenada da zona litorânea, tendo em vista que os especuladores imobiliários estimulam a ocupação de espaços sem nenhuma infraestrutura, que são divididas em lotes, passando a alojar primeiras e segundas residências, que atendem as demandas nacionais e internacionais.

O incremento da ocupação da zona de praia eleva o preço dos terrenos, surgindo novos atores que promovem a privatização dos espaços públicos, a expropriação territorial e o deslocamento das comunidades locais, o aumento demográfico sazonal e mudanças no modo de vida e produção da população nativa, que geralmente estava ocupada em atividades tradicionais como a pesca, o artesanato e a agricultura. Dantas *et al.* (2010) ressaltam que a vilegiatura marítima e o turismo não se processam de forma homogênea em todos os espaços litorâneos do Nordeste, promovendo alterações mais significativas nas pequenas cidades que, até então, apresentavam a dinâmica de áreas rurais e se converteram em urbanas, ocorrendo assim uma elevação dos valores fundiários e o acirramento das desigualdades socioespaciais.

A disputa pelo controle da linha da praia, tanto para o mercado residencial quanto para a hotelaria convencional é prioritária. Essa disputa impulsiona os valores fundiários existentes nas metrópoles nordestinas com consequências não apenas para o trade turístico, mas para todo o conjunto da população, uma vez que, ao aumentar o preço dos terrenos na orla marítima o mesmo se propaga, como em “ondas”, para todo o conjunto urbano, inclusive para suas periferias (FERREIRA; SILVA, 2010, p. 128).

A instalação de empreendimentos turísticos e imobiliários modifica os modos de vida e as formas de produção das comunidades locais, dado que são construídos condomínios fechados, resorts e condoresort em áreas antes ocupadas por vila de pescadores. Diante da elevação do valor das terras nos espaços litorâneos nordestinos, alguns membros da comunidade local começam a ser atraídos pela possibilidade de venda das suas propriedades, estimulando incorporadores e agentes imobiliários a investirem na aquisição de terrenos com finalidade de especulação. Dessa maneira, os espaços litorâneos através da inserção de novas atividades econômicas adquirem novas feições geográficas, sobretudo mediante a privatização de áreas que, até então, eram livremente acessadas pela população, evidenciando, conforme Vilar e Vieira (2010, p. 114),

A ausência de um planejamento integrado em regiões litorâneas, contribuindo para o desordenamento territorial, descaracterizando áreas e produzindo outros espaços de turismo desterritorializados. Esses acontecimentos têm provocado uma preocupação com o desenvolvimento e implantação de projetos turísticos voltados para a busca de soluções a partir de práticas sustentáveis, capazes de garantir a sobrevivência das

particularidades naturais e culturais das comunidades com potenciais turísticos.

Na visão de Sousa (2010, p. 4), “os grandes investimentos, como os *resorts*, modificam a estrutura local para receber turistas, produzindo espaços turísticos artificiais, totalmente desvinculados da realidade da localidade”. Tal fato demonstra que o turismo e a atividade de veraneio, em especial o fenômeno da segunda residência, vêm acentuando as divergências de interesses no que se refere ao uso do território, gerando conflitos entre os novos atores e a população tradicional, pois segundo Dantas (2010d, p. 65),

Com novas práticas marítimas ligadas ao veraneio e ao turismo, as paisagens associadas à pesca e ao porto se encontram abaladas. A zona marcada pela presença dos portos e dos vilarejos de pescadores é afetada pela construção de novas formas (dos estabelecimentos turísticos somando-se às residências secundárias) acompanhando toda linha costeira. Essas novas formas provocam a inserção de novos atores e a expulsão dos antigos habitantes, bem como o fortalecimento dos movimentos de resistência.

Nesse contexto, embora algumas pessoas acabem sendo expropriadas, também se verifica a emergência de movimentos de resistência, pois parte das populações tradicionais transformam seu gênero de vida em atrativo turístico, que passa a ser apreciado pelas pessoas que visitam essas localidades. Na visão percuciente de Dantas (2010d, p. 67), esse movimentos de resistência “correspondem à luta pelo direito à diferença, ao direito de se apropriar das zonas de praia como lócus de produção”, evidenciando para sociedade que o mar e o litoral, além de espaço de lazer são espaços de trabalho.

Tal situação demonstra que a utilização atual dos espaços litorâneos não pode ser entendida sem que se leve em consideração formas de utilização anteriores, caracterizando o que Santos (2008, p. 140) conceitua como rugosidade, que corresponde “ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”. Velhos e novos conflitos socioambientais acompanham o processo de ocupação do litoral do Nordeste.

Ao longo do litoral nordestino observa-se igualmente o aumento do contingente populacional, em razão de que algumas pessoas são atraídas pela possibilidade de conseguir empregos e até mesmo ocupações informais gerados pela atividade turística. Atividades como a prestação de serviços de hospedagem, alimentação, lazer e transporte contribuem para a geração de renda e são fatores de destaque para consolidação do turismo moderno. No entanto, devido a pouca ou nenhuma qualificação profissional, nem todos os migrantes são

absorvidos pelo mercado de trabalho, promovendo a geração de ocupações informais. Desta maneira, o turismo se expande no litoral nordestino, reconfigurando seus usos e atuando de maneira decisiva na produção do espaço, promovendo uma desorganização das práticas, dos valores e dos costumes da população local.

A urbanização também exerce uma grande pressão sobre o litoral, que vem sendo bastante procurado para moradia. O crescente desenvolvimento de atividades econômicas secundárias e terciárias, como o turismo, ampliou a infraestrutura, a rede de comércio, de transportes e de serviços no litoral nordestino, gerando novas oportunidades de emprego e intensificando a urbanização, que foi impulsionada pela demanda por espaços de lazer, articulados ao setor imobiliário na produção de empreendimentos no Nordeste. Dessa forma, de acordo com Dantas *et al.* (2010, p. 113),

Na vilegiatura marítima do Nordeste brasileiro se evidencia desdobramento de demandas por espaços de ócio, especificamente litorâneos, que nascem na cidade e extrapolam seu domínio. Gestam, assim, uma rede urbana paralela à zona de praia, tendente a se densificar no tempo, como expressão das metrópoles em constituição. Com tal incremento apresenta-se lógica de organização espacial paralela à zona de praia, baseada no aeroporto e nas vias litorâneas, permitindo prolongamento sobre o litoral. Tal lógica, diametralmente diferenciada da reinante até então, coloca as zonas de praia dos Estados em foco sob a dependência direta das capitais e sem mediação de centros urbanos intermediários, gestando rede urbana paralela à zona de praia inclinada a se densificar no tempo, como expressão das metrópoles em construção.

Tais transformações geográficas observadas ao longo do litoral nordestino são impulsionadas tanto por ações estatais quanto privadas, pautadas em determinados tipos de uso que valorizam os recursos naturais litorâneos, que foram determinantes na escolha destes espaços para recepção de amplos investimentos. De acordo com Ferreira e Silva (2010, p. 122), “a intensificação da produção imobiliária para o mercado, seja com financiamento público ou privado, foi responsável pela expansão urbana das cidades a partir de meados do século XX”, ampliando também o espaço territorial das metrópoles nordestinas.

A inserção de novas atividades econômicas no litoral nordestino promove transformações no modo de vida, na economia e na paisagem litorânea, onde as segundas residências começam a ser edificadas, passando a ocupar espaços que antes abrigavam comunidades de pescadores e a população de menor poder aquisitivo, demonstrando uma reestruturação territorial que passa a atender as variadas demandas por lazer, trabalho e habitação. As segundas residências ocorrem ao longo do litoral nordestino e na visão de Moraes (2007, p. 38) são “o fator numericamente mais expressivo da urbanização litorânea”,

ocupando os espaços estratégicos e mais valorizados, e alargando o perímetro urbano das cidades costeiras.

De acordo com o modelo produzido por Lundgren (1974), ao estudar as áreas turísticas do Canadá e exposto por Silva (2010b) e Santos (2015), evidenciam-se três fases da relação entre urbanização e as áreas de segunda residência. Na primeira fase, em decorrência do processo de crescimento das cidades, as residências eram edificadas próximas aos centros urbanos e das áreas de lazer. Na segunda fase, a malha urbana se expande, absorvendo áreas que abrigavam segundas residências, que também são deslocadas para outras áreas, pois em seu lugar surgem bairros que passam a alojar primeiras residências. Já na terceira fase, o processo anterior se repete, pois áreas consolidadas como núcleos de segundas residências tornam-se bairros de ocupação permanente e outros espaços de segundas residências emergem diante de novas demandas por veraneio, férias ou deslocamentos temporários de fins de semana ou feriados.

No cenário exposto, observa-se uma contínua reestruturação territorial no litoral nordestino, que ganha impulso entre 2001 e 2007, quando segundo Silva (2010a), emerge uma nova fase da produção imobiliária que não envolve apenas a demanda das classes médias e altas das metrópoles, mas que se insere em um contexto macro, atendendo também a demanda nacional e internacional. Ao produzir e reproduzir o espaço da cidade, o incorporador e outros agentes orientados pela dinâmica financeira global implantam nas cidades novos produtos, que transformam cada vez mais a natureza em mercadoria, o que acirra a disputa pela propriedade e possibilita a criação de novos territórios alheios às dinâmicas locais.

A fluidez necessária ao processo de produção/consumo requer paisagens em constante mutação, desvinculadas de identidades historicamente construídas e disponíveis para representação estética da mercadoria (BARBOSA, 2011, p. 136).

Desse modo, espaços litorâneos até então ocupados por comunidades rurais passam por uma divisão em lotes, onde se observa uma grande valorização fundiária, uma vez que tais espaços passam a alojar primeiras e segundas residências. A transformação de residências de uso ocasional em permanente também contribuiu para a expansão urbana, pois as melhorias das vias de acesso, a implantação de infraestrutura urbana e a proximidade das capitais, possibilitou a expansão das práticas marítimas modernas para municípios litorâneos vizinhos, diversificando o mercado imobiliário.

Os antigos espaços de vilegiatura nas capitais são substituídos por espaços de moradia, e o uso ocasional das zonas de praia das capitais começa a perder importância em relação ao uso permanente. Morar na praia torna-se um objeto de desejo similar ao antigo hábito de veranejar. Tal desejo, reforçado pelo mercado imobiliário, redimensiona esses espaços e torna difícil a permanência de residências secundárias. Diante da situação, a única opção foi a de buscar espaços fora da cidade, mediante eleição de antigas áreas ocupadas por populações tradicionais, tais como lócus de habitação e de trabalho, como espaços de vilegiatura. Os primeiros municípios a receberem essa onda de vilegiaturistas foram os municípios vizinhos das capitais nordestinas (...) (DANTAS; PEREIRA, 2010, p. 76-77).

Assim, observa-se que atualmente há uma expansão do mercado de terras no litoral do Nordeste, pautada na lógica mercantil de apropriação dos espaços, onde territórios ainda não ocupados estão à espera de valorização financeira e a população de maior poder aquisitivo passa a considerar morar na praia um fator de diferenciação social, o que requalifica o litoral como um espaço, agora também de habitação permanente, promovendo assim uma grande especulação imobiliária e elevando o preço dos terrenos litorâneos.

O preço da terra não traduz o valor total de um lugar, mas fornece uma indicação preciosa dos vetores que comandam o uso do solo e seu ritmo de ocupação, aparecendo como a expressão de um dos agentes estruturantes do ordenamento espacial de maior poder na atualidade: o mercado (MORAES, 2007, p. 25-26)

Isto posto, morar ocasionalmente ou permanentemente nas zonas de praia eleva os valores dos imóveis no litoral nordestino e faz emergir novas identidades, novos conflitos, valores, hábitos e costumes, proporcionados pela visão do litoral como um espaço atraente para a sociedade. Nesse contexto, emergem conflitos socioeconômicos, pois como afirma Dantas e Pereira (2010, p. 73), “os pobres tendem a ser expulsos, relegados a espaços menos valorizados, longe da praia e dos seus instrumentos de trabalho”, o que contribui para a desarticulação cultural das populações tradicionais.

O turismo modifica territórios e territorialidades, criando também novos espaços apropriados por relações de poder e novos vínculos e relações humanas para controlar os objetos materiais e imateriais da vida, pois a instalação de um empreendimento turístico ocasiona um processo de territorialização que promove a criação de um território turístico.

Neste cenário, importantes mudanças socioespaciais são verificadas nos espaços litorâneos, ocupados por novos atores, acentuando o processo de segregação residencial, resultado da aquisição de imóveis nas áreas mais valorizadas por investidores locais e estrangeiros. Tal situação conflitiva repercute diretamente na questão habitacional, considerando que uma parcela da população local vende seus terrenos e desloca-se para outros

municípios ou áreas periféricas cada vez mais afastadas, onde se instala em favelas e loteamentos clandestinos, pois a falta de recursos financeiros impede a utilização de áreas consideradas de uso privilegiado pelo capital imobiliário. Na concepção de Silva (2010b, p. 188-189), o primeiro elemento de impacto provocado pela expansão urbana do litoral reside na questão habitacional, pois envolve

Movimentos paralelos de valorização da terra, transformação de uso (rural para urbano) e redirecionamento dos investimentos públicos, acarretando menor capacidade do Estado em enfrentar o déficit habitacional, já que agora os pobres urbanos sofrem pressão de deslocamentos para além da mancha metropolitana não apenas nos vazios urbanos, mas, também, na periferia mais distante. As pequenas propriedades urbanas ou rurais são contaminadas pelos preços especulativos – nivelados em euro ou dólar – praticamente impossibilitando à classe média ocupar as áreas litorâneas; essa classe média, então, irá pressionar a periferia da metrópole, “expulsando” para mais além a faixa de pobreza. Essa é uma dinâmica nova que acirra o processo de exclusão socioterritorial, isto é, se o processo de sobrevalorização dos imóveis continuar, a política pública de construção de moradias torna-se inviável.

Na visão de Moraes (2007, p. 39), o consumo de segundas residências “mobiliza proprietários de terras, incorporadores, corretores, e a indústria de construção civil (com todo seu aporte de pessoal) nas áreas litorâneas, o que vai constituir, em si, num acréscimo ao fluxo povoador”, tendo em vista que a geração de empregos diretos e indiretos atrai um grande contingente de pessoas para o litoral. No entanto, mesmo diante do dinamismo econômico verificado nas zonas litorâneas do Nordeste ao longo dos últimos anos nem toda população migrante é absorvida pelo mercado de trabalho formal local, aumentando assim o número de desempregados, subempregados e trabalhadores informais.

Dessa forma, ocorre a precarização do trabalho que se associa a subsistência e compromete as condições de vida dessas pessoas, pois de acordo com Borelli (2007, p. 24) o engrossamento dos fluxos migratórios “implica no aumento da massa marginal, que, num processo de reprodução do espaço, dá origem ao fenômeno da favelização, ocorrendo, exatamente, nas áreas mais impróprias à ocupação”.

O incremento populacional que vem sendo observado no litoral nordestino aumentou a demanda por terrenos e serviços urbanos, em localidades que apresentam sérias carências estruturais em termos de obras de infraestrutura. Espaços sem uso ou inadequados a ocupação humana e áreas que deveriam ser preservadas, como os mananciais e os manguezais, passam a ser ocupadas por uma parcela da população sem alternativas de moradia e que sofre exclusão social e segregação espacial.

A ocupação de áreas inadequadas além dos problemas sociais gera também agressões ao meio ambiente, posto que loteamentos são instalados sem qualquer tipo de preocupação com a construção de um sistema de saneamento, agravando a degradação ambiental. Segundo Borelli (2007, p. 13), nestes territórios marginais “a habitação não estará conectada às redes de infraestrutura, compreendendo água, esgoto, drenagem pluvial, pavimentação, além de não poder contar com serviços de apoio, como transporte, educação, saúde, coleta de lixo, abastecimento”. Em vista disso, Oliveira & Melo e Souza (2013, p. 61) afirmam que os impactos ambientais e sociais compõem o cenário da urbanização litorânea, dado que,

O aumento nos índices de urbanização geralmente não é acompanhado da oferta de saneamento básico, de habitação, de saúde pública, de transporte. O que se observa é um aumento da pressão sobre sistemas naturais acarretando impactos decorrentes, por exemplo, da elevação dos níveis de poluição do solo, dos rios, do desmatamento, da ocupação de áreas de relevante interesse ambiental.

A implantação de grandes empreendimentos do ramo turístico e imobiliário, em sua incessante busca pelo crescimento imposta pelo modelo econômico contemporâneo, promove grandes transformações sociais, econômicas e ambientais na zona costeira, que incide sobre seus atrativos naturais. Vale ressaltar que a singularidade do litoral é ocasionada pela existência de abundantes e variados elementos, tanto naturais quanto humanos, o que o transforma em recurso.

No litoral nordestino, inicialmente a relação estabelecida entre o homem e a natureza era harmônica, tendo em vista que atividades como a pesca, a agricultura, o artesanato e o extrativismo não provocavam danos ambientais, pois além de serem praticados em pequena escala e em moldes tradicionais, ajudavam a manter o preservar os recursos naturais. Nessa perspectiva, Madruga (1992, p. 32) afirma que no litoral a população local sempre procurou respeitar as leis de reprodução da natureza, o que representa formas de relações espaciais passadas, “mas seus ritmos não são mais os mesmos, a sua dinâmica já não é mais a mesma”, verificando-se padrões de uso e ocupação do solo distintos e conflitivos.

Destarte, o equilíbrio ambiental no litoral nordestino é comprometido, pois ocorre a concomitante valorização econômica de áreas até então preservadas, fazendo com que sejam implantados empreendimentos turísticos, imobiliários e até industriais onde antes existiam ecossistemas naturais, formados especialmente por praias, dunas, terraços, mangues, restingas e lagoas. O desenvolvimento de algumas atividades econômicas ao longo do litoral exerce uma grande pressão sobre os sistemas naturais, acarretando elevação dos níveis de poluição

das águas e do solo, desmatamento, desmonte de dunas e destruição de ecossistemas costeiros, estuarinos e marinhos. Em síntese, geram conflitos socioambientais variados e localmente intensos.

As atividades econômicas desenvolvidas ao longo do litoral apresentam padrões de ocupação diversos ao longo da costa e mostram um elevado grau de diversificação, porém, segundo Oliveira & Melo e Souza (2013, p. 61), “seguem a mesma lógica voltada à exploração dos recursos e das potencialidades naturais e locacionais do território”. Assim, tais espaços seguem, na atualidade, uma lógica de ocupação implantada ainda no período colonial, quando a exploração dos recursos naturais impulsionou a apropriação e o uso do litoral.

Para Moraes (2007, p. 38-39), “o caráter impactante da atividade de veraneio é, em termos ambientais, diretamente relacionado à capacidade do poder público de ordenar o uso do solo”, dado que o Estado enquanto planejador e gestor também influencia na valoração e valorização dos terrenos litorâneos, pois permite e estimula a implantação de obras de infraestrutura e a construção de materialidades geográficas que dotam essas áreas de vantagens locacionais, estabelecendo novos padrões de ocupação e gerando novas perspectivas de uso do território.

O Estado intervém diretamente na organização do espaço litorâneo e na redução de conflitos, podendo tanto garantir a preservação de forma a alcançar a sustentabilidade ambiental, como também pode induzir ou até mesmo estimular a devastação, ao permitir e financiar obras que poderão causar danos ambientais e comprometer a qualidade de vida da população nativa. Ao investir em obras que possibilitam a acessibilidade ao litoral, o Estado promove a interação territorial com outros espaços, favorece sua exploração econômica e ao mesmo tempo gera conflitos socioambientais. Nesse contexto, Moraes (2007, p. 27) considera o Estado o maior agente impactante na zona costeira:

Inicialmente, através da legislação, ele cria limitações, impedindo ou induzindo os usos do solo, que influem diretamente no processo de sua ocupação. Através do planejamento, ele busca orientar as tendências presentes, direcionando-as para padrões sustentáveis de uso ou estimulando a devastação. E, pela gestão, os agentes estatais buscam mediar ou intervir nos conflitos de uso existentes, apoiando o estabelecimento dos consensos possíveis ou intercedendo por uma das partes, através da criação de fóruns de exame e legitimação de planos, projetos ou abrindo exceções nos próprios limites estabelecidos (MORAES, 2007, p. 27).

O agravamento dos impactos e dos conflitos socioambientais torna imprescindível a elaboração de políticas que possibilitem a adequada utilização da zona costeira nordestina, através de uma atuação planejada que utilize mecanismos de intervenção. No entanto, ainda

que existam planos, projetos e programas voltados para o litoral, nem sempre a população tradicional é consultada ou participa da sua elaboração, mesmo sendo essas pessoas as mais afetadas pela implantação dessas políticas, pois tiveram seu modo de vida tradicional modificado pela introdução de novos hábitos e de novas atividades econômicas. A chegada dos turistas promove mudanças na territorialidade da população local, que começa a questionar seus próprios hábitos e cultura, passando a tentar reproduzir e desejar os hábitos e padrões de consumo dos turistas.

No Nordeste brasileiro existe uma polifuncionalidade econômica inerente aos espaços litorâneos, no entanto em algumas áreas é possível observar uma incompatibilidade entre as atividades econômicas, o que promove uma reestruturação territorial, bem como conflitos entre os novos empreendedores e a população local, que em geral apresentam objetivos distintos, prevalecendo geralmente os interesses da população de maior poder aquisitivo em detrimento dos interesses da população nativa, que por vezes é expropriada ou segregada nos espaços litorâneos.

Dentro dessa perspectiva, torna-se necessário a implantação de instrumentos de planejamento e gestão específicos para as zonas litorâneas, que envolvam os agentes da administração pública, através da elaboração de políticas de ordenamento territorial, como também o engajamento da sociedade civil no sentido de buscar o desenvolvimento para o território onde reside.

2.5- Ordenamento territorial de ambientes costeiros: controle estratégico ou ilusão?

A implantação de polos turísticos ao longo do litoral brasileiro implicou na alocação de investimentos geradores de ações que repercutiram no processo de ordenamento do território. De acordo com Dantas (2010a, p. 77), “os investimentos da iniciativa privada beneficiam-se dos investimentos públicos no domínio da infraestrutura turística, ao consolidar e ou diversificar suas ações na zona costeira”. Entretanto, geralmente tais investimentos não são precedidos ou acompanhados de estudos acerca dos recursos existentes e sua capacidade de utilização, o que compromete a manutenção de uma variedade de ecossistemas relevantes para o equilíbrio do meio ambiente costeiro.

Como visto anteriormente, a zona costeira é dotada de especificidades e vantagens locais que favorecem o desenvolvimento das mais variadas atividades econômicas. O crescente fortalecimento dessas atividades dinamiza a economia local, ocasionando também conflitos e desgaste ambiental nos ecossistemas litorâneos, pois a construção de

empreendimentos do ramo turístico e imobiliário produz sérios impactos, como a retirada da vegetação, o desmonte de dunas, o aterramento de lagoas, o despejo de resíduos sólidos e entulho nas áreas circunvizinhas, além de modificar os tradicionais meios de subsistência da população local, tradicionalmente ocupada com a pesca, agricultura, pecuária e com o extrativismo. Assim, de acordo com Marroni e Asmus (2005, p. 72),

As pressões crescentes em zonas costeiras, são verificadas pelo aumento da população, resultando em uma competição entre o uso do espaço e dos recursos disponíveis. Com o intuito da sobrevivência e do desenvolvimento, as populações estão transformando e destruindo, continuamente, os recursos do meio natural. As zonas costeiras requerem atenção especial, porque a maior parte da população brasileira e, conseqüentemente, as atividades econômicas, estão concentradas nesta faixa territorial.

Em decorrência dos investimentos públicos e privados realizados nos espaços litorâneos para promover o desenvolvimento do turismo e o aquecimento do mercado imobiliário verifica-se um processo de reestruturação territorial, que acentuou as disparidades socioeconômicas e comprometeu a manutenção das condições de vida da população local. Nesse contexto, observa-se uma divergência de interesses entre a população autóctone e os empreendedores, que passam a exercer uma forte pressão sobre as estruturas territoriais, econômicas e sociais tradicionais. A produção do espaço litorâneo para o desenvolvimento dessas novas atividades exige uma maior fluidez do território e o estabelecimento de melhores condições de circulação. Para Cruz (2007, p. 56), a implantação de infraestruturas costeiras não confere maior mobilidade apenas a turistas e residentes, pois

São, também e principalmente, um meio de assegurar maior mobilidade ao capital privado, que mediante a criação de economias externas fundamentais à operação de negócios do setor de turismo, aproveita-se da valorização desses espaços para implementar seus empreendimentos.

A ação estatal se manifesta ao longo do litoral através da construção de materialidades geográficas para dotar tais áreas de acessibilidade e favorecer sua exploração econômica. No litoral observa-se igualmente a apropriação de parcelas do território por alguns grupos sociais, o que implica na exclusão de outros, num claro estabelecimento de relações de poder. Dessa forma, é necessária a realização de práticas de ordenamento territorial que, na visão de Gomez Orea (2007), significa identificar, distribuir e organizar as atividades humanas em um dado território de acordo com determinados critérios e prioridades, representando a projeção no espaço das políticas econômicas, sociais, culturais e ambientais de uma sociedade.

La ordenación del territorio define la estructura espacial o marco físico (forma de utilización del suelo, redes formadas por los núcleos de población por los canales que conectan el conjunto) en el que se han de ubicar las actividades propiciadas por las políticas social, económica, cultural y ambiental de la sociedad, y regula el comportamiento de los agentes socioeconómicos; todo ello orientado a conseguir un desarrollo equitativo, equilibrado y sostenible de las diferentes regiones¹⁰ (GÓMEZ OREA, 2007, p. 30-31).

Destarte, cabe ao Estado realizar o ordenamento territorial que representa uma possibilidade de redução das pressões antrópicas sobre o meio ambiente, permitindo a visualização das diferentes formas de uso do território e como estes podem ser otimizados para o desenvolvimento nacional e regional. Segundo Gómez Orea e Gómes Villarino (2011, p. 79-80), ordenar o território significa “identificar, distribuir, organizar y regular las actividades humanas que soportan el desarrollo en ese territorio de acuerdo con ciertos criterios y prioridades”¹¹, estabelecendo dessa forma um sistema territorial eficiente, que proporcione a elevação das condições de vida da população.

Na percepção de Moreira (2011), o ordenamento territorial tem como objetivo administrar a base contraditória do espaço e se efetiva através de regras e normas do arranjo espacial da coabitação. Os homens coabitam o espaço, e dessa forma a convivência entre atores distintos ocorre por consenso ou por coerção de classe, sendo nas duas situações necessário a realização do ordenamento territorial como uma forma de controle dos termos de coabitação, regulando tanto os conflitos quanto a cooperação.

Por sua vez, Gómez Orea e Gómes Villarino (2011, p. 75) ressaltam que a efetivação do ordenamento territorial requer três condições básicas:

Voluntad política para imponer el control del uso del suelo y del comportamiento de las actividades, cobertura legal de los planes que proporcione capacidad vinculante a sus propuestas, y capacidad institucional para gestionar la ejecución, el seguimiento y el control de los planes, en suma, para hacer que se cumplan sus previsiones¹².

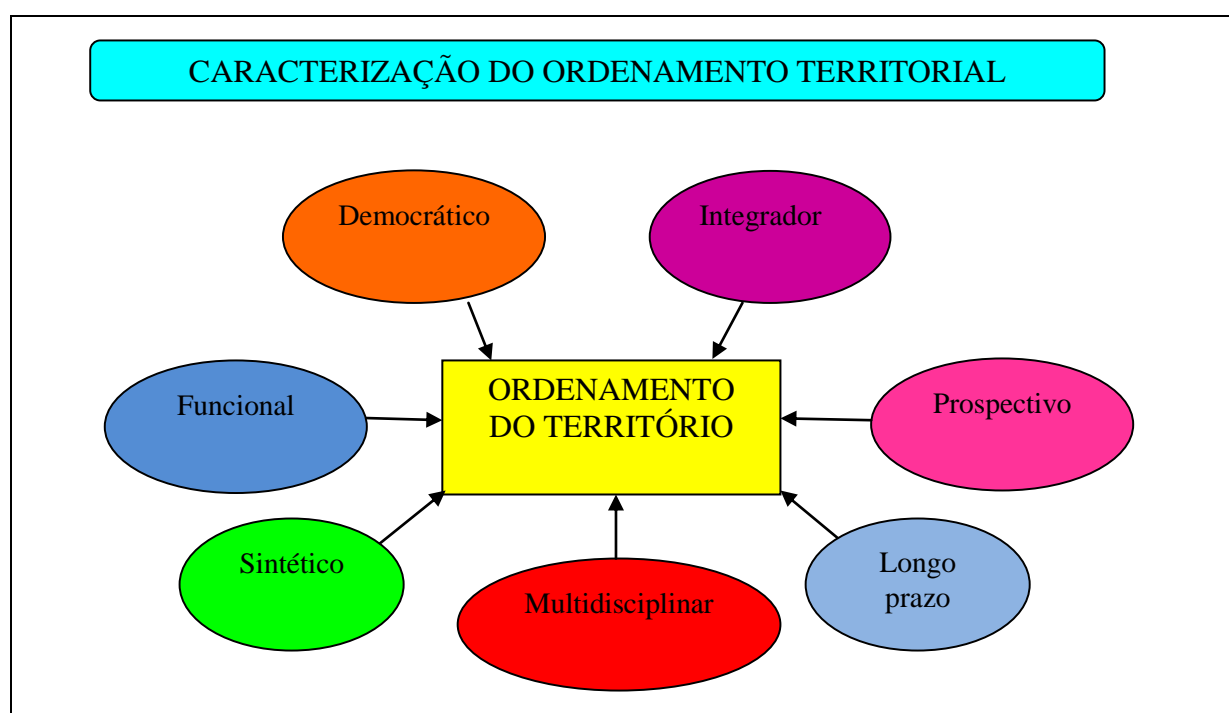
¹⁰ O ordenamento territorial define a estrutura espacial ou marco físico (forma de utilização dos solos, redes formadas pelos núcleos de população e pelos canais que conectam o conjunto) em que se há de instalar as atividades favorecidas pelas políticas social, econômica, cultural e ambiental da sociedade, e regular o comportamento dos agentes socioeconômicos; tudo isso orientado para conseguir um desenvolvimento equitativo, equilibrado e sustentável das diferentes regiões.

¹¹ Identificar, distribuir, organizar e regular as atividades humanas que suportam o desenvolvimento nesse território de acordo com certos critérios e prioridades.

¹² Vontade política para impor o controle do uso do solo e do comportamento das atividades, cobertura legal dos planos que proporcione capacidade vinculante a suas propostas, e capacidade institucional para administrar a execução, o acompanhamento e o controle dos planos, em suma, para fazer com que se cumpram suas previsões.

O ordenamento territorial pressupõe um conjunto de decisões tomadas pelos agentes governamentais com a função de direcionar e avaliar os possíveis usos atuais e futuros do território, mostrando-se integrador ao buscar atender os interesses variados, e até mesmo divergentes dos agentes públicos e privados, como também se revela multidisciplinar ao tentar contemplar as dimensões econômicas, culturais, sociais e ambientais. Este instrumento de gestão também se mostra democrático, uma vez que possibilita a participação da população nas decisões de competência regional, no sentido de buscar o desenvolvimento para o território em que reside (Figura 03). Deste modo, tais características do ordenamento territorial poderão se integrar de forma concisa, favorecendo a longo prazo o crescente processo de sensibilização e mobilização social para a proteção ambiental e manejo racional dos recursos naturais.

Figura 03: Caracterização do ordenamento territorial



Fonte: Barragán Muñoz, 1994, p. 114 (Traduzido por Carla Norma Correia dos Santos).

Enquanto responsável pelo ordenamento territorial, o Estado deve resgatar o seu papel de planejador e coordenador nacional e regional, reduzindo os conflitos das políticas contraditórias no território, que é um bem coletivo e como tal deve ser acessível a toda população. O ordenamento territorial, na percepção de Gómez Orea e Gómez Villarino (2011), consiste na elaboração e execução de planos, programas e projetos pela

Administração Pública, que se formalizam através do diagnóstico, do planejamento e da gestão, devendo dessa forma, equilibrar as dimensões econômica, social e ecológica da sustentabilidade e garantir que os interesses públicos se sobreponham ao privado.

La ordenación territorial es una función de la Administración Pública, de carácter integral, que corta horizontalmente a todas las componentes del sistema territorial, y que se orienta a conseguir el desarrollo sostenible de la sociedad mediante la previsión de sistemas territoriales armónicos, funcionales y equilibrados capaces de proporcionar a la población una calidad de vida satisfactoria¹³ (GÓMEZ OREA; GÓMES VILLARINO, 2011, p. 74).

O ordenamento territorial ao controlar a localização e o desenvolvimento das atividades econômicas, atua como um instrumento preventivo de gestão ambiental. Nesse sentido, a participação da sociedade na elaboração dessa política é fundamental, pois a população local pode melhor identificar os agentes do território e apontar suas prioridades e as atividades mais compatíveis a cada espaço. Para Mello-Théry (2011, p. 40),

O ordenamento é essencialmente uma questão política e exige uma pluralidade de negociações, seja entre setores, entre poderes e níveis de governo, e, ainda, entre o Estado e a sociedade. Da mesma maneira, exige-se estabelecer seu foco de objetivos. No Brasil, o ordenamento é de importância basilar para romper o ciclo de desigualdades de acesso e deve ter como condição *sin qua non* a territorialização dos grupos excluídos ou de inclusão precária, configurando-se em um processo mais democrático de acesso ao território.

A ação do Estado sobre o território, no entanto, não pode ser considerada neutra, pois está sempre a serviço dos interesses de um determinado grupo social ou de uma aliança de grupos sociais, que acabam influenciando e controlando o aparelho estatal. Camargo (2009, p. 52-53) condena essa postura do Estado, ao afirmar que o “ordenamento não pode ser manipulação e sim a materialização do desejo popular, em que as formas geográficas devem seguir a orientação da liberdade e não da escravidão”.

Ainda segundo este autor, a técnica é um meio de intervenção capaz de inventar e redirecionar a organização do espaço e seu ordenamento, garantindo assim a hegemonia dos blocos de poder, comumente favorecidos pelo planejamento que distribui e manipula os modelos técnicos. O ordenamento territorial é profundamente marcado pelas transformações das condições técnicas em face da globalização e dos investimentos em infraestrutura

¹³O ordenamento territorial é uma função da Administração Pública, de caráter integral, que corta horizontalmente a todos os componentes do sistema territorial, e que se orienta a conseguir o desenvolvimento sustentável da sociedade mediante a previsão de sistemas territoriais harmônicos, funcionais e equilibrados capazes de proporcionar a população uma qualidade de vida satisfatória.

viabilizados pelo Estado, que possibilitam a inserção de grandes corporações no litoral. Para Almeida (2011, p. 339), os instrumentos tradicionais de ordenamento territorial apresentam quatro formatos distintos:

Os normativos, que incluem as legislações de uso e ocupação do solo, regulamentação de padrões de emissão de poluentes nos seus diversos estados – líquido, sólido e gasoso -, entre outros; os de **fiscalização e controle** das atividades para que estejam dentro das normas vigentes; **os preventivos**, caracterizados pela delimitação de espaços territoriais protegidos (parques, reservas, áreas de mananciais, encostas declinosas), pelas avaliações de impacto ambiental, análise de risco e licenciamento ambiental; **os corretivos**, que constituem as intervenções diretas de implantação e manutenção de infraestrutura de saneamento, plantio de árvores, formação de praças, canteiros e jardins, obras de manutenção e coleta de resíduos, microbacias em curva de nível em área de plantio e monitoramento da qualidade da água. (Grifos nossos).

Para Soares (2009), no mundo globalizado o espaço reveste-se de novas características e de nova importância, na medida em que a eficácia das ações é diretamente influenciada pela sua localização geográfica. Com isso, instaura-se uma nova lógica territorial no litoral, em que prevalece os interesses de empresas e corporações sobre as necessidades para a reprodução social e econômica da população local. O território é reordenado para favorecer a penetração do capital, levando-se em conta suas expectativas de lucro, e o planejamento torna-se assim, uma importante ferramenta que cria e recria espaços, que passam a receber um crescente contingente populacional.

A projeção do crescimento futuro da população costeira indica que haverá um processo contínuo de degradação. Torna-se necessária, portanto, a gerência destes recursos focalizando a educação do povo. Igual importância deve ter o planejamento e gerenciamento destas áreas, aglutinando os três níveis de governo: federal, estadual e municipal. É preciso que haja consonância das ações desses poderes para evitar a fragmentação de políticas específicas (MARRONI; ASMUS, 2005, p. 18).

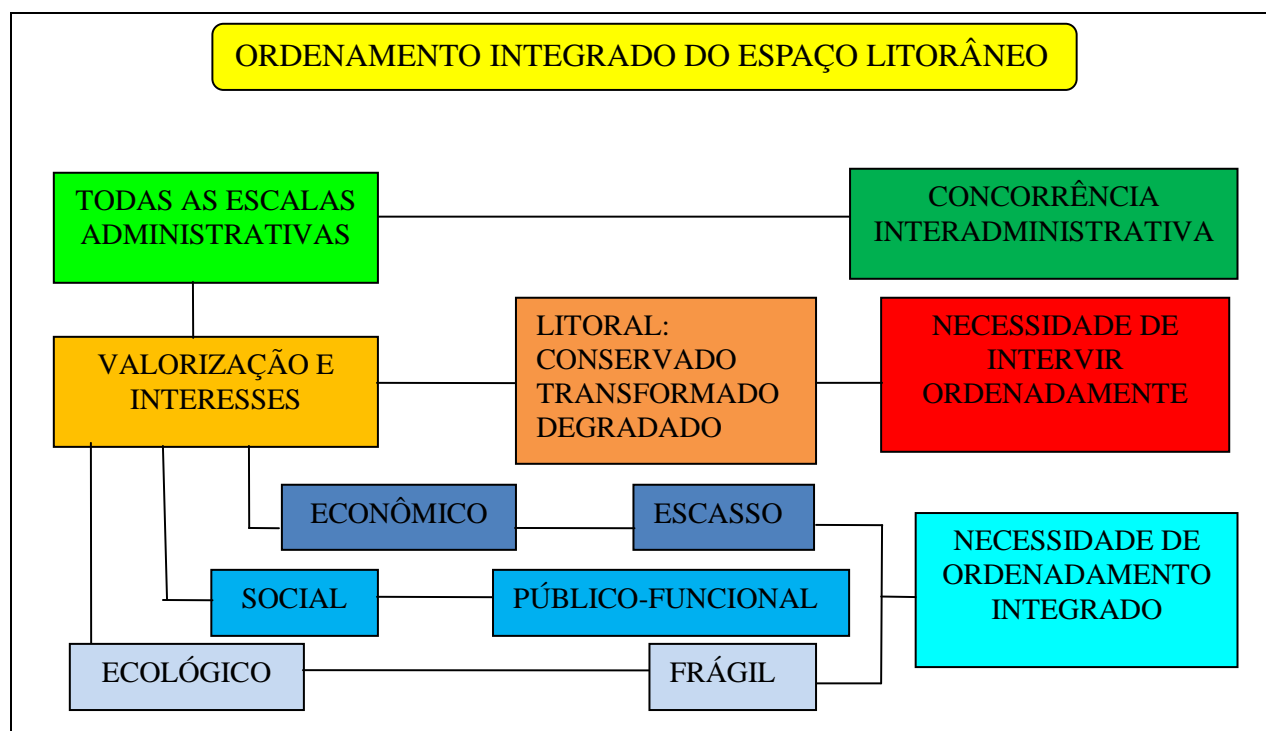
De acordo com Gómez Orea e Gómez Villarino (2011, p. 75), o desenvolvimento sustentável pode ser alcançado a partir da implantação da gestão integrada da zona costeira, pois tal ação pode atenuar ou até solucionar conflitos entre a população e os agentes econômicos, através do intercâmbio de experiências e a formação de redes de colaboração, pois poderá “hacer compatible la conservación de ecosistemas, de paisajes y recursos con las actividades socioeconómicas, uniendo para ello los interrogantes ambientales, los económicos y los sociales¹⁴”. A implantação de um ordenamento integrado no espaço litorâneo possibilita

¹⁴ Tornar compatível a conservação de ecossistemas, de paisagens e de recursos com as atividades socioeconômicas, unindo para isso os questionamentos ambientais, os socioeconômicas e os sociais.

proteger e conservar os recursos costeiros ao incentivar seu uso racional, posto que reúne os agentes da administração pública e a sociedade, congregando tanto interesses públicos quanto privados.

O ordenamento territorial de ambientes costeiros deve privilegiar e integrar os interesses econômicos, sociais e ecológicos, promovendo a inserção de regiões pouco dinâmicas no processo de desenvolvimento, o que poderá reduzir as disparidades espaciais e sociais. É necessário haver uma articulação entre as diferentes escalas administrativas, de modo a implantar instrumentos de planejamento que coordenem os usos e o desenvolvimento de atividades econômicas ao longo do litoral a fim de conservar os ecossistemas existentes e assegurar o bem estar social e econômico da população, articulando a perspectiva ambiental com a organização do espaço (Figura 04).

Figura 04: Ordenamento integrado do espaço litorâneo



Fonte: Barragán Muñoz, 1994, p. 125 (Traduzido por Carla Norma Correia dos Santos).

Desta forma, o ordenamento territorial poderá vir a corrigir os desequilíbrios ocasionados pelos processos inadequados de uso e ocupação do espaço litorâneo pelo homem, que agrega uma grande quantidade de atividades econômicas e agentes sociais, e se estrutura geograficamente em torno de três elementos básicos: fragilidades ambientais, conflitos e potencialidades.

No Brasil, a inserção de determinadas atividades econômicas ao longo do litoral, raramente é precedida de um estudo detalhado sobre os recursos existentes e sua capacidade de utilização. Tais estudos se constituem em um valioso instrumento para verificar a compatibilidade entre o desenvolvimento de tais atividades e os ecossistemas, tendo em vista que as necessidades de um determinado grupo social ou econômico externo se sobrepõem aos interesses da população local, o que evidencia a grande pressão sobre a estrutura territorial. Dentro dessa perspectiva, Barragán Muñoz (1994, p. 106) afirma que o poder aquisitivo de determinados grupos sociais faz com que os espaços litorâneos sejam desfrutados de forma segregada, posto que

El dinero se encarga de imprimir naturaleza selectiva a los usuarios de este tipo de desarrollos ligados al ocio y al disfrute del tiempo libre implantados en el espacio público litoral. Situaciones paradójicas se producen cuando la Administración Pública contribuye a financiar puertos deportivos, cuando no se estudia seriamente la viabilidad económica de una infraestructura náutica como la mencionada y hay que aceptar el ulterior desarrollo de un proyecto inmobiliario que la sostenga y rentabilice, quando la simple promesa de creación de puestos de trabajo es utilizada como el principal y casi único argumento a la hora de justificar grandes impactos en la dinámica y paisaje litoral o en su medio ambiente natural¹⁵.

Algumas atividades econômicas, sobretudo as ligadas ao ramo turístico e imobiliário, promovem uma segregação socioespacial ao longo das zonas litorâneas, pois o território geralmente é ordenado de acordo com os interesses de alguns grupos sociais que visam controlar determinadas áreas, o que evidencia a espacialidade das relações de poder em suas múltiplas esferas.

Dessa forma, o ordenamento territorial implantado nas zonas litorâneas emerge em um contexto regional muitas vezes empobrecido e carente de infraestruturas e serviços, onde a substituição das estruturas produtivas preexistentes acentua as disparidades socioeconômicas. Em outro extremo, alguns grupos são favorecidos com a diversificação da estrutura produtiva através do aumento da geração de emprego e de renda, bem como em virtude da entrada de lucros provenientes dos empreendimentos imobiliários e turísticos.

O ordenamento territorial do litoral revela-se instável e conflitivo, visto que a propriedade privada da terra se configura como um fator de desigualdade socioeconômica,

¹⁵O dinheiro se encarrega de imprimir uma natureza seletiva aos usuários desse tipo de desenvolvimento ligados ao ócio e ao disfrute do tempo livre implantados no espaço público litorâneo. Situações paradoxais se produzem quando a Administração Pública contribui a financiar marinas, quando não se estuda seriamente a viabilidade econômica de uma infraestructura náutica como a mencionada e temos que aceitar o futuro desenvolvimento de um projeto imobiliário que a sustente e rentabilize, quando a simples promessa de criação de postos de trabalho é utilizada como o principal e quase único argumento na hora de justificar grandes impactos na dinâmica e paisagem litorânea ou em seu meio ambiente natural.

pois muitos terrenos foram fragmentados e loteados pelos incorporadores imobiliários e pelos empreendedores turísticos. Assim, a reestruturação produtiva do litoral promove a emergência de conflitos, pois ocasiona a concentração fundiária, especulação imobiliária, segregação socioespacial e choques culturais devido à contraposição das estruturas socioculturais preexistentes na região.

No Brasil, em 1974, é criada a Comissão Interministerial dos Recursos do Mar (CIRM), com o objetivo de criar diretrizes e políticas voltadas para os ambientes costeiros. Já no início da década de 1980 observam-se avanços nas discussões sobre os ambientes costeiros e marinhos, com a criação da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) e da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). O Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO) foi criado em 1987 pela CIRM, e regulamentado pela Lei Nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), garantindo a este programa uma base legal, de acordo com os padrões jurídicos, respaldando suas ações (LIMA, 2010).

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) é o órgão central do GERCO e coordena todas as ações no nível federal, articulado com os governos dos 17 estados litorâneos através dos seus respectivos órgãos ambientais, que procuram integrar suas ações com os municípios. O GERCO tem por objetivo estabelecer uma utilização mais eficiente dos recursos da zona costeira, protegendo os ecossistemas e assegurando a qualidade de vida da população. Este programa é parte integrante da PNMA e surgiu diante da preocupação com a intensa utilização dos espaços litorâneos e recursos marítimos, que promoveu sérios problemas ambientais, tornando dessa forma necessária a adoção de um plano específico voltado para o gerenciamento e estudo da zona costeira brasileira (MARRONI; ASMUS, 2005).

O PNGC, de acordo com a Lei Nº 7.661/88, tem por meta orientar a utilização racional dos recursos da zona costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural. O PNGC além de controlar o gerenciamento de toda faixa litorânea do território nacional, estabelecendo princípios, objetivos, diretrizes, instrumentos, competências e fontes de recursos, também assegura a proteção ambiental desses espaços. Em 1995, diante da emergência de alguns problemas como a falta de clareza na definição dos objetivos, as deficiências na implantação dos planos de gestão regionais e a excessiva rigidez para uma atividade de execução descentralizada do programa, foi criado o Grupo de Coordenação do Gerenciamento Costeiro (COGERCO) com a finalidade de revisar o PNGC. Este grupo de

estudos conseguiu aprimorar e modificar alguns itens que definiram melhor seus procedimentos, tornando mais claros seus objetivos e efetivando as atividades de coordenação nacional (MORAES, 2007).

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II (PNGC II) foi aprovado pela resolução CIRM N° 5, de 3 de dezembro de 1997, e apresenta como principal objetivo o estabelecimento de normas que nortearam a gestão ambiental da zona costeira, adotando uma metodologia mais focalizada em planos e estratégias de ação, envolvendo a União, os estados e municípios, o que demonstra uma necessidade de ação cooperada entre os níveis de governo. O Ministério do Meio Ambiente é o responsável pelas atribuições e competências relativas à execução do PNGC II, enquanto que aos estados e municípios cabe a implementação, execução e acompanhamento do plano de gestão costeira, obedecendo a legislação federal. Desse modo, embora se observe uma verticalidade das decisões, verifica-se uma autonomia regional na elaboração dos planos e a participação da sociedade civil (BRASIL/MMA, 2013).

O PNGC II engloba instrumentos e ações capazes de minimizar os conflitos existentes ao longo da costa, configurando-se como um dos mecanismos para promover o ordenamento territorial, seguindo os princípios de descentralização executiva. Dentre as inovações deste plano, destaca-se a melhor definição das atribuições e competências específicas do governo federal na implementação do GERCO, um programa estruturado e aplicado em âmbito nacional, que visa promover uma gestão integrada, descentralizada e participativa da zona costeira, para dessa forma alcançar um desenvolvimento territorial sustentável.

O PNGC II criou o Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GIGERCO), um fórum permanente de interlocução interinstitucional na esfera da União, visando articular as ações implantadas na zona costeira a partir da aprovação de planos de ação federal, formulando diretrizes e estratégias de atuação do GERCO e acompanhando sua implementação. O GERCO conta com o PNGC II, que tem na integração um elo entre todas as etapas do seu plano de ação, introduzindo assim uma fase de grande engajamento entre o poder público e a comunidade, favorecendo a divisão de tarefas e a gestão democrática da zona costeira. Segundo Moraes (2007, p. 224-225), em função da maior participação da sociedade civil na condução GERCO,

Opera-se com uma visão mais avançada da formulação das políticas públicas, com a preocupação com uma maior legitimidade das ações e com maior direcionamento de soluções por parte da sociedade. Tem-se a concepção do Estado (e do governo) como executor de decisões tomadas

pela sociedade organizada, tendo por meta um planejamento efetivamente participativo.

Dentro dessa perspectiva, a descentralização do poder central corresponde à divisão de responsabilidades sociais e a transferência de autonomia, passando a atribuir um real poder de decisão aos estados e municípios. No entanto, a execução do PNGC II constituiu um desafio, dado que necessitava contar com a participação das comunidades envolvidas e dos poderes federal, estadual e municipal, e essa integração e cooperação nem sempre é estabelecida devido à divergência de interesses. Na visão esclarecida de Scherer *et al.* (2010, p. 164), o programa brasileiro de gestão costeira,

Atraviesa por um período que podría ser descrito como incierto y peculiar, pues las acciones de puesta en marcha del programa en los municipios de la zona costera son todavía muy incipientes. La falta de aplicación de las medidas propuestas para una mejor gestión ambiental de la costa ha facilitado la perpetuación de actividades no sostenibles y la pérdida gradual de sus recursos y servicios ambientales¹⁶.

Diante da necessidade de administrar de forma sustentável os recursos naturais marinhos, flúvio-marinhos e costeiros, além de protegê-los e desenvolvê-los, surge a proposta de Gerenciamento Costeiro Integrado (GCI), definido como um processo contínuo e dinâmico de tomada de decisões. Planos de ações devem ser traçados, contando com a integração dos níveis governamentais e da sociedade, considerando que o trabalho integrado é fundamental para o gerenciamento costeiro, cuja eficácia depende da capacitação dos atores envolvidos nesse processo, bem como do respaldo de uma legislação que regule o uso adequado do solo e a preservação dos recursos.

Nesse contexto, o GCI constitui um sistema de gerenciamento ambiental que viabiliza o desenvolvimento sustentável da zona costeira, mediante a realização de ações, diagnóstico ambiental, planejamento e gestão.

A participação da comunidade residente na zona costeira é primordial para definição das demandas de desenvolvimento, pois estas pessoas conhecem o ambiente que habitam e podem definir suas reais necessidades e anseios, e assim concretizar o GCI e viabilizar e impulsionar a política de ordenamento territorial.

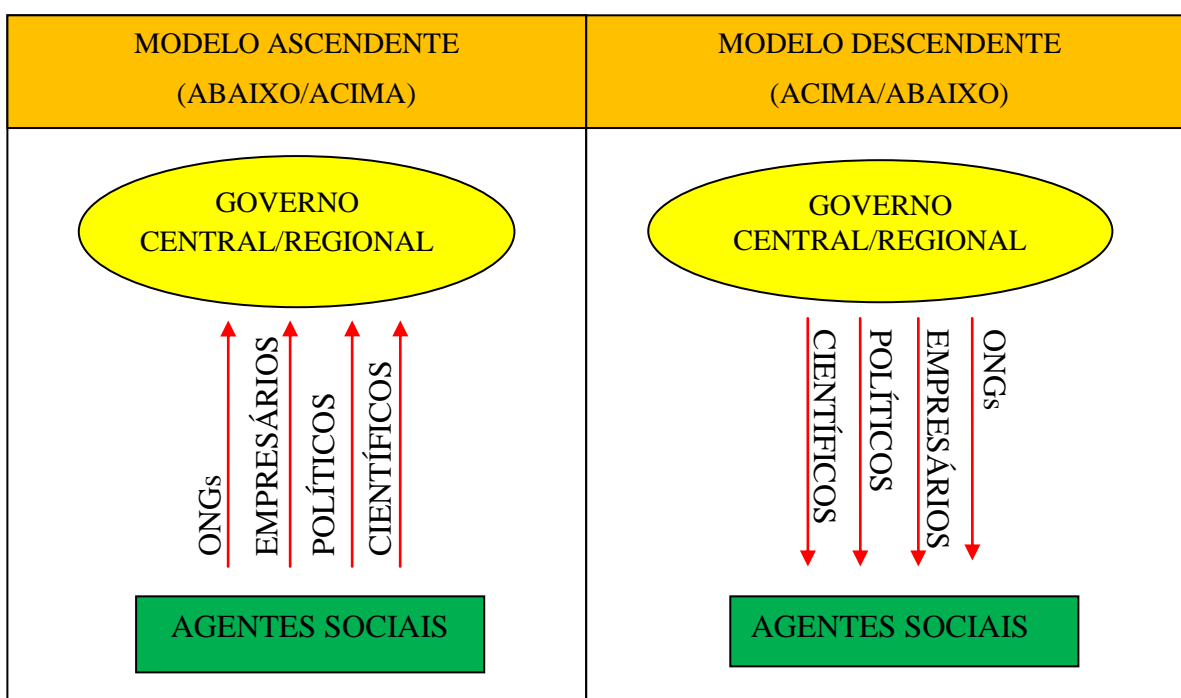
A inserção da comunidade local no processo de gerenciamento das zonas costeiras também poderá contribuir para uma sensibilização sobre a necessidade de preservar os

¹⁶ Atravessa um período que poderia ser descrito como incerto e peculiar, pois as ações de implementação do programa nos municípios da zona costeira são ainda muito incipientes. A falta de aplicação das medidas propostas para uma melhor gestão ambiental da costa facilitou a perpetuação de atividades não sustentáveis e a perda gradual de seus recursos e serviços ambientais.

recursos naturais, gerando desta forma ações duradouras e um maior comprometimento em elevar as condições de vida da população, segundo as especificidades regionais. É imprescindível a participação da comunidade em geral e dos demais agentes de desenvolvimento nas questões que envolvem o gerenciamento integrado dos espaços costeiros, tornando transparente a formulação de programas e projetos e abrindo espaço para a participação popular na tomada de decisões e na resolução de problemas específicos de cada região.

De acordo com Barragán Muñoz (1997) existem dois modelos de GCI: os denominados de “abaixo-acima” (“abajo-arriba”/”bottom-up”), em que os agentes sociais impulsionam as ações, e o de “acima-abaixo” (“arriba-abajo”/”top-down”), em que o processo é iniciado pelo governo em qualquer das escalas da administração pública, o que muitas vezes implica na exclusão da população local no planejamento e na tomada de decisões (Figura 05).

Figura 05: Modelo de iniciação de um processo de Gerenciamento Costeiro Integrado



Fonte: Barragán Muñoz, 1997, p. 90 (Traduzido por Carla Norma Correria dos Santos).

O planejamento deve anteceder qualquer processo de gerenciamento, no entanto muitas vezes é elaborado por atores que não estão inseridos na realidade planejada, e que não conhecem os reais anseios e dificuldades da população e desconsideram os interesses específicos de cada local. A falta de pessoal treinado e de comprometimento por parte de

técnicos e comunidades limitam a continuidade do processo de gestão, levando governos a buscar soluções para tais problemas. Como afirmam Marroni e Asmus (2005, p. 68-69),

Uma das soluções encontradas pelo governo, visando contornar esses fatos, foi a criação de colegiados municipais. Estes, utilizam, como modelo, os comitês de gestão de bacias hidrográficas, incluindo a participação da comunidade, de técnicos e governo, para um processo conjunto, ou processo de co-gestão, na elaboração de propostas para determinada região costeira. A possibilidade da utilização dos colegiados municipais, como agentes transformadores regionais, torna-se uma importante estratégia de gerência para o desenvolvimento sustentável do ambiente.

Os colegiados municipais são espaços democráticos elaborados pelo PNGC II, que assumem a forma de conselhos que privilegiam a consulta cidadã e auxiliam na identificação das prioridades locais, permitindo dessa forma, o estabelecimento da gestão democrática. Os municípios são considerados os principais articuladores de gestão, pois promovem a integração entre governo e comunidade e facilitam a formação dos colegiados municipais. No Brasil, a exceção do PNGC II e do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla) que se baseia em comitês de participação e concebe projetos de gestão integrada, envolvendo diferentes atores nas ações de gerenciamento costeiro, não se observa uma atuação efetiva de todos os setores da sociedade na tomada de decisões e nas ações de manejo costeiro.

Existen también varias iniciativas de gobiernos locales costeros, a menudo en colaboración con actores no gubernamentales, para entender, planificar y gestionar sus recursos ambientales costeros con el fin de poder utilizarlos de manera adecuada, incluyendo las preocupaciones sociales. Estas iniciativas que, técnicamente, podría caracterizarse como de gestión costera, normalmente no asumen este status junto a los programas regionales o del gobierno federal por no satisfacer por completo la metodología propuesta por el GERCO¹⁷ (SCHERER *et al.*, 2010, p. 171).

De acordo com Moraes (2007), este programa ao longo dos anos vem enfrentando alguns problemas como, por exemplo, a grande diversidade de condições de execução, considerando as variadas condições financeiras e de capacitação técnica entre os estados. Em vista disso, os instrumentos e as ferramentas operativas do GERCO ainda não foram totalmente aplicados e tampouco concluídos em todos os municípios costeiros do Brasil.

¹⁷Existem também várias iniciativas de governos locais costeiros, geralmente em colaboração com atores não governamentais, para entender, planejar e administrar seus recursos ambientais costeiros a fim de poder utilizá-los de maneira adequada, incluindo as preocupações sociais. Estas iniciativas que, tecnicamente poderia caracterizar-se como de gestão costeira, normalmente não assumem este status junto aos programas regionais ou do governo federal por não satisfazer por completo a metodologia proposta pelo GERCO.

A descontinuidade administrativa também compromete o funcionamento do GERCO, pois cada mudança de governo repercute no desempenho do programa em cada estado, acarretando custos com a retomada dos trabalhos. A falta de parcerias e ações cooperadas nas várias escalas da administração pública representa igualmente um entrave ao pleno desenvolvimento do programa, assim como a baixa aplicabilidade e fiscalização da legislação vigente, que dificulta a concretização das metas estabelecidas (MORAES, 2007).

Em 2001, foi criada a Agência Brasileira de Gerenciamento Costeiro (Agência Costeira), uma organização da sociedade civil que atua como fórum de discussão e foi instituída para promover ações que viabilizem o gerenciamento integrado da zona costeira. O objetivo social desta agência é contribuir para o desenvolvimento sustentável da zona costeira brasileira, assegurando sua qualidade ambiental e defendendo o patrimônio natural e cultural.

A Agência Costeira apresenta uma estrutura cooperativa de participação espontânea e voluntária, colaborando com o GCI ao organizar os diversos atores envolvidos com o gerenciamento costeiro e implementar alguns dos instrumentos de planejamento e gestão previstas no PNGC, que deverão envolver várias instituições, como universidades e institutos de pesquisas que poderão contribuir para gerar novos conhecimentos e qualificar a população para o planejamento e gestão.

O GERCO caracteriza-se por utilizar a metodologia do zoneamento, proposta no PNGC, e pela construção de um modelo institucional para sua aplicação. O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) é um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente, conforme Lei Federal N° 6.938/1981, regulamentado pelo Decreto Federal N° 4.297/2002, sendo de competência da União, dos estados e dos municípios. O ZEE fornece ao governo as bases técnicas para decidir sobre os diversos usos do território, de forma a promover o desenvolvimento sustentável e orientar os planos de ordenamento territorial. O zoneamento econômico-ecológico é de grande importância no planejamento, pois facilita a construção de parcerias na busca da igualdade e considera o uso do território de interesse de todas as classes sociais e segmentos econômicos (MARRONI; ASMUS, 2005; MORAES, 2007).

O ZEE é um instrumento técnico multidisciplinar, fundamental à realização do ordenamento territorial, pois objetiva viabilizar o desenvolvimento sustentável através da compatibilização do desenvolvimento econômico e da conservação ambiental. O zoneamento orienta a elaboração de planos, programas, projetos e atividades que utilizem os recursos naturais, considerando a realidade territorial e as limitações e fragilidades dos ecossistemas,

restringindo ou realocando as atividades produtivas que se mostrem incompatíveis (LIMA, 2010).

O ZEE não alcançou os resultados esperados em alguns espaços costeiros, tendo representado em alguns momentos um obstáculo, uma vez que a execução de algumas ações do PNGC foi condicionada à sua finalização. O zoneamento envolve os processos de caracterização, diagnóstico e análise da área a ser estudada. No entanto, diante da grande variedade de informações socioeconômicas e ambientais da zona costeira brasileira a definição do objeto a ser analisado e a metodologia adotada tornou-se uma difícil tarefa. Assim, alguns estados adotaram metodologias regionalizadas, apoiadas no PNGC II, que utiliza o macrozoneamento costeiro, direcionando o estudo a uma determinada região e considerando suas especificidades.

O macrozoneamento precede as atividades de gerenciamento e monitoramento, constituindo um importante instrumento para concretização de políticas ambientais que orientem o processo de ocupação racional das zonas costeiras, sendo considerado indispensável para o cumprimento dos demais objetivos do PNGC. Os planos de gestão diagnosticam problemas, delineiam possibilidades e estabelecem linhas de ação, porém o quadro social complexo e diversificado encontrado ao longo da zona costeira brasileira influencia nos ritmos de implementação das propostas, que precisam ter suas formas de implantação e operação adaptadas ao contexto regional (BRASIL/MMA, 2013).

Segundo Moraes (2007), a atualização do PNGC II tornou-se premente em função das modificações e inovações no modelo institucional que foram sendo introduzidas na execução do plano ao longo de sua implantação e funcionamento. Deste modo, o processo de revisão possibilitará a elaboração do PNGC III, posto que é necessário que todos os programas de planejamento e gestão tenham suas diretrizes e objetivos constantemente revisados e atualizados.

Ao longo do litoral brasileiro observa-se um quadro extremamente desigual, no que diz respeito às condições técnicas e financeiras dos estados, o que explica as disparidades entre os resultados alcançados pelas unidades da federação para dar prosseguimento ao programa. O GERCO tem enfrentado problemas no que se refere ao pleno exercício das ações descentralizadas, visto que os estados que fazem parte do programa apresentam variados padrões de prioridade política, capacidades de financiamento e sustentação financeira, qualidade técnica das equipes e distintos graus de organização da sociedade. O programa

apresenta graus de funcionamento distintos, que tornam necessárias adaptações regionais na forma de implementação e operação.

A cooperação entre as instâncias de governos é de grande importância para promover um modelo descentralizado e articulado de execuções de ações, sendo de grande importância também a participação da comunidade na gestão integrada dos espaços costeiros para reestruturação e preservação do meio em que vivem. De acordo com Moraes (2007), a Constituição Federal e a lei que institui o PNGC determinam a ação conjunta da União, estados e municípios, no entanto as competências desses níveis do governo não estão bem definidas, ocasionando assim um dos principais problemas do modelo institucional adotado pelo GERCO.

No Brasil, observa-se um descompasso entre as políticas públicas federais e as realidades locais, pois os interesses das comunidades que deverão ser beneficiadas pela gestão nem sempre são levados em consideração. No entanto, o crescimento da participação da sociedade nas ações de planejamento e gestão, e a existência no país de uma vasta legislação disciplinando o uso do solo na zona costeira, implantando áreas protegidas e organizando atividades produtivas, demonstram que o Brasil conseguiu implantar um programa de gestão integrada orientada para o desenvolvimento sustentável na sua zona costeira, o GERCO, que tem sido aprimorado e redefinido ao longo dos anos, apesar dos desafios e das limitações.

CAPÍTULO 3 – ENTRE O LITORAL SUL DE SERGIPE E O LITORAL NORTE DA BAHIA

O processo de ocupação do espaço litorâneo dos atuais estados da Bahia e Sergipe concentrou-se até o século XIX nos tabuleiros e nos fundos dos vales, relativamente distante da linha de costa, da zona de praia. A partir do século XX, com a dominação e valorização seletiva do território, impulsionada pela construção de rodovias, ocorre uma expansão territorial em direção as áreas mais costeiras desses dois estados, que pouco a pouco se tornam espaços altamente valorizados e atraentes ao capital estatal e privado. O processo de ocupação realizado durante o século XXI promove uma maior fluidez territorial, observando-se uma urbanização difusa que amplia a atividade turística e imobiliária nos litorais de Sergipe e Bahia.

Visando compreender a atual (des) organização territorial e socioeconômica de Indiaroba e Jandaíra, bem como os principais conflitos e problemas enfrentados, no presente capítulo foi realizada uma análise da formação territorial da área em estudo, com a finalidade de compreender a apropriação do espaço nos diversos momentos históricos e seus respectivos usos. Em princípio os municípios estudados foram apresentados no contexto histórico e regional e nos momentos seguintes foi realizada uma abordagem individual de Indiaroba e Jandaíra. Nesses espaços de transição se registra a apropriação do meio natural, a transformação desse meio em segunda natureza e a reapropriação dos meios transformados.

3.1- Processo de ocupação territorial

O litoral de Sergipe apresenta 163 km de extensão, ocupa uma superfície de 5.453,8 km², e inclui vinte e três municípios. De acordo com o GERCO (Programa de Gerenciamento Costeiro), o litoral sergipano está dividido em três setores: norte, centro e sul. O Litoral Sul de Sergipe, ainda de acordo a classificação do GERCO estadual, está composto pelos municípios de São Cristovão, Itaporanga D'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba, totalizando uma área de 2.480,1 km², correspondendo a 45,4% do espaço litorâneo do referido Estado.

A variedade de atrativos naturais nessa área ocasionou processos de ocupação e usos múltiplos do espaço que sofre cada vez com mais intensidade a força da visão mercadológica da natureza comprometendo tanto o equilíbrio ambiental quanto o quadro

socioeconômico. Diante das transformações territoriais, ambientais e socioeconômicas pelas quais o litoral sergipano vem passando, Vilar *et al.* (2016) propuseram uma nova regionalização, cujos critérios estão relacionados à localização e ao poder de aglutinação da região metropolitana de Aracaju. A nova proposta segmenta o litoral sergipano em três setores: norte, metropolitano e sul. Tais setores envolvem municípios costeiros, litorâneos e sublitorâneos que são influenciados de maneira direta ou indireta pelas forças oceânicas, do continente, da atmosfera, da biosfera e do homem, formando um espaço singular. De acordo com essa divisão, o Litoral Sul é constituído pelos municípios de Itaporanga D'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba, pois São Cristovão, que na classificação do GERCO pertencia ao Litoral Sul, passa a integrar o Litoral Metropolitano (Figura 06).

A ocupação das terras sergipanas partiu do litoral e seguindo os cursos dos rios avançou em direção ao interior, tendo como atividade econômica inicial a pecuária, posteriormente atrelada à força da cana-de-açúcar que proporcionou crescimento econômico e populacional das localidades da Zona da Mata, formando uma nova base econômica e social e construindo uma lógica territorial que beneficiava o estuário e os fundos dos vales. O processo de ocupação do Litoral Sul de Sergipe teve início em 1575, quando os jesuítas portugueses fundaram aldeias nas proximidades dos rios Piauí, Real e Vaza-Barris, o que demonstra a importância dos estuários como eixos de ocupação e de articulação territorial no Estado. A ocupação efetiva de Sergipe em 1590 permitiu o estabelecimento da comunicação entre os núcleos de Salvador e Olinda, os mais importantes do período colonial (FRANÇA; CRUZ, 2007).

No século XIX, a economia sergipana agroexportadora necessitava de portos para dinamizar o escoamento da produção agrícola e integrar as cidades localizadas nos fundos dos vales fluviais a costa e aos mercados consumidores internacionais. Assim, alguns canais artificiais foram construídos com o objetivo de interligar as bacias hidrográficas, como as dos rios Sergipe e Vaza-Barris através do canal de Santa Maria, para desta forma dinamizar economicamente estes estuários e realizar a conexão fluvial com o litoral sul sergipano.

Com a construção de Aracaju¹⁸ como capital do estado de Sergipe, em 1855, se inicia uma nova estruturação territorial a partir de espaços estuarinos mais próximos ao

¹⁸Aracaju foi projetada para ser capital da então província de Sergipe d'El Rey na segunda metade do século XIX. Segundo Vilar (2006, p. 47), "Aracaju é uma vitória da situação geográfica (...), o que estava em questão era o porto para exportar. (...) É exatamente essa necessidade imperiosa de contato com o mundo, de começar verdadeiramente o contato com outros espaços, que surge Aracaju (...)." Com o advento da nova capital, o eixo econômico de Sergipe começa a gravitar em torno do estuário do Rio Sergipe e do que hoje se denomina de

oceano, uma vez que esta cidade foi criada para exercer funções comerciais e portuárias, consolidando o movimento em direção à planície costeira que se configura como um espaço que começa a exercer atração econômica e populacional. Tal situação se consolida com a construção das rodovias a partir de 1920 e posteriormente com a macrocefalia urbana de Aracaju, que paulatinamente se destaca como centro econômico regional de controle e organização de todo o território sergipano (VILAR, 2006).

A partir da segunda metade do século XX, as infraestruturas de transportes e comunicação e o desenvolvimento de atividades terciárias atraíram pessoas para Aracaju e para municípios costeiros, até então espaços praticamente vazios, que passam a apresentar as maiores densidades populacionais do Estado. Até as rodovias serem abertas, segundo Lima (2010), os municípios de Estância, Santa Luzia do Itanhhy e Indiaroba estavam mais vinculadas a Salvador do que a Aracaju. No caso específico do litoral Sul, mais recentemente, a construção de rodovias, a urbanização acentuada dos ambientes litorâneos e a presença de segunda residência têm promovido profundas transformações ambientais, territoriais e sociais.

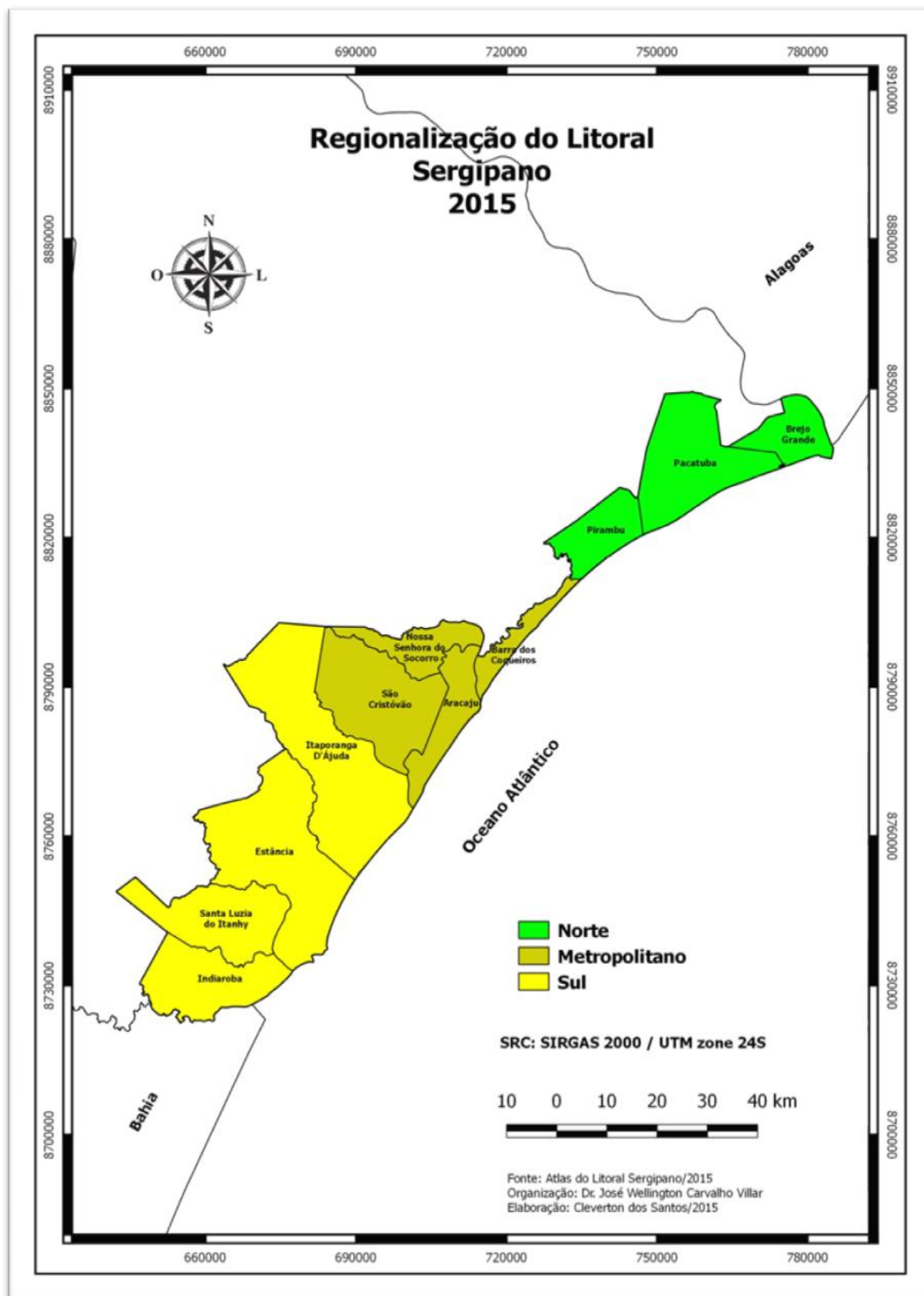
A tendência é que a população aumente em todo litoral Sul, notadamente após a construção da ponte que interliga o litoral Centro ao Sul, Aracaju-Itaporanga D'Ajuda, inaugurada em 2010, e da ponte que comunica Estância com Indiaroba em operação desde 2013. A construção da ponte em um primeiro momento significa a ligação do litoral sergipano pela rodovia costeira SE-100 e também a interligação rodoviária do litoral Sul de Sergipe com o Norte da Bahia (SANTOS, 2015, p. 64).

Nas duas últimas décadas, o Litoral Sul de Sergipe tem sido alvo de forte especulação imobiliária, além dos usos relacionados com o lazer e o turismo, o que pode ser atribuído à proximidade com Aracaju e às ações do poder público nas obras de infraestrutura, tendo se tornado um dos mais importantes espaços de urbanização difusa no litoral sergipano. Desta forma, de acordo com Vilar e Araújo (2010, p. 27):

A concentração de equipamentos, infraestrutura, de contingente demográfico e de volume de circulação de naturezas diversas ou, em outras palavras, dos fixos e dos fluxos que definem a configuração territorial, tem forte influência em todo o Litoral Sul, com maior peso, no entanto, para os municípios mais próximos à capital sergipana.

O Litoral Sul de Sergipe apresenta uma diversidade territorial que se manifesta por meio de variadas formas de uso e ocupação do solo, que promovem uma crescente valorização econômica e intensificam a atração de investimentos públicos e privados neste

Figura 06: Regionalização do litoral sergipano.



Fonte: Vilar *et al.*, 2016.

território litorâneo, onde atividades como a pecuária, a carcinicultura, o cultivo do coco e o turismo, vêm interferindo na configuração das paisagens e promovendo a perda da identidade cultural de parte da população local. Lima (2010, p. 79), ao estudar o Litoral Sul de Sergipe, corrobora com essa ideia ao afirmar que

As principais ameaças referem-se aos seguintes elementos: uso e ocupação irregular do solo litorâneo, aumento da exploração indevida dos recursos naturais (dunas e mangues), crescimento da carcinicultura, sobreposição de costumes e culturas, e deficiência do planejamento integrado turístico.

Nesta porção do litoral sergipano, conforme apontam Vilar e Vieira (2010), a ocupação recente do espaço rural com novas atividades econômicas, a exemplo do turismo e da carcinicultura, vem reforçando a estrutura fundiária historicamente concentrada, ocasionando conflitos quanto ao uso do território entre a população local, os novos moradores e os turistas.

No Litoral Sul de Sergipe a recente valorização de terras para segunda residência impulsionou as atividades imobiliárias e imprimiu nesta porção do espaço litorâneo um padrão de povoamento nitidamente urbano, onde a especulação imobiliária e a segregação social são crescentes. Os terrenos litorâneos são valorizados para o lazer e o turismo, surgindo loteamentos e condomínios fechados que expulsam a população local para espaços mais afastados da planície num ambiente que pode ser definido como sublitorâneo. Neste contexto, no espaço costeiro são criadas novas formas geográficas e novas funções sociais em um território em que atividades tradicionais como a pesca, a agricultura, a coleta da mangaba e a mariscagem eram predominantes.

Com grande parte concluída em 1994, a Rodovia SE-100 Sul, chamada Linha Verde de Sergipe, imprimiu grande impacto à ocupação das praias pela segunda-residência, que rapidamente apropriou-se dos melhores terrenos e das situações mais privilegiadas quanto à proximidade do mar, margem dos rios e lagoas, vizinhança de dunas e outros elementos de valor na paisagem, bem como acessibilidade a marinas, rios e canais fluviais utilizados para passeios náuticos e prática de esportes (WANDERLEY, 2003, p. 497-498).

A expressiva ocupação do espaço litorâneo com as segundas residências ocasionou impactos ambientais como a poluição dos rios e lagoas, a degradação de manguezais e os desmontes parciais ou totais de campos de dunas. Nesse contexto os impactos socioambientais são intensificados e ocorre um reordenamento territorial, que tem no Estado um importante agente indutor deste processo, pois através de projetos, planos e

programas novas perspectivas de uso e apropriação do espaço foram geradas, apresentando-se geralmente desacompanhados das necessárias preocupações ambientais.

O município de Indiaroba, localizado no extremo sul do litoral sergipano, vem passando por um processo de reconfiguração territorial e econômica, ocasionado pelas novas formas de uso e apropriação do espaço litorâneo, o que contribuiu para o aparecimento de novos conflitos socioambientais, e ainda, consolidou os já existentes. Indiaroba por quase um século foi alvo de disputas de jurisdição, entre os municípios de Abadia (atualmente Jandaíra), na Província da Bahia, e Santa Luzia do Rio Real (hoje Santa Luzia do Itanhy), em Sergipe. A disputa territorial entre políticos sergipanos e baianos durou mais de 100 anos, pois a população de Santa Luzia do Rio Real afirmava que aquelas terras pertenciam a eles, enquanto os políticos e os moradores de Abadia defendiam que Indiaroba pertencia a São Salvador (GÓES 2002).

Os franceses, que desde 1575 navegaram pelo Rio Real, foram os primeiros povos etnicamente brancos a aportarem na região, contrabandeando madeira e outras riquezas naturais com a ajuda dos índios tupinambás que habitavam aquele território. Em 1590, com a conquista de Sergipe por Cristóvão de Barros, as primeiras sesmarias foram doadas na região de Indiaroba, mas devido à resistência dos índios, as terras não foram ocupadas. Posteriormente, em 1750, padres jesuítas chegaram a Indiaroba em missão evangelizadora, através do Rio Saguim, fundando um hospício e a capela de Nossa Senhora do Carmo, abrindo caminho para que exploradores portugueses se instalassem na região para o desenvolvimento da pecuária, que possibilitou a formação de um núcleo de povoamento às margens do Rio Real (IBGE, 2008).

O desenvolvimento da atividade canavieira, com a instalação de engenhos de açúcar no vale do Rio Real no século XVIII, foi importante para a ocupação e aproveitamento econômico da região, considerando que a Capitania de Sergipe exportava açúcar produzido em seus engenhos até o século XIX (COSTA, 2011). A doação de terras pelas autoridades portuguesas, a boa qualidade das pastagens naturais das terras sergipanas e a demanda de gado pelos engenhos das capitanias vizinhas, ajudaram a expandir a pecuária extensiva em Sergipe, principal atividade econômica, que partiu do Rio Real em direção ao litoral, seguindo o curso dos rios e articulando o município de Indiaroba e a capitania ao mercado regional.

De acordo com o historiador Clodomir Silva (1920), citado em Anjos (2001), o limite geográfico do município de Indiaroba foi sendo alterado ao longo dos anos, o que foi ocasionado por questões religiosas e político-administrativas, ficando posteriormente

determinado através de decreto que a porção da freguesia de Abadia (Bahia), que passa ao norte do Rio Real, pertencia à Província de Sergipe, tornando-se este rio, o marco divisório entre as duas províncias. Embora após a Proclamação da República algumas vilas sergipanas tenham tornado-se cidades, Indiaroba não conquistou essa categoria e permaneceu como um povoado de Santa Luzia do Itanhy, mas que dependia social e comercialmente, devido a proximidade geográfica, de Cachoeira do Itanhi, no Estado da Bahia, alcançando o status de cidade apenas em 1938 (GÓES, 2002).

O município possui uma área de 314,710 km², situa-se na porção meridional do Estado de Sergipe, distante 102 km de Aracaju, e integra a Microrregião Geográfica de Estância, composta pelos municípios de Estância, Indiaroba, Itaporanga D'Ajuda e Santa Luzia do Itanhy. De acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), a população total aproximada de Indiaroba é de 15.831 habitantes, dos quais 5.585 viviam na zona urbana e 10.246 na zona rural. O predomínio da população do município na zona rural demonstra a importância dos recursos naturais e da agricultura na reprodução dos habitantes locais.

Na segunda metade do século XX as atividades extrativas e agropecuárias continuaram predominando na estrutura produtiva do município, que a partir da introdução de algumas monoculturas em grandes propriedades, passa a apresentar um incremento na concentração fundiária. A superexploração da terra para o desenvolvimento de variadas atividades econômicas promoveu o desmatamento, ocasionou a erosão do solo e reduziu a biodiversidade. No município a dinâmica de uso do solo vem sendo modificada ao longo dos últimos anos, com a introdução da carcinicultura e do turismo que coexistem com a agricultura, a pecuária e a coleta da mangaba, imprimindo assim novas feições ao espaço litorâneo e dotando-o de novas funções, que refletem o modo de vida dos agentes sociais.

O litoral da Bahia está subdividido em três setores: Litoral Norte, Salvador/Baía de Todos os Santos e o Litoral Sul, com um total de 1.181 km de extensão. De acordo com o GERCO-BA (Gerenciamento Costeiro do Estado da Bahia), a região litorânea identificada como Litoral Norte, ocupa uma extensão de 150 km e compreende os municípios de Lauro de Freitas, Dias d'Ávila, Camaçari, Pojuca, Catu, Araçás, Mata de São João, Itanagra, Cardeal da Silva, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra, envolvendo municípios que não têm orla atlântica.

A faixa costeira do Litoral Norte da Bahia, inicialmente povoado por populações indígenas, passa a ser ocupada por portugueses no século XVI, com o intuito de abastecer a

capital da colônia. É nesse contexto que o Conde Garcia D'Ávila recebe do Governador Geral, Tomé de Souza, uma sesmaria e constrói na enseada, denominada pelos índios de Tatuapara (atual Praia do Forte), a Casa da Torre ou Castelo Garcia D'Ávila, uma fortaleza no ponto mais elevado do litoral norte baiano, que constituía um local estratégico, pois combinava as funções de moradia, observação e defesa territorial, possibilitando vigiar as embarcações que navegam na redondeza e servia de proteção contra os ataques dos indígenas.

Segundo Santos (2013, p. 136), “a partir da Casa da Torre, Garcia D'Ávila expande a criação de gado por todo o Litoral Norte atingindo o Rio Real, na atual divisa com Sergipe, tornando-se, para muitos historiadores, um dos maiores sesmeiros do Brasil”. Assim, a pecuária extensiva torna-se a principal atividade econômica e o Litoral Norte passa a fornecer, para Salvador, carne, leite, couro e peixe, em especial o óleo de baleia, utilizado na iluminação urbana. Ademais, configurava-se uma economia de subsistência como atividade complementar à economia açucareira, no Recôncavo Baiano. O Litoral Norte, em consequência do declínio da economia açucareira, em meados do século XVII, entra num processo de estagnação econômica tendo suas atividades produtivas redefinidas (SOBRINHO, 1988).

De acordo com Mattedi (2002), os D'Ávila construíram um latifúndio que chegou a alcançar 800.000 km², que se estendia de Itapoã em Salvador até o Maranhão, abarcando áreas tanto do litoral quanto do sertão, tendo subjugado os índios tupinambás, tupis e massarandupióis, que habitam o Litoral Norte, para garantir a expansão de seu território até as margens do rio São Francisco. Nos domínios dos D'Ávila foi utilizado trabalho escravo e indígena, bem como o trabalho livre de agregados, que produziam mandioca, feijão, frutas e outros vegetais para o próprio consumo da família e para geração de renda a partir do excedente que era comercializado. No século XIX, os Garcia D'Ávila introduzem na região o cultivo do coco-da-baía, proveniente da Ásia, que se expande com o declínio da economia açucareira.

Segundo Diniz (2007), a partir de 1852 o patrimônio da família D'Ávila se dispersa mediante a divisão por herança e vendas, surgindo novas propriedades e algumas roças de pequenas comunidades rurais que passaram a produzir nas terras abandonadas. No século XIX, é introduzida na região a atividade extrativista de produtos naturais para a exportação pelo prussiano Sigisfred Sigismundo Schindler, tendo sido construído o primeiro porto do Litoral Norte da Bahia no município de Entre Rios, o Porto Sauípe, para facilitar o escoamento da produção para a Europa. Entre os produtos naturais explorados por Schindler,

destaca-se a extração do látex das mangabeiras para produção de borracha, a piaçava e a castanha de caju.

No século XX, parte das terras é adquirida por empresas estrangeiras que continuam desenvolvendo atividades tradicionais como a agropecuária e mantendo o extrativismo para exportação, como a British and Brazilian Rubber Planters & Manufacturers. Em meados do século XX, ocorre uma reconfiguração espacial que não rompe com a antiga lógica de ocupação pautada nas grandes propriedades, mas agora, ao lado destas, surgem pequenas povoações onde vive boa parte da população, composta principalmente por pescadores e marisqueiras, artesãos e pequenos agricultores (MATTEDI, 2001).

A planície costeira no Litoral Norte, afastada das sedes municipais, era escassamente ocupada e permaneceu isolada da capital do Estado, cujo acesso, a partir da Praia do Forte no sentido norte, só era possível por via marítima, através de saveiros. O processo de ocupação da zona costeira baiana iniciou-se em Salvador, que manteve sua mancha urbana confinada a seu núcleo tradicional e arredores, se expandindo posteriormente com a implantação da estrada de ferro Bahia/São Francisco, das linhas de bonde (1897) e das linhas de ônibus (1961), que acelera o processo de ocupação de novas áreas. A partir dos anos 1920, começam a surgir loteamentos na orla atlântica, que se expandem a partir de construção de rodovias, o que possibilitou a ocupação litorânea, inclusive por residências secundárias e outros serviços ligados ao uso das praias para turismo, recreação e lazer (VASCONCELOS, 2002).

A partir de 1950 a exploração petrolífera tem início no Litoral Norte da Bahia, que passa a fazer parte da Região de Produção da Petrobrás, com destaque para os municípios de Mata de São João, Itanagra, Entre Rios e Cardeal da Silva. A exploração de petróleo insere o Litoral Norte no cenário estadual e promove um melhoramento das rodovias, tendo em vista que estas passaram a transportar a produção para a refinaria Landulpho Alves. Dentro dessa perspectiva, as cidades do Litoral Norte foram impulsionadas e novos postos de trabalho foram gerados na atividade industrial e no setor de comércio e serviços, sobretudo com a criação do Centro Industrial de Aratu (CIA) em 1968, o que ocasionou um incremento populacional na região com a chegada de trabalhadores de outros estados e municípios.

A partir da década de 1970, com a implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) e a chegada de empresas de reflorestamento que implantaram em grandes extensões de terra da região plantações de eucaliptos para atender a empresas de papel,

ocorreu uma nova dinâmica econômica do litoral norte baiano. Tais plantações substituíram algumas lavouras tradicionais, o que contribuiu para aprofundar a concentração fundiária com o assalariamento dos pequenos proprietários, sobretudo nos municípios de Entre Rios, Esplanada e Conde.

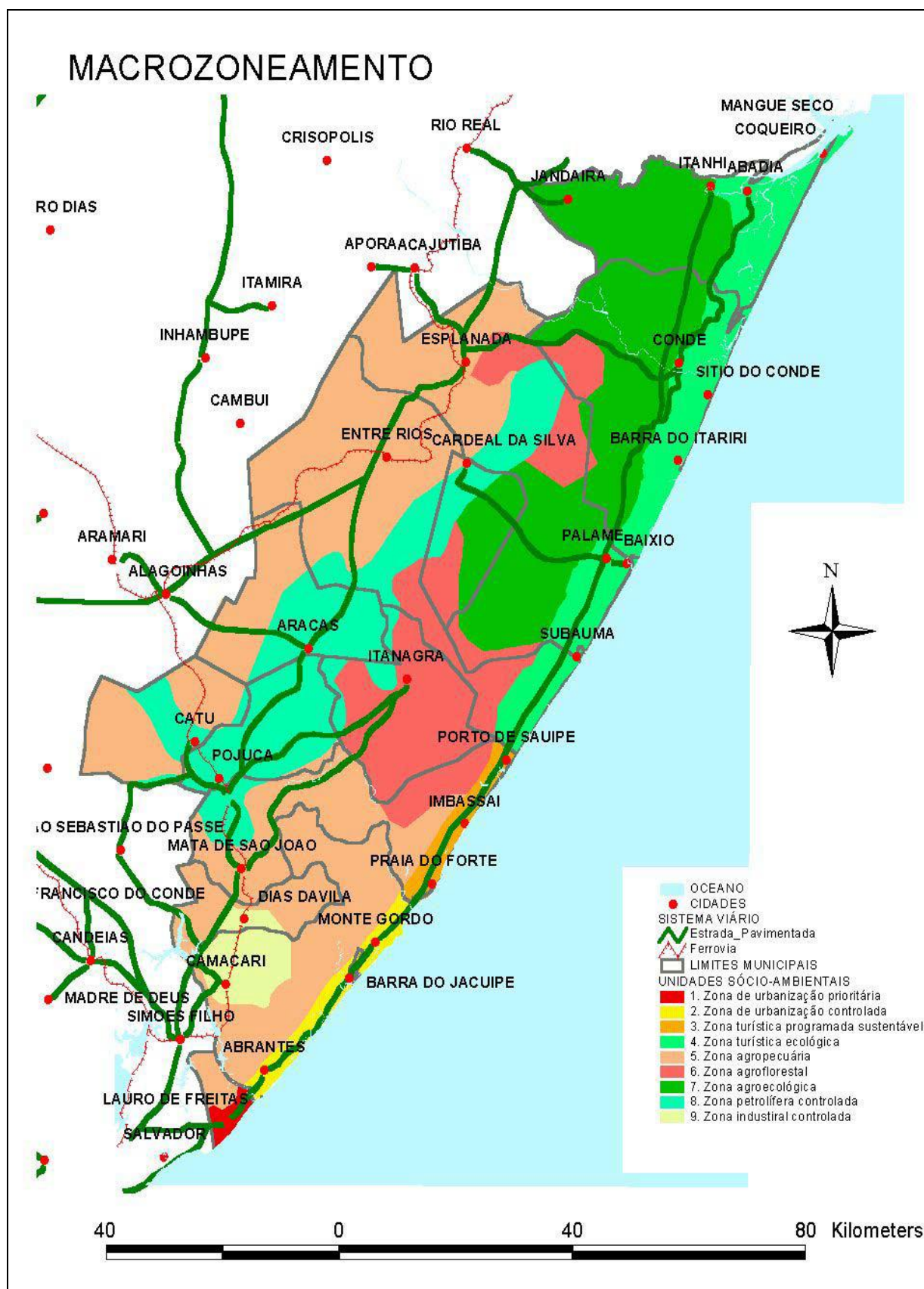
Ainda na década de 1970, a atividade turística desponta como perspectiva econômica para a Bahia, levando o governo estadual a investir em estudos para viabilizar e incentivar o avanço da atividade. Aos poucos a atividade turística se expande para áreas periféricas, como as praias de Lauro de Freitas, onde surgem áreas de veraneio, a exemplo das Vilas do Atlântico, destinadas inicialmente a residências secundárias, que posteriormente tornam-se residência principal diante da crescente integração metropolitana, sobretudo entre os municípios de Salvador e Camaçari. No estado da Bahia a atividade turística foi impulsionada para a área de planejamento turístico de Salvador e seu entorno, que engloba o Litoral Norte, denominado de Costa dos Coqueiros, área que até então manteve um relativo isolamento econômico e sociocultural (LIMONAD, 2007).

O processo de ocupação do Litoral Norte da Bahia recebeu um forte impulso com a conclusão da Estrada do Coco (1975) até a Praia do Forte, da rodovia BA-099, e de seu prolongamento, conhecido como Linha Verde (1993), até a divisa com Sergipe. Tais empreendimentos viários possibilitaram o acesso a algumas aglomerações dispersas ao longo do litoral até então isoladas, que passaram a funcionar como espaço de lazer e a ser atendidas pelo transporte público, energia elétrica, telefonia e água encanada.

Inicialmente, os municípios que compõem o Litoral Norte da Bahia, com exceção de Conde, estruturaram-se ao longo das rodovias BA-093 e BR-101, enquanto a orla e os espaços estritamente costeiros permaneceram praticamente isolados até a construção da BA-099 – Estrada do Coco, em 1975, que se constitui um importante eixo de ligação de Salvador com o Litoral Norte pela área costeira.

Os investimentos realizados nessa área através do Prodetur-Bahia somados à implantação e duplicação da “Linha Verde” (BA-099), não só tiraram definitivamente do isolamento as praias e diversas povoações litorâneas do Litoral Norte da Bahia, como também as tornaram acessíveis aos turistas provenientes de Salvador e Aracaju, aos promotores imobiliários e aos empreendimentos de turismo de grande porte internacional, em uma área onde as atrações naturais são principalmente as praias (Figura 07).

Figura 07: Macrozoneamento do Litoral Norte da Bahia.



Fonte: Bahia, 2005, p. 46.

Dessa forma, a Linha Verde tornou-se um vetor territorial de desenvolvimento do turismo para a faixa costeira do Litoral Norte, dado que as interconexões das cidades litorâneas foram ampliadas, emergindo uma nova lógica funcional que possibilitou uma configuração espacial em redes. A partir da década de 1990, o Litoral Norte da Bahia se consolida como uma importante região turística, que adquire projeção nacional e internacional, passando a ser denominada pelo PRODETUR-BA de Zona Turística Costa dos Coqueiros. O município de Jandaíra, situado no Litoral Norte da Bahia, vem sofrendo intervenções e transformações ocasionadas por atividades ligadas aos ramos turístico e imobiliário, que promoveram configurações territoriais dinâmicas e ocasionaram impactos sobre os ecossistemas que se revelaram localmente intensos e diversificados.

Jandaíra integrava a Sesmaria doada ao Governador-geral Dom Luiz de Brito e Almeida, que foi recebida pela Carta Régia de 23 de janeiro de 1573. Colonos portugueses se estabeleceram nessa área ao buscar terras férteis, formando o povoado Abadia, que no século XVII foi denominado de Capela de Nossa Senhora da Abadia, tendo sido em 1718 elevada à categoria de freguesia. No século XVII o comércio de produtos agropecuários através do rio Real movimentou bastante a economia de Abadia, que foi um importante ponto de pirataria do pau-brasil, tendo servido de esconderijo de piratas através dos vários canais formados pela foz do Rio Real. Em 1728, a freguesia é elevada à categoria de vila com a denominação de Abadia, que posteriormente teve sua sede transferida para a povoação Arraial de Cachoeira, à margem direita do Rio Real, através da Lei provincial nº 1.985, de 26 de junho de 1880 (IBGE, 2008).

O processo de ocupação do Litoral Norte da Bahia foi baseado na cultura canavieira, que consolidou importantes núcleos urbanos nos espaços sublitorâneos e nos vales dos seus rios, concomitante com a pecuária extensiva e a produção agrícola familiar. No entanto, como Jandaíra não possuía solos favoráveis à lavoura canavieira, sua agricultura era voltada para o cultivo do feijão, do coco e da mandioca, o que contribuiu para tornar o Litoral Norte um importante centro de produção de farinha de mandioca até a metade do século XVIII (ARAÚJO, 2009).

O município também se destacava na criação de gado bovino, iniciada com o propósito de abastecer de carnes e animais de tração os canaviais e engenhos do Recôncavo. A planície costeira do município, por onde as boiadas não passavam, se manteve relativamente isolada, caracterizando-se pela presença de pequenas vilas de pescadores onde a mariscagem, a pesca e o artesanato constituíam as principais atividades econômicas. No

século XX, observa-se em Jandaíra a expansão da cultura do coco-da-baía na planície litorânea, e posteriormente, da citricultura nos tabuleiros costeiros.

Em maio de 1903, o município passa a ser denominado de Cachoeira de Abadia e a sede municipal retorna ao povoado de Cachoeira pela Lei estadual nº 481. Entretanto, a sede municipal é definitivamente transferida para o arraial de Cepa Forte, e devido a Lei nº 2.045, de 17 de agosto de 1927, o nome é mudado para Jandaíra, um vocábulo tupi que significa “inseto que produz mel”. Os decretos estaduais nº 7455, de 23 de junho de 1931, e nº 7479, de 08 de julho de 1931, extinguem Jandaíra e seu território é anexado ao município de Rio Real. Contudo, o decreto nº 8703, de 16 de novembro de 1933, eleva esta localidade à categoria de município, que mantém a denominação de Jandaíra, sendo desmembrado de Rio Real (IBGE, 2008).

Jandaíra possui uma área de 641.206 km², está localizado na porção norte do Estado da Bahia e dista 202 km da capital Salvador. O município está inserido na Microrregião Geográfica de Entre Rios, da qual faz parte os municípios de Cardeal da Silva, Conde, Entre Rios, Esplanada e Jandaíra. A população do município, de acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), era composta por 10.331 habitantes, dos quais 6.147 ocupavam a zona urbana e 4.184 a zona rural. O predomínio atual da população urbana no município pode ser atribuído tanto ao crescente aumento do setor de serviços, sobretudo nas atividades ligadas ao lazer e ao turismo, quanto à modernização de algumas atividades agrícolas, como por exemplo, a citricultura que vem dispensando mão de obra e intensificando o êxodo rural.

3.2- Aspectos ambientais: breve incursão

No estudo de uma determinada localidade é importante a compreensão integrada dos componentes ambientais para identificar as potencialidades e limitações impostas para cada sistema ambiental, devendo contemplar não somente as propriedades físicas, mas as interações com os sistemas culturais e sociais, relacionando-os também as atividades produtivas desenvolvidas pela sociedade. Os municípios de Indiaroba e Jandaíra apresentam aspectos ambientais bastante semelhantes e da mesma forma sofrem impactos similares, ocasionados pela reestruturação econômica pela qual estes municípios vêm sendo submetidos.

As belezas paisagísticas existentes nesses municípios vêm atraindo um grande número de turistas e visitantes, sobretudo para as localidades litorâneas, o que torna

imprescindível a análise dos seus aspectos ambientais, para desta forma avaliar os impactos socioambientais ocasionados pelos investimentos públicos e privados. Os municípios de Indiaroba e Jandaíra, de acordo com estudos realizados por Santos *et al.* (1998), Silva (2009) e Costa (2011), estão localizados sobre três províncias estruturais: Província São Francisco, Província Sergipana e Província Costeira e Margem Continental.

A Província de São Francisco corresponde, em extensão e limites, ao Cráton do São Francisco, que foi modelado durante o Ciclo Brasileiro, no Neoproterozóico, embora tenha se consolidado no Arqueano como segmento da litosfera continental. Na área em estudo o Grupo Barreiras, de idade Tércio-Quaternárias, aparece na Província Geológica do São Francisco associado tanto a feições tabulares típicas, sobretudo próximos ao litoral atlântico, quanto a sedimentos que datam do Quaternário. “Trata-se de coberturas sedimentares, cuja evolução geomorfológica e hidrológica esculpe feições morfológicas que podem estar associadas à geodinâmica recente, denominada de Neotectônica” (SILVA, 2009, p. 124).

A Província Sergipana apresenta feições geomorfológicas de cristas orientadas nas faixas dobradas e de planaltos nas partes pouco deformadas, que são impostas pelo padrão e pela forma estrutural, que apresenta associações litológicas complexas e feições geológicas distintas. Nos municípios estudados, tais feições são representadas pelo Grupo Estância, que data do Pré-Cambriano Superior e apresenta apenas dobramentos suaves, pois os sedimentos estão pouco deformados, mostrando-se muito fraturados e preservando as estruturas sedimentares. Na Formação Lagarto, que aparece no topo do Grupo Estância, não há dobramentos significativos e suas camadas têm mergulhos fracos e regulares, devido a levantamentos por falhas normais (COSTA, 2011).

A Província Costeira e Margem Continental, de idade Mesocenozoica, é caracterizada pelas bacias sedimentares costeiras e possui suas extensões submersas na margem continental, desenvolvidas a partir do Jurássico. Esta Província inclui a Bacia Sergipe-Alagoas, formações superficiais terciárias e quaternárias continentais e sedimentos quaternários da plataforma continental (SANTOS *et al.*, 1998). A área em estudo está representada, em sua maior parte, por sedimentos superficiais continentais que datam do Cenozoico e que abrangem o Grupo Barreiras, as coberturas tércio-quaternárias, compostas por depósitos eluvionares e coluvionares, e as coberturas quaternárias (pleistocênicas e holocênicas).

Os sedimentos do Grupo Barreiras estão separados da linha de costa pelas coberturas continentais pleistocênicas e holocênicas, apresentando feições morfológicas de

planaltos ligeiramente inclinados em direção à costa, enquanto que na borda ocidental o seu relevo é cuestiforme com drenagem superposta, formando vales de encostas abruptas. Em algumas áreas de Indiaroba e Jandaíra, esses sedimentos são encontrados formando coberturas sobre uma diversidade litológica muito grande, encontrando-se bastante erodido em algumas áreas, em decorrência das variadas formas de uso e ocupação do solo (SILVA, 2009).

Na faixa costeira dos dois municípios estudados, estão presentes coberturas quaternárias holocênicas, relacionadas à formação da Planície Costeira, predominantemente arenosas, abrangendo sedimentos diferenciados distribuídos nos terraços marinhos, nos depósitos de mangue e pântanos e nos depósitos eólicos litorâneos (BITTENCOURT *et al.*, 1983).

Os terraços marinhos pleistocenos são depósitos constituídos por areias bem selecionadas e aparecem na parte inferior dos vales e encostados nas escarpas esculpidas nos sedimentos do Grupo Barreiras. Nestes terraços, a altitude do topo varia entre oito e dez metros acima da preamar e, ocasionalmente, podem ser observados em sua superfície indícios de antigas cristas de cordões litorâneos. Campos de dunas foram formados durante a deposição dos terraços marinhos pleistocênicos, quando parte de sua superfície foi retrabalhada pelos ventos. Tal processo tornou-se o principal responsável pelo modelado representado pelas terras baixas existentes atualmente nos municípios de Indiaroba e Jandaíra (COSTA, 2011).

Os terraços marinhos holocênicos, formados por depósitos constituídos por sedimentos arenosos litorâneos bem selecionados, são menos elevados e com o topo variando de poucos centímetros a quatro metros acima do nível da atual preamar, apresentando na superfície, contínuas cristas de cordões litorâneos paralelos entre si. Os terraços marinhos holocênicos, que ocorrem sob formas tabulares e planas, aparecem em áreas de progradação da linha de costa e os mananciais hídricos subterrâneos estão muito próximos à superfície do terreno, fator este que, associado à elevada permeabilidade do depósito, confere ao mesmo elevada vulnerabilidade a cargas poluentes, fator preocupante, pois a rede de esgotamento sanitário dos dois municípios estudados é bastante precária, predominando fossas rudimentares (SILVA, 2009).

Tais terraços estão dispostos na parte externa dos terraços marinhos pleistocênicos, apresentando depósitos eólicos litorâneos sob a forma de dunas parabólicas e barcanas. As dunas parabólicas são mais antigas, ocorrem na parte mais interna dos terraços e já estão fixadas pela vegetação, enquanto que as dunas barcanas são mais recentes, têm

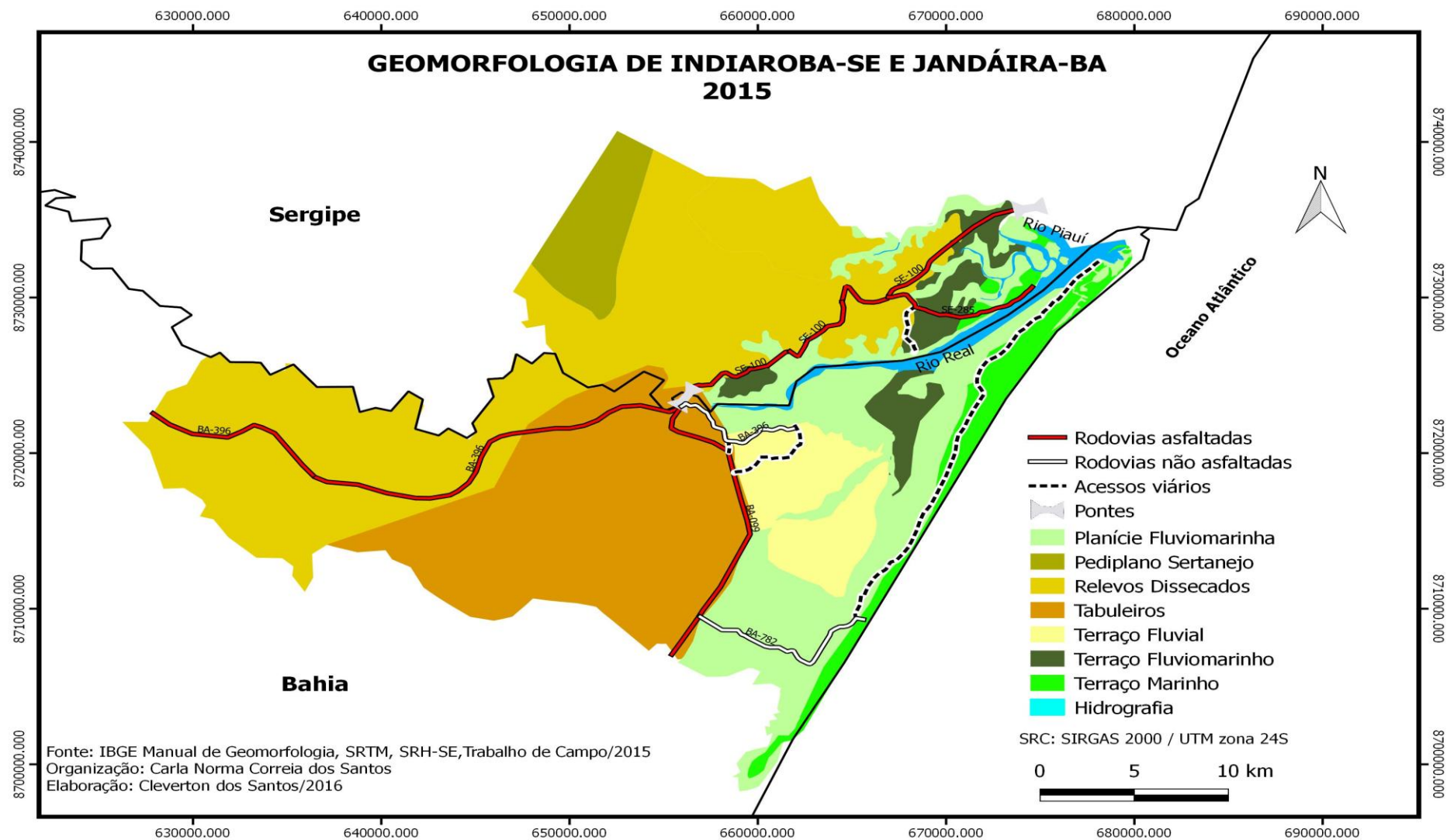
distribuição contínua e margeiam todo o litoral. Estes terraços algumas vezes aparecem separados dos terraços marinhos pleistocênicos por uma zona baixa pantanosa, que foi formada quando as lagunas perderam sua comunicação com o mar, e nessa área formaram-se os depósitos de turfas. Os terraços marinhos holocênicos apresentam estruturas sedimentares bem preservadas e de composição mineralógica semelhante aos depósitos de terraços marinhos pleistocênicos (BARBOSA; DOMINGUEZ, 1996).

Os depósitos flúvio-lagunares são encontrados próximos à costa, nas zonas baixas que margeiam os rios, sendo classificadas como áreas de transição entre os sistemas aquático e terrestre, onde o nível do lençol freático está próximo à superfície ou onde o terreno é coberto por águas rasas. Os depósitos de pântanos e mangues holocênicos ocupam as partes inferiores dos vales entalhados no Grupo Barreiras, e em algumas regiões baixas entre os terraços marinhos pleistocênicos e holocênicos, respectivamente. São depósitos atuais, ricos em material orgânico e influenciados pela dinâmica fluviomarinha e oscilações das marés, com desenvolvimento de manguezais tanto em Indiaroba quanto em Jandaíra, onde o mar está retrabalhando os sedimentos da linha de costa formando as praias atuais (SILVA, 2009).

Na área em estudo, a partir da geomorfologia, é possível individualizar basicamente três áreas: Tabuleiros, Relevos Dissecados e, entremeando as duas, aparece a Planície Costeira (Figura 08). Os Tabuleiros Costeiros, que constituem uma extensa faixa sedimentar ao longo da costa, são as formas de relevo predominante, com altitudes que variam de 40 a 170 m, cuja dissecação constitui uma superfície de erosão. Nos municípios estudados, esta unidade morfológica é constituída por depósitos terciários e quaternários pertencentes à Formação Barreiras. Em Indiaroba e Jandaíra esta unidade geomorfológica limita-se com dunas de idade quaternária, que apresentam formas e alturas variadas na planície costeira (COSTA, 2011).

Os Relevos Dissecados foram esculpidos sobre as litologias do Complexo Jequié, do Grupo Barreiras e da Formação Lagarto, formando espigões, colinas e morros, rampas e vales, que em geral são largos e contém planícies aluviais, onde é desenvolvida a citricultura, a silvicultura, a pecuária e a agricultura familiar (BRASIL, 1983). Em Jandaíra, observa-se a presença da superfície tabular conservada, que se caracteriza pelos interflúvios alongados e aplainados, resultado do processo de dissecação homogênea sobre os sedimentos do Grupo Barreiras (COSTA, 2011). As baixas declividades dessa unidade morfológica, em Jandaíra, favorecem o uso agrícola com culturas permanentes, com destaque para a laranja, e com a silvicultura, através do reflorestamento com eucalipto e pinus.

Figura 08: Geomorfologia de Indiaroba/SE e Jandaíra/BA, 2015.



As planícies costeiras são superfícies deposicionais de baixo gradiente, constituídas por sedimentos de idade holocênica e pleistocênica, e submetidos à erosão marinha, fluviomarinha e à dinâmica eólica. Estas planícies resultam do avanço e recuo da linha de costa, relacionados aos efeitos das mudanças relativas do nível do mar durante o Quaternário. As morfologias que compõem estas unidades resultam da ação das ondas, marés, correntes marinhas e ventos. Essa dinâmica diversificada possibilitou, sobretudo na desembocadura do Rio Real, a formação de terraço fluvial, terraços marinhos, terraços fluviomarinhos, dunas e planície fluviomarinha, cujas altitudes são inferiores a 40m (COSTA, 2011).

Em Indiaroba e Jandaíra os terraços fluviais constituem áreas baixas que margeiam os rios e estão sujeitas às inundações periódicas e assoreamento, apresentando solos férteis, compostos por sedimentos aluvionais e depósitos marinhos e continentais costeiros e sedimentos não consolidados. Nestes terraços, a substituição da cobertura nativa por plantações de coco, cultivos anuais e pastagens, intensificou o desmatamento, alterando as propriedades do solo e aumentando a exposição do terreno ao poder da erosão.

Nos terraços fluviomarinhos, constituídos por sedimentos marinhos e continentais costeiros, predomina relevo plano, com altitudes inferiores a 10 m, apenas havendo valores superiores, mas não ultrapassando os 30 metros, na área de transição com o terraço fluvial. Estas unidades sofrem inundações periódicas que criam condições adequadas para a geração de habitats para animais, influenciando a produtividade pesqueira da região. Em algumas áreas dessa unidade o aproveitamento agrícola tradicional é economicamente inviável em função das inundações constantes ocasionadas pela maré, embora existam muitos terrenos preenchidos por cultivos e pastagens, na sua maioria de caráter extensivo (CARVALHO; FONTES, 2007).

A planície fluviomarinha é de formação lamosa, que no estuário do rio Real, está ocupada por vegetação de mangue que apresenta indícios de ação antrópica. Estas planícies apresentam relevo plano, tendo sua dinâmica condicionada ao regime pluviométrico e à oscilação das marés. Está unidade morfológica também está relacionada às áreas de apicum, estando situadas em altitudes superiores as do manguezal típico, que está localizado na planície de maré inferior. Nessa unidade morfológica, os cultivos são, em sua maioria, de caráter permanente e estão relacionados à cocoicultura ocorrendo em vastas áreas da planície e em superfícies de inundação sazonal, sobretudo nas margens dos corpos d'água (SILVA, 2009).

Na planície costeira do rio Real, ao longo da costa de Jandaíra, aparece o domínio ambiental das dunas, de formação quaternária, originadas a partir da deposição eólica dos sedimentos arenosos, transportados até a praia pela ação marinha, que juntamente com a intensidade dos ventos, é responsável pela formação e mobilidade deste domínio ambiental. Em Jandaíra são verificadas três formações dunares: dunas holocênicas móveis, dunas holocênicas em processo de estabilização e dunas pleistocênicas estabilizadas (COSTA, 2011).

As dunas holocênicas móveis são instáveis e de formação mais recente, caracterizando-se por deslocar-se sobre outras unidades, posto que a ausência de uma formação vegetal consolidada favorece o avanço da areia. As dunas holocênicas em processo de estabilização estão parcialmente recobertas pela vegetação, considerando que o maior teor de matéria orgânica e a ocorrência de um extrato superficial em processo de edificação, elevam a fertilidade do solo e favorecem o desenvolvimento de espécies vegetais, que reduzem a mobilidade das dunas. As dunas pleistocênicas ou estabilizadas, de formação mais antiga, atingem altura variável superior a 20 m, encontram-se situadas na porção interna do terraço marinho pleistocênico e estão fixadas pela vegetação de restinga, o que atenua os efeitos da deflação eólica. A inserção de Jandaíra em duas APAs, a do Litoral Norte e de Mangue Seco, contribui para que a ação antrópica sobre as dunas existentes no município se processe de forma menos acentuada, tendo em vista que tais unidades de conservação protegem legalmente estas áreas de grande fragilidade ambiental.

Em Jandaíra, a praia, que constitui uma morfologia da interface marinha, se estende por aproximadamente cerca de 30 km. A praia é caracterizada por uma faixa de sedimentos arenosos, compostos por areias quartzosas, fina a muito fina, que constituem os principais fornecedores de areia para formar as dunas. Na APA de Mangue Seco, entre os campos de dunas verifica-se a existência de lagoas permanentes e/ou temporárias, mantidas tanto pela elevação do lençol freático quanto pelas águas acumulada das chuvas (SILVA, 2009).

Em relação às condições climatológicas, de acordo com Costa (2011), os municípios de Indiaroba e Jandaíra são influenciados pelos seguintes sistemas meteorológicos: Zona de Convergência Intertropical, massas de ar Tropical Atlântica (mTa) e Equatorial Atlântica (mEa), sistemas frontológicos que se individualizam na Frente Polar Atlântica (FPA), Correntes Perturbadas de Leste (Ondas de Leste), bem como outros fatores associados a posição geográfica. Em decorrência da posição latitudinal em relação ao equador

geográfico e do fato da região estar inserida no litoral leste do Nordeste, os municípios de Indiaroba e Jandaíra apresentam o clima subúmido (SILVA, 2009).

O clima tropical subúmido sofre a influência da maritimidade, apresentando uma maior regularidade das precipitações, o que resulta da propagação da Frente Polar Atlântica, responsável pela intensidade das chuvas, e das Correntes Perturbadas de Leste. A atuação desses dois sistemas frontológicos é decisiva na manutenção de um regime pluviométrico caracterizado por chuvas mais abundantes no período outono/inverno. Na área em estudo, a estiagem ocorre no período de primavera-verão, quando são registradas precipitações abaixo da média, verificando-se, entretanto, apenas uma moderada deficiência hídrica, tendo em vista que não se registra um mês verdadeiramente seco.

Os ventos alísios, que amenizam as temperaturas, atuam durante todo o ano, deslocando-se de sudeste para noroeste, a depender do deslocamento do Anticiclone Subtropical Semi-fixo. Indiaroba e Jandaíra apresentam sistema térmico mais estável, pois sua localização geográfica na Zona Intertropical, a baixa altitude e a maritimidade propiciam uma relativa estabilidade de temperaturas. Na porção litorânea dos municípios estudados, o clima é mais ameno, considerando que a amplitude térmica diária e anual tem menor oscilação, o que é típico de áreas costeiras de baixa latitude.

A distribuição das formações vegetais é influenciada pelas inter-relações ambientais e pelas alterações promovidas pela ação antrópica através do uso e ocupação do solo. De acordo com estudos realizados por Brasil (1983), na área em estudo destacam-se as seguintes formações vegetais: formações pioneiras, constituídas pela restinga e pelo mangue e a floresta estacional semidecidual.

As Formações Pioneiras são encontradas na planície costeira, em ambientes de cordões litorâneos, mangues, terraços marinhos e praias. As restingas ocorrem ao longo da planície marinha e são constituídas de halófitos-psamófitos endêmicos das microfanerófitas de caráter arbustivo e lenhosa como *thaerebentifolius* e a *Lythraea brasiliensis* e o gênero *Erythroxylum*, *Myrcia* e *Attalea*. As árvores possuem troncos finos e copas largas e irregulares, apresentando altura em torno de 15 m, uma vez que em áreas mais distantes da praia e, conseqüentemente, da influência das brisas marítimas, ocorre um maior desenvolvimento das árvores (COSTA, 2011).

Nas áreas de influência marinha, destaca-se a restinga distribuída na planície litorânea em terrenos arenosos que datam do Quaternário recente, apresentando geralmente algum teor salino e sendo constituída por árvores, arbustos, epífitas, trepadeiras e

samambaias. Este conjunto vegetal abrange espécies encontradas desde a praia até as antedunas, dentre as quais se destacam o *Paspalum vaginatum* e o *Hidrocotyle bonanensis* e ecótipos como *Spartina Polygana* e *Accecarpha*, que contribuem para estabilizar as dunas, pois reduzem o transporte eólico dos sedimentos arenosos a medida que a vegetação cresce. Nos dois municípios, devido ao desenvolvimento de atividades econômicas como a cocoicultura, que ocorre consorciada com a pecuária extensiva, os ambientes de terraços marinhos e fluviomarinhos e as dunas apresentam poucas áreas com a cobertura de restingas. Esta vegetação sofreu grande interferência humana, devido ao emprego de técnicas inadequadas no cultivo do coco, tendo sido substituída em alguns trechos por grama formando pasto em meio ao coqueiral (SILVA, 2009).

Nas áreas de influência fluviomarinha se formou o mangue, que é uma vegetação presente em solos lodosos de elevado teor salino e baixa oxigenação, composto por matéria orgânica e sedimentos em diversas frações granulométricas, predominando o silte, no qual esta vegetação é fixada. O mangue ocorre nos estuários dos rios Piauí e Real, sendo constituído por vegetação arbórea homóclita, relativamente densa e podendo apresentar espécies como a *Rhizophora mangle*, *Laguncularia racemosa*, *Conocarpus erectus* e *Avicennia* (SILVA, 2009). Os manguezais atualmente estão sujeitos a tensores naturais e antrópicos, que produzem impactos negativos para a zona costeira, dentre os quais se destacam o desmatamento dos bosques de mangue e a sua conversão para agricultura, infraestrutura habitacional, viveiros para aquicultura (piscicultura e carcinicultura), construção de pontes e estradas. Tais ações ocasionam mudanças no padrão hidrodinâmico do manguezal, diminuindo sua produtividade e comprometendo as condições de vida da população dependente deste ecossistema nos dois municípios estudados.

A Floresta Estacional Semidecídua, que constitui o bioma Mata Atlântica, é composta por fanerófitos de gemas foliares com proteção contra o déficit hídrico do período seco e muitas epífitas ou membranáceas decíduais, sempre verdes (COSTA, 2011). A estrutura e a composição dessa formação vegetal variam de acordo com a altitude, na maior parte dos Tabuleiros Costeiros.

3.3- Indiaroba: A heterogeneidade do uso e ocupação do solo

A forma como o homem ocupa e utiliza o solo reflete sua relação com o meio ambiente, que muitas vezes se revela danosa, tendo em vista que a exploração dos recursos naturais pelos interesses socioeconômicos pode ser realizada de maneira irracional e comprometer a manutenção dos ecossistemas. Em Indiaroba, desde o período colonial, áreas cobertas por mata atlântica, restingas e mangues, que ocorrem junto aos cursos fluviais, vêm sendo destruídas, cedendo lugar a lavouras temporárias e permanentes, bem como a pastagens para o desenvolvimento da pecuária, que constitui uma importante atividade econômica no município (Figura 09).

Em Indiaroba, o uso do solo com pastagens evidencia a importância da pecuária para a economia, observando-se a existência de uma grande variedade de rebanhos no município, dentre os quais se destacam os bovinos, criados predominantemente de forma extensiva, especialmente rebanhos mestiços, derivados do cruzamento das raças nelore, tabapuã e holandês. No município, predomina a pecuária de corte, associada à lavoura do milho, a citricultura e a alguns cultivos de subsistência, que é desenvolvida tanto pelos grandes quanto pelos pequenos produtores, acostumados a se deslocar para Estância e Umbaúba para comercializar a carne.

A pecuária leiteira é desenvolvida nas pequenas propriedades e atende ao mercado local, tendo sido verificado durante o trabalho de campo, a existência de apenas um grande produtor em Indiaroba, cujo rebanho produz cerca de 700 litros de leite por dia. No município destacam-se ainda os rebanhos ovinos, suínos e equinos, bem como o desenvolvimento da avicultura de galináceos, que apresentou um aumento significativo, ao longo dos últimos anos. Por sua vez, as áreas de solos com cobertura natural são rarefeitas, predominando pastagens plantadas, que ocorre associada a cultivos temporários e a vegetação secundária (Tabela 01).

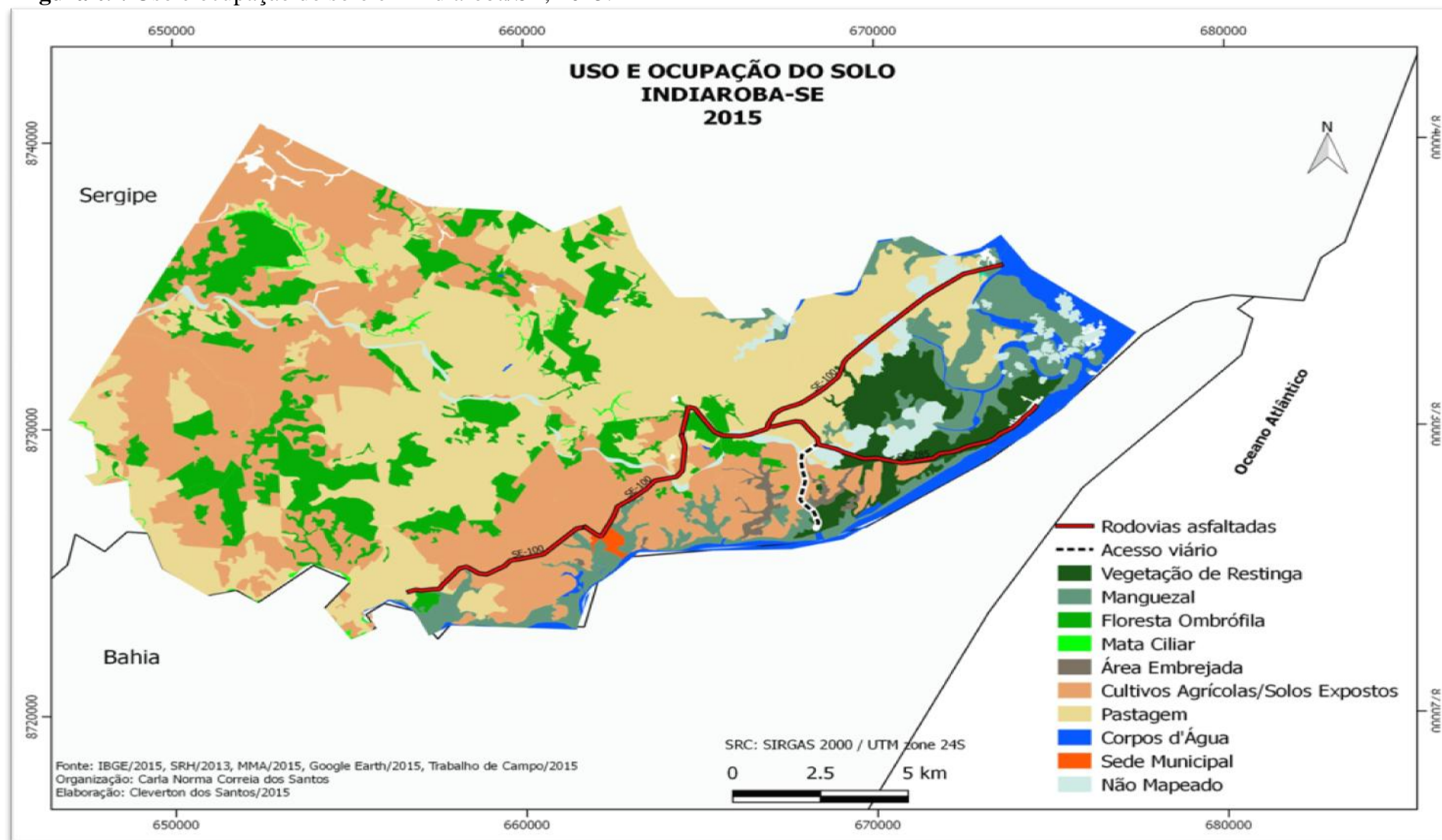
Tabela 01: Produção animal do município de Indiaroba/SE, 2013-2015.

ANO	Bovinos	Suínos	Equinos	Ovinos	Galináceos
2013	9.980	480	510	1.140	128.750
2014	10.469	520	500	1.320	125.252
2015	12.071	546	450	1.518	137.379

Fonte: IBGE, Produção da pecuária em Indiaroba/SE, 2013-2015.

Organização: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

Figura 09: Uso e ocupação do solo em Indiaroba/SE, 2015.



No município de Indiaroba a agricultura comercial é uma atividade econômica de grande importância, apresentando diferentes níveis de modernização, considerando que os agricultores utilizam recursos tecnológicos variados. Devido à viabilidade econômica e as condições climáticas favoráveis, destacam-se os cultivos permanentes da laranja (*Citrus sinensis*) e do coco-da-baía (*Cocos nucifera*), que apresentam a maior produção e ocupam a maior área plantada, embora também se cultive a banana, o mamão e o maracujá (Tabela 02).

Tabela 02: Cultivos permanentes do município de Indiaroba/SE, 2013-2015.

ANO	Laranja		Coco-da-baía		Banana		Maracujá		Mamão	
	T	ha	Mil frutos	ha	T	ha	T	ha	T	ha
2013	30.816	2.568	16.812	3.087	1.452	121	1.520	190	816	24
2014	36.252	3.021	16.812	3.087	1.452	121	840	105	250	10
2015	29.909	2.719	16.812	3.087	960	80	1.000	125	176	8

Fonte: IBGE, produção agrícola em Indiaroba/SE, 2013-2015.

Organização: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

A laranja é o principal produto agrícola do município, sendo cultivado predominantemente em pequenas propriedades que apresentam baixo nível tecnológico, em função do reduzido poder de investimentos do pequeno produtor. Na década de 1980, este cultivo foi beneficiado com a chegada de uma indústria de suco no município de Estância, a FRUTENE (Indústria de Frutas do Nordeste), que se destina principalmente a exportação. Contudo, na década de 1990 a citricultura desenvolvida na região Centro Sul de Sergipe foi afetada por uma profunda crise econômica que, de acordo com Costa (2011), foi ocasionada pelo envelhecimento dos pomares, pela deficiência das políticas públicas de apoio ao produtor, pela falta de uso de práticas sustentáveis de manejo da produção e por problemas fitossanitários, como a epidemia de gomose que atingiu vários laranjais sergipanos.

Em decorrência dessa crise, houve uma queda da produção, dos preços e do pessoal ocupado, o que levou os agricultores a diversificarem sua produção, introduzindo novos cultivos, ou substituírem alguns laranjais por pastagens. Em 2000, o preço da laranja voltou a subir e passaram a ser desenvolvidas ações governamentais que buscavam elevar a produtividade deste cultivo, através da capacitação do produtor por meio da EMDAGRO (Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe), como também pela ampliação da oferta de crédito pelo Banco do Brasil (COSTA, 2011).

Através da assistência da EMDAGRO, que realiza aulas práticas com alguns citricultores de Indiaroba em Boquim, do estímulo ao espaçamento dos laranjais e da realização de pesquisa que estimularam o consórcio da laranja com outras culturas, como a

mandioca, o abacaxi, o mamão e o maracujá, houve a recuperação da atividade no município. No entanto, de acordo com o Secretário Municipal de Agricultura, alguns produtores ainda enfrentam dificuldades para manter os patamares de produção alcançados nas décadas anteriores, sobretudo os pequenos, posto que a partir da queda do preço da laranja os custos para cultivá-la se tornaram muito elevados, e esta atividade para alguns deixa de ser comercial e passa a ser extrativa (Figura 10).

Figura 10: Plantação de laranja em Indiaroba.



Foto: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

Atualmente, é a mosca negra (*Aleurocanthus woglum*), uma nova epidemia de origem asiática, que preocupa os produtores de laranja de Indiaroba, pois vem causando danos aos citros e prejudicando o desenvolvimento e a produção dos laranjais. Diante desta situação, segundo o técnico da EMDAGRO em Indiaroba, os citricultores sergipanos elaboraram um documento solicitando ao poder público providências para erradicar esta doença, que suga as folhas da laranja, injetando toxina, o que enfraquece as plantas e as impede de respirar, transpirar e realizar a fotossíntese. Localmente, têm sido realizados fóruns de discussão sobre o problema, buscando, desta forma, conscientizar os produtores da importância de combater esta praga, que afetou os laranjais de todos os 14 municípios citricultores de Sergipe. De acordo com o Secretário de Agricultura de Indiaroba, a queda do preço da laranja, cuja tonelada passou de R\$ 300,00 para R\$ 60,00, e esta epidemia explicam a redução da produção e da área plantada no município em 2015, conforme demonstram os dados da Tabela 02.

O coco-da-baía, importante cultivo permanente em Indiaroba, é cultivado de forma extensiva, sendo comercializado *in natura* ou vendido para indústrias que beneficiam o produto. Nos últimos anos, a elevada produção deste cultivo não foi acompanhada pelo igual aumento da demanda, o que ocasionou uma redução no preço deste produto. Os baixos preços obtidos na comercialização do coco-da-baía, as pragas e doenças que tem afetado os coqueirais e a importação de derivados da fruta vindos da Ásia, sobretudo o coco ralado, desestimularam os produtores a realizarem novos investimentos e ampliarem a produção (SILVA, 2009). Atualmente, o coco-da-baía é plantado em volta das propriedades ou em consórcio com a laranja, o capim de pisoteio e outros produtos da agricultura permanente, principalmente em áreas da planície costeira, como uma forma de elevar a renda dos produtores, que passaram também a comercializar o coco verde para consumo de sua água (Figura 11).

Figura 11: Plantação de coco-da-baía em Indiaroba.



Foto: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

A policultura é desenvolvida em pequenas propriedades, sobretudo nas áreas de assentamentos e nas colônias agrícolas, pela população de menor poder aquisitivo que destina parte da produção ao autoconsumo e não dispõe de recursos tecnológicos suficientes para elevar a produção e a produtividade agrícola. No município, a agricultura familiar é um importante meio de subsistência e uma expressiva fonte de renda, destacando-se entre os cultivos temporários o abacaxi, o feijão e o milho, o amendoim e a mandioca, que é de grande importância para os agricultores e concentra algumas unidades de beneficiamento do produto.

As culturas temporárias estão disseminadas por todo o município, considerando que ocorrem associadas e/ou consorciadas com culturas permanentes e pastagens (Tabela 03).

Tabela 03: Cultivos temporários do município de Indiaroba/SE, 2013-2015.

ANO	Abacaxi		Mandioca		Milho		Feijão		Amendoim	
	Mil frutos	ha	T	ha	T	ha	T	ha	T	ha
2013	2.860	130	6.500	500	240	200	67	110	72	60
2014	660	30	3.510	270	240	200	66	108	72	60
2015	440	20	3.220	270	216	180	65	100	66	60

Fonte: IBGE, produção agrícola em Indiaroba/SE, 2013-2015.

Organização: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

No município foi implantado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), um instrumento da Política de Segurança Alimentar e Nutricional do governo federal, criado em 2003, através de parcerias entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), das prefeituras e dos governos estaduais. O objetivo deste programa é garantir as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional o acesso a alimentos, tanto em quantidade quanto em qualidade e regularidade necessária. Tal objetivo é viabilizado mediante a compra dos alimentos produzidos pelos pequenos agricultores familiares, através de cooperativas, associações e outros arranjos produtivos, o que contribui para uma maior inclusão social e econômica (ROCHA, 2012).

O PAA vem promovendo o acesso à alimentação e incentivando a agricultura familiar, pois compra alimentos produzidos pelos agricultores como a macaxeira, a melancia, o abacaxi, a banana, o mamão, a batata, a couve, a laranja e a manga, dispensando licitação. Tais alimentos são destinados através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) à população em situação de insegurança alimentar e nutricional, beneficiando creches, escolas e instituições assistenciais do município.

De acordo com entrevista com técnicos da EMDAGRO, em Indiaroba a verba do programa é disponibilizada através de associação e cooperativa, que compra os alimentos apenas de agricultores familiares com Declaração de Aptidão, e os distribui para as instituições. Dessa forma, o programa contribui para o fortalecimento dos circuitos locais, regionais e para o cooperativismo e associativismo.

De acordo com o Secretário de Agricultura do município, na década de 1990, algumas terras foram desapropriadas em Indiaroba, onde foram implantadas as colônias agrícolas de Boa Vista, Sergipe e Retiro, que posteriormente foram emancipadas e os colonos

receberam o título de posse. Atualmente, a população residente nessa área sobrevive da agropecuária, que aquece a economia do município, tendo sido criada uma cooperativa, formada em sua maioria por assentados da reforma agrária implantada pelo INCRA, que posteriormente recebeu a adesão de outros agricultores e se estendeu para áreas vizinhas.

Assim, foi criada em 2007 a Cooperativa de Produção Comercialização e Prestação de Serviços dos Agricultores Familiares de Indiaroba e Região (COOPERAFIR), que tem investido na capacitação dos seus cooperados. A cooperativa firmou parcerias com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e com a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), realizando cursos e oficinas voltados à diversificação e a melhoria da qualidade dos alimentos, bem como a gestão da organização coletiva.

Os agricultores cooperados tornaram-se mais competitivos, pois conseguiram reduzir os custos de produção, comprando em conjunto agrotóxicos e implementos agrícolas, unindo-se também para racionalizar o transporte dos produtos. Nesse contexto, ganha destaque a produção de laranja, e os cooperados além de comercializarem o produto nas feiras livres, passam também a fornecer para algumas indústrias sergipanas e ao PAA. Tal situação demonstra que o espaço geográfico é organizado e reorganizado pelas sociedades, de acordo com seus interesses e necessidades através de mudanças técnicas, que impulsionam variadas formas de produção.

O extrativismo também é uma atividade econômica importante e há muito tempo vem sendo praticado pelas catadoras de mangaba, que inicialmente coletavam o fruto em terrenos que não estavam ocupados por nenhuma atividade produtiva ou que geralmente não apresentavam um proprietário. O desenvolvimento da coleta da mangaba também era realizado em algumas propriedades com a autorização do caseiro ou até mesmo do dono das terras.

A extração da mangaba é realizada pelas catadoras em associação com outras atividades, como a coleta de crustáceos, o artesanato e o cultivo de gêneros alimentícios, a exemplo da mandioca, do milho, do feijão e da batata doce. A diversificação das atividades econômicas é uma estratégia utilizada para garantir o atendimento das necessidades da família ao longo do ano. A coleta da mangaba ocorre em áreas de restinga, distribuídas nos tabuleiros e na planície costeira, sendo essa atividade considerada de grande importância na preservação dessa formação vegetal e na manutenção de modos de vida tradicionais (Figura 12).

Figura 12: Coleta da mangaba em Indiaroba.



Foto: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

A pesca é uma atividade de grande importância para a economia local, pois embora seja desenvolvida de forma artesanal, é destinada a comercialização do pescado e a subsistência de algumas famílias, que vendem o excedente para gerar renda e adquirir outros produtos alimentícios, sobretudo na feira (Figura 13).

Figura 13: Comercialização de peixe e marisco na feira livre de Indiaroba.



Foto: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

No município predomina a pesca estuarina, existindo algumas canoas de madeira movidas a vela, remo e até motor de popa. Quanto aos pescadores se observou a utilização de rede de malhar, tarrafa, linhas com anzóis e redinha (pequenos arrastos manuais) como equipamentos de pesca. A pesca marítima também é desenvolvida, utilizando uma pequena quantidade de barcos de médio porte, construídos em madeira e movidos a motores mais potentes, o que permite chegar até a plataforma continental e capturar peixes de maior porte.

A presença do complexo estuarino Piauí/Real, rico em espécies de mangue, proporciona uma grande produção pesqueira de peixes e caranguejo-uçá (CARVALHO e FONTES, 2007). Os manguezais ocupam a planície fluviomarina e a zona estuarina, e embora apresentem indícios de ação antrópica, são importante fonte de alimento e renda para as coletoras de crustáceos e mariscos como sururu, aratu, ostra, siri, maçunim e camarão. De acordo com as marisqueiras entrevistadas, a coleta de crustáceos e mariscos vem sendo dificultada pelo desmatamento dos manguezais, pelo turismo, pela especulação imobiliária, que tende a gerar restrição no acesso às áreas de pesca, e pelo desenvolvimento da carcinicultura, que além de alterar os ambientes costeiros e sua biodiversidade, reduz o espaço de trabalho das mulheres extrativistas.

As atividades tradicionais, como a agricultura familiar, o extrativismo da mangaba e a pesca, vêm sendo substituídas por atividades que intensificam o uso do solo e utilizam pouca mão de obra, como os cultivos comerciais e a carcinicultura, que vem se expandindo para áreas ocupadas por manguezais, interferindo assim na configuração da paisagem local. A carcinicultura é desenvolvida nas margens dos rios e canais fluviais do complexo estuarino Piauí/Real, e foi observada em treze propriedades que ocupam uma área de 63 ha, o que equivale a 9,65% da produção no Estado (Tabela 04).

Tabela 04: Empreendimentos de carcinicultura no município de Indiaroba/SE em 2004 e 2011.

Ano	Nº de produtores	Área (ha)	Produção (Ton)	Fonte de captação da água		Licença ambiental	
				Estuário	Rio	Sim	Não
2004	05	52	207,25	05	-	-	05
2011	13	63	287	12	01	02	11

Fonte: CODISE 2004/ Levantamento da Infraestrutura Produtiva e dos Aspectos Tecnológicos, Econômicos, Sociais e Ambientais da Carcinicultura Marinha no Brasil, 2011.

Organização: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

A Tabela 04 contém dados que mostram que houve uma expansão da atividade entre os dois Levantamentos (2004 e 2011), principalmente em número de produtores e em

área cultivada. A tabela demonstra ainda que no município a fonte de captação de água utilizada para o cultivo de camarão é predominantemente de origem estuarina e apenas um único produtor utiliza água doce de rios. Durante o trabalho de campo, entretanto, constatou-se que a carcinicultura atualmente é desenvolvida no município em 16 propriedades, existindo dois viveiros por empreendimento, que produzem cerca de 4,5 toneladas por ano de camarão. Em Indiaroba, apenas seis propriedades possuem licenciamento ambiental, enquanto os demais aguardam o licenciamento da ADEMA, o que torna imperativo a regularização dessa situação.

Ao visitar algumas propriedades durante o trabalho de campo, foi possível verificar que a carcinicultura emprega o sistema de cultivo semi-intensivo baixo, com variação da taxa de estocagem de 8 a 10 camarões/m², contando com o suporte de fertilizantes e nutrientes externos. De acordo com os produtores, a espécie cultivada é a *Litopenaeus vannamei*, conhecida como camarão cinza, observando-se uma boa adaptabilidade dessa espécie ao ambiente local e um bom desempenho de crescimento. Apesar da alimentação natural desempenhar um papel significativo, o uso da ração já se faz necessário, utilizando-se a ração acqualvita comprada no Ceará. Assim, o arraçoamento, oferecimento da ração, é realizado através do voleio (lançamento da ração na água) na fase de larva, enquanto que na engorda são utilizadas bandejas de alimentação (comedouros), sendo esse o meio mais eficaz, pois reduz o acúmulo de matéria orgânica no fundo dos viveiros.

Nos espaços onde é desenvolvida, a carcinicultura intensifica as relações sociais e promove transformações na produção e organização do espaço, dado que esta atividade utiliza intensivamente os recursos naturais, agredindo os ecossistemas e reduzindo a biodiversidade. Nas áreas do município onde esta atividade é desenvolvida observou-se erosão, a supressão da vegetação de mangue e da mata ciliar para instalação de viveiros e implantação de vias de acesso, e também alterações no regime hidrológico dos rios, o que reduz o ingresso de nutrientes e gera problemas socioeconômicos para as comunidades promovendo a desestruturação das comunidades de pescadores artesanais locais.

O uso de rações e defensivos agrícolas, bem como o lançamento nos rios de resíduos químicos provenientes da lavagem dos viveiros de camarões, provocam mudanças nas características físico-químicas das águas e ocasionam sérios danos ambientais. Durante o trabalho de campo, foi possível constatar que embora os proprietários aleguem realizar o tratamento dos efluentes através de canal de sedimentação, em algumas propriedades ocorre a descarga dos efluentes dos viveiros diretamente no estuário sem tratamento prévio.

Em média, atualmente, as propriedades visitadas empregam no total cerca de 40 trabalhadores, havendo um empregado permanente por empreendimento, designado a realizar, sobretudo nas pequenas propriedades, as atividades relacionadas com o cultivo de camarão, observando-se também a presença do trabalhador temporário, contratado como diarista na época da despesca ou para alguns serviços de manutenção dos viveiros. Nas propriedades visitadas, a carcinicultura é uma atividade estritamente masculina, tendo vista que é considerada pelos trabalhadores entrevistados como um “trabalho pesado” que requer uma mão de obra mais resistente em termos de desgaste físico. A idade predominante dos trabalhadores oscila entre a faixa de 25 a 35 anos, que em sua maioria recebe R\$ 40,00 por dia trabalhado, sendo pago aos empregados permanentes apenas um salário mínimo.

No município, a carcinicultura possibilitou a criação de novos postos de trabalho, que vem sendo ampliados em função da sua modernização e aumento da produtividade. Contudo, como a maior parte dos empregos gerados são temporários, constatou-se que são poucos os benefícios dessa atividade para população local, o que demonstra que o espaço litorâneo é estruturado de acordo com os interesses dos grupos dominantes que detém o capital e dominam as técnicas de produção, num processo de inclusão e exclusão. Nesse contexto, a população local passa a desenvolver atividades econômicas complementares, a exemplo de turismo que vem gerando novas oportunidades de trabalho e promovendo a agregação de renda.

Em Indiaroba verificou-se o turismo de base comunitária, que constitui uma estratégia utilizada por algumas comunidades tradicionais para valorizar seus diferentes modos de vida e o potencial natural existente em uma localidade. A Prefeitura de Municipal construiu uma orla ribeirinha com bares, alguns restaurantes e um mirante as margens do rio Real, porém a atividade turística ainda é incipiente, apresentando maior importância econômica nos povoados Pontal e Terra Caída, de onde são ofertados aos turistas fretes de lanchas para o povoado Mangue Seco, na Bahia (Figura 14).

Figura 14: Orla de Indiaroba.



Foto: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

Em Terra Caída, de nome oficial Praia de São José, diante da queda da produção pesqueira, o turismo foi introduzido como alternativa econômica, tendo sido realizados investimentos públicos em infraestrutura, o que favoreceu a instalação de duas pousadas de pequeno porte, Sonho Meu e Restaurante e Pousada do Ninho, bem como casas de segunda residência e veraneio. Assim, ocorreu um aumento no número de visitantes que procuram este povoado, onde atualmente mais uma pousada está sendo construída. Terra Caída, situada na confluência dos Rios Cajazeiras e Piauí, hoje é considerada uma das principais localidades turísticas de Indiaroba, pois nela está localizada a praia fluvial de São José, além de ser ponto de parada de lanchas.

A Associação pela Cidadania dos Pescadores e Moradores de Terra Caída (ASPECTO) desenvolveu ações para fomentar o turismo de base comunitária neste povoado, que foi o pioneiro em Sergipe, estimulando os turistas a se hospedarem nas casas dos nativos e a degustarem, mediante pagamento, de pratos da culinária local preparados pelos moradores. A associação vem oferecendo à população cursos de capacitação voltados a confecção do artesanato, atuando também como gestora comunitária para diversas atividades.

No Pontal e em Terra Caída, os pescadores, as marisqueiras e as artesãs vendem seus produtos para os restaurantes e para os visitantes, gerando renda direta e indiretamente do turismo. Estas localidades eram consideradas, até o aumento do número de visitantes e turistas, locais de descanso e refúgio, mas se tornaram espaços de maior movimentação, posto

que a pavimentação da Rodovia SE-100 e a construção da ponte Gilberto Amado promoveram uma intensificação do fluxo de pessoas que passou a se deslocar para tais localidades (ALMEIDA; VIEIRA, 2011).

Em geral, os visitantes param no município para se alimentar e seguem viagem, não se hospedando em Indiaroba, uma vez que a falta de um produto turístico consolidado ocasiona o predomínio da atividade excursionista. O turismo no município enfrenta alguns problemas como a falta de infraestrutura básica e recursos mínimos para investir em políticas públicas voltadas para a atividade, que poderia se transformar em uma importante fonte de renda dos moradores locais se houvesse investimentos em treinamento e capacitação técnica para atender a demanda de turistas e visitantes.

Na visão do Secretario de Turismo de Indiaroba, é necessário que a gestão municipal se organize para incrementar e impulsionar o turismo, que atualmente tem como principal renda oriunda dessa atividade, o frete de lanchas para realizar a travessia para Mangue Seco. Ainda segundo o Secretário, através do estabelecimento de parcerias entre a Prefeitura, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Instituto Federal de Sergipe (IFS), o SEBRAE e a Capitania dos Portos foram realizadas palestras, cursos de capacitação de confeitiro, garçom, marinheiros, agentes de turismo e condutores turísticos, bem como a confecção de um inventário turístico.

No município, já começam a ser realizadas ações visando desenvolver o turismo e engajar a população nesse processo, a exemplo da formação de uma Comissão Comunitária de Gestão Turística (CCGT) nos povoados do Pontal e Terra Caída e da construção de um guia e roteiro turístico que foi discutido e elaborado em conjunto com a comunidade. De acordo com o gestor de turismo do município, está em andamento um projeto que pretende disponibilizar o traslado de turistas do aeroporto de Aracaju até Indiaroba, onde o mesmo deverá se hospedar em pousadas, desfrutar da culinária local e assistir a apresentações culturais, como quadrilhas.

De acordo com Vieira *et al.* (2002), o turismo é uma atividade com grande poder de produzir e reproduzir espaços, podendo desta forma contribuir para o desenvolvimento regional. No município, a atividade turística foi impulsionada pela construção de infraestruturas complementares por meio do PRODETUR-SE e pela edificação de materialidades geográficas, como pontes e rodovias, que possibilitou uma maior fluidez territorial e favoreceu o acesso viário às praias, promovendo a intensificação de loteamentos

imobiliários e a construção de segundas residências para veraneio no Pontal e em Terra Caída, que privilegiam as classes sociais de maior poder aquisitivo.

O aumento das residências de uso ocasional em Indiaroba e a implantação de condomínios fechados e loteamentos imobiliários imprimem novas feições ao município e ocasionam a privatização de espaços que anteriormente eram de uso comum. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE, o número de residências de uso ocasional aumentou de 332, em 2000, para 714, em 2010, demonstrando uma crescente valorização do solo e um reordenamento do território, com a construção de casas de veraneio e a implantação de três condomínios fechados e de alguns loteamentos imobiliários (Figura 15).

Figura 15: Venda de lotes em condomínio fechado de Terra Caída em Indiaroba.



Foto: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

Tal situação evidencia a instalação de atividades que promovem uma maior rentabilidade do solo, como os empreendimentos imobiliários que elevam demasiadamente o preço da terra e estão na base da explicação de vários tipos de conflitos socioambientais. Nesse contexto, ocorreu uma crescente especulação imobiliária que provocou a “expulsão” de parte da população local, que passou a ocupar espaços interiores do município, distantes do litoral e das áreas de onde retiram seu sustento, promovendo a desterritorialização da população local e reforçando uma estrutura fundiária historicamente concentrada.

3.4- Jandaíra: entre os tabuleiros e a planície costeira

Em Jandaíra a variação das características ambientais possibilitou o desenvolvimento de atividades econômicas distintas que têm, principalmente na exploração do solo, a base das atividades econômicas. Inicialmente a economia estava assentada no artesanato, na coleta de frutas, em especial a mangaba, a manga e o caju, na mariscagem e na pesca, que representavam ganhos para as famílias da zona costeira. Atualmente, o uso do solo caracteriza-se pelo predomínio de pastagens, que demonstram que a pecuária, com destaque para o rebanho bovino, é de grande relevância para a economia local. O município caracteriza-se ainda por uma grande diversidade agrícola, com destaque para a fruticultura comercial, em especial para os cultivos da laranja, do coco-da-baía e do maracujá (Figura 16).

A substituição da cobertura vegetal nativa por plantações de coco, cultivos anuais e pastagens, intensificou o desmatamento, alterando as propriedades do solo e aumentando a exposição do terreno ao poder da erosão, em um espaço onde além da vegetação de restinga e das dunas, observa-se também a ocorrência de trechos de manguezais na planície fluvio-marinha. No município ainda se verificam atividades tradicionais relacionadas à pesca artesanal, a mariscagem e a coleta da mangaba, observando-se também a existência de grandes propriedades com plantações de eucaliptos.

Em Jandaíra, a redução da área de matas e florestas foi acompanhada da expressiva expansão da área de pastagens, agravando assim a concentração fundiária e aumentando o assalariamento dos pequenos proprietários. O predomínio de pastagens, que se estendem por extensos terrenos, atesta a importância da pecuária na composição da renda da população local, com rebanhos bovinos, suínos, equinos, ovinos e galináceos. A pecuária é desenvolvida predominantemente de forma extensiva, ocorrendo associada à policultura e a cocoicultura em áreas de capim plantado que serve como cobertura para o solo (Figura 17). No município predominam as pastagens plantadas, pois as áreas com cobertura natural são rarefeitas, merecendo destaque o desenvolvimento da pecuária extensiva realizada em pastagem natural em área de apicum, na APA de Mangue Seco.

Figura 16: Uso e ocupação do solo em Jandaíra/BA, 2015.

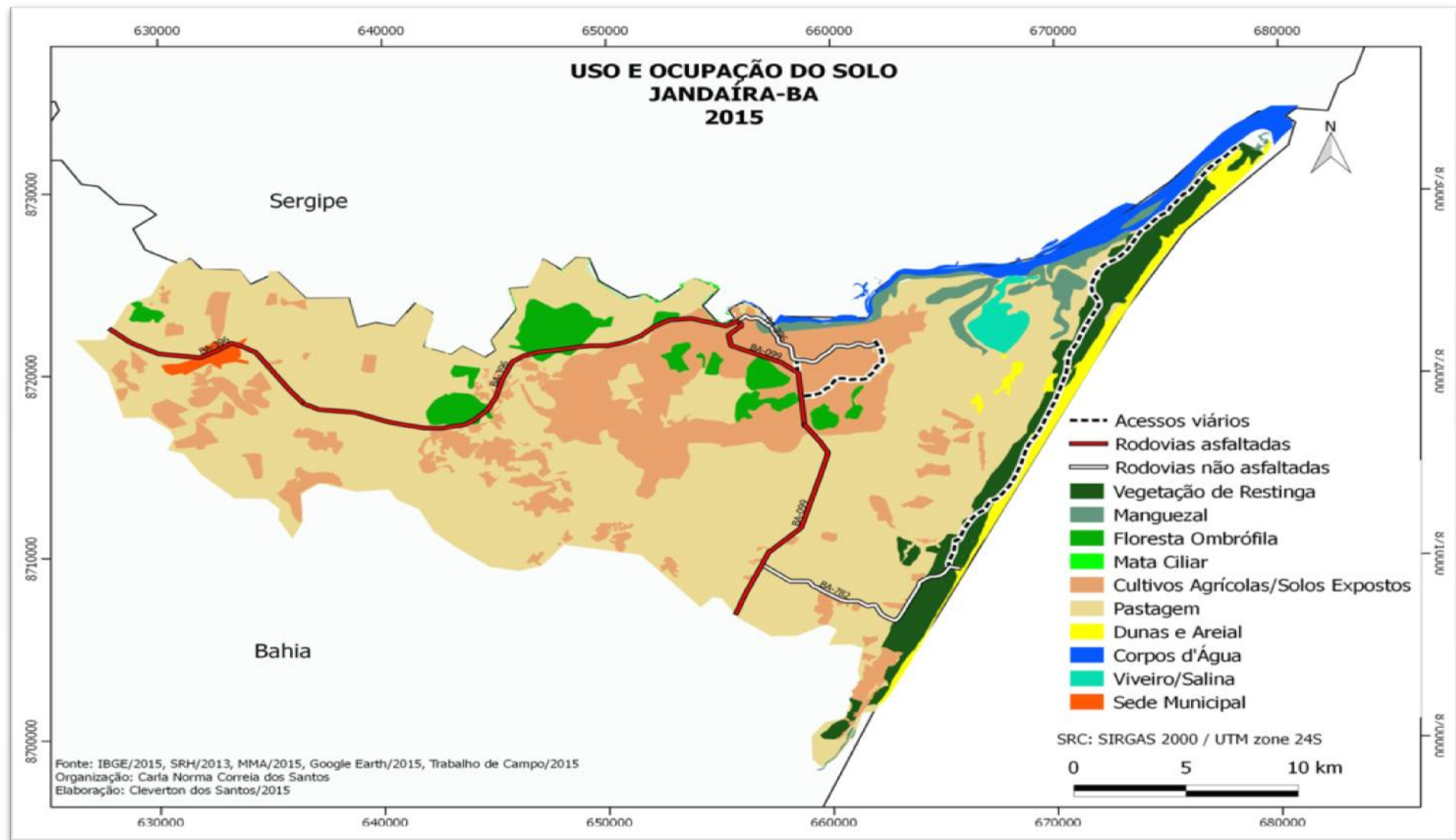


Figura 17: Criação de animais em Jandaíra.



Foto: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

Em Jandaíra o rebanho bovino é bastante numeroso, predominando a raça nelore e a de mestiços, proveniente do cruzamento dos rebanhos euro-indiano (Tabela 05). Alguns dos principais pecuaristas do município moram em Salvador, para onde parte da produção de carne é vendida, atendendo também aos frigoríficos de Aracaju. Embora o quantitativo dos rebanhos seja expressivo, a qualidade das pastagens e o potencial hídrico dificultam o desenvolvimento da pecuária, bem como a falta de assistências técnica, a ausência de tecnologia e as precárias condições financeiras de alguns pequenos pecuaristas.

Tabela 05: Produção animal do município de Jandaíra, 2013-2015.

ANO	Bovinos	Suínos	Equinos	Ovinos	Galináceos
2013	14.425	724	247	1.246	14.250
2014	13.552	709	291	537	13.734
2015	13.601	706	283	1.085	12.642

Fonte: IBGE, Produção da pecuária em Jandaíra 2013-2015.

Organização: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

As atividades agrícolas têm se sobressaído como importantes fontes geradoras de renda, ocupando grandes porções de terra no município, onde a agricultura comercial é predominante. Os cultivos permanentes são de grande importância na composição da renda e na geração de emprego, com destaque para os cultivos da laranja, do coco-da-baía, do maracujá e da banana (Tabela 06).

Tabela 06: Cultivos permanentes do município de Jandaíra, 2013-2015.

ANO	Coco-da-baía		Laranja		Maracujá		Banana	
	Mil frutos	ha	T	ha	T	ha	T	Há
2013	45.000	10.000	44.800	2.800	18.000	1.500	1.680	120
2014	51.480	9.000	47.600	2.800	27.000	2.700	1.680	120
2015	51.480	9.000	61.200	3.600	8.000	800	700	50

Fonte: IBGE, produção agrícola em Jandaíra 2013-2015.

Organização: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

O cultivo do coco-da-baía é realizado, sobretudo, na faixa da planície costeira, onde as características edafoclimáticas são adequadas para o desenvolvimento desse produto, que em Jandaíra é plantado associado a laranja e as pastagens, que aparecem intercaladas com vegetação secundária. No município este cultivo também é desenvolvido sobre dunas fixas, tendo como cobertura vegetal as restingas, que é utilizada para o cultivo do coco e para o desenvolvimento da pecuária (SILVA, 2009).

O município apresenta a segunda maior produção de coco do estado da Bahia, atrás apenas do Conde. Jandaíra possui 9 mil hectares plantados com o coco-da-baía, e sua produção é destinada tanto ao uso in natura quanto à industrialização, na obtenção de produtos como coco ralado, leite de coco, doce, farinha, fibras, entre outros produtos e subprodutos. O coco-da-baía produzido no município é vendido para Salvador, Feira de Santana, São Paulo, Paraná e Sergipe (Figura 18).

Figura 18: Plantação de coco-da-baía consorciado com a laranja em Jandaíra.



Foto: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

A cocoicultura é um forte vetor de desenvolvimento socioeconômico municipal, uma vez que possui alto potencial de geração de emprego e renda e a grande maioria dos produtores se enquadra na categoria de agricultura familiar, embora este produto também seja cultivado em grandes propriedades, sobretudo na faixa litorânea, na área que vai desde a divisa com o município baiano de Conde até o limite com Indiaroba, em Sergipe. Dentre as espécies, destaca-se o coco anão e o coco híbrido, cultivados nas proximidades da praia da Costa Azul até a praia de Mangue Seco, principalmente para o consumo *in natura*. Os pequenos produtores são carentes de apoio para a renovação de seus coqueirais e tampouco utilizam tecnologias como adubação, controle de pragas e doenças, comercializando grande parte da produção através de intermediários (SILVA, 2009).

A Bahia se posiciona em segundo lugar na produção nacional de laranja, cultivo que foi introduzido no Litoral Norte da Bahia no início do século XX, onde a qualidade do solo e as condições climáticas ideais favoreceram o desenvolvimento da citricultura, que abastece importantes centros comerciais do país. No município, este cultivo é desenvolvido nos tabuleiros costeiros e aparece consorciado com outras frutíferas, como o coco-da-baía e o abacaxi, além de cultivos temporários como o milho (Figura 19). Em Jandaíra, a laranja pera representa 70% da variedade cultivada e a produção é vendida nas feiras livres do município, para as indústrias de suco Maratá Sucos do Nordeste e Topfruit Nordeste S/A, localizadas na cidade sergipana de Estância, e para as cidades de Salvador, Recife e Fortaleza.

Figura 19: Plantação de laranja em Jandaíra.



Foto: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

O cultivo da laranja no município é realizado predominantemente em propriedades tipicamente familiares e apresenta variado nível tecnológico, caracterizando-se pela alta empregabilidade. Embora tenham ocorrido algumas crises, como a estiagem que atingiu os laranjais em 2014, conforme relatou o Secretário de Agricultura do município, não se observou, ao longo dos últimos anos, redução da área e da produção.

Os dados da tabela 06 demonstram que em Jandaíra, em 2015, ocorreu uma redução significativa da produção e da área plantada de maracujá, o que foi ocasionada pela doença fitossanitária fusariose, provocada pelo fungo *Fusarium oxysporum f. passiflorae*, que ataca as raízes da planta e se dissemina de uma planta para a outra.

As culturas temporárias foram as primeiras a se disseminarem no município, favorecendo inicialmente o desenvolvimento de uma agricultura voltada para a subsistência e posteriormente impulsionando a agricultura comercial, destacando-se o cultivo da mandioca, abacaxi, milho, feijão e amendoim. O cultivo da mandioca em Jandaíra, realizado em consórcio com o feijão, constitui uma alternativa econômica de exploração agrícola em pequenas propriedades familiares e como atividade de ocupação da mão de obra agrícola familiar. Contudo, devido a baixa valorização e a falta de locais de beneficiamento da mandioca, em 2015 ocorreu uma redução tanto da produção quanto da área plantada deste cultivo (Tabela 07).

Tabela 07: Cultivos temporários do município de Jandaíra, 2013-2015.

ANO	Mandioca		Abacaxi		Milho		Feijão		Amendoim	
	T	ha	T	ha	T	ha	T	ha	T	ha
2013	2.400	150	330	15	360	400	186	280	11	10
2014	24.000	1.200	-	-	2.700	1.500	240	300	64	80
2015	2.160	144	210	15	25.200	3.500	64	80	60	50

Fonte: IBGE, Produção agrícola em Jandaíra 2013-2015.

Organização: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

Os dados da tabela 07 demonstram ainda que em 2015 ocorreu um aumento da produção e da área plantada com milho em Jandaíra, o que pode ser atribuído a valorização deste cultivo no mercado, estimulando os agricultores a ampliarem a área plantada, e ao emprego de mecanização que elevou a produtividade.

A crise do petróleo e a crescente demanda por papel estimularam o governo da Bahia a produzir carvão vegetal e celulose na década de 1970. Nesse contexto, a atividade de reflorestamento foi impulsionada na Bahia, com a implantação do Distrito Florestal Litoral Norte da Bahia (DFLN), cuja prioridade era o desenvolvimento das atividades de

reflorestamento e celulose, abrangendo 736 mil hectares nos municípios de Jandaíra, Conde, Esplanada, Entre Rios, Cardeal da Silva, Alagoinhas, Catu, Pojuca, Itanagra e Mata de São João.

Na região foram implantadas empresas reflorestadoras, atraídas por uma política vantajosa de incentivos fiscais, a exemplo da Copene Energética (COPENER), que destina sua produção à geração de energia para as empresas do Centro Industrial de Aratu (CIA) e do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC). Ao longo dos últimos anos, a silvicultura vem crescendo, apresentando um aumento tanto na produção, quanto na rentabilidade. Durante o trabalho de campo, constatou-se que a empresa COPENER Florestal LTDA e a BSC (Bahia Specialty Celulose), companhias do mesmo grupo empresarial, são responsáveis pelo manejo florestal realizado em um conjunto de propriedades localizadas em Jandaíra.

A COPENER iniciou seus primeiros plantios de eucalipto no município na década de 1980, voltados inicialmente para a produção de madeira para fins energéticos, redirecionando, a partir de 1985, seus novos plantios com espécies de eucalipto mais aptas à produção de madeira para fins de celulose. Em Jandaíra, a plantação de eucaliptos é intercalada por atividades agropecuárias e pela vegetação natural, ocupando os topos dos tabuleiros, distribuídos ao longo da rodovia BA-396 (Figura 20).

Figura 20: Plantação de eucalipto ao longo da BA-396 em Jandaíra.

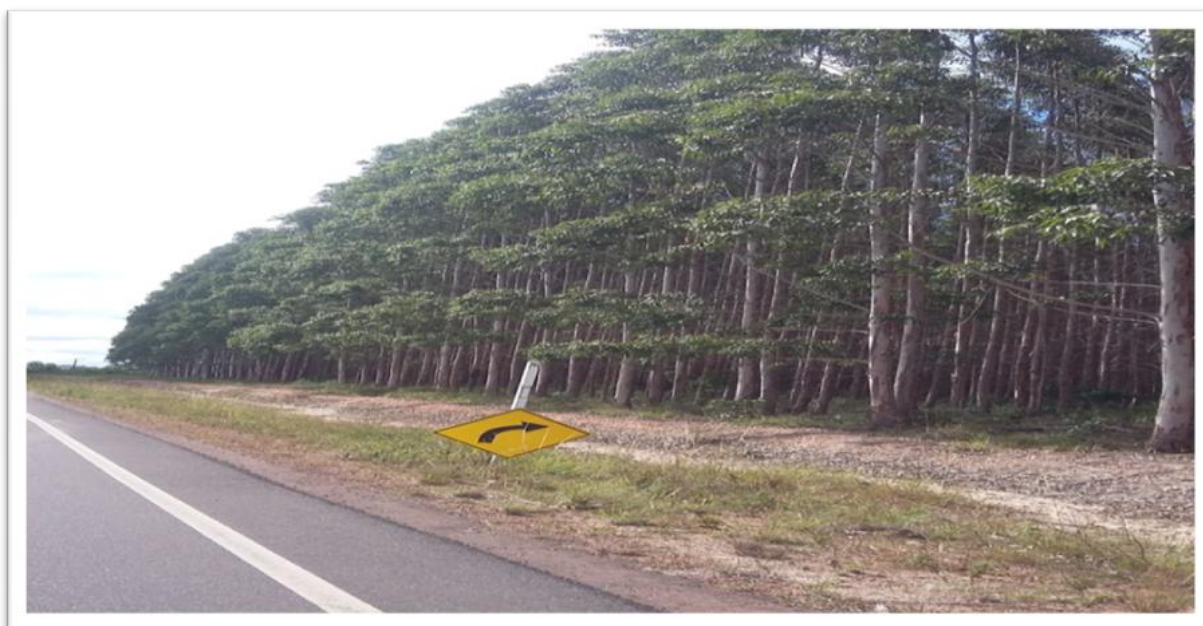


Foto: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

Atualmente, a maior parte da produção de eucalipto de Jandaíra, aproximadamente 90%, é destinada a produção de celulose, enquanto que 10% da madeira

produzida é utilizada nas serrarias locais, gerando emprego e renda para uma parcela população, considerando que a silvicultura desenvolvida no município por ser altamente mecanizada, emprega pouca mão de obra (Tabela 08).

Tabela 08: Silvicultura no município de Jandaíra, 2012-2014.

ANO	Lenha de eucalipto		Madeira em tora de eucalipto	
	Quantidade produzida (m³)	Valor da produção (mil reais)	Quantidade produzida (m³)	Valor da produção (mil reais)
2012	10.169	281	78.118	2.826
2013	6.811	156	209.578	8.876
2014	11.995	385	192.461	7.956

Fonte: IBGE, silvicultura em Jandaíra 2012-2014.

Organização: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

A implantação da silvicultura redefiniu o uso da terra no município e desarticulou velhas relações tradicionais de produção em algumas áreas, ao ocupar espaços anteriormente destinados à agricultura familiar, ao extrativismo vegetal, à cocoicultura, à citricultura e à pecuária. As plantações de eucalipto ocuparam as melhores terras e promoveram significativa alteração ecológica com a eliminação da mata atlântica, ocasionando impactos ambientais, tais como erosão, empobrecimento do solo, perda da diversidade vegetal, assoreamento dos cursos d'água e alteração do sistema natural de drenagem (SOUZA, 2009).

Jandaíra é dotada de potencial natural que desperta interesse de atores sociais diversos pela apropriação, controle e uso dos recursos naturais, o que ocasiona conflitos territoriais. Desta forma, as relações de poder estão nitidamente estabelecidas, favorecendo os atores que possuem poder político e econômico, e influenciando diretamente os modos de vida das comunidades locais.

A pesca de peixes e crustáceos é uma importante atividade econômica desenvolvida no município, sendo realizada predominantemente de forma artesanal e empregando técnicas rudimentares e predatórias. Os pescadores utilizam pequenas embarcações e instrumentos obsoletos, e não tem acesso a fontes de financiamento. Em Jandaíra, a mariscagem também é significativa e é levada a cabo, sobretudo pelas mulheres, que catam moluscos e crustáceos como caranguejo (*brachyura*), siri (*callinectes*), aratu (*aratus pisonii*) e guaiamu (*cardisoma guanhumi*).

As comunidades tradicionais pesqueiras sobrevivem da pesca artesanal e da mariscagem, que exercem o papel de principal atividade de subsistência para muitas famílias que vivem na zona costeira. No entanto, muitas dessas comunidades por não se inserirem no sistema produtivo dominante, são muitas vezes desarticuladas e obrigadas a dividir seu espaço

de uso com empreendimentos econômicos ligados ao turismo, que criam territórios onde são estabelecidas novas relações de poder, que muitas vezes comprometem a subsistência das comunidades tradicionais que ali vivem e afetam os processos de identificação e pertencimento que os pescadores estabeleceram com o seu território.

Uma atividade que vem dinamizando a economia da faixa costeira do Litoral Norte da Bahia é o turismo, que vem canalizando investimentos nacionais e internacionais de grande porte para os municípios que a compõem. Em Jandaíra emerge uma nova lógica de consumo dos lugares, que é impulsionada nas décadas de 1980 e 1990 com o rompimento do isolamento viário do Litoral Norte da Bahia, que atrai visitantes e turistas para o município, bem como famílias vindas de Salvador ou de municípios circunvizinhos que aí instalam suas segundas residências.

A construção da Linha Verde em 1993 possibilitou o acesso às áreas litorâneas de Jandaíra, o que antes da construção da rodovia era muito difícil. O acesso viário impulsionou a ocupação da zona costeira de Jandaíra, e possibilitou a implantação de transporte público, de energia elétrica, de telefonia e saneamento básico. Hoje a população residente nos povoados situados na zona costeira de Jandaíra, tem facilidade de deslocamento para Aracaju e Salvador muito maior do que os habitantes residentes na sede municipal, graças à construção da Linha Verde.

A construção de rodovias abriu o município aos empreendimentos turísticos, transformando pequenas vilas de pescadores em espaços atrativos e modificando a paisagem. No município a atividade turística inicialmente foi desenvolvida de forma não planejada e de caráter local e regional, passando por alterações a partir de 2005, quando grandes extensões de terra foram adquiridas por grupos estrangeiros que planejam implantar mega empreendimentos.

Na planície costeira, os povoados de Mangue Seco, Costa Azul e Coqueiros atraem turistas locais, nacionais e internacionais que, na visão de Costa (2011), inserem o município num contexto do turismo de sol e praia, onde os elementos naturais constituem o principal objeto de consumo. Mangue Seco, antiga vila de pescadores localizada no lado baiano da foz do Rio Real, ganhou projeção nacional após a exibição da novela *Tieta*, exibida pela Rede Globo de televisão no final dos anos 1980 e baseada em uma obra de Jorge Amado.

Este povoado, embora seja explorado turisticamente, não possui infraestrutura adequada para receber os visitantes, sobretudo no que se refere ao saneamento básico, pois não conta com sistema de esgotamento sanitário, e a população utiliza fossas rudimentares ou

destinam o esgoto diretamente para rios ou valas. Mangue Seco não possui um equipamento de destinação final de seus resíduos sólidos e a água é captada de poços, não recebendo tratamento apropriado. A falta de uma infraestrutura adequada ocasiona sérios danos ambientais e sanitários, que comprometem o desenvolvimento da atividade turística em seu grande apelo ecoturístico.

Em Mangue Seco a iniciativa privada vem ampliando a infraestrutura turística, ao instalar bares, restaurantes e pousadas na faixa flúviomarinha do Rio Real, cujos funcionários residem predominantemente em Jandaíra e Indiaroba, devido a proximidade geográfica entre as duas localidades. O povoado, que tem como principais fontes de trabalho e renda a pesca e o turismo, recebe turistas e visitantes nacionais e internacionais, sobretudo no verão e feriados, quando segundo os proprietários das pousadas, o movimento aumenta bastante (Figura 21).

Figura 21: Praia de Mangue Seco (Jandaíra).



Foto: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

No povoado existem atualmente oito pousadas e algumas casas de veraneio, ocupadas apenas sazonalmente. Devido à infraestrutura precária, Mangue Seco é muito procurado para passeios de um dia, que diariamente partem de Costa do Sauípe, Praia do Forte e Aracaju, sendo este passeio um dos mais vendidos pelas empresas operadoras de turismo da capital sergipana.

O acesso a Mangue Seco é realizado por travessia de lanchas que partem dos povoados Pontal e Terra Caída, em Indiaroba, podendo também ser realizado por veículos 4x4

que conseguem chegar a Mangue Seco, em período de maré baixa, a partir da Praia Costa Azul. Aos turistas e visitantes que chegam ao povoado é oferecido à locação de buggys que são utilizados em passeios pela praia e dunas, áreas de preservação permanente, que são realizados em regime de cooperativa com a autorização da prefeitura de Jandaíra, mas sem respeitar as normas de conservação ambiental, o que vem reduzindo a altura das dunas, mesmo tendo sido delimitada uma trilha por onde tais veículos poderiam circular. Recentemente, para tentar solucionar o problema do tráfego intenso de veículos na entrada e na praça do povoado, a Prefeitura Municipal de Jandaíra restringiu as áreas por onde os carros podem circular, gerando protestos de parte da população.

O povoado Coqueiros é uma pequena vila de pescadores, localizada entre Mangue Seco e Costa Azul, que apresenta um forte potencial para o desenvolvimento do ecoturismo, pois abriga variados ecossistemas litorâneos como dunas, restingas e manguezais. A economia local é baseada na pesca artesanal, e o turismo sustentável emerge como uma estratégia de reprodução e ferramenta de conservação dos recursos naturais. No povoado existem alguns bares, restaurantes e uma pousada, construída em estilo artesanal (Figura 22).

Figura 22: Praia Coqueiros (Jandaíra).



Foto: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

Na praia de Coqueiros foi instalado, em 04 de novembro de 1987, o Programa Nacional de Conservação de Tartarugas Marinhas, conhecido como projeto TAMAR, que é desenvolvido pelo IBAMA, administrado pela Fundação Pró-Tamar e patrocinado pela Petrobras. Apesar deste projeto contar com o envolvimento de pescadores e de alguns

membros da comunidade local, o tráfego de buggys e veículos representam uma ameaça aos filhotes de tartaruga, pois o acesso ao povoado por terra é possível através da Costa Azul, seguindo a linha de costa durante a maré baixa.

O povoado Costa Azul, pequena vila na zona rural, localizado na porção sul do litoral do município de Jandaíra, embora possua hoje apenas uma pousada de pequeno porte, também vem recebendo turistas e visitantes, que de lá se deslocam de carro para Mangue Seco, durante a maré baixa (Figuras 23).

Figura 23: Praia Costa Azul (Jandaíra).



Foto: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

O povoado tem sua base econômica assentada na cocoicultura, na coleta da mangaba e nas segundas residências, que absorvem sazonalmente parte da mão de obra local, como caseiros e diaristas. Contudo, ao contrário do que aconteceu em outros municípios do Litoral Norte da Bahia, em Jandaíra não se observou o aumento das residências de uso ocasional, que de acordo com o Censo Demográfico do IBGE, diminuíram de 340, em 2000, para 294, em 2010. Tal fato pode ser atribuído ao fato de que mega-empreendimentos do ramo turísticos vem adquirindo terras em Jandaíra, sobretudo na praia da Costa Azul, o que acabou gerando uma especulação imobiliária e o consequente aumento no valor dos terrenos a beira mar.

Em Jandaíra, a mobilidade das dunas vem sendo potencializada pela remoção da cobertura vegetal, principalmente quando ocorrem pastagem extensiva, cocoicultura e

infraestrutura turística, sobretudo nas praias de Mangue Seco e Costa Azul, pois ao longo de sua extensão são encontradas barracas de praia, restaurantes e pousadas (Figura 24).

Figura 24: Bares situados na praia de Costa Azul no município de Jandaíra.



Foto: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

No povoado Cachoeira do Itanhi existe o Hotel Linha Verde, que oferece passeios de barco para Mangue Seco, excursões de pesca e caminhadas pela Mata Atlântica. O povoado Cajueirinho, conhecido como Cavalo Russo, tornou-se um ponto turístico com recursos naturais ainda preservados, onde as pessoas desfrutam dos rios Itapicuru e Piranji e aproveitam a beleza das dunas. Para que a população tivesse acesso a esta área foi construída pela Prefeitura uma estrada de cascalho que viabilizou a instalação de bares e restaurantes que hoje dão suporte à atividade turística.

Diante do exposto, conclui-se que no município a atividade turística é incipiente, sem infraestruturas, mas com potencial de desenvolvimento, o que tem aumentado a especulação imobiliária em alguns povoados costeiros. Iniciativas isoladas do setor privado regional e do poder público, bem como o “olhar” de empresários estrangeiros colocam o turismo ecológico em Jandaíra como segmento base.

CAPÍTULO 4- UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E AS PERSPECTIVAS DE SUSTENTABILIDADE

Desde meados do século XX, é crescente o consumo produtivo do litoral, determinado pela geração de valores de uso, de renda e de lucro, pois este espaço concentra uma grande variedade de atividades econômicas, agregando também um grande contingente populacional, que desenvolve desde atividades tradicionais, como a pesca, a agricultura e o artesanato, até atividades ligadas à exploração dos recursos naturais e ao turismo e lazer. Neste contexto, o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia se consolidaram como espaços atrativos a investimentos nacionais e estrangeiros, tanto do ramo turístico quanto imobiliário, mobilizando assim recursos estatais, via políticas públicas e privadas, através dos empreendedores que consideram a região uma área de retorno financeiro garantido.

O Estado é de grande importância no processo de valorização do litoral ao implantar obras de infraestrutura e ao construir materialidades geográficas que dotam essas áreas de vantagens locacionais, estabelecendo distintos padrões de utilização e ocupação. Tal situação contribui para que nessas áreas ocorram conflitos pelo uso do solo e pela apropriação dos recursos naturais entre grupos sociais distintos, que apresentam interesses, muitas vezes divergentes, o que promove efeitos territoriais negativos. A proteção e preservação dos recursos naturais e paisagísticos costeiros constitui um desafio, tendo em vista que no litoral são desenvolvidas múltiplas atividades econômicas, sendo necessário harmonizar suas formas de uso e ocupação e resolver ou administrar os conflitos.

Na tentativa de minimizar a degradação ambiental nos espaços litorâneos causada pela intensa ocupação e uso dos recursos naturais, os governos da Bahia e de Sergipe criaram três unidades de conservação: APA Litoral Norte e APA Mangue Seco, localizadas no estado da Bahia, e APA Litoral Sul, situada no estado de Sergipe. No contexto do ordenamento territorial com ênfase na conservação ambiental, este capítulo analisa aspectos relativos à gestão territorial a partir de unidades de conservação, discutindo as dificuldades para administrar espaços protegidos e detalhando as características básicas das três unidades de conservação presentes na área em estudo, em termos de atributos abióticos, bióticos e socioeconômicos.

4.1- A gestão territorial a partir de unidades de conservação

A diversidade do litoral brasileiro lhe confere um caráter exclusivo no que diz respeito ao desenvolvimento de algumas atividades econômicas, o que vem intensificando o processo de ocupação nessa área que corresponde a um espaço continuamente valorizado e valorado, tendo em vista as suas potencialidades. Entretanto, o uso desse espaço filiforme vem se processando de forma desordenada, o que levou a criação de Unidades de Conservação (UCs), na tentativa de minimizar o processo de degradação ambiental, associado à intensa ocupação do espaço e ao uso acelerado dos recursos ambientais por variadas atividades econômicas nas últimas décadas.

Embora o Brasil disponha de uma das mais avançadas legislações para tratar de recursos ambientais, é frequente a exploração inadequada desses recursos para atender as necessidades socioeconômicas imediatas. Assim, uma das estratégias utilizadas como forma de gestão, conservação e preservação corresponde à criação de espaços territoriais protegidos, que no Brasil é um fenômeno recente, que se consolidou apenas na primeira metade do século XX. De acordo com Barbosa & Santos (2012), somente a partir das duas últimas décadas do século XX é que importantes debates foram travados com a preocupação de estabelecer mecanismos de regulação à implantação das unidades de conservação.

Durante a chamada ECO/92, realizada na cidade do Rio de Janeiro, tais debates assumem maior expressividade e as discussões em torno da temática ambiental como políticas públicas envolveram governos e entidades da sociedade civil, que passam a debater sobre populações humanas e UCs. No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), regulamentado pela Lei Federal nº 9.985, de julho de 2000, reúne a base legal referente às áreas protegidas e estabelece critérios e normas para a criação, implantação, gestão e manejo de Unidades de Conservação, que são definidas como espaços territoriais com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, as quais se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC, 2000).

O SNUC sinaliza a consolidação da política nacional de gestão territorial de espaços naturais e define dois grupos de unidades de conservação: as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável. As Unidades de Conservação de Proteção Integral, de uso indireto dos recursos, são de caráter mais restritivo e tendem a estabelecer maiores barreiras às transformações humanas do espaço e compreendem as seguintes tipologias: Estações

Ecológicas (ESEC); Reservas Biológicas (REBIO); Parques Nacionais (PARNA)/ Parque Estaduais/ Parque Natural Municipal; Monumento Natural (MONA) e Refúgio da Vida Silvestre (REVIS).

Já as Unidades de Uso Sustentável, de uso direto dos recursos, são mais flexíveis quanto aos tipos de ocupação do solo e visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de uma parcela dos seus recursos naturais, apresentando de forma geral maior complexidade para o ordenamento e a conservação, sendo compostas por: Áreas de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); Floresta Nacional (FLONA)/ Floresta Estadual/ Floresta Municipal; Reserva Extrativista (RESEX); Reserva da Fauna (REFAU); Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

A Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) reconhece as unidades de conservação como instrumentos de gestão ambiental, pois buscam ordenar o uso direto e indireto dos recursos e do território, através de instrumentos legais ou outros meios institucionais específicos. As unidades de conservação, embora tenham sido criadas visando proteger áreas de fragilidade ambiental, em função da divergência de interesses quanto ao uso dos recursos naturais e da pressão exercida pelos diferentes atores sociais, apresentam problemas de gestão territorial e de gerenciamento ambiental. O IBAMA é responsável pela criação e gestão das unidades de conservação federais, enquanto cada estado e alguns municípios tem seus órgãos ambientais específicos para a mesma finalidade, havendo interação entre as esferas do governo.

A gestão territorial dos espaços protegidos evidencia a importância do poder político e do planejamento, destacando o papel do Estado como principal agente transformador do espaço geográfico. Através do Decreto Federal nº 4.340/2002 (BRASIL, 2002), seguindo orientações do SNUC, foi regulamentada a formação de conselhos gestores nas unidades de conservação que, no entanto, só com a Instrução Normativa nº 09, de 5 de dezembro de 2014, tiveram sua composição e funcionamento definidos (ICMBIO, 2014).

O MMA, através do Decreto nº 5.092/04 e da Portaria MMA nº 126/04, definiu as áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade e realizou oficinas para elaboração de um Plano Nacional de Áreas Protegidas. O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 5.758, de 13 de abril de 2006 (BRASIL, 2006) e contém diretrizes, estratégias e objetivos que buscam apresentar programas para integração das UC, aperfeiçoamento do SNUC, uso da abordagem ecossistêmica na gestão de

áreas protegidas, ações para a governança, gestão participativa e de inclusão das comunidades internas e do entorno de áreas protegidas (BRAGHINI, 2016).

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), um novo órgão ambiental, é criado pelo governo brasileiro em 2007 e torna-se responsável pela criação e gestão das unidades de conservação, atribuição que anteriormente ficava a cargo exclusivamente do IBAMA. Vale ressaltar os conflitos de competências entre estas instituições em relação à Compensação Ambiental, uma das principais fontes de recursos das unidades de conservação. Em 2011 foi criado o Comitê de Compensação Ambiental Federal (CCAF), composto por técnicos do MMA, ICMBio e IBAMA, com o intuito de aprimorar a destinação dos recursos destinados às unidades de conservação. Atualmente, compete ao IBAMA a fiscalização e o licenciamento ambiental em âmbito federal, enquanto o ICMBio é responsável pela gestão das unidades de conservação federais, atuando também na fiscalização e licenciamento apenas dentro destes territórios.

De acordo com o Art. 2º, XVII da Lei 9.985/2000, o Plano de Manejo é um documento técnico que orienta a ação dos gestores, através do qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma dada unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. O Plano de Manejo é um dos principais instrumentos de gestão das UC, que se tornou obrigatório a partir do SNUC, tendo por objetivo minimizar os impactos negativos sobre as unidades e garantir a manutenção dos processos ecológicos. Este plano apresenta um caráter preventivo e deve conter todas as normas que irão regular a unidade de conservação e seu entorno, permitindo que cada unidade tenha suas peculiaridades respeitadas e analisadas individualmente (VASQUES, 2008).

O SNUC (2000) entende zoneamento como a definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo ou normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz. Uma das ferramentas mais importantes do Plano de Manejo é o zoneamento da UC, que a organiza espacialmente em zonas sob diferentes graus de proteção e regras de uso, posto que as diversas categorias destes espaços protegidos possuem vários objetivos. Desta forma, o zoneamento é um instrumento de grande relevância para a gestão territorial de UC.

O Plano de Manejo também inclui a zona de amortecimento e os corredores ecológicos, que buscam promover a integração da UC à vida econômica e social das comunidades vizinhas, contribuindo assim para que a implementação deste espaço protegido seja mais eficiente (ICMBIO, 2013). Na definição da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos são estabelecidos zonas ou setores com objetivos semelhantes aos do zoneamento, pois são áreas devidamente delimitadas nas quais se aplicam normas de manejo e restrições específicas, visando à preservação ecológica da Unidade de Conservação a que servem.

A Zona de Amortecimento, segundo o SNUC (2000), corresponde ao entorno de uma Unidade de Conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade. Na elaboração do Plano de Manejo deve constar a zona de amortecimento que é uma importante ferramenta na gestão da unidade de conservação, pois ajuda a diagnosticar, estabelecer critérios de uso e de ocupação territorial, de modo a evitar os avanços sobre os limites das áreas protegidas. A definição de uma zona de amortecimento deve sempre estar condicionada às necessidades de cada tipo de unidade de conservação e deverá considerar a realidade das comunidades afetadas pela área protegida. No entanto, são poucos os planos de manejo que efetivamente definem a zona de amortecimento e a consideram no processo de planejamento e gestão de seus recursos naturais.

Os corredores ecológicos ou corredores de biodiversidade são áreas que unem os fragmentos florestais ou unidades de conservação separados por interferência humana. A função destes corredores é proteger efetivamente a natureza, reduzindo ou prevenindo a fragmentação de florestas, por meio da conexão entre diferentes modalidades de áreas protegidas e outros espaços com diferentes usos do solo. O inciso XIX, do art. 2, da Lei 9985/00, define os corredores ecológicos como:

Porções de ecossistemas naturais ou semi-naturais, ligando Unidades de Conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam, para sua sobrevivência, áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais (SNUC, 2000).

O objetivo do corredor ecológico é permitir o livre deslocamento de animais, a dispersão de sementes e o aumento da cobertura vegetal a fim de permitir a recolonização de áreas degradadas, em um movimento que de uma só vez concilia a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento ambiental. Os corredores ecológicos são espaços

territoriais onde se destacam ações coordenadas que envolvem o fortalecimento, a expansão e a conexão de áreas protegidas dentro do próprio corredor, incentivando usos de baixo impacto e desenvolvendo uma abordagem abrangente, descentralizada e participativa, permitindo assim que governo e sociedade civil compartilhem a responsabilidade pela conservação da biodiversidade.

A partir da Resolução do CONAMA nº 428/2010, prorrogada pela Resolução nº 473/2015, ficou estabelecida a obrigatoriedade de realizar estudos de impacto ambiental no licenciamento de empreendimentos que possam afetar uma unidade de conservação ou sua zona de amortecimento. As unidades de conservação em que não há um Plano de Manejo com zoneamento definido, deve estabelecer, segundo Braghini (2016, p. 79) “como Zona de Influência uma faixa de 3 mil metros a partir do limite da UC, para empreendimentos de significativo impactos ambiental, com exceção de RPPN, APA e Áreas Urbanas Consolidadas”. A aprovação da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Novo Código Florestal), reestabeleceu limites de uso de áreas de imóveis rurais e da área de conservação ambiental, como as Áreas de Preservação Permanente e as Reservas Legais, importantes na constituição de corredores ecológicos.

A Lei Complementar nº 140, publicada em 8/12/2011, disciplina a competência comum para as questões ambientais entre os entes federativos, fixando normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. As ações administrativas em comum reguladas por lei complementar são aquelas relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora. A referida lei determina competência comum aos estados e municípios para licenciar e fiscalizar os territórios, ações estas que anteriormente cabiam a União, através do IBAMA, o que tem gerado questionamentos acerca da falta de infraestrutura adequada dos demais entes federativos.

No Brasil, os instrumentos de gestão das unidades de conservação embora tenham sido ampliados não conseguem garantir a proteção desses espaços, uma vez que muitos se encontram sem um plano de manejo. Os planos devem ter flexibilidade que permita a adaptação a circunstâncias que se modificam continuamente, devendo também ser inclusivos, pois os interesses e o bem-estar das sociedades locais são peças chaves na gestão das unidades. Neste contexto, torna-se cada vez mais relevante a participação das ONGs na

criação de áreas protegidas e na luta pela conservação ambiental, posto que tais entidades articulam as demandas do Estado e das comunidades residentes nos territórios protegidos.

No entanto, Pereira (2005) assinala que a criação e gestão das UC brasileiras ainda tem se dado de forma centralizada com decisões “de cima para baixo”, limitando a participação das populações locais, que em muitos casos só ficam sabendo que sua propriedade está inserida dentro de uma unidade de conservação após a criação da mesma. É necessária uma gestão participativa que envolva e assegure a permanência das comunidades, tendo em vista que a população local possui um estilo de vida tradicional, essencial para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade.

Nos territórios onde são criadas UC tem se estabelecido conflitos ambientais e disputas territoriais por recursos naturais e socioeconômicos, em razão das diferentes formas de uso do solo e das variadas relações dos grupos sociais com o espaço. A implantação de UC estabelece um novo território, com territorialidades distintas e sobrepostas, onde são instituídas novas relações de poder, evidenciando a heterogeneidade de interesses e relações que regem os processos societários nessas áreas.

O poder central que define os usos de determinado local encontra, de forma geral, resistências e conflitos, na medida em que aqueles que ali vivem se manifestem contrários, a favor ou indiferentes e se estabelecem novos interesses e alianças. Isso torna o processo de gestão mais complexo em termos de conflitos, de administração dos interesses diferenciados e da legitimação dessas áreas protegidas, por isso é fundamental destacar a ideia de pactos territoriais e de diálogos permanentes entre os atores envolvidos na gestão de qualquer unidade de conservação (BRAGHINI, 2016, p. 114).

Disputas relativas ao uso dos recursos naturais presentes em espaços protegidos tais como, implantação de empreendimentos privados em áreas de manguezais, projetos de exploração de petróleo e gás, insumos para indústria de extração de madeira e mineral, recursos pesqueiros e de espécies nativas, além da apropriação paisagística pela indústria de turismo e do mercado imobiliário, demonstram as dificuldades de gestão nas unidades costeiras de conservação.

Nos espaços litorâneos de Indiaroba e Jandaíra emergem conflitos ocasionados pelo uso desordenado e variado do território litorâneo, onde as populações que sobrevivem dos recursos naturais locais, a exemplo dos pequenos agricultores, catadoras de mangabas e marisqueiras, compartilham seus territórios com novas atividades que promovem transformações territoriais, como o turismo, o mercado imobiliário e a carcinicultura. As novas atividades implantadas nos dois municípios em estudo reduzem os espaços das

comunidades tradicionais e o acesso a recursos necessários para sobrevivência e o desenvolvimento de atividades econômicas. Assim, de acordo com Silva (2009), na tentativa de promover a exploração ambiental de forma planejada, racional e limitada, foram criadas na planície costeira Áreas de Proteção Ambiental (APAs) pelos governos da Bahia e de Sergipe, na tentativa de conciliar a população residente e seus interesses econômicos com a conservação da área a ser protegida. (Figura 25).

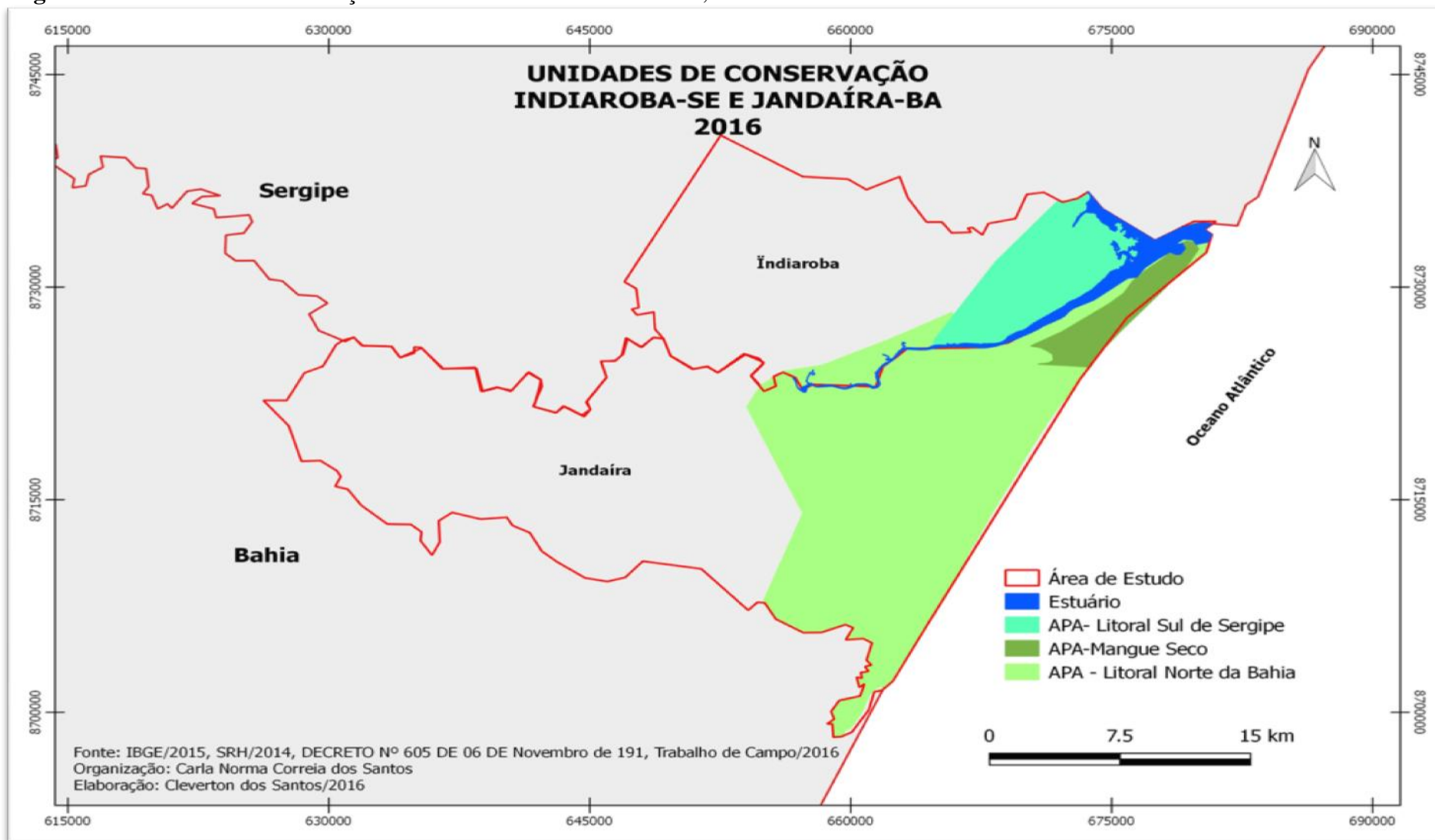
A partir da criação da APA Litoral Norte do Estado da Bahia, da APA de Mangue Seco e da APA Litoral Sul de Sergipe, buscou-se disciplinar a ocupação territorial, proteger a diversidade biológica e garantir o uso sustentável dos recursos naturais. Embora a categoria APA seja singular e flexível, sua criação prescinde de expropriação de terras e tenta aliar o desenvolvimento territorial e a conservação dos recursos em consonância com a capacidade de suporte. Na verdade, a criação das três APAS da área de estudo é uma tentativa de diminuir as externalidades negativas que de uma maneira ou outra comprometem a eficiência dos agentes econômicos e o bem-estar da população humana.

Em síntese, a gestão territorial das APAs assinaladas evidenciam o uso direto dos recursos naturais e os conflitos ambientais. Por um lado, os conflitos expressam as contradições do modelo capitalista de desenvolvimento envolvendo populações tradicionais e mercantilização dos recursos. Por outro lado, a resistência frente ao processo de expropriação demonstrado pelas comunidades locais revela os possíveis canais de expressão e de encaminhamento dos conflitos, pois a partir da resistência, as populações locais criaram redes de articulação, através dos quais procuram garantir suas práticas tradicionais.

4.2- A APA Litoral Sul de Sergipe e os problemas de natureza socioambiental

O estado de Sergipe conta com uma diversidade de ecossistemas em toda a sua extensão, entretanto a ocupação territorial recente e acelerada do litoral intensificou o processo de degradação ambiental, uma vez que diversas atividades econômicas são baseadas na extração de recursos naturais sem tipo algum de manejo, gerando pressão sobre a biodiversidade e sobre o território litorâneo. Nesse contexto, são necessárias medidas que garantam a sustentabilidade do uso dos recursos, a fim de assegurar um desenvolvimento territorial de longo prazo.

Figura 25: Unidades de conservação em Indiaroba/SE e Jandaíra/BA, 2016.



A criação de espaços territoriais legalmente protegidos é considerada um importante mecanismo de preservação dos recursos ambientais, tendo sido implantados em Sergipe a partir da década de 1970¹⁹, anterior, portanto à definição legal do SNUC, cuja Lei Federal é do ano 2000. Segundo Silva e Melo e Souza (2009), foram instituídas quinze UCs no estado de Sergipe, seis na categoria de Proteção Integral e nove de Uso Sustentável. Das atuais quinze UCs sergipanas, três são particulares e doze são de competência pública, três do governo federal, sete estaduais e duas municipais. Em Sergipe, a Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA) e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) são responsáveis pela gestão das APAs e analisam e emitem parecer técnico referente ao projeto apresentado pelo empreendedor.

No caso das UCs públicas de competência estadual todas as APAs sergipanas (APA do Litoral Sul, APA do Litoral Norte, APA do Morro do Urubu, APA da Foz do Rio Vaza-Barris e APA do Rio Sergipe) apresentam contato com o oceano, seja por meio da praia ou dos estuários. O peso da litoraneidade, das formas específicas da relação homem-natureza nesse espaço de contato entre a terra e o mar não pode ser desconsiderado quando se fala em categorias de proteção ambiental em território sergipano. Em palavras de Gomes *et al.* (2006), essas áreas litorâneas coincidem com as faixas com prioridade extremamente alta de conservação da biodiversidade. Com isso não se quer dizer que outras áreas, para além do litoral, não necessitam de unidades de conservação. É necessário ampliar o número de UCs e fortalecer o sistema estadual de espaços territoriais protegidos, mas sem a descontextualização com as políticas públicas e sem desconsiderar a gestão territorial efetivamente participativa. Gomes *et al.* (2006, p. 108) coloca a questão nos seus devidos termos:

Não basta a criação de unidades de conservação na esfera federal sem que haja uma política na esfera estadual que possa garantir a extensão florestal, a restauração de áreas degradadas e o manejo sustentado dos recursos naturais (água, vegetação e solo) para dar suporte necessário ao desenvolvimento sustentável regional.

O domínio das APAs como unidades de conservação em Sergipe levanta uma série de questões a respeito da proteção ambiental no litoral. Em primeiro lugar, a inexistência de processo de desapropriação e a permissão de uso direto dos recursos tem contribuído para a opção por esse tipo de UC de uso sustentável. Em segundo lugar, coloca-se a questão da dificuldade de gerenciamento e do sistema de gestão dada a constante pressão antrópica e os

¹⁹Embora SILVA e MELO e SOUZA (2009) situem nos anos noventa o início da preocupação governamental em conservar/preservar os recursos naturais em Sergipe, existem registros de formação de unidades de proteção em nosso Estado desde o final dos anos setenta. E o caso da antiga Estação Ecológica da Serra de Itabaiana, instituída em 1978, e hoje recategorizada como PARNA.

problemas inerentes ao ordenamento territorial. Em terceiro lugar, as críticas feitas as APAs em geral estão associadas ao descumprimento das suas finalidades básicas. Em quarto lugar, as dificuldades também estão associadas a existência do que Silva e Melo e Souza (2009a) chamam de “parques de papel” numa clara alusão às APAs da Foz do Rio Vaza-Barris e do Rio Sergipe que se encontram em recategorização, cujas denominações originais não se enquadram nas categorias previstas no SNUC e apresentam o mais variado conjunto de problemas de gestão, de gerenciamento, de regulamentação, de falta de instrumentos ambientais definidos na PNMA (Política Nacional de Meio Ambiente) e da ausência de gestores. As APAs litorâneas de Sergipe são carentes de pessoal qualificado e de ações participativas e nesse sentido tem dificuldade de consolidação como uma verdadeira unidade de proteção de uso sustentável.

Como visto anteriormente, o Litoral Sul de Sergipe apresenta problemas de natureza ambiental, territorial, social, fundiária e econômica, ocasionados pela sua diversidade natural e pela multiplicidade de formas de uso do solo que em geral as zonas costeiras suportam. Este espaço litorâneo vem sendo constantemente transformado, tanto pela ação do Estado, através da construção de eixos territoriais indutores, como também por agentes privados que realizam intervenções sem o devido respeito às legislações pertinentes e sem um adequado planejamento, o que compromete o equilíbrio ambiental, intensifica os conflitos e produz uma série de impactos territoriais (SANTOS; VILAR, 2014).

Nas últimas décadas, a utilização do Litoral Sul de Sergipe como área de segunda residência e atividades turísticas foi facilitada pelo acesso viário e pela edificação de outros vetores geográficos de estruturação territorial. Considerando sua elevada fragilidade ambiental, seu patrimônio natural e a construção da rodovia SE-100 sul, foi instituída a Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul do Estado de Sergipe²⁰, através do Decreto Estadual Nº 13.468, de 22 de janeiro de 1993, que define a estrutura de ocupação do espaço compreendido entre a foz do Rio Vaza Barris e a desembocadura do Rio Real numa superfície ligeiramente retangular de 542 km², delimitado ao leste pelo oceano Atlântico com uma linha de costa de 55,5 km, e a oeste por uma linha imaginária de 10 a 12 km de largura do litoral para o interior (Figura 26).

²⁰ Embora esta seja a denominação oficial registrada no Decreto Estadual Nº 13.468, de 22 de janeiro de 1993, aqui utilizaremos a expressão mais objetiva e como é reconhecida localmente: APA Litoral Sul.

Figura 26: APA Litoral Sul no contexto dos Municípios Costeiros de Sergipe.



Fonte: Lima, 2010.

A APA Litoral Sul, constituída basicamente por praias, restingas arbóreas, manguezais, terraços marinhos, cordões litorâneos, manchas preservadas de Mata Atlântica, dunas e lagoas, além dos balneários da Caueira (Itaporanga d'Ajuda), Abaís e Praia do Saco (Estância) vem sofrendo impactos em virtude das atividades turísticas e econômicas, sobretudo através da ocupação residencial de veraneio. Essa unidade de conservação de uso sustentável foi criada com o intuito de ordenar os usos e ocupação dos espaços litorâneos dos municípios de Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba que se caracterizam por apresentar uma grande variedade de paisagens naturais, compostas por ambientes frágeis e vulneráveis à ação antrópica.

Em Sergipe, entretanto, alguns desses espaços legalmente protegidos não se encontram em completa conformidade com os requisitos do SNUC, pois mesmo as UCs criadas após a implantação do sistema nacional de proteção de espaços territoriais não apresentam uma adequação do processo implantação e gestão ambiental, aspectos fundamentais para o atendimento dos seus objetivos. Para Melo e Souza (2009) as relações de poder estabelecidas no território da APA são desiguais entre os atores dominantes e dominados engendrando conflitos, pois

O discurso em torno do desenvolvimento das atividades turísticas no litoral sul tem gerado especulação imobiliária, e no conseqüente afastamento das comunidades tradicionais e pequenos produtores rurais que tendem a vender suas propriedades e se encaixarem em outra atividade. Do outro lado, os grandes latifundiários, que têm suas propriedades nos limites da APA, proíbem o acesso e a extração dos recursos naturais através do cercamento de suas fazendas contribuindo para espoliação das comunidades e para o acirramento dos conflitos (SILVA; MELO e SOUZA, 2011, p. 9).

A apesar de contar com uma série de instrumentos de planejamento, como o zoneamento ecológico-econômico e o plano de manejo, algo não recorrente nas UCs de Sergipe, a APA Litoral Sul encontra-se em processo de degradação em decorrência de ações humanas. Vale ressaltar que a APA foi contemplada em 2004 com os Planos de Gestão da Orla Marítima dos municípios de Itaporanga d'Ajuda e Estância, a partir da iniciativa e metodologia do Ministério do Meio Ambiente (MMA), mas que ainda não foram implantados. O Plano de Manejo e o Zoneamento foram propostos em 1998, e tampouco foram validados em consultas públicas (OLIVEIRA *et al.*, 2008).

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) é um importante instrumento de ordenamento do Litoral Sul como um todo e da APA em particular, pois considera a importância ecológica e as fragilidades dos ecossistemas. No caso específico do Litoral sul de Sergipe foram definidas quinze zonas: zona 1 - Preservação; zona 2 - Alta Restrição; zona 3 -

Proteção Rigorosa; zona 4 - Empreendimentos e Programas Ambientalmente Integrados de Desenvolvimento Turístico; zona 5 - Proteção Especial; zona 6 - Segunda Residência; zona 7 - Agrícola Tradicional e de Ocupação Rarefeitas; zona 8 - Conservação e Manejo; zona 9 - Turísticas e de Urbanização Restrita; zona 10 - Refúgio da Vida Silvestre; zona 11- Urbana e Especial I e II; zona 12 - Industrial Prioritária I e II; zona 13 - Urbana-Industrial e de Serviços; zona 14 - Ocupação Irrestrita e Uso Diversificado e zona 15 - Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural (LIMA, 2010). No que concerne a APA, destacam-se as seguintes zonas: de preservação permanente, de alta restrição à ocupação praial, as zonas de proteção rigorosas das dunas, de proteção especial das lagoas de Estância e a zona de segunda residência e de extrativismo na planície costeira.

O ZEE do Litoral Sul, elaborado no contexto do GERCO/SE (Programa de Gerenciamento Costeiro), é considerado um instrumento fundamental para assegurar a compatibilização entre o grau de ocupação humana da APA e a conservação das condições ecológicas locais, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de atividades turísticas. Em suas diretrizes de usos da zona de praia, está proibido qualquer tipo de ocupação e construção de edificações, inclusive as de caráter rústico, entretanto ao longo da linha de costa vários espaços foram ocupados de forma inadequada, chegando a privatizar áreas consideradas de uso comum como se registra na praia do Saco, no setor mais meridional do Litoral Sul de Sergipe.

A apropriação, privatização e comercialização de terras nas depressões interdunares, em espaços de pós-praia e áreas de apicum (*schorre*) e manguezal propriamente dito para a construção de casas de veraneio na APA Litoral Sul é uma forma de ocupação incompatível com os objetivos de preservação e conservação dos recursos naturais de uma unidade de uso sustentável, pois repercute na transformação da paisagem e na degradação de recursos naturais, uma vez que é necessário eliminar parcial e totalmente a vegetação original e destruir dunas, contribuindo assim para a redução da qualidade visual do lugar (SANTOS, 2015, p. 68).

O mapeamento das potencialidades e limitações à ocupação turística e de veraneio define unidades espaciais de uso do solo, na verdade corresponde a uma estratégia de ordenamento territorial, uma espécie de zoneamento temático da APA. Segundo Wanderley (2003), as potencialidades representam a adequabilidade do meio natural litorâneo à ocupação turística e de veraneio e a construção de infraestrutura turística. Por sua vez, as limitações dizem respeito à legislação ambiental e às restrições impostas pelas condições naturais. Cabe destacar a variada potencialidade turística, as restrições legais e os riscos ambientais, igualmente diversificados (Quadro 01).

Quadro 01: Potencialidade e Limitações à Ocupação Turística e de Veraneio da APA Litoral Sul.

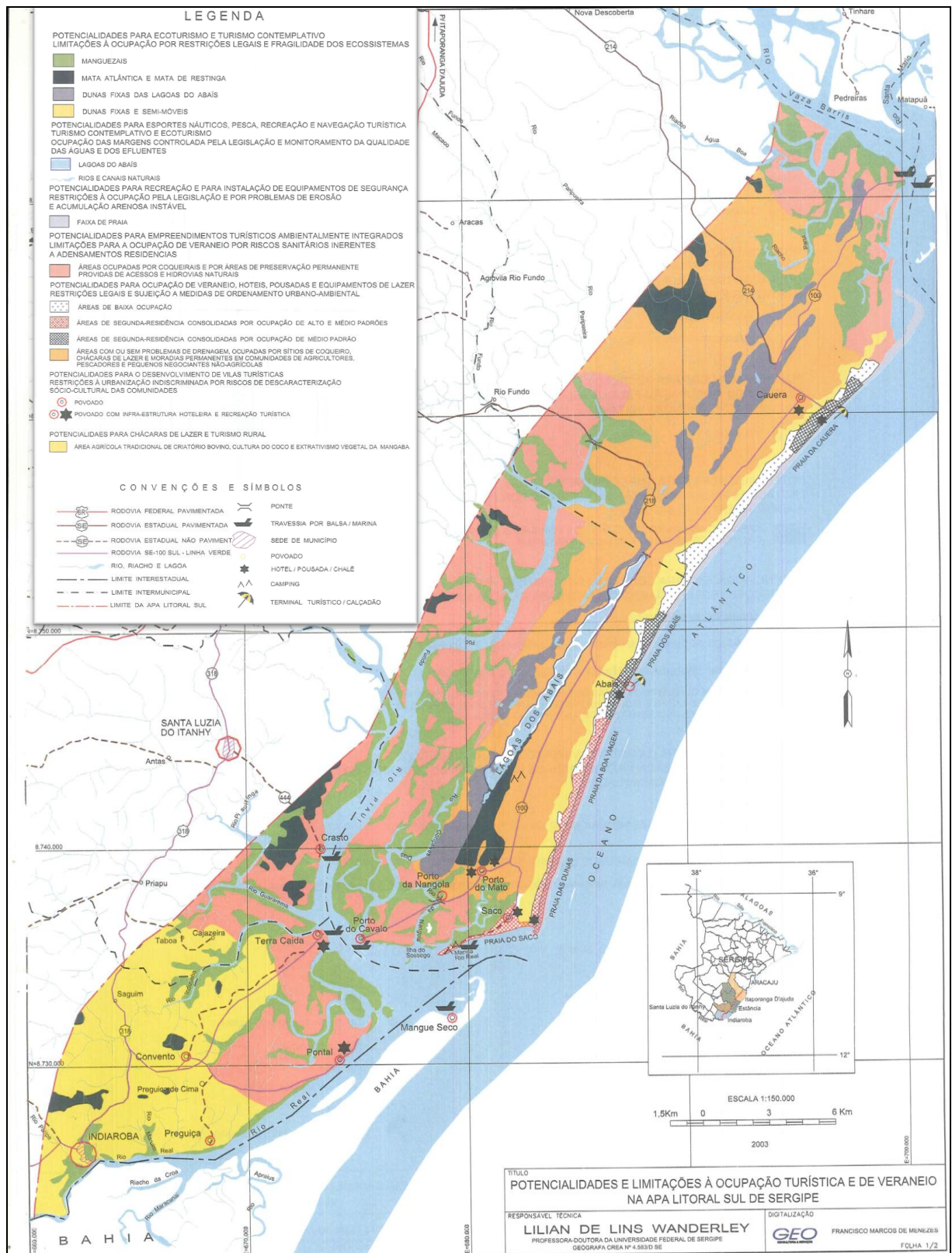
Potencialidades de Uso e Ocupação Territorial	Limites ao Uso e Ocupação Territorial
Para ecoturismo e turismo contemplativo.	Restrições legais e fragilidade econômica.
Esportes náuticos, pesca, recreação e navegação turística, turismo contemplativo e ecoturismo.	Controle com base legal e monitoramento da qualidade da água e dos efluentes.
Recreação, pesquisa e instalação de equipamentos de segurança.	Restrições legais e por problemas de erosão e acumulação arenosa instável.
Empreendimentos turísticos ambientalmente integrados.	Ocupação de veraneio por riscos sanitários inerentes á adensamentos residenciais.
Ocupação de veraneio, hotéis, pousadas e equipamentos de lazer.	Restrições legais e sujeição a medidas de ordenamento urbano-industrial.
Desenvolvimento de vilas turísticas, chácaras de lazer e turismo rural.	Urbanização indiscriminada por riscos de descaracterização sociocultural das comunidades.

Fonte: Wanderley, 2003, pp. 502-503.

Os municípios localizados no Litoral Sul de Sergipe, embora apresentem algumas características que lhes conferem certa homogeneidade, apresentam também uma diversidade social, econômica, ambiental e fundiária que permite diferenciá-los e tornam evidente uma multiplicidade de usos do território, que geralmente são acompanhados de conflitos socioambientais de intensidade e tipos variados. Neste contexto, ao mesmo tempo em que é necessário identificar as potencialidades turísticas desta porção do litoral sergipano, também é imprescindível estabelecer restrições quanto ao uso de cada elemento paisagístico presente neste território, onde está inserida a APA Litoral Sul de Sergipe, composta por uma parcela dos municípios de Itaporanga D'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba (Figura 27).

A criação desta unidade de conservação, em 1993, objetivou assegurar a proteção dos ecossistemas e das paisagens costeiras e ordenar a ocupação do solo e o uso dos recursos naturais. Neste contexto, diante da crescente ocupação turística e da segunda residência no Litoral Sul de Sergipe, Wanderley (2003) elaborou um mapeamento das potencialidades e limitações à ocupação turística e de veraneio, que têm ocasionado impactos sobre a base dos recursos naturais da APA. Neste mapeamento foram delimitadas unidades espaciais de gestão do litoral dos municípios inseridos na APA, que foram determinadas por três segmentos de ocupação: a segunda residência, a ocupação tradicional, tendo a frente os moradores locais, e o turismo.

Figura 27: Uso e ocupação do solo e potencialidades turísticas na APA Litoral Sul de Sergipe.



Fonte: Wanderley, 2003.

Organização: Carla Norma Correia dos Santos

Digitalização: Cleverton Santos

As potencialidades correspondem à compatibilidade do meio litorâneo natural à ocupação turística e de veraneio, tais como hotéis, pousadas, construção de residências, chácaras, vilas turísticas, resorts, práticas esportivas e equipamento de lazer. O mapeamento das potencialidades considerou também o desenvolvimento do turismo contemplativo e do ecoturismo, preocupando-se com a preservação dos valores culturais e modos de vida tradicionais, para que não ocorra a descaracterização sociocultural das comunidades locais.

As limitações estão relacionadas às restrições legais e a fragilidade dos ecossistemas e áreas de preservação permanente presentes nesta porção do Litoral Sul de Sergipe. Os riscos sanitários inerentes a adensamentos residenciais também foram considerados, bem como o monitoramento da qualidade da água e problemas de erosão e acumulação arenosa instável, que comprometem as construções de veraneio e a infraestrutura turística. Assim, o mapeamento realizado por Wanderley (2003) constitui uma proposta de ordenamento territorial, que tem o propósito de sugerir diretrizes para gestão da APA Litoral Sul, de modo a disciplinar de forma sustentável a ocupação do território pela atividade turística e de veraneio.

Em que pese à existência desses instrumentos de ordenamento territorial e de controle das formas e da dinâmica de uso e ocupação do solo, o zoneamento do Litoral Sul de Sergipe e a proposta de potencialidade e limitações à ocupação turística e de veraneio ainda permanecem sem regulamentação oficial pelo poder público estadual. Nesse sentido, O ZEE não cumpre seu objetivo no âmbito do *Hard Law* para qual foi projetado e não consegue sequer subsidiar os planos diretores locais, restando uma acanhada atuação no contexto das novas estratégias de gestão territorial e de monitoramento da faixa costeira. Mas na verdade, o ZEE não cumpre a contento nem uma função nem a outra.

A APA Litoral Sul de Sergipe sinaliza a possibilidade de ordenamento de usos e ocupação no espaço, através de instrumentos de planejamento e gestão, que buscam proteger e conservar a qualidade ambiental dos sistemas naturais locais. Mas não se observa a participação da sociedade no processo de ordenamento do espaço e das atividades econômicas e tampouco os instrumentos são utilizados para auxiliar a resolução de conflitos. Ademais, o parcelamento do solo municipal é feito sem levar em consideração o zoneamento e suas indicações de limites e restrições. A articulação entre o poder estadual e a prefeitura se configura como outra forma de conflito, mas dessa vez em termos de competência. Vale ressaltar também a dificuldade logística e técnica das Secretarias Municipais de Meio Ambiente.

A partir da década de 1970, segundo Macedo (2004), ocorre uma grande valorização do contato com a natureza, o que torna os espaços litorâneos pontos de atração turística. Contudo, o padrão de ocupação utilizado para loteamentos praianos na APA Litoral Sul de Sergipe é incompatível com a manutenção de ecossistemas costeiros. Essa área vem sofrendo impactos em virtude das atividades turísticas e econômicas, sobretudo através da ocupação residencial de veraneio que promove a segregação social e ocasiona profundos impactos ambientais, a exemplo do desmonte de dunas e da retirada das formações vegetais.

A literatura sobre a APA Litoral Sul é rica em diagnóstico dos problemas ambientais e em análises territoriais (WANDERLEY, 2003; GOMES *et al.*, 2006; OLIVEIRA, *et al.* 2008; VILAR e ARAÚJO, 2010; SILVA e MELO & SOUZA, 2011). Cabe aqui sintetizar os principais aspectos positivos e negativos diagnosticados. O maior problema enfrentado com relação à preservação ambiental é a especulação imobiliária, muito intensa mesmo nas áreas sobre proteção do Estado. Como já foi dito, a potencialidade turística e da segunda residência é muito grande.

Os manguezais e coqueirais têm dado lugar à expansão urbana em grande parte dessa área e a carcinicultura encontrou espaço para ampliação, sobretudo no município de Indiaroba, comprometendo a sustentabilidade dos recursos naturais e a qualidade das águas. Os manguezais, presentes nos estuários dos rios Piauí e Real, nas áreas de influência fluviomarinha, são ecossistemas complexos, bastante férteis e diversificados, representando “berçários naturais” tanto para as espécies típicas desses ambientes, como para animais, aves, peixes, moluscos e crustáceos, que aqui encontram as condições ideais para reprodução. Estes ecossistemas exportam matéria orgânica para os estuários e desta forma, sua manutenção é vital para a subsistência das comunidades pesqueiras que vivem em seu entorno e para manutenção da linha de costa.

A Resolução nº 312, de 10 de outubro de 2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), proíbe a implantação de estabelecimentos de carcinicultura em áreas de manguezal. Em Indiaroba, alguns empreendimentos de carcinicultura foram instalados indevidamente em áreas de manguezal, e em virtude disto tramita no Ministério Público o Termo de Ajustamento de Conduta, para tentar regularizar esta situação, visto que conforme a Lei nº 12.651/2012, nos termos do art. 11-A § 6º:

É assegurada a regularização das atividades e empreendimentos de carcinicultura e salinas cuja ocupação e implantação tenham ocorrido antes de 22 de julho de 2008, desde que o empreendedor, pessoa física ou jurídica, comprove sua localização em apicum ou salgado e se obrigue, por termos de

compromisso, a proteger a integridade dos manguezais arbustivos adjacentes.

Segundo Sirvinskis (2015), de acordo com o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) os manguezais em toda sua extensão são considerados Áreas de Preservação Permanente (APPs), e desta forma, devem ser preservadas pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante, devendo sua ocupação e exploração ocorrer de modo sustentável. O Código Florestal estabeleceu que os criadores de camarão que estavam desenvolvendo suas atividades até 22 de julho de 2008 em áreas de preservação poderiam continuar, tendo em vista que tais áreas hoje são denominadas de “áreas consolidadas”, conforme o artigo nº 61-A do referido Código.

Em Sergipe a equipe técnica e jurídica da Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA) e do IBAMA vem regularizando a situação de centenas de criadores de camarões com atuação na atividade de carcinicultura no Estado, que de acordo com o novo Código Florestal Brasileiro estão em situação irregular. Inicialmente foram regularizados os viveiros existentes desde 2008 e que estavam em áreas de apicum e das antigas salinas. Em abril de 2014 foi criada e aprovada a Resolução Nº 21/2014 que regulariza a atividade da carcinicultura em Sergipe. Em alguns municípios sergipanos onde a carcinicultura é desenvolvida, dentre os quais se destaca Indiaroba, foi realizada uma vistoria e um levantamento do total de viveiros existentes.

No entanto, a ocupação desordenada, além de ocasionar impactos ambientais, tem promovido conflitos territoriais, tendo em vista que devido à especulação e a valorização imobiliária, muitas famílias saíram do Litoral Sul para os centros urbanos. No município de Indiaroba vem crescendo a implantação de empreendimentos imobiliários, que estão sendo construídos em áreas de matas e restinga, comprometendo assim a manutenção e a continuidade dos recursos naturais.

No município, é crescente a especulação imobiliária que vem promovendo a elevação do preço dos terrenos e o deslocamento de comunidades tradicionais e pequenos produtores rurais para outros espaços, comprometendo assim a geração de renda dessas populações que têm suas bases de sustento ameaçadas pelo avanço destes empreendimentos em espaços onde anteriormente eram desenvolvidas atividades tradicionais como a agricultura, a pecuária e a coleta da mangaba, evidenciado que o território da APA está longe de cumprir suas finalidades socioambientais (Figura 28). Desta forma, as relações de poder estão nitidamente estabelecidas nesse território, pois os atores que possuem maior poder aquisitivo se apropriam e

determinam as formas de utilização dos recursos naturais, influenciando diretamente nos modos de vida das comunidades envolvidas.

Figura 28: Construção de empreendimento imobiliário em Indiaroba.



Foto: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

O turismo, quando não ordenado em conformidade com a manutenção dos ecossistemas, acaba por comprometer a qualidade ambiental, considerando que essa atividade tem como principal atrativo o uso da paisagem natural, que na APA Litoral Sul têm atraído turistas e veranistas, e conseqüentemente, empreendimentos de suporte a essas atividades, como condomínios próximos à praia e aos rios, bares e pousadas, localizados muitas vezes em áreas de preservação permanente, como manguezais e dunas (WANDERLEY, 1998).

A quantidade de resíduos sólidos coletados na APA tem aumentado devido ao turismo e ao veraneio de finais de semana, bem como pela construção de edificações para tal fim. Tais resíduos têm sido depositados irregularmente no sopé de dunas, nos terraços e diretamente nos manguezais. Outros problemas ambientais que comprometem tanto a preservação como a conservação também são observados, como a retirada de areias de dunas, pesca em época de defeso, viveiros irregulares de camarão e ocupação em áreas de preservação permanente (manguezais, dunas e estuários).

A população de maior poder aquisitivo se apropria e usa o espaço litorâneo como fonte de geração de riqueza, ou seja, como um produto explorado e consumido, ao passo que várias comunidades locais e tradicionais são espoliadas e/ou excluídas dos territórios onde utilizavam os recursos naturais como única fonte de sobrevivência. A falta de instrumentos de

gestão legalizados e a dificuldade de implantação de planos tendem a facilitar a dilapidação dos recursos ambientais, sendo que grande parte da vegetação original já foi desmatada em função da agropecuária, e mais recentemente para atender as demandas do turismo predatório e excludente que vem se configurando neste território, tendo como reflexo a espoliação e/ou exclusão das comunidades locais e tradicionais, como as marisqueiras, pescadores e catadoras de mangaba, usuários dos recursos ambientais como substrato de vida.

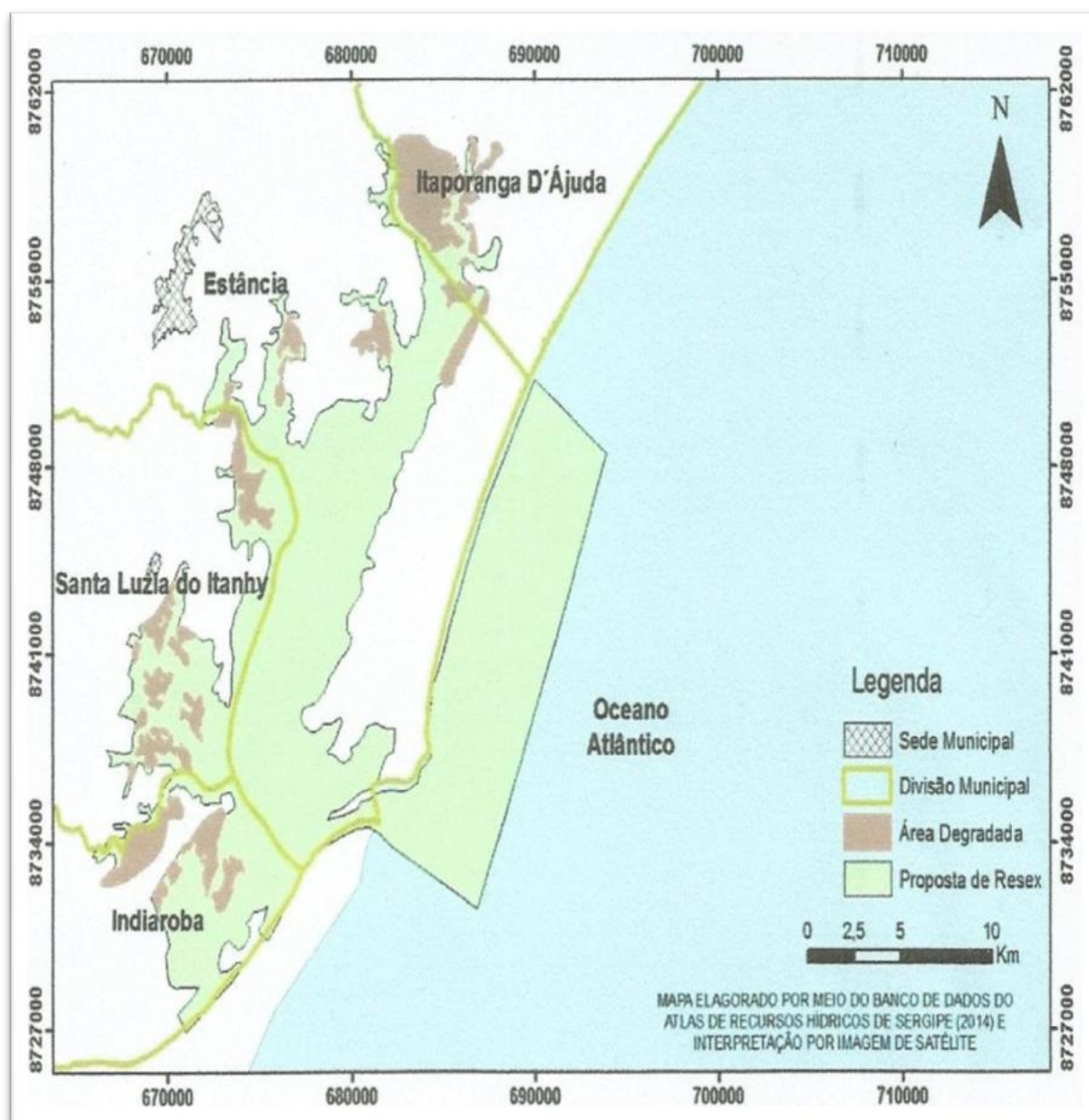
No município de Indiaroba, assim como ao longo do litoral sergipano, a vegetação de restinga e de mangue, potencialmente usados pelas catadoras de mangaba e pelas marisqueiras e pescadores artesanais, respectivamente, vem sofrendo desmatamento. A exploração da cultura da mangaba ocorre em áreas cada vez mais sujeitas à valorização imobiliária e a turistificação com reflexos territoriais derivados desse setor altamente lucrativo e dessa atividade econômica. As mangabas eram coletadas em áreas privadas, que ainda não haviam sido cercadas, nas quais populações tradicionais praticam o extrativismo há séculos. Atualmente, com o avanço da propriedade privada e com a formação de novas territorialidades, os donos dessas áreas passam também a coletar as mangabas, em geral com auxílio dos seus caseiros, e comercializá-las. Assim, em Indiaroba a entrada das catadoras de mangaba e a coleta das frutas nessas propriedades não são permitidas, gerando relações de desarmonia na comunidade, composta por famílias relativamente numerosas, em que a renda média mensal está em geral abaixo do salário mínimo.

Vale ressaltar que o extrativismo da mangaba tem se mostrado adequado para o uso sustentado dos recursos durante um longo período de tempo, em oposição às políticas que propõem outras práticas que colocam em risco o equilíbrio ambiental. A coleta da mangaba não só garante a preservação da biodiversidade dos ecossistemas, mas respeita e preserva as práticas socioculturais dos povos tradicionais do litoral.

Mota *et al.* (2011) identifica no mínimo quatro tipos de conflitos que ameaçam as catadoras de mangaba e ao mesmo tempo causam reações, como a emergência de organizações sociais, a exemplo do Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM) de Sergipe. Os referidos conflitos pelo acesso ao recurso podem ser classificados conforme os atores envolvidos. Dessa forma tem-se: a) conflitos entre as catadoras nas áreas de acesso comum; b) conflitos entre as catadoras de diferentes lugares; c) conflitos entre catadoras e atores externos; d) conflitos entre catadoras e representantes de órgãos oficiais de governo. Desse conjunto de conflitos, a maior parte se processa entre catadoras e atores externos.

No Litoral Sul de Sergipe, as comunidades tradicionais estão sendo impedidas de ter acesso ao mar e às áreas de restinga e ao ecossistema manguezal, das quais dependem para sua subsistência. Diante dessa situação, representantes legais de instituições não governamentais da área da APA, como representante da colônia de pescadores, do grupo das catadoras de mangaba e das ONGs locais, deram entrada em 2007 na petição de recategorização da área da APA para RESEX (Reserva Extrativista) do Litoral Sul, que deve abranger áreas dos municípios de Estância, Indiaroba, Itaporanga D'Ajuda e Santa Luzia do Itanhy (Figura 29).

Figura 29: Municípios do estado de Sergipe integrantes da futura Resex.



Fonte: Gonçalves, p.64, 2015.

Em Indiaroba, as comunidades que têm no extrativismo de peixes, caranguejos, mariscos e frutas sua principal fonte de renda e subsistência, hoje estão ameaçadas por agressões ao meio ambiente e pela especulação imobiliária, o que torna a criação da reserva muito importante para assegurar a sustentabilidade de populações tradicionais, que preservam, conservam e fiscalizam o meio ambiente, reduzem o desmatamento e a depredação de recursos naturais. Reservas Extrativistas são importantes para o meio ambiente e para a população que nelas vivem, tendo em vista que contribuem para o melhor aproveitamento dos recursos naturais, fortalecendo a renda e melhorando as condições de vida das comunidades tradicionais.

As reservas extrativistas surgem como a alternativa mais indicada, quando se trata de conservação em espaços ocupados por comunidades tradicionais à medida que conciliam preservação ambiental e preservação da riqueza cultural existente nos modos de vida dessas populações. A coleta da mangaba é uma forma de sustento tradicional e hereditária que atualmente está ameaçada pela escassez da mangabeira. As reservas extrativistas são pensadas a partir do uso sustentável dos recursos naturais em consonância com o reconhecimento do direito de permanência das comunidades locais em um território.

Audiências públicas foram realizadas nas cidades de Santa Luzia do Itanhy, Indiaroba e Estância, para discutir a criação da Resex, que tem gerado tanto mobilizações em prol da criação da Reserva Extrativista quanto mobilizações contrárias, sobretudo por parte dos grandes proprietários que receiam que suas propriedades estejam dentro dos limites das Unidades de Conservação, pois temem as restrições impostas caso seja criada a RESEX. Contudo, as mobilizações em prol da criação da Resex tem trazido resultados positivos, pois favoreceu a participação mais efetiva da comunidade locais nas discussões das causas que lhes dizem respeito.

Torna-se evidente a necessidade de melhores formas de esclarecer a comunidade da área da APA acerca da real importância do processo de criação da RESEX. Diante disso a Colônia de Pescadores Z4, sediada no Sul do Estado de Sergipe, que registra o maior número de pescadores artesanais, marisqueiras e catadores de caranguejo do Sul do Estado, trabalhou juntamente com a ONG Água é Vida - Organização Não Governamental de Defesa do Meio Ambiente, na coleta de assinaturas e reuniões em todos os povoados existentes na região para fazer a apresentação do Projeto e a sensibilização dos pescadores e moradores da região para a criação da RESEX (GONÇALVES, 2015, p. 77).

A ausência de um planejamento integrado nessa área reflete a falta de articulação entre os diversos setores da Administração Pública que deveriam mediar conflitos onde os

atores sociais se apropriam, dominam, (re)constroem e usam os territórios da APA numa relação contraditória, tendo em vista diversos interesses econômicos e sociais, em geral opostos e difusos. A intensa ocupação do litoral para atender as demandas do turismo está transformando esta área em um espaço onde se percebe claramente indícios de uma urbanização difusa, que resultará na apropriação e uso territorial implicando diretamente na exaustão dos recursos naturais e no afastamento ou na recomposição das comunidades tradicionais e locais.

Os conflitos reúnem um conjunto de atores e formam parte de maneira inevitável da vida cotidiana. Na APA Litoral Sul não é diferente e se manifesta em torno do controle sobre os recursos ambientais, dos impactos territoriais produzidos pelo homem e pelo uso do conhecimento. No primeiro caso, a disputa pelos recursos é evidente e se materializa no acesso, na apropriação, no uso e no domínio do recurso ambiental e do espaço litorâneo. O caso das mangabeiras ilustra essa disputa pelo recurso, dado que a coleta é feita em terras ocupadas, geralmente com baixa aptidão agrícola em função da presença de neossolo quartzarênico e do espadossolo. No segundo caso, a degradação ambiental se manifesta de várias maneiras como tentamos demonstrar ao longo do trabalho. Por último, o conhecimento das formas tradicionais de manejo do solo e da pesca, por exemplo, geram conflitos entre gerações e em função das formas modernas de exploração do território. Velhas e novas formas de conflitos se imbricam no território. Conflitos e territórios, territórios dos conflitos e conflitos pelo território parecem se amalgamar na complexidade do Litoral Sul de Sergipe.

O Litoral Sul de Sergipe vem sendo usado para o fortalecimento do turismo, através de ações promovidas pelos poderes públicos e privados que em geral não consideram as fragilidades ambientais e tampouco as condições de vida das populações tradicionais que retiram desse território a base para sustentação, como é o caso evidente das catadoras de mangaba e das marisqueiras. Nessa perspectiva, os impactos socioambientais têm se acentuado com a edificação de grandes empreendimentos, com a especulação imobiliária e a elevação do preço das terras, cujos interesses se refletem na materialidade do território.

Assim, intensificam-se os conflitos territoriais, com perdas para a biodiversidade e para a sociodiversidade, pois o Litoral Sul, Indiaroba aí inserida, também é ocupado por comunidades locais e tradicionais. A falta de sensibilidade ambiental e a ausência de mecanismos adequados de gestão territorial, na perspectiva de ordenar o uso e a ocupação do solo na APA Litoral Sul, contribuíram para o desenvolvimento de atividades que colocam em risco as potencialidades paisagísticas locais.

4.3- A APA Litoral Norte do Estado da Bahia: os instrumentos de gestão territorial e os conflitos ambientais.

Na Bahia, para tentar conter a devastação acelerada e controlar os seus impactos na natureza e nos assentamentos humanos, foram criadas Unidades de Conservação (UC), que são regulamentadas pela Lei 9.985/2000 e onde se busca preservar a diversidade biológica, além de disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Atualmente, existem 215 Unidades de Conservação cadastradas no Estado da Bahia, dotadas de atributos abióticos, bióticos e culturais, especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas (MMA, 2016).

Na Bahia, a gestão das APAs está concentrada na Secretaria de Meio Ambiente do Estado (SEMA), através da Diretoria de Unidade de Conservação (DUC), que autoriza a instalação de empreendimentos, passando a partir de 2011 a ser responsabilidade do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). A gestão das APAs também é realizada por um Conselho Gestor que possibilita a participação da sociedade na gestão da Área de Proteção Ambiental, configurando-se como um instrumento de gestão democrática. Embora estes Conselhos sejam apenas consultivos, de acordo com Cavalcante e Gomes Sobrinho (2011, p. 6),

Na prática tem demonstrado poder político para influenciar nos pareceres técnicos emitidos pelo gestor da APA, a exemplo da anuência prévia. Com a Lei n.º 10.431/2006 a estrutura dos Conselhos Gestores foi alterada através do Decreto Estadual n.º 11.235 de 10 de outubro de 2008 (alterado pelo Decreto n.º 12.353 de 25 de agosto de 2010) para uma estrutura tripartite entre poder público, setor privado e sociedade civil, aumentando dessa forma a participação do setor empresarial no processo decisão quanto a gestão ambiental das APAs.

No Litoral Norte da Bahia, a implantação de materialidades geográficas e as possibilidades de novos usos dos espaços por elas ocasionados provocaram sérios impactos ambientais nos ecossistemas e no contexto socioeconômico e cultural da região. Na tentativa de conter tais impactos, o Governo do Estado criou a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia (APA/LN), mediante o Decreto n.º 1.046, de 17 de março de 1992, como instrumento para o ordenamento ecológico-econômico desta porção litorânea (ANDRADE *et al.*, 2003).

Em virtude da expansão econômica do Litoral Norte, esta UC de uso sustentável foi criada com o objetivo de conservar e preservar os frágeis ecossistemas existentes nessa

área, constituídos por manguezais em seis estuários, restingas, dunas, praias, lagoas e remanescentes de Mata Atlântica, bem como uma grande variedade de espécies animais. Em relação ao uso e ocupação do solo e ao desenvolvimento de atividades econômicas, as APAs são mais flexíveis em relação a outros tipos de unidades de conservação, porém nessa porção do litoral baiano, constituem um importante instrumento para tentar atenuar os impactos socioambientais decorrentes da implantação da “Linha Verde”.

De acordo com dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2006), a APA Litoral Norte do Estado da Bahia possui uma área de 1.348 km² de extensão ao longo da Linha Verde, sendo a segunda maior da Bahia, e compreende uma faixa litorânea com 10 km de largura. Esta APA estabeleceu as bases para a exploração turística e definiu os critérios de ocupação, com o objetivo de orientar o uso do solo, a conservação e a preservação dos recursos naturais na planície costeira e fluviomarinha dos municípios de Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra.

A adequada gestão de uma Unidade de Conservação requer a elaboração de um Plano de Manejo, documento que contém o Zoneamento Ecológico-Econômico das unidades criadas, definindo os critérios e parâmetros de uso e ocupação, pautados na prévia realização de estudos e levantamentos dos meios físicos, bióticos e socioeconômicos. A implantação da rodovia BA-099, denominada “Linha Verde”, intensificou o processo de ocupação e o desenvolvimento da atividade turística no Litoral Norte da Bahia, tornando necessária a elaboração de um Plano de Manejo para resguardar os recursos ambientais e ordenar o uso e a ocupação do solo, buscando assim evitar modificações importantes no contexto socioeconômico e cultural da região, onde comunidades tradicionais pesqueiras viviam e mantinham-se relativamente isoladas dos grandes centros urbanos, até o início dos anos 1990, quando foi construída esta rodovia, interligando Salvador ao Estado de Sergipe por via costeira.

Com o objetivo de disciplinar o uso e ocupação do solo na APA Litoral Norte, a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), elaborou em 1995 o Plano de Manejo e seu respectivo Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), aprovados pela Resolução nº 1.040 do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM), de 21 de fevereiro de 1995, tendo como Órgão Gestor o Centro de Recursos Ambientais (CRA). De acordo com Sobrinho (2011, p. 174-175), o Plano de Manejo da APA Litoral Norte tem os seguintes objetivos gerais:

Indicar as áreas de atuação governamental para ordenamento do território;
harmonizar políticas de meio ambiente (ações coletivas, restauradoras e

preventivas) com o desenvolvimento e o planejamento de novas frentes de ocupação da região; definir um padrão metodológico comum para as ações públicas, privadas e comunitárias no que tange ao cumprimento dos programas esboçados.

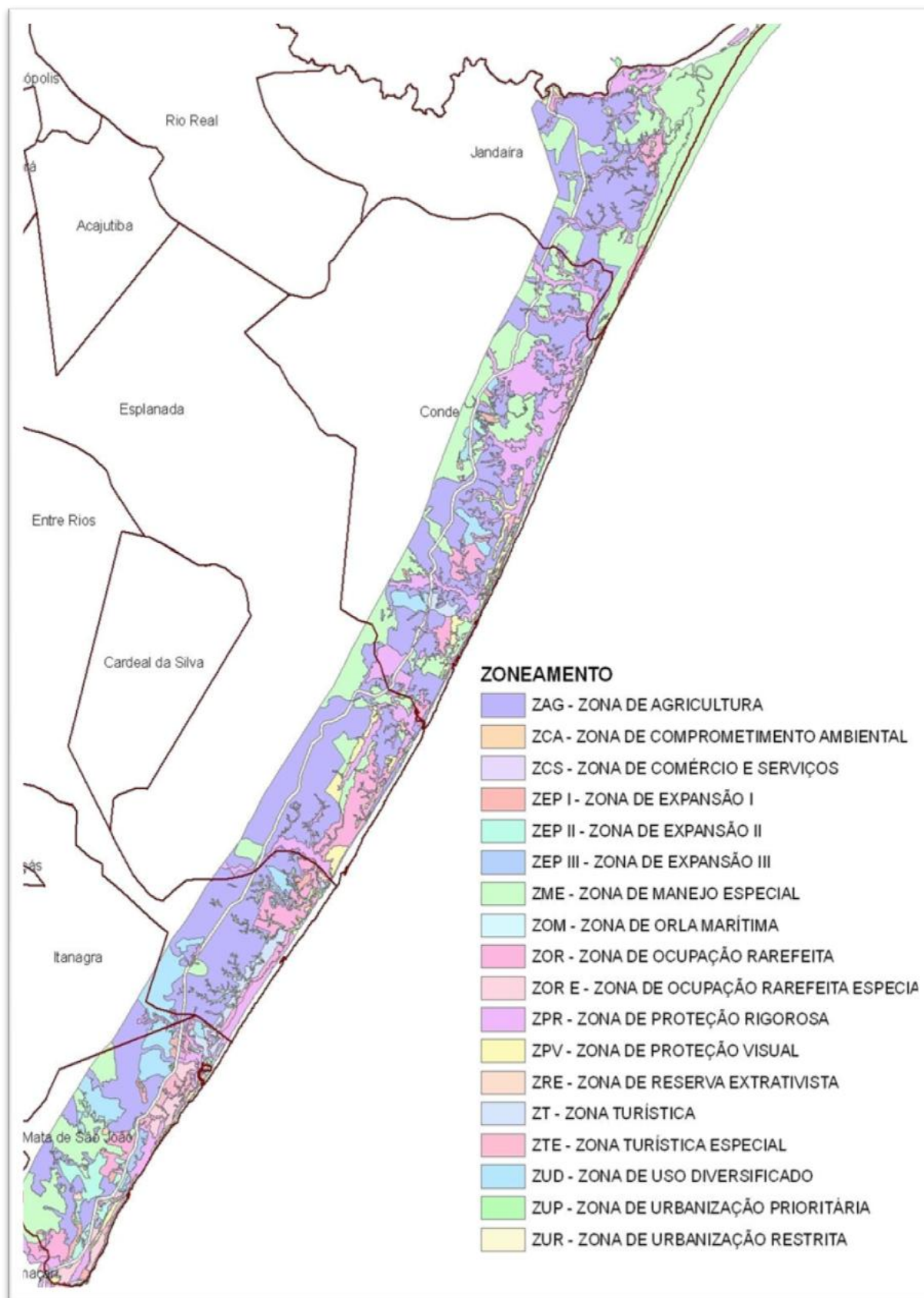
Dentro dessa perspectiva, foram estabelecidas algumas metas ambientais e alguns programas de ação, que buscavam monitorar as atividades econômicas desenvolvidas na APA, desde o licenciamento à execução de obras, visando assim regulamentar padrões construtivos para implantação de empreendimentos turísticos. Nessa área, diante da ocupação intensa e desordenada, sobretudo com a chegada de grandes empreendimentos, existe a preocupação em conservar os recursos naturais e paisagísticos, bem como estabelecer mecanismo para tentar controlar a ocupação do solo em algumas localidades, a exemplo de Mangue Seco (Jandaíra), Siribinha (Conde) e Diogo (Mata do São João).

Em 2002 foi criado o Consórcio Intermunicipal do Litoral Norte da Bahia, envolvendo as prefeituras municipais dessa porção do litoral baiano, visando adotar um sistema de gestão compartilhada com a participação de empresas públicas e privadas, contando também com a participação da população na definição de projetos de interesses comuns e sua execução compartilhada.

O atual zoneamento da APA Litoral Norte é basicamente a mesma proposta de 1992, tendo sofrido pequenas alterações ao longo desses anos, aprovadas pelo CEPRAM, em que constam 18 zonas assim classificadas: Zona de Agricultura (ZAG), Zona de Comprometimento Ambiental (ZCA), Zona de Comércio e Serviço (ZCS), Zona de Expansão (ZEP I, II e III), Zona de Manejo Especial (ZME), Zona de Orla Marítima (ZOM), Zona de Ocupação Rarefeita (ZOR), Zona de Ocupação Rarefeita Especial (ZORE), Zona de Proteção Rígida (ZPR), Zona de Proteção Visual (ZPV), Zona de Reserva Extrativista (ZRE), Zona Turística (ZT), Zona Turística Especial (ZTE), Zona de Uso Diversificado (ZUD), Zona de Urbanização Prioritária (ZUP) e Zona de Urbanização Restrita (ZUR) (Figura 30).

O Programa de Planejamento e Gerenciamento Ambiental da APA Litoral Norte (PPGA), criado em 1995, buscou atualizar o Plano de Manejo e o Zoneamento Ecológico-Econômico e propor projetos de conservação ambiental, programas de educação ambiental e intervenções físicas, visando desenvolver a região, em bases de sustentabilidade. Em 1997, foi firmado um convênio para elaboração e execução do PPGA entre a Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia (SEPLANTEC), da CONDER e do governo britânico, contando também com parcerias institucionais do INEMA, da

Figura 30: Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE da APA Litoral Norte da Bahia.



Fonte: Machado, p. 93, 2008.

Superintendência de Investimentos Turísticos (SUIVEST/SETUR), do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), da Universidade Salvador (UNIFACS) e das cinco Prefeituras Municipais localizadas na APA/LN. O PPGA conseguiu implantar algumas ações como o Conselho Gestor da APA e o aterro sanitário de Mata de São João, e vem propondo a implantação de sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta adequada dos resíduos sólidos e destinação do lixo, fundamental para os municípios do Litoral Norte da Bahia, pois a maior parte é carente de tais serviços (Figura 31).

Figura 31: Disposição inadequada de resíduos sólidos em Jandaíra.



Foto: Carla Norma Correia dos Santos/2016.

Em 1998, com o objetivo de regular a questão socioambiental na APA/LN, foi criado, pelas Fundações Odebrecht e Banco do Brasil, o Instituto de Hospitalidade (IH), que atua nas áreas de educação, trabalho, cultura e turismo, tentando impulsionar o desenvolvimento sustentável, tendo no turismo o foco mais dinâmico. Este Instituto preocupou-se em integrar os empreendimentos turísticos com as comunidades locais, preservando e aprimorando a cultura e as tradições locais (ANDRADE *et al.*, 2003).

Em 2001, como resultado do PPGA, foi lançado o Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia (PRODESU), que consiste em uma atualização e um detalhamento do Plano de Manejo e do ZEE da APA/LN e apresenta um diagnóstico atualizado das condições sociais, econômicas e ambientais dessa unidade de conservação (COSTA, 2009). Diversas variáveis foram consideradas na criação

deste programa, que teve por objetivo proteger a região da APA Litoral Norte, sendo para isso elaborados projetos prioritários, centrados na sustentabilidade e na melhoria contínua da qualidade de vida de seus habitantes, conciliando crescimento econômico e conservação ambiental.

Entre as estratégias estabelecidas entre os diversos agentes envolvidos destaca-se: a redução das desigualdades sociais, a diversificação da base econômica da região, proteção e conservação dos recursos naturais para alcançar o desenvolvimento socioeconômico e o estabelecimento de mecanismos de participação social entre as esferas públicas, privadas e comunitárias visando à gestão integrada. Embora este programa tenha proporcionado uma interação entre distintos atores e agentes sociais em empreendimentos formais e informais no Litoral Norte da Bahia e tenha gerado empregos, a maior parte da população local não tende a se beneficiar com a reestruturação econômica verificada, apesar das propostas de zoneamento e de ocupação e uso do solo envolver representantes das comunidades locais.

O Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da APA do Litoral Norte foi elaborado em 2001 pelo PRODESU, em convênio com o governo britânico e em parceria com o INEMA, do SUIVEST, do SETUR e do DNER. Este Diagnóstico avaliou os dez anos de criação da APA Litoral Norte e constatou que ao longo deste período os problemas socioambientais se acentuaram, emergindo questões como a degradação ambiental, aprofundamento das desigualdades socioeconômicas e conflitos referentes ao uso e ocupação do solo (ANDRADE *et al.*, 2003).

As localidades litorâneas ou estritamente costeiras que se encontram inseridas em unidades de conservação constituem ambientes ecologicamente frágeis e por isso necessitam que o uso e ocupação do solo e dos recursos naturais estejam submetidos à legislação ambiental. A pecuária é uma importante atividade econômica desenvolvida na APA Litoral Norte, que em conjunto com a agricultura vem gerando impactos como a intensificação dos processos erosivos em algumas localidades, promovendo o assoreamento de alguns cursos fluviais. As principais fontes de poluição dos recursos hídricos estão associadas às atividades agropecuárias, que comprometem os mananciais devido ao lançamento de dejetos químicos e orgânicos, que ocasionam a degradação de ambientes frágeis.

Como visto anteriormente, no Litoral Norte da Bahia, a descoberta do petróleo da década de 1950 alavancou a economia regional, gerando novos empregos e impulsionando a atividade industrial que promoveu grandes transformações espaciais, econômicas e sociais. Posteriormente, a atividade de reflorestamento, na década de 1970, modificou a estrutura

produtiva da região, pois as terras ocupadas com cultivos agrícolas tornam-se espaços para o plantio de eucaliptos.

O Turismo se consolida na APA Litoral Norte a partir da década de 1990, sobretudo no município de Mata de São João (localidades costeiras de Praia do Forte, Santo Antônio, Diogo, Imbassaí e Vila Sauípe) e em povoados localizados no município de Entre Rios (Porto Sauípe e Canoas). Ao longo dos anos, grandes grupos ligados aos ramos turístico e imobiliário de Portugal e Espanha vêm financiando grande parte dos projetos em andamento, gerando emprego e renda na região, em funções comumente usadas nas redes de hotelaria e turismo, aos quais se somam as possibilidades de emprego, em bases formais e informais, nas residências situadas nos diversos condomínios da área, atraindo um grande contingente de pessoas para municípios do Litoral Norte da Bahia.

Os povoados costeiros ocupados por pescadores ou de pequenos produtores rurais, até então relativamente preservados, cederam lugar a condomínios de segunda-residência, complexos hoteleiros e grandes *resorts* voltados para o turismo internacional. A chegada de grandes empreendimentos ligados aos ramos turístico e imobiliário modifica as formas de uso e a gestão dos recursos naturais nas unidades de conservação, considerando que ocasiona a apropriação desigual dos benefícios gerados pelo turismo entre a população residente, com forte prejuízo para a comunidade local ao contribuírem para a expansão urbana e o crescimento desordenado das localidades situadas ao longo das faixas costeiras.

No Litoral Norte da Bahia, o avanço dos empreendimentos turísticos, em especial os de grande porte, vem desestruturando as economias locais que, historicamente, recorrem aos recursos naturais renováveis disponíveis no território sem, no entanto, comprometer sua conservação. As unidades de conservação são áreas bastante atrativas para o desenvolvimento do turismo, em especial o ecológico, pois apresentam condições naturais e culturais em elevado grau de conservação, dado que são áreas protegidas legalmente pelo poder público. No entanto, o adensamento progressivo dos limites originais dos povoados litorâneos, associado à precária infraestrutura urbana, ocasionou degradação de mananciais hídricos superficiais e subterrâneos, degradação de manguezais, aterramento de lagoas, despejo irregular de lixo e entulho e ocupação irregular de cordões dunares na praia, comprometendo os tradicionais meios de subsistência da população local. Desta forma, segundo Mattedi (2001, p. 8):

O modo de vida anterior à entrada do turismo e de outras atividades como a reflorestamento **na parte mais ao norte** da APA LN, assentou-se sobre uma organização socioespacial e produtiva que vinha garantindo, por muitas gerações, senão a riqueza ao menos o acesso facilitado à terra, ao "mato" e às

riquezas naturais abundantes. O avanço dessas atividades, no entanto, vem seguramente impactando a base sobre a qual se assentava a economia local, provocando alguns efeitos positivos, simultaneamente, a muitos efeitos negativos. Isso é percebido pela população residente que aceita o "progresso" sem deixar de identificar os problemas dele decorrentes, entre eles conflitos. (Grifo nosso).

Como foi visto no capítulo três, no município de Jandaíra predomina grandes propriedades com plantações de eucaliptos, onde ainda se verificam atividades tradicionais relacionadas à silvicultura, agropecuária e pesca. Nesse município a atividade turística era de porte local e regional e possuía um alcance limitado, predominando pousadas e hotéis de porte médio. No entanto, em Jandaíra, o peso das atividades turísticas já se faz sentir com a construção de um condomínio de segunda residência, o Bela Vista, e a aquisição de terrenos no povoado Costa Azul para construção de um mega-*resort*, o Costa Azul Bahia Golf, que atualmente está em fase de construção e pertence ao grupo espanhol Invisa. Nesse contexto, observa-se uma grande diversidade de usos e de atividades produtivas de cunho moderno e tradicional em Jandaíra, que persistiram mesmo após a reestruturação econômica a qual o Litoral Norte está sendo submetido. A chegada de novos moradores, turistas e visitantes pode ocasionar um processo de ocupação desordenada no povoado Costa Azul, e promover uma grande degradação ambiental, que poderá deixar marcas profundas no meio natural e social, em uma área classificada pelo gerenciamento costeiro do Litoral Norte como uma Zona de Manejo Especial.

De acordo com o Zoneamento da APA Litoral Norte, constam em Jandaíra as seguintes zonas: Zona de Agricultura (ZAG), Zona de Manejo Especial (ZME), Zona de Ocupação Rarefeita (ZOR) e Zona de Proteção Rigorosa (ZPR). A Zona de Agricultura (ZAG) engloba áreas de uso ou vocação agrícolas e áreas utilizadas para plantio e exploração de eucalipto. A conservação da agricultura, sobretudo a de pequena escala, e o incentivo de sua produtividade, constitui elemento essencial para o desenvolvimento sustentável do município, assegurando o atendimento das demandas alimentares advindas da implantação da rodovia BA-099.

A Zona de Manejo Especial (ZME) corresponde a áreas que contêm remanescentes de matas, restingas e brejos que sofreram alterações, mas poderão ser conservadas e submetidas a estudos específicos para definição de sua utilização. Nessa zona é prevista a continuidade das atividades tradicionais extrativistas e estudos técnicos e científicos. Assim sendo, somente poderão haver, nesta área, obras de baixo impacto ambiental destinadas ao auxílio da pesquisa científica e ao desenvolvimento de atividades

extrativas que contribuem para conservação dos recursos naturais, de forma a não alterar a composição da flora e fauna, permitindo assim a manutenção dos modos de vida tradicionais.

A Zona de Ocupação Rarefeita (ZOR) contém áreas de recarga de aquífero, terraços marinhos e fluviais, terrenos ondulados e arenosos e áreas onde ocorrem, de forma conservada, vegetação típica de regiões costeiras, relacionadas principalmente a mananciais superficiais e subterrâneos de abastecimento. Nessa zona, de grande importância para o abastecimento hídrico local, é priorizada a proteção da flora, da fauna e demais elementos naturais, admitindo-se, para a sua perpetuação e sustentabilidade, usos científicos, habitacionais, turísticos, de lazer e atividades compatíveis com o desenvolvimento da produção primária, sendo composta por áreas com ecossistemas em estágios variados de regeneração e parcialmente antropizados. São parâmetros urbanísticos básicos na ZOR a residência unifamiliar e plurifamiliar e o turismo de baixa densidade.

A praia, seguida do cordão dunar, é classificada como Zona de Proteção Rigorosa (ZPR), onde é proibido o desenvolvimento de atividades antrópicas que alterem a fauna e a flora, sendo permitido somente atividades de visitação contemplativa, pesquisa científica e trilhas ecológicas controladas, com a implementação de programas de fiscalização sistemática pelo poder público, tendo em vista que essa área detém ecossistemas ainda bem preservados. Assim, todas as atividades e empreendimentos a se instalarem em Jandaíra, em quaisquer de suas Zonas, deverão obter licença da entidade administradora da APA Litoral Norte, o que poderá permitir o enquadramento dos mesmos nos requisitos pré-fixados no Plano de Manejo.

O ZEE buscou incorporar os aspectos ambientais ao planejamento e constitui um importante instrumento de ordenamento territorial, visto que pode atenuar os impactos socioambientais ocasionados pelos investimentos públicos e privados realizados na área compreendida pela APA Litoral Norte. De acordo com Sobrinho (2011), a criação deste instrumento, juntamente com o licenciamento ambiental, buscou controlar a implantação de empreendimentos turísticos e imobiliários na região.

A atuação do Estado sobre as unidades de conservação revela-se contraditório, pois ao mesmo tempo em que tem a função de controlar e disciplinar o uso e ocupação do solo na APA Litoral Norte, instrumento chave do planejamento territorial e da gestão ambiental, também vem induzindo e agenciando a implantação de grandes complexos hoteleiros e imobiliários, que por vezes alteram os padrões de ocupação previstos no ZEE. Tais mudanças impulsionaram novas formas de ocupação e prestação de serviços diversos, multiplicando o número de usuários e de investidores.

O avanço de novas atividades, contudo, vem impactando a base territorial sobre a qual se assentava a economia local, provocando alguns efeitos positivos, simultaneamente, a muitos efeitos negativos. Nesse contexto, emergem conflitos entre moradores locais e os novos habitantes, pois ao mesmo tempo em que ocorre a geração de empregos formais e informais vinculados ao turismo, também ocorre uma crescente especulação imobiliária e aumento do custo de vida. De forma geral, os conflitos estão associados à privatização da base de recursos naturais acessados e usados livremente pela população local, tanto para o desenvolvimento de atividades geradoras de renda como a coleta da mangaba, a pesca e a mariscagem, quanto para ter acesso ao mar para o simples lazer ou o exercício da pesca.

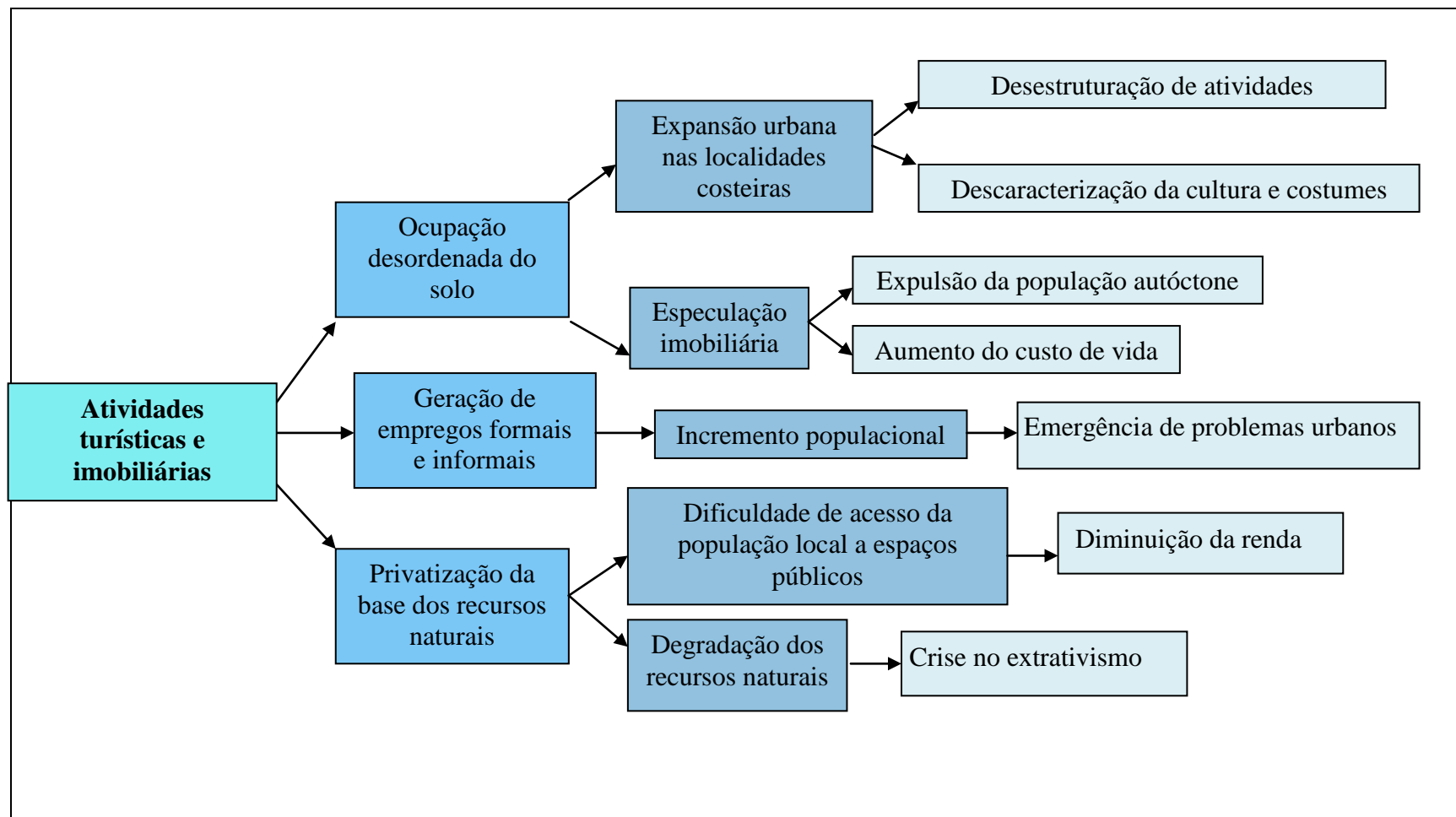
Na percepção de Mattedi (2002), no Litoral Norte da Bahia, a construção da Linha Verde (BA-099), a especulação imobiliária e a implementação de grandes empreendimentos turístico-imobiliários afetaram os ambientes de acesso e uso dos recursos naturais, ocasionando vários efeitos sobre o meio ambiente e o modo de vida das comunidades locais (Figura 32).

Em 1995, quando o Plano de Manejo para a APA-LN foi elaborado, uma estratégia proposta para garantir acesso das comunidades de artesãos aos recursos naturais de uso comum, foi a criação de reservas extrativistas. Posteriormente, em 2001, esta estratégia é apontada como um dos projetos do PRODESU, que seria implantada através da mediação do IBAMA e o estabelecimento de parcerias entre CRA, CONDER, comunidades locais e proprietários de terras.

Contudo, a criação de reservas extrativistas na região não se concretizou devido a falta de recursos financeiros e mudanças dos órgãos gestores da APA/LN, que em 2003 passou a ter como órgão central a Diretoria de Gestão de Unidades de Conservação ligada à Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidades de Conservação do Governo do Estado.

O modelo de desenvolvimento econômico implantado na APA/LN, pautado no turismo, ao tempo em que abre oportunidades de trabalho e renda para a população residente, desestrutura sistemas sócios produtivos locais e compromete as condições de vida das comunidades tradicionais. Na APA Litoral Norte, a grande maioria das localidades litorâneas, Jandaíra incluída, não foi planejada como lugar turístico, não estando, desta forma, preparada para receber um grande número de turistas e visitantes. Assim, em um contexto regional empobrecido, emergem enclaves de riqueza num espaço carente de infraestruturas, serviços e pessoal qualificado para satisfazer as demandas decorrentes do turismo.

Figura 32: Novas atividades econômicas e impactos socioambientais na APA do Litoral Norte do Estado da Bahia.



Elaboração: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.
Organização: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

As condições de vida da população nativa tendem a piorar, pois os serviços sociais básicos e os de infraestrutura tornaram-se escassos e insatisfatórios para as demandas que tendem a crescer continuamente com a chegada de grandes empreendimentos turísticos e imobiliários. A implantação de tais empreendimentos no Litoral Norte da Bahia tem provocado ainda, o surgimento de problemas tipicamente urbanos e estranhos às áreas rurais, como o aumento da violência, da criminalidade, tráfico de drogas e prostituição (MATTEDI, 2001).

Na APA/LN, mesmo diante da existência de alguns instrumentos de ordenamento territorial, vem havendo uma pressão por parte dos empreendedores para alterar usos e parâmetros de ocupação, seja em termos de usos permitidos ou de exigências básicas, como infraestrutura e quesitos de ordem geral. Nesse contexto, uma parcela da faixa costeira da APA Litoral Norte foi transformada de área rural em urbana, tendo em vista que o solo urbano é mais rentável para os empreendedores dos ramos turístico e imobiliário, pois apresenta uma maior possibilidade de uso e de parcelamento em lotes menores. Tais mudanças também favoreceram a arrecadação de impostos municipais, posto que o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é superior aos valores do Imposto Territorial Rural (ITR) (CAVALCANTE; GOMES SOBRINHO, 2011).

Diante deste quadro, é possível observar que as normas que estabelecem parâmetros e formas de uso no Zoneamento Ecológico Econômico e no Plano de Manejo não estão sendo efetivamente cumpridas ocasionando impactos e conflitos ambientais e socioeconômicos. O Plano de Manejo encontra-se desatualizado, tendo em vista as profundas e rápidas transformações socioeconômicas pelas quais o Litoral Norte da Bahia vem passando ao longo dos últimos anos. Assim, o gerenciamento da APA Litoral Norte vem sendo comprometido por dificuldades técnicas, financeiras e políticas, tanto na esfera estadual quanto municipal, que afetam a capacidade de controlar e fiscalizar as atividades econômicas desenvolvidas, que geralmente vão de encontro aos princípios conservacionistas e de ordenamento territorial.

O crescimento de novas atividades econômicas, como as relacionadas ao turismo e ao ramo imobiliário, ocasionaram impactos negativos sobre a região, tanto do ponto de vista ambiental quanto social. Desta maneira, é necessário que os efeitos benéficos da inserção dessas novas atividades sejam potencializados, a fim de melhorar as condições de vida da comunidade local e desenvolver a região dentro dos princípios de sustentabilidade ambiental, justiça social e equilíbrio territorial.

Esses aspectos devem ser discutidos pelo planejador e órgãos públicos atuantes na APA, pois são estes que devem mediar às divergências de interesses que coexistem quanto ao uso e ocupação territorial, através da elaboração e execução de projetos e programas que visem, simultaneamente, à conservação e ao desenvolvimento social. A participação mais efetiva da população local, que durante vários anos ocupou e conservou essa área, é fundamental para assegurar a permanência e valorização das atividades tradicionais, que devem ser inseridas nos circuitos turísticos.

Em geral, o planejamento ambiental é realizado na escala municipal, contudo tal opção revela-se limitada, pois os problemas ambientais não terminam nos limites municipais, necessitando assim de ações articuladas entre os municípios que estão localizados na APA/LN, tanto para captar recursos, quanto para desenvolver uma base comum de gestão ambiental em escala regional. Assim, os empreendedores, a sociedade e o poder público devem atuar de forma articulada para a promoção de um modelo de desenvolvimento que atenda todas as partes envolvidas e que concilie o crescimento econômico com desenvolvimento social e conservação de ecossistemas frágeis.

4.4 – A APA de Mangue Seco e as repercussões provocadas pelo turismo

No Litoral Norte da Bahia outra importante unidade de conservação é a APA de Mangue Seco, que possui 3.395 hectares, seguindo a direção norte-sul, tendo sido criada através do Decreto nº 605, de 06 de novembro de 1991. A exemplo da APA do Litoral Norte do Estado da Bahia, a APA de Mangue Seco também possui Plano de Manejo, aprovado pela Resolução CEPRAM nº 983, de 23 de setembro de 1994, e implementado pelo CRA e Prefeitura Municipal de Jandaíra. Vale ressaltar que nas duas APAs baianas que envolvem o município de Jandaíra vem sendo impulsionado o turismo ecológico, atraindo novos atores do segmento turístico e hoteleiro, o que torna imprescindível a existência de unidades de conservação para tentar atenuar o avanço da degradação ambiental em locais onde ainda há o que ser preservado. A APA de Mangue Seco foi criada com o objetivo de proteger o ecossistema estuarino da margem direita do Rio Real e preservar espécies da flora e da fauna regional em vias de extinção (COSTA, 2009).

A criação desta APA também buscou controlar o desmatamento e a exploração irracional dos recursos naturais dessa unidade de conservação, constituindo-se por isso, em um local bastante frágil, que é classificado como Zona de Proteção Rigorosa (ZPR), de acordo

com o Zoneamento Ambiental realizado pelo INEMA. Nesta zona permite-se a realização de passeios ecológicos com limitação ao acesso público, de forma a manter a preservação dos ecossistemas e estimular a sua regeneração.

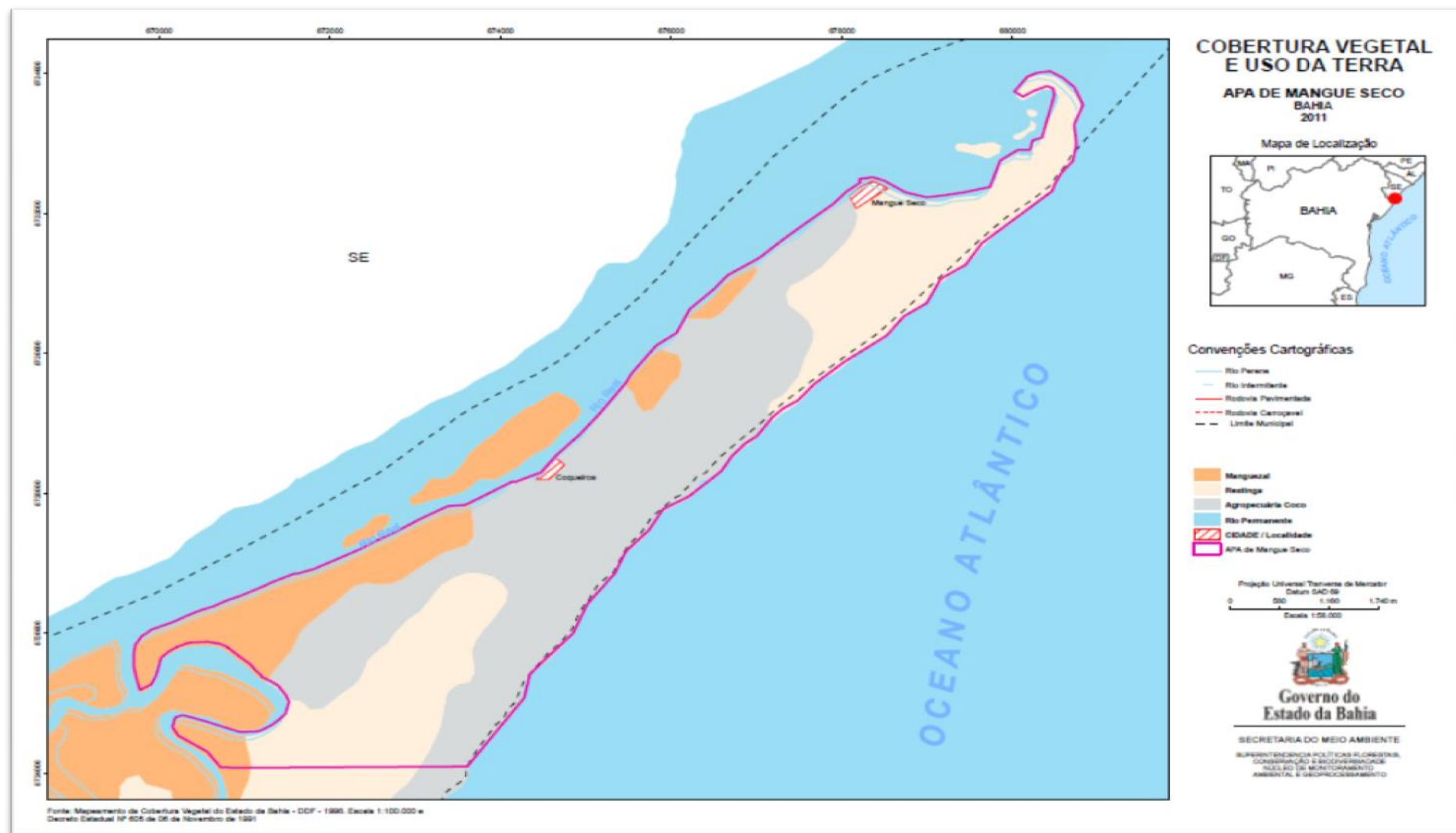
Esta APA também compreende uma Zona de Proteção à Vida Silvestre (ZPVS), representada pelo trecho de mata de restinga que se localiza na porção sul desta Unidade de Conservação, que tem como diretriz de uso a manutenção dos ecossistemas e o desenvolvimento de estudos e pesquisas científicas. A Zona de Orla Marítima (ZOM) compreende o estirâncio, o pós praia e a desembocadura do rio Real, onde é proibido o tráfego de veículos e a iluminação da orla deverá obedecer às recomendações do Projeto Tamar (BAHIA, 2005).

A construção da rodovia BA-99, denominada Linha Verde, no litoral norte da Bahia, impulsionou a atividade turística na região, tornando necessária a criação de unidades de conservação para assegurar a proteção do ecossistema estuarino da bacia do Rio Real, na perspectiva de proteger espécies da flora e da fauna regional em vias de extinção e controlar o desmatamento e a exploração irracional dos recursos naturais. A APA de Mangue Seco está localizada no município de Jandaíra, no extremo do litoral norte baiano, entre o estuário do Rio Real e o mar, na fronteira com Sergipe, abrangendo os povoados de Mangue Seco e Coqueiros.

O povoado Mangue Seco, situado na porção extrema nordeste da APA, possui atributos ambientais e paisagísticos incomparáveis e diferenciados das demais áreas costeiras do litoral norte. Nessa área existem variadas espécies de peixes e aves migratórias, em um ambiente composto por dunas, que ocupam 40% da APA, mangues, restingas, estuários e praias desérticas e preservadas (Figura 33). Mangue Seco, antiga aldeia indígena e hoje vila de pescadores, está localizado na barra da Estância e testemunha o encontro dos rios Real e Piauí e o lançamento de suas águas no Oceano Atlântico (BRASIL).

No povoado, o avanço das dunas móveis em direção a porção oeste da APA e ao norte do vilarejo de Mangue Seco, que tem sido acelerado pela retirada da vegetação, é motivo de preocupação por parte da população, posto que a área urbana desta localidade vem sendo reduzida em virtude da movimentação das dunas, que tem soterrado casas e coqueirais. As dunas móveis constituem ameaça às construções na vila de Mangue Seco, o que leva a população local a cobrir as dunas com palhas de coqueiros, plantar gramíneas e fincar troncos de coqueiros na base dessas morfologias para tentar atenuar sua mobilidade e estabilizar a dinâmica eólica (Figura 34).

Figura 33: Localização da APA de Mangue Seco.



Fonte: Bahia, 2011.

Figura 34: Dunas no povoado Mangue Seco, em Jandaíra.



Foto: Carla Norma Correia dos Santos/2016.

A mobilidade das dunas vem sendo potencializada em função do desenvolvimento de atividades econômicas ligadas ao turismo, como construção de pousadas, bares e restaurantes, bem como a realização de passeios de buggy pelas dunas. O povoado está situado entre o Rio Real e um sistema de dunas móveis, que limitam sua expansão, condicionando o núcleo urbano a uma área de aproximadamente 350 metros, onde são desenvolvidas atividades comerciais fortemente vinculadas a pesca e ao turismo. A indisponibilidade de espaço acaba evitando um crescimento urbano desordenado, ao contrário do que se verifica em outras localidades do Litoral Norte da Bahia (BAHIA, 2005).

Na APA de Mangue Seco, entre os campos de dunas verifica-se a existência de lagoas permanentes e/ou temporárias, mantidas tanto pela elevação do lençol freático quanto pela água acumulada das precipitações pluviométricas (SILVA, 2009).

As condições de acessibilidade são restritas pelo lado da Bahia, pois não existem vias de ligação rodoviária da BA-099 a Mangue Seco o que torna necessário um deslocamento até o povoado Pontal, em Indiaroba no Estado de Sergipe, onde é realizada a travessia de barco de 3,5 km, fator este que vincula esta localidade muito mais ao Estado de Sergipe do que a Bahia. Mangue Seco é um destino turístico conhecido nacionalmente, e como dista 206 km de Salvador e somente 132 km de Aracaju, é utilizado como um roteiro de visita do turismo de Sergipe. O povoado de Mangue Seco possui grande valor histórico-

cultural e ecológico de beleza natural, com demanda turística local, regional, nacional e internacional.

A população residente em Mangue Seco vivia tradicionalmente das atividades relacionadas ao extrativismo, à agricultura familiar, a pesca artesanal, a mariscagem e ao trabalho temporário nas fazendas de coco e gado. As plantações de coco-da-baía, intercalados por pastagens e plantações de cultivos de subsistência, como o milho e a mandioca, contribuíram para a retirada de boa parte da vegetação original do povoado. O coqueiral, a agricultura familiar e o ecossistema estuarino e de manguezal são as principais fontes de sustento da grande maioria da população que vive no seu entorno. Nessa localidade, os antigos moradores, com seus costumes e modos de vida ligados ao uso dos recursos naturais, passaram a conviver com novos moradores, visitantes, turistas, veranistas e empresários, que transformaram e se apropriaram dos recursos naturais e promovem mudanças nos modos de vida tradicionais ou tradicionalmente estabelecidos.

A APA de Mangue Seco é considerada o ecossistema mais frágil de todo o litoral norte da Bahia e vem sofrendo uma série de agressões, ocasionada pelo crescimento desordenado da atividade turística, que tem atraído um grande número de turistas e visitantes despreparados com relação ao meio ambiente. Mangue Seco ficou conhecido nacionalmente após a exibição da novela Tietê do Agreste, pela Rede Globo de Televisão, o que contribuiu para que novas pousadas e restaurantes se instalassem neste povoado, que vem sendo cogitado para a construção de grandes hotéis pertencentes a grupos hoteleiros internacionais.

A construção das pontes Joel Silveira, sobre o Rio Vaza-Barris em 2010, e Gilberto Amado, sobre o Rio Piauí em 2013, aumentou o número de turistas e visitantes que chegam a Mangue Seco. Um dos principais atrativos dessa localidade são os passeios de buggy pelas dunas, que constitui motivo de preocupação, pois estes veículos ao trafegarem em grande velocidade acabam provendo o desmonte das dunas, que precisam de um manejo adequado. Recentemente foram delimitadas trilhas específicas para os bugueiros trabalharem, assim como foi criada uma cooperativa para organizar a categoria, onde a maior parte da população retira seu sustento de atividades relacionadas ao turismo, que cada vez mais se consolida.

Entretanto, a expansão do turismo esbarra em uma infraestrutura bastante precária, não havendo ruas pavimentadas e tampouco sistemas de esgotamento sanitário. Mangue Seco está localizado sobre terraços marinhos em cordões bastante permeáveis, o que facilita o aproveitamento da água subterrânea para o abastecimento da população, que no

povoado é realizado através de cisternas públicas. O lençol freático é superficial e sujeito à contaminação, dado que no povoado não existe sistema de esgotamento sanitário e a população utiliza fossas rudimentares ou destinam o esgoto para rios ou valas, contrariando o Zoneamento Ambiental da APA que determinou a elaboração e implantação de um programa de saneamento básico compatível com a superficialidade e a necessidade de descontaminação do lençol freático (COSTA, 2011).

Em Mangue Seco observa-se a destinação inadequada de lixo, que é depositado em áreas próximas a manguezais e das fontes de abastecimento de água, comprometendo assim o lençol freático. Desta forma, a carência de um sistema adequado de esgotamento sanitário e da disposição final apropriada de resíduos sólidos interfere na qualidade ambiental, que fica ainda mais comprometida diante do aumento do fluxo de visitantes, sobretudo durante o verão.

A infraestrutura turística vem impondo transformações à dinâmica natural em Mangue Seco, posto que a intensificação das atividades turísticas tem promovido impactos no espaço geográfico, estrutura que suporta as ações humanas, que é continuamente transformado e organizado de acordo com os interesses e práticas variadas da sociedade. Neste contexto, a inserção deste espaço de grande fragilidade ambiental em uma Unidade de Conservação é de grande importância à proteção e conservação dos atributos naturais e culturais ali existentes, importantes para a qualidade de vida da população local e para a proteção dos ecossistemas regionais.

Mangue Seco, além dos impactos negativos ocasionados pela ação antrópica, vem enfrentando o problema da ação erosiva na margem direita do canal do rio Real, que vem afetando a existência do povoado, tendo em vista que algumas ruas desapareceram, devido a solapamento das margens deste rio. Diante do avanço constante das águas do Rio Real em direção às casas da vila, a comunidade local implantou estruturas de contenção utilizando troncos e palhas de coqueiros, sacos de areia e construindo muros de concreto revestido de azulejos que, no entanto, precisaram ser reconstruídas por não suportarem a ação contínua das marés e ondas (Figura 35).

Figura 35: Estrutura de contenção da erosão no povoado Mangue Seco, em Jandaíra.



Foto: Carla Norma Correia dos Santos/2016.

De acordo com Santos e Barbosa (2009, p. 300), tais estruturas construídas pelos moradores e comerciantes do povoado com o intuito de conter o processo erosivo da dinâmica fluvial e marinha, “quando atingidas pelas marés, acabam por provocar a ampliação da energia das mesmas sobre a margem do canal, dificultando a deposição de sedimentos e favorecendo a erosão”. Na visão dessas autoras, as ações mitigadoras aceleram o processo erosivo local, por se tratar de estruturas rígidas que impedem totalmente a passagem da água e sedimentos. A Prefeitura de Jandaíra assinou em 2012 um contrato para construção de um cais de contenção das águas fluviais em alvenaria e pedra (muro de contenção) no povoado Mangue Seco, com recursos do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), tendo essa obra sido concluída em setembro de 2014.

No Litoral Norte da Bahia a especulação imobiliária constitui uma grande ameaça à biodiversidade regional e às comunidades tradicionais. Nesse sentido, a criação da APA de Mangue Seco constitui um importante instrumento para conter o avanço da destruição em locais onde ainda há o que ser preservado e disciplinar o turismo, que vem gerando renda para esta localidade. Nesta APA é necessário que ações de gerenciamento costeiro sejam implementadas de forma integrada, por parte do município de Jandaíra e dos administradores da unidade de conservação, sobretudo nos trechos classificados como de elevada vulnerabilidade, como a desembocadura do Rio Real.

Contudo, é necessário que governos, empresários e principalmente às comunidades conheçam a biodiversidade local, pois a omissão ou o desconhecimento podem levar muitas espécies dos ecossistemas da APA à extinção. Numa referência clara as unidades de conservação de uso sustentável em Sergipe, Silva e Melo e Souza (2009, p. 10) são enfáticas em termos de perspectivas e desafios e na aposta acertada na gestão compartilhada: “para alcançar a minimização dos conflitos existentes, na perspectiva de uma gestão participativa, torna-se necessário o envolvimento dos diversos segmentos da sociedade que direta ou indiretamente possuem interesses na proteção desse territórios”.

A APA Litoral Sul, em Sergipe, e a do Litoral Norte e de Mangue Seco, na Bahia, contam com instrumentos isolados de planejamento, o que torna suas ações de gestão insuficientes para cessar ou mitigar a degradação ambiental e garantir a sustentabilidade do turismo na região, o que torna necessário a adoção de medidas que coíbam os efeitos ocasionados pelas atividades predatórias que comprometem a biodiversidade, a geodiversidade e a sociodiversidade local.

A ocupação desordenada do Litoral Sul de Sergipe e do Litoral Norte da Bahia compromete a qualidade ambiental e ocasiona um processo de reestruturação do território, o que torna necessário reavaliar suas potencialidades econômicas, suas vulnerabilidades ambientais e os limites da ocupação geográfica, ou seja, é preciso conceber o Litoral Sul de Sergipe, o Litoral Norte da Bahia e suas APAs como espaços territoriais complexos, diversificados, relacionais, abertos e cheios de conflitos que carecem de entendimento e soluções compartilhadas. Somente dessa maneira, é possível pensar o litoral como um espaço socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente equilibrado.

CAPÍTULO 5 – INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO ESPAÇO LITORÂNEO: ONDE AS POLÍTICAS TERRITORIAIS SE ENCONTRAM

Ao longo das últimas décadas observa-se uma maior fluidez do capital, o que promove uma difusão de atividades econômicas ao longo do território. Nesse contexto observa-se que o litoral brasileiro adquire valor social e fundiário, pois os promotores imobiliários estimulam a aquisição de terrenos para obtenção de lucro e o Estado, ao construir materialidades geográficas, impulsiona sua ocupação.

O Estado é responsável pelo ordenamento territorial, devendo assim regular e compatibilizar os diversos interesses existentes no território. O ordenamento territorial é uma importante ferramenta de gestão, apresentando um caráter estratégico que possibilita a visualização e a correção dos problemas, através da gestão de políticas públicas. Ao longo do litoral, espaços e comunidades que ficaram alheios ou foram excluídos de uma integração espacial e socioeconômica, começam a ser inseridos à dinâmica econômica hegemônica, num processo concomitante de territorialização e desterritorialização.

O presente capítulo divide-se em duas partes. A primeira, elenca iniciativas que denotam ações de ordenamento territorial no Litoral Norte da Bahia e no Litoral Sul de Sergipe, analisando a inserção dos municípios de Indiaroba e Jandaíra nesse processo e avaliando os impactos das políticas de ordenamento no território litorâneo estudado. A segunda parte discute os desafios e as perspectivas da lógica zonal e da lógica reticular em Jandaíra e em Indiaroba, como forma de assegurar a interação regional, nacional e global desses municípios, que durante muito tempo mantiveram-se como “vazios espaciais”, pois estavam geograficamente afastados de suas capitais, apresentavam dificuldades de acesso e problemas de infraestrutura básicas e por isso eram pouco atrativos economicamente a investimentos públicos e privados.

5.1 - Política territorial e iniciativas de ordenamento territorial em Jandaíra e Indiaroba

Para pensar os instrumentos e as políticas de ordenamento territorial em Indiaroba e Jandaíra é conveniente ressaltar os conflitos que ocorrem historicamente na região. Nesse sentido antes de analisar o GERCO e o PRODETUR, enquanto instrumentos de ordenamento territorial, é importante ressaltar os limites do ordenamento territorial e a historicidade do processo.

Diante da emergência de variados usos do espaço litorâneo, ocorrem tensões espaciais que podem ser reguladas mediante o estabelecimento de um ordenamento territorial, que segundo Moreira (2011, p. 77) não corresponde somente “a estrutura espacial, mas a forma como esta estrutura espacial territorialmente se autorregula no todo das contradições da sociedade, de modo a manter a sociedade funcionando segundo sua realidade societária”. O ordenamento se estrutura e se qualifica pela escala diferencial dos arranjos do espaço, onde constantemente emergem conflitos que tornam imprescindível o estabelecimento de uma ordem, que transcende a espontaneidade e assim, o ordenamento se concretiza. Contudo, a pluralidade dos sujeitos possibilita que múltiplas formas de ordenamento territorial sejam realizadas no contexto de cada sociedade.

As transformações e conflitos inerentes ao ordenamento territorial nos levam a pensá-lo para além de um arranjo espacial e/ou uma gestão, mas de desordenamento, pois, como um sistema aberto, revela um movimento dialético das contradições do modelo de reprodução do capital na sociedade moderna (SILVA, 2011, p. 298-299).

Assim, o Estado deve intervir no processo de ordenamento territorial através de políticas públicas e como disciplinador das ações dos demais atores. O ordenamento territorial deve regular as ações que têm impacto na distribuição da população e nas atividades produtivas, conciliando as demandas sociais e o crescimento econômico, dado que, segundo Almeida (2011, p. 348), ordenar o território “consiste em compatibilizar as necessidades do homem relativas à ocupação e ao uso do solo com a capacidade de suporte do território que pretende ocupar”.

Mello-Théry (2011) ressalta que no Brasil o ordenamento territorial baseia-se na coesão social e na melhor articulação das instituições do Estado, o que dificulta a implantação dessa política, considerando que a estrutura governamental brasileira não dispõe de um sistema nacional integrado que possibilite a ação coordenada dos diferentes níveis de governo, existindo uma diversidade de planos, projetos e leis que não são exercidos simultaneamente pelos poderes públicos, o que ocasiona conflitos de competências e de prioridades.

No Brasil, as políticas públicas geralmente apresentam um caráter descontínuo, tendo em vista que os planos elaborados por um governo, muitas vezes são deixados de lado pelo posterior, quando as prioridades são redefinidas, o que demonstra que ordenar o território exige um efetivo esforço de compartilhamento institucional, voltado para a integração das ações e políticas públicas territoriais, bem como a articulação com a sociedade civil, congregando seus interesses em torno de ações pela gestão do território.

Os órgãos públicos devem estar equipados e preparados para conter problemas e eventos de ordem antrópica (problemas causados pelo homem) e natural (enchentes, ressacas, erosão, entre outros) para a proteção do ecossistema e da população que ali reside. Por isso deve haver um gerenciamento ordenado e integrado das áreas públicas, visando também o ordenamento e controle de áreas privadas (MARRONI; ASMUS, 2005, p. 64).

Embora a intervenção da administração pública seja de grande importância no que se refere à resolução dos conflitos gerados no litoral, Barragán Muñoz (1994, p. 211) ressalta que “la complejidad que desde el punto de vista físico y humano hemos encontrado en el espacio litoral, explica su complejidad administrativa y, en consecuencia, sus dificultades para ser gestionado como si de una unidad territorial se tratara²¹”. A expansão de atividades econômicas no litoral e os impactos negativos sobre os meios físicos e os conflitos de uso e apropriação dos recursos paisagísticos que vem sendo observados demonstram a necessidade premente da realização do ordenamento territorial, demandando políticas públicas eficientes e programas de gestão efetivos para compatibilização entre desenvolvimento e conservação ambiental.

El carácter político de la ordenación del territorio se justifica porque son los poderes públicos quienes definen el estilo de desarrollo y, en consecuencia, las actividades a través de la que se ha de producir aquél, y deciden los instrumentos de planificación a utilizar, en legislación específica, y las formas de comportamiento en legislación sectorial ²²(GOMEZ OREA, 2007, p. 34).

Na dimensão ambiental, o ordenamento possibilita uma avaliação das alterações provocadas pelo uso indiscriminado do solo e dos recursos naturais pelo homem e, nesse sentido, a criação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) contribui fortemente para o ordenamento do território no Brasil, na medida em que constitui um instrumento de planejamento territorial que propõe ajustar as relações econômicas, sociais e ambientais que nele acontecem. Na concepção de Vilar e Araújo (2010, p. 31),

As tentativas de atuação disciplinar sobre o espaço geográfico, cujo objetivo maior é o desenvolvimento sustentável, configura-se como um instrumento preventivo, indispensável à gestão ambiental. Na realidade, o ordenamento territorial é, ao mesmo tempo, uma projeção material de um determinado

²¹A complexidade que desde o ponto de vista físico e humano temos encontrado no espaço litorâneo, explica sua complexidade administrativa e, em consequência, suas dificuldades para ser gerenciado como se de uma unidade territorial se tratasse.

²²O caráter político do ordenamento do território se justifica porque são os poderes públicos que definem o estilo de desenvolvimento e, em consequência, as atividades através das quais se tem para produzir, e decidir os instrumentos de planejamento a utilizar, em legislação específica, e as formas de comportamento em legislação setorial.

estilo de desenvolvimento e uma seleção consciente de alternativas concretas de intervenção.

A inserção da biodiversidade no ordenamento territorial demonstra a importância dos recursos naturais para o desenvolvimento econômico da sociedade, revelando também os efeitos dos diversos tipos de intervenção antrópica sobre o meio ambiente. O ordenamento territorial, dentro desta perspectiva, mostra-se indispensável para a execução de políticas de desenvolvimento, pois possibilita a implantação de sistemas de planejamento que levem em conta a vulnerabilidade ambiental e a funcionalidade das estruturas produtivas. De acordo com Barragán Muñoz (1994), o ordenamento territorial apresenta algumas características que o tornam um importante instrumento de intervenção, de forma a alcançar o desenvolvimento equilibrado e sustentável, favorecendo a proteção dos ecossistemas naturais.

Na visão de Vilar *et al.* (2010), o ordenamento territorial é apontado com uma importante ferramenta, pois orienta a utilização racional do território, sendo considerado um processo de escolha entre as diversas alternativas. O ordenamento territorial na concepção desses autores visa conter e manter os conflitos socioambientais em limites administráveis. A ineficácia desse ordenamento, no entanto, acentua as disparidades socioeconômicas e dificulta o alcance de um equilíbrio ambiental.

Como foi visto anteriormente, o processo de ocupação do Litoral Sul de Sergipe e do Litoral Norte da Bahia contribuiu para acelerar a degradação desse ambiente extremamente frágil, que pode comprometer a manutenção dos ecossistemas, da fauna e da flora. Nessas áreas, o desenvolvimento de atividades econômicas promoveu uma reorganização do território sem a realização de um prévio planejamento ambiental, que estabelecesse estratégias de ações ou que fomentasse reflexões sobre as condições sociais, econômicas e ambientais de Indiaroba e Jandaíra.

A contiguidade entre os municípios estudados e sua localização nos limites de seus Estados, historicamente dificultava a incorporação desses espaços litorâneos à dinâmica econômica e territorial de suas capitais, caracterizando os “fundos territoriais”. Devido a dificuldade de acesso e à distância geográfica de Aracaju e Salvador, Indiaroba e Jandaíra ficaram à margem de um processo de integração mais hegemônico e liderado por interesses do Estado. Nestes municípios poucas atividades produtivas foram estimuladas e estabelecidas, não havendo uma política econômica específica voltada para esta área, considerada pouco atrativa e onde predominavam atividades econômicas tradicionais como a pesca artesanal, a agricultura, a pecuária, a mariscagem e o extrativismo da mangaba.

Na formação dos territórios da Bahia e de Sergipe, alguns espaços, a exemplo de Jandaíra e Indiaroba, se mantiveram “invisíveis” ou não foram articulados ao sistema territorial oficial destes estados. Estes municípios não eram dotados de estrutura produtiva, e embora realizassem trocas comerciais entre eles mesmos e entre eles e os “territórios oficiais”, mantiveram-se como espaços vazios, constituindo o que Moraes (2002) classificou como ‘fundos territoriais’ ou áreas não integradas, que deveriam ser incorporados ao “corpo regional”, pois nesses espaços o poder e a territorialidade oficial pouco ou quase não penetraram. Estes municípios inicialmente constituíam estoques de espaços para expansão futura, uma vez que o processo de colonização pautava-se na conquista de espaços, apropriação de novas terras, apresentando assim um caráter extensivo intrínseco.

A pecuária impulsionou a formação territorial e a integração econômica regional destes dois municípios, que abasteciam de carnes e animais de tração os engenhos das capitanias vizinhas, resultando, como ressalta Santos (2015, p. 222) ao abordar a ocupação dos espaços litorâneos em Sergipe, no “reconhecimento e alargamento das fronteiras, bem como na fixação de pontos que mais tarde foram interligados e articulados em rede territorial capaz de organizar o espaço, tanto no contexto da atividade econômica, quanto da mobilidade territorial”. Desta maneira, a contiguidade espacial estabeleceu, inicialmente, uma lógica zonal entre este município e Indiaroba, que auxiliou o Estado na delimitação de “fronteiras”, pois foram criadas divisões por áreas ou zonas administrativas para ordenar e controlar os territórios.

Posteriormente, a ação estatal através da construção de uma rede viária, de transportes e comunicação favoreceu uma maior conexão entre Indiaroba e Jandaíra, e entre estes e os municípios próximos, tanto em Sergipe quanto na Bahia, estabelecendo assim relações econômicas intraregionais. Historicamente Jandaíra sempre esteve mais vinculada a Sergipe que a Bahia, o que é intensificado com a construção de rodovias que até hoje permitem que os habitantes desse município se desloquem para Aracaju para estudar e obter atendimento médico-hospitalar ao invés de se deslocarem para Salvador.

Em Indiaroba e Jandaíra, as políticas públicas voltadas para o planejamento ambiental e ordenamento territorial, afetam direta ou indiretamente o espaço e a sociedade, considerando que nesses municípios o Estado tem contribuído de forma bastante relevante para a recente reestruturação do espaço, através da implantação de infraestrutura de suporte para a atividade turística e imobiliária.

Tanto o Litoral Norte da Bahia quanto o Litoral Sul de Sergipe configuram-se atualmente como polos turísticos de grande potencial desses dois estados, onde foram realizados investimentos com recursos do Estado e do PRODETUR NE, qualificando a região como destino turístico. Nessa perspectiva, foram realizadas ações públicas de planejamento, de formulação de planos, programas e projetos, que tentam solucionar os problemas territoriais que apresentam complexas questões sociais, ambientais, fundiárias e econômicas, em decorrência de sua ocupação e exploração desordenada.

Entre os instrumentos de ordenamento territorial empregados no Litoral Sul de Sergipe e no Litoral Norte da Bahia destacam-se o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO), que buscou orientar a utilização racional dos recursos da Zona Costeira, de forma a melhorar a qualidade de vida de sua população e a proteger seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural, e o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste I e II (PRODETUR-NE), criado com a finalidade de consolidar o turismo como um instrumento de desenvolvimento regional, tendo idealizado ações direcionadas à infraestrutura básica que viabilizasse os empreendimentos turísticos na forma de Polos de Desenvolvimento Integrados de Turismo, distribuídos pelos diversos estados nordestinos.

O GERCO Sergipe inicia suas atividades em 1988 através da SEPLAN (Secretaria de Estado do Planejamento), sendo considerado um instrumento técnico, que desenvolve ações de planejamento e de ordenamento espacial da zona costeira, com o intuito de disciplinar o uso e ocupação do solo. Este instrumento técnico em Sergipe foi construído em parceria com o SEMA (Secretaria Especial de Meio Ambiente), ADEMA (Administração Estadual do Meio Ambiente) e Prefeituras Municipais. O GERCO /SE tem por objetivo diagnosticar as potencialidades socioeconômicas do litoral sergipano, identificando as limitações naturais e as restrições legais ao uso do território, tentando dessa maneira disciplinar as atividades humanas e auxiliar no licenciamento de atividades produtivas e de empreendimentos a serem instalados na Zona Costeira

Inicialmente este programa focalizou o Litoral Norte, entretanto em virtude do impacto ambiental ocasionado pelo asfaltamento das Rodovias SE-100 Sul e SE-318, formadores da Linha Verde sergipana, e pelos Planos de Desenvolvimento Turístico no litoral de Estância e Itaporanga D'Ajuda, o GERCO/SE passou a atuar no Litoral Sul. Para Lima (2010), as praias do Litoral Sul de Sergipe inserem-se na perspectiva do ordenamento territorial uma vez que o desenvolvimento do turismo de sol e praia busca seu incremento através de instrumentos de gestão do território que se baseiam na sustentabilidade

socioambiental, econômica e política. A partir da mudança do eixo de prioridade deste programa para o Litoral Sul, inicia-se uma nova fase do Gerenciamento Costeiro, pautado em planos de gestão e na democratização de seus instrumentos.

As potencialidades turísticas e ecoturísticas do litoral sergipano passam a ser discutidas a partir da elaboração do Diagnóstico Simplificado da Zona Costeira de Sergipe e do Gerenciamento Ambiental do Litoral de Sergipe. Tais discussões são de grande relevância, uma vez que embora seja uma atividade geradora de emprego e renda na zona costeira, o turismo mostra-se impactante tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico.

Dessa forma, as oficinas e os eventos realizados pelo GERCO/SE nos últimos anos, envolvendo a sociedade civil e algumas instituições de ensino e pesquisa ajudaram a sistematizar ações de gerenciamento costeiro do litoral sergipano. Vilar e Araújo (2010) consideram o GERCO/SE como uma oportunidade ímpar de promover uma gestão integrada com o objetivo de alcançar um desenvolvimento territorial sustentável, uma vez que este programa preocupa-se com as limitações e restrições de uso do território, ocupando-se também em diagnosticar os conflitos.

A equipe técnica do GERCO/SE elaborou o ZEE (Zona Ecológico-Econômico) do Litoral Sul, um instrumento técnico, político, ambiental e econômico de ordenamento territorial, que busca o desenvolvimento socioeconômico planejado de um território. O ZEE delimitou 15 zonas de usos e restrições de ocupação no Litoral Sul de Sergipe, identificando no município de Indiaroba uma Zona de Empreendimentos e Programas Ambientalmente Integrados de Desenvolvimento Turístico, onde é permitida a criação de empreendimentos de grande porte que apresentem uma política adequada de gerenciamento ambiental.

Ainda de acordo com o referido zoneamento, alguns enclaves territoriais em Indiaroba são classificados como Zona de Conservação e Manejo e como Zona Turística e de Urbanização Restrita, onde o Turismo Histórico, o Turismo Ecológico e o Turismo Rural são apontados enquanto diretrizes de uso e ocupação do solo, bem como atividades que priorizem o respeito ao meio ambiente. Contudo, de acordo com a GEOCONSULTORIA (2001), após a elaboração do ZEE Litoral Sul, não houve a participação popular no ordenamento e planejamento territorial de ambientes costeiros, pois o documento síntese não foi apresentado aos municípios para que fosse diagnosticado e legitimado pela comunidade local, o que enfraqueceu a legitimidade dos instrumentos normativos.

Por sua vez, o Programa de Gerenciamento Costeiro do Estado da Bahia (GERCO/BA) vem sendo desenvolvido desde 1987 como projeto aprovado pelo Ministério

do Meio Ambiente, com recursos do Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA I com abrangência em todos os setores e o PNMA II com abrangência apenas no Litoral Norte) para ser instrumentalizado através de estudos, capacitação técnica, elaboração de cartografias e aquisição de equipamentos com o objetivo final de institucionalização do Programa no Estado da Bahia (BAHIA, 2005). O GERCO/BA foi instituído oficialmente como Programa de Estado em 14 de março de 2008, através do Decreto Estadual nº. 10.969, ficando a coordenação com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA).

Este programa vem desenvolvendo trabalhos e atividades com o objetivo de fortalecer a capacidade gerencial do Estado, mas, também, dos municípios para a gestão costeira de forma a manter o diálogo entre os diferentes atores públicos e privados e a sociedade civil organizada sobre a utilização dos recursos da zona costeira, visando contribuir para melhoria das condições de vida da população e proteger o patrimônio histórico, cultural e natural.

O GERCO/BA focalizou os 53 municípios costeiros, onde foram empreendidas ações pautadas no desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural da zona costeira através da melhoria da qualidade ambiental e dos serviços da atividade turística, da implantação de unidades de conservação para preservação dos ecossistemas costeiros e do patrimônio sociocultural, na capacitação tanto para técnicos como para as comunidades e no fornecimento de amplo acesso às informações geradas, servindo de apoio a tomada de decisão, tanto na esfera pública quanto privada.

Entre 2001 e 2006 o programa foi executado com recursos do PNMA II, tendo sua área de estudos concentrada em 13 municípios do Litoral Norte, devido à expansão das ações de turismo que tem ocasionado um processo de uso e ocupação desordenados do espaço litorâneo. Nesta etapa, os principais resultados do programa foram: revisão do diagnóstico ambiental; proposta de macro zoneamento e de gestão para o Litoral Norte; diagnóstico oceanográfico do Litoral Norte com proposta de uso na área onde foi posteriormente criada a APA da Plataforma Continental do Litoral Norte (Decreto Estadual nº. 8.553, de 05 Junho de 2003); diagnóstico ambiental do Município do Conde – suporte para implantação do Projeto Orla; proposta de Plano de Ação para o Turismo e para o Ordenamento Territorial do Litoral Norte para elaboração do ZEE Estadual; proposta de monitoramento para o estuário do Rio Pojuca; mapeamento georreferenciado das restrições legais incidentes sobre as dunas e áreas úmidas do Litoral Norte; cursos de capacitação para gestores municipais sobre legislação costeira, GPS e Plano Diretor; proposta de diretrizes do

Gerenciamento Costeiro para o Estado, inserida na Lei Estadual de Meio Ambiente e elaboração de uma norma técnica (NT n. 0003/2006) para atender ao licenciamento ambiental. Nesse período também foi desenvolvida e disponibilizada a página eletrônica do Gerenciamento Costeiro do Estado da Bahia, onde se encontra a relação de todo o acervo GERCO/BA (BAHIA, 2005).

Neste contexto, os estudos desenvolvidos visaram contribuir para o desenvolvimento ambiental do Estado, no que se refere ao licenciamento, fiscalização e monitoramento, bem como na elaboração do Plano Estadual de Meio Ambiente e na elaboração de normas complementares de ordenamento da Zona Costeira. O GERCO/BA começou a ser elaborado no período de 1987 a 1999, sendo retomados os estudos em 2001, quando passaram a ser realizadas pesquisas e reuniões com o Comitê Gestor do Projeto Orla do Estado da Bahia. Entre 2005 e 2011, o GERCO/BA e o Projeto Orla foram apresentados a todos os municípios, de maneira a entenderem suas metas, atividades, desafios.

Foram realizadas reuniões e seminários para avaliar as ações nos municípios e a buscar a inserção em suas atividades dos agentes públicos e privados, das instituições de ensino, das Organizações Não Governamentais, das comunidades costeiras e dos membros da sociedade civil organizada. Na Bahia, embora o Projeto Orla só tenha sido implementado no município de Conde, na APA Litoral Norte, suas proposições e sugestões inspiraram e foram adotadas no Plano de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial das Povoações Litorâneas da APA do Litoral Norte do Estado da Bahia (LIMONAD, 2007).

O Programa é um instrumento fundamental para o planejamento e gestão da zona costeira, e desta forma as atividades devem ser elaboradas e acompanhadas pelas esferas públicas e privadas, bem como pela sociedade civil organizada para garantir trabalhos adequados e sustentáveis. A implementação do GERCO/BA foi dificultada pelos procedimentos tradicionais de manejo das áreas costeiras que, na maioria das vezes, não são capazes de conter a degradação ambiental, gerando questionamentos sobre a forma de condução e eficácia dos planos de gestão ambiental costeira.

Tal situação é evidenciada no Litoral Norte da Bahia, onde reservas de Mata Atlântica dividem espaços com empreendimentos turísticos e imobiliários, que apresentam propostas de zoneamento, ocupação e uso do solo que atendem aos interesses de grupos hegemônicos e desconsideram as necessidades e prioridades da comunidade local, cujos representantes são envolvidos, mas não beneficiados com alguns dos projetos implementados na região. O município de Jandaíra, segundo afirmaram os gestores municipais em entrevistas,

não foi efetivamente contemplado pelas ações desenvolvidas pelo GERCO/BA, embora tenha participado de alguns seminários, palestras e cursos de capacitação, não tendo implantado também o Projeto Orla.

O PRODETUR I (1996/2000) em Sergipe teve seu foco em Aracaju, com a maior parte dos investimentos direcionados para as obras de saneamento, embora também tenha investido na execução de infraestrutura básica que viabilizasse o turismo na região, ampliando seus investimentos para outros municípios localizados na zona costeira sergipana, a exemplo de Itaporanga D'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhhy e Indiaroba.

Através dos recursos do PRODETUR I, o município de Indiaroba construiu um atracadouro no povoado Terra Caída e outro no povoado Pontal. No Litoral Sul de Sergipe o PRODETUR I investiu na pavimentação asfáltica de parte da Rodovia Estadual SE-100 no trecho SE-318/Terra Caída e no trecho entroncamento Terra Caída divisa com a Bahia. A pavimentação da rodovia SE-100 possibilitou a continuidade da Linha Verde (BA-99), uma articulação territorial entre o litoral sergipano, o que ocasionou um incremento do adensamento demográfico, por meio da expansão de loteamentos residenciais, sobretudo para segunda residência e veraneio. Nesse contexto, ocorreu um aumento ao turismo no Litoral Sul, favorecido pela continuidade da Linha Verde (BA-099) através da SE-100, o que maximizou o fluxo de veículos e a especulação imobiliária, contribuindo assim para uma ocupação desordenada e uma consequente degradação ambiental, que comprometeram a qualidade de vida da população residente.

O PRODETUR II teve como principal objetivo ampliar o sistema de engenharia de transporte com foco no Litoral Sul. Este programa tinha por finalidade dar continuidade aos programas que visam à melhoria da qualidade de vida da população fixa das áreas beneficiadas pela primeira etapa do programa, bem como garantir condições de sustentabilidade e a consolidação das atividades turísticas locais. O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Costa dos Coqueirais (PDITS – Costa dos Coqueirais/SE) foi o instrumento para implementação do PRODETUR II, onde estão definidas ações e o montante dos investimentos necessários à consolidação do turismo em Sergipe, realizando também uma avaliação das ações do PRODETUR I (LIMA, 2010).

Contudo, de acordo com Santos (2015), como o Estado por problemas de certidões e questões fiscais com a União estava impossibilitado de receber recursos externos, o PRODUTOR II não foi implementado em Sergipe, que apenas em 2012 passou a receber recursos federais para implantação do PRODETUR Nacional com diversos convênios.

Enquanto o Programa não era implantado, o Estado de Sergipe e as prefeituras municipais do Polo Costa dos Coqueirais firmaram diversos convênios com o Ministério do Turismo (MTur), alocando investimentos para elaboração de planos diretores municipais, PDTIS municipais e infraestrutura turística.

O Pólo Costa dos Coqueirais, constituído por 17 municípios sergipanos, foi implantado com o objetivo de expandir o turismo para outras localidades além da capital, Aracaju, buscando assim integrar os municípios litorâneos ao desenvolvimento ordenado do turismo. O PDTIS considerou a primeira fase do planejamento do PRODETUR II e selecionou os municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Estância, Indiaroba, Itaporanga D'Ajuda, Santa Luzia do Itanhy e São Cristovão (PDTIS, 2002).

O turismo sergipano foi beneficiado através da consolidação de obras de infraestrutura viária e fluvial, viabilizados por investimentos do Ministério do Turismo a partir de 2008, bem como pela implantação de sistemas de abastecimento de água e esgoto em alguns povoados e pela implementação de sinalização turística e locais de hospedagem. A construção da Ponte Joel Silveira, sobre o Rio Vaza-Barris, inaugurada em março de 2010, interligando Aracaju a Itaporanga D'Ajuda, teve como meta promover o desenvolvimento econômico e do turismo no Litoral Sul de Sergipe. Esta obra embora tenha facilitado e aumentado o fluxo de visitantes para o Litoral Sul, acentuou a especulação imobiliária neste território que já vem sendo usado há algum tempo para a construção de pousadas e segundas residências.

No Litoral Sul de Sergipe, o Ministério do Turismo com a administração dos recursos pelo Governo do Estado de Sergipe, beneficiou o município de Indiaroba com a pavimentação da rodovia Convento-Pontal, com 8,5 km de extensão, que interliga os povoados de Convento a Pontal e vice-versa (Tabela 09). O Ministério do Turismo também investiu na pavimentação da rodovia que liga o município de Santa Luzia do Itanhy ao povoado Crasto, onde realizou a implantação e a melhoria da infraestrutura turística e de apoio desse povoado. Tais ações aumentaram a atratividade e a oferta de produtos complementares ao turismo nessa porção do litoral sergipano.

Tabela 09: Transferência de recursos do Ministério do Turismo para o município de Indiaroba (2010-2012).

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO MINISTÉRIO DO TURISMO/SERGIPE			
OBJETO CONVENIADO	VALOR DO CONVÊNIO (R\$)		
	2010	1011	2012
Construção da ponte Estância/ Indiaroba 1ª etapa (2008-2011)	29.250.000,00		
2º etapa da construção da ponte Estância/Indiaroba sobre o Rio Piauí – Rodovia SE-100 (2009-2011)	39.000.000,00		
2º etapa da construção da ponte Estância/Indiaroba sobre o Rio Piauí – Rodovia SE-100 (2009-2011)		39.000.000,00	
3º etapa da construção da ponte Estância/Indiaroba sobre o Rio Piauí – Rodovia SE-100 (2010-2014)		39.000.000,00	
Pavimentação da rodovia Convento-Pontal, com 8,5 km de extensão, interligando o povoado Convento ao povoado Pontal (Estância / Indiaroba)			4.750.342,11
TOTAL DO INVESTIMENTO POR ANO	68.250.000,00	78.000.000,00	4.750.342,11
TOTAL GERAL (2010-2012)	151.000.342,11		

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br>

A ponte Gilberto Amado, inaugurada em 2013, sobre o Rio Piauí, interliga Estância a Indiaroba (Porto do Cavalo à Terra Caída) e foi construída visando conectar plenamente o litoral sul sergipano e encurtar o trajeto Sergipe/Bahia em cerca de 30 km (Figura 36). Esta obra foi realizada com recursos do Governo Federal, através do Ministério do Turismo e BNDES, e contrapartidas do Governo do Estado de Sergipe. Esta atualmente é a maior ponte fluvial em todo o Nordeste brasileiro, com 1.712 metros de extensão e 14,2 metros de largura, com duas pistas de 3,50 metros cada, acostamentos e passeios.

Figura 36: Ponte Gilberto Amado, sobre o rio Piauí entre Estância e Indiaroba



Foto: Carla Norma Correia dos Santos/2016.

Esse empreendimento tornou possível o acesso à Aracaju pela Linha Verde, ampliando assim a interação territorial entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia, constituindo também um projeto futuro do Governo Federal em promover a integração do litoral oriental nordestino, por via costeira, de Salvador a Natal. A finalidade da construção foi beneficiar os empreendimentos turísticos, hoteleiros e imobiliários já existentes e ampliar o espaço para novos investimentos através da criação desse importante eixo rodoviário entre Sergipe e Bahia.

A construção da ponte Gilberto Amado promoveu a conexão territorial de Indiaroba com os demais municípios sergipanos e com outros Estados, abrindo a possibilidade de reestruturar economicamente o município. Segundo informações fornecidas pelo Prefeito do município, durante a construção da ponte aproximadamente 300 pessoas

foram contratadas para trabalhar na obra, dinamizando assim a economia local, pois foram gerados empregos formais e informais para alguns moradores do município, que trabalharam na execução da obra como pedreiros e condutores de barcos.

De acordo com o Secretário de Turismo de Indiaroba, a construção da ponte incrementou o comércio local, aumentando a geração de emprego e renda, sobretudo nas atividades relacionadas direta e indiretamente ao turismo. Contudo, ainda segundo o referido gestor, uma parcela da população local que trabalhava como ambulante, vendendo água, refrigerante e alimentos para os visitantes que desembarcavam das balsas que realizavam a travessia sobre o Rio Piauí, ligando Porto do Cavalo (Estância) a Terra Caída (Indiaroba), com a construção da ponte deixaram de desenvolver tais atividades e se sentiram prejudicados.

A ponte aumentou a acessibilidade ao município, porém, de acordo com o relato dos gestores municipais durante as entrevistas, também ocasionou a elevação do custo de vida, do valor dos imóveis e da violência e criminalidade. Ainda segundo informações dos gestores e da população local, a construção da ponte também ocasionou problemas como a poluição sonora, a destruição de manguezais e a diminuição significativa do pescado nos rios devido ao barulho das embarcações que circulavam no rio Piauí durante a obra, promovendo assim a queda da rentabilidade da pesca, o que levou a comunidade a buscar novas alternativas de trabalho e renda.

Os atrativos naturais de Indiaroba são ampliados pela presença de uma elevada densidade da rede hidrográfica e pela diversidade geomorfológica, que, aliados ao acesso rodoviário, facilitam a utilização do espaço como área de segunda residência para o veraneio e o turismo, ocasionando conflitos socioambientais e afetando as territorialidades locais, devido a descaracterização da cultura e dos costumes tradicionais.

O Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia, o PRODETUR-BA, foi elaborado pela Bahiatursa, empresa estadual de turismo, no início da década de 1990, que definiu a Costa dos Coqueiros, formada pelos municípios Mata do São João, Entre Rios, Conde, Esplanada, Jandaíra, Camaçari e Lauro de Freitas como uma das zonas prioritárias a expansão da atividade turística na Bahia. A abertura da Linha Verde (extensão da BA-099) em 1993, que teve como propósito interligar os estados de Bahia e Sergipe e fomentar o crescimento do turismo nas áreas costeiras do norte do Estado, e a implementação do PRODETUR-BA, impulsionou a atividade turística, em particular para a área de planejamento

turístico de Salvador e seu entorno, englobando o litoral norte baiano, denominado de Costa dos Coqueiros, que adquiriu o “status” de Zona Turística.

Nessa perspectiva foram realizados investimentos públicos oriundos do PRODETUR- BA e do PRODETUR NE – I, voltados para a dotação de infraestrutura urbana e de transportes e para a associação do turismo com a cultura e ecologia, visando promover a atividade turística, que assume uma nova feição, agora mais compatível com os níveis de eficiência e competitividade exigidos pelo mercado internacional. Na porção norte do litoral baiano, empreendedores privados também realizaram investimentos, especialmente estrangeiros, na dotação de infraestrutura para desenvolver a atividade turística, o que reflete os recentes processos globais de integração financeira, de mercados e de serviços, nesse setor de atividades.

Essa área, ao longo dos últimos anos tornou-se um dos maiores polos turísticos em crescimento do Brasil, considerando o volume de investimentos nacionais e internacionais e da implantação de condições gerais para abrigar o turismo de porte internacional. Os recursos do PRODETUR-BA foram destinados à modernização do aeroporto internacional de Salvador (Aeroporto Deputado Luis Eduardo Magalhães) e à implantação de infraestrutura de saneamento básico no município de Mata de São João, nas localidades de Praia do Forte e Costa do Sauípe, onde se encontram atualmente *mega-resorts* de porte internacional (LIMONAD, 2007).

No Litoral Norte da Bahia, algumas vilas de pescadores que até bem recentemente viviam em uma economia tradicional, começam a enfrentar sérios problemas, tipicamente urbanos, como o comprometimento das águas e do solo através do adensamento populacional, sem um adequado programa de saneamento básico, de disposição legal de resíduos sólidos, falta de segurança pública, violência, prostituição infanto-juvenil, dentre outros. A implantação empreendimentos turísticos e imobiliários, e a acessibilidade gerada pela BA-099 na década de 1990 elevam as possibilidades de emprego, em bases formais e informais, nos hotéis, nos resorts e nas residências situadas nos diversos condomínios da área. O desenvolvimento de atividades ligadas aos ramos turístico e imobiliário contribuiu para desagregar as relações tradicionais de produção e transformaram parte da população local em prestadores de serviço e assalariados no âmbito das atividades de serviços e turismo.

Na Bahia, o Programa, além de uma visão de planejamento estratégico de desenvolvimento regional apontando para o planejamento da atividade turística, incorporou a dimensão ambiental e de sustentabilidade, através da criação de Unidades de Conservação

(UCs) ao longo da costa atlântica e em áreas do interior do Estado. Nessa perspectiva foram criadas no litoral norte baiano as APAs Lagoas de Guarajuba-Velado, Litoral Norte, Mangue Seco, Capivara e Joanes-Ipitanga, recobrando quase toda a zona costeira situada entre Salvador e a divisa com o Estado de Sergipe, buscando reduzir o ritmo de especulação imobiliária e ocupação desordenada de espaços para a implementação de atividades de turismo e lazer, que muitas vezes comprometem a qualidade ambiental.

No Litoral Norte da Bahia coexistem distintos tipos de ocupação e uso do solo, de cunho moderno e tradicional, observando-se desde a presença de mega-resorts internacionais nos povoados de Imbassaí e Vila Sauípe, no município de Mata de São João, até grandes propriedades com plantações de eucaliptos, onde ainda se verificam atividades tradicionais relacionadas à silvicultura, agropecuária e pesca nos municípios de Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra. Nesse contexto observa-se que os povoados litorâneos, locais da instalação de empreendimentos turísticos, oferecem maiores oportunidades de emprego e consequentemente um maior nível de renda, superior aos povoados interioranos que apresentam um nível maior de pobreza.

O peso das atividades turísticas já se faz sentir em alguns municípios como Jandaíra, onde se situam pousadas, hotéis de porte médio e condomínios de segunda residência. Em Jandaíra, a única obra realizada com recursos do PRODETUR foi a construção da BA-099, na década de 1990, que faz parte de um projeto de interligação da Bahia e Sergipe, por via costeira. A construção desta rodovia rompeu o isolamento dos povoados litorâneos de Jandaíra por via rodoviária e aumentou o fluxo turístico nos povoados Mangue Seco e Costa Azul, que, no entanto, ainda necessitam de investimentos e ações estatais, para dotar estas áreas de saneamento básico e estradas vicinais. O município, nos últimos anos tem sido beneficiado com investimentos do Ministério do Turismo, através da consolidação de obras de infraestrutura, como a construção no povoado Mangue Seco de uma orla fluvial e da reestruturação do píer dessa localidade, bem como pela construção da orla do povoado Cachoeira. Jandaíra recebeu ainda recursos do Ministério da Integração Nacional destinados a construção de um cais de contenção das águas do Rio Real em alvenaria e pedra no povoado Mangue Seco (Tabela 10).

Tabela 10: Transferência de recursos do Ministério do Turismo e do Ministério da Integração Nacional para o município de Jandaíra (2012, 2015 e 2016).

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS MINISTÉRIOS DO TURISMO E DA INTEGRAÇÃO NACIONAL /JANDAÍRA				
OBJETO CONVENIADO	ORGÃO SUPERIOR	VALOR DO CONVÊNIO (R\$)		
		2012	2015	2016
Reestruturação do píer de Mangue Seco	Ministério do Turismo			500.000,00
Apoio a projetos de infraestrutura turística - Construção de orla fluvial no povoado de Mangue Seco	Ministério do Turismo			487.500,00
Construção de cais em alvenaria e pedra no povoado de Mangue Seco	Ministério da Integração Nacional	1.600.000,00		
Construção de orla fluvial no povoado Cachoeira	Ministério do Turismo		438.750,00	
TOTAL DO INVESTIMENTO POR ANO		1.600.000,00	438.750,00	987.500,00
TOTAL GERAL (2010-2012)		3.026.250,00		

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br>

Em Indiaroba e Jandaíra, a inserção de novas atividades econômicas, a exemplo do turismo, vem promovendo a desestruturação de economias tradicionais que historicamente recorrem aos recursos naturais disponíveis localmente sem, contudo, comprometer sua conservação. Nesse contexto, o ordenamento territorial implantado nessa área emerge em um contexto regional empobrecido e sem infraestruturas e serviços, que contribuiu para descentralizar as atividades ligadas aos ramos turísticos e imobiliários, antes polarizadas por Salvador e Aracaju, aumentando a geração de emprego e renda, diversificando sua estrutura produtiva e ocasionando sérios conflitos socioambientais.

Em decorrência dos investimentos do PRODETUR, do desenvolvimento do turismo e do aquecimento do mercado imobiliário transformou-se radicalmente quase toda a faixa litorânea de Indiaroba e Jandaíra. Nesses municípios, alguns dos diminutos povoados de pescadores ou de pequenos produtores rurais, até então relativamente preservados, foram ocupados por condomínios de segunda-residência ou, como em Jandaíra, tiveram parte de seus terrenos adquiridos para construção de *resorts* ou empreendimentos voltados para o turismo internacional. Os municípios estudados apesar de terem sua expansão formatada pelo Estado, ainda apresentam graves problemas de infraestrutura e acessibilidade interna, pois são desprovidos de mecanismos institucionais de gestão compatíveis com as mudanças em curso.

Nos municípios de Indiaroba e Jandaíra observa-se que políticas públicas e instrumentos de programas semelhantes, são aplicados em Estados diferentes e obtém também resultados distintos, uma vez que a capacidade técnica e financeira influencia e compromete a implantação de tais políticas. Nestes municípios são estabelecidas novas relações econômicas, políticas e sociais, comandadas por interesses hegemônicos e, por conflitos na dinâmica socioespacial que repercutem nas políticas territoriais, no ordenamento territorial e no meio ambiente e nas comunidades diretamente envolvidas.

Os governos do estado da Bahia e Sergipe, em conjunto com as políticas do governo federal, têm desempenhado um papel central para o desenvolvimento do setor do turismo e do setor imobiliário em Indiaroba e Jandaíra, configurando-se como agentes planejadores e ordenadores do território, promotores do desenvolvimento de variadas atividades econômicas, além de serem responsáveis por implantar infraestruturas que favorecem a valorização da terra. Os investimentos realizados através do PRODETUR somados à implantação e duplicação da “Linha Verde” (BA-099) e à construção de materialidades geográficas (pontes e rodovias) não só tiraram do isolamento diversas povoações litorâneas de Indiaroba e Jandaíra, como também as tornaram acessíveis aos

turistas provenientes de Salvador e Aracaju, aos promotores imobiliários e aos empreendimentos de turismo de grande porte internacional, integrando estes municípios horizontalmente (lógica zonal) e verticalmente (lógica reticular).

5.2 - A lógica zonal e a lógica reticular no litoral de Jandaíra e Indiaroba: quem ganha, quem perde?

Os municípios de Indiaroba e Jandaíra, embora estejam localizados em Estados diferentes, apresentam similaridades quanto ao uso e ocupação do solo, tendo em vista que ambos tiveram sua base econômica assentada na pecuária, na agricultura e na pesca. Tais semelhanças podem ser atribuídas à contiguidade espacial que caracteriza a lógica zonal ou as horizontalidades, que segundo Haesbaert (2014) gera uma interdependência entre áreas contíguas e podem contribuir para o fortalecimento do conjunto.

O debate sobre o pensamento espacial através de áreas ou zonas inclui assim, também, a discussão sobre as relações de continuidade ou face a face, a proximidade ou o estar lado a lado, a distinção escalar na composição dessas áreas e a relativa homogeneidade que os espaços zonais, de alguma maneira implicam. Partimos do pressuposto de que, ao mesmo tempo que se ampliam e fortalecem vínculos a distância, em rede, aparece cada vez mais clara a especificidade e, por isso mesmo, a relevância dos laços zonais de contiguidade, do lado a lado, da copresença e da proximidade (HAESBAERT, 2014, p. 108).

Ao estudar a interação territorial entre Indiaroba e Jandaíra é adequado o emprego da expressão “efeito borda” e “fundos territoriais”, utilizados para analisar territórios localizados nas zonas limítrofes de seus estados e que apresentavam uma dificuldade de comunicação mais efetiva com os principais centros econômicos regionais e nacionais. Indiaroba e Jandaíra até a construção das rodovias mantiveram-se isolados de suas capitais, encontrando desta forma dificuldades de se inserir de forma mais intensa no cenário econômico regional e nacional.

Na área em estudo, a ação estatal promoveu uma nova lógica de produção do espaço litorâneo, ao ampliar a fluidez territorial, materializada em vetores viários e nas pontes, favorecendo a valorização de determinados espaços e possibilitando uma interligação rodoviária. As rodovias SE-100 e BA-099, bem como as pontes Joel Silveira e Gilberto Amado, constituem eixos estruturadores e indutores de desenvolvimento do setor imobiliário e turístico, integrando definitivamente Indiaroba e Jandaíra à suas capitais e a outros Estados da Região Nordeste e do país. Silva *et al.* (2008), ao estudar as transformações recentes e em curso no litoral ao Norte de Salvador, ocasionadas pela expansão da atividade turística,

assinalem a existência de um “continuum axial urbano” entre Salvador e sua periferia, especialmente no litoral Norte, que deverá promover uma futura integração linear.

Isto é perfeitamente perceptível para quem viaja pela Estrada de Coco, pela Linha Verde e por avião até Aracaju, inclusive à noite quando é possível ver a extensão da mancha iluminada de forma contínua, até aproximadamente a metade da viagem, e pontos iluminados, isolados, mas próximos entre si, na segunda metade do percurso (SILVA *et al.*, 2008, p. 193).

Em Indiaroba e Jandaíra ocorrem mudanças que se caracterizam pelo rompimento das estruturas econômicas tradicionais e a chegada de novos agentes econômicos ligados ao setor turístico e imobiliário. Estas mudanças refletem a forma como as sociedades organizam e reorganizam o espaço de acordo com seus interesses e práticas variadas, que tanto podem alterá-lo quanto preservá-lo. As dinâmicas sociais que se estabelecem a cada momento histórico refletem os interesses, cujas estruturas e funções podem ser externas ou internas ao território, e se constituem nas verticalidades e horizontalidades que, ao se relacionarem, produzem o espaço.

A lógica zonal ou horizontalidade apóia-se na concepção espacial de território como superfície contínua, onde são criados laços de solidariedades e vizinhança, pautadas em ações construídas localmente, que ampliem a coesão da sociedade, a serviço do interesse coletivo (SANTOS, 2008). Já os interesses dos agentes de mercado e do Estado constituem verticalidades e são hegemônicos na produção do espaço, muitas vezes subvertendo as normas instituídas ou buscando alterá-las, promovendo assim uma reconfiguração territorial que reflete uma centralização do poder e das decisões.

A ação de agentes públicos e privados sobrepõem os limites estaduais e influenciam áreas localizadas em seu entorno, buscando uma articulação regional, pois, na percepção de Haesbaert (2014), com a proximidade espacial, a lógica zonal é privilegiada, sobretudo pelo Estado, na organização do espaço. Para Souza (2009), as horizontalidades, ou lógica zonal, geram uma coesão entre lugares geograficamente contíguos, constituindo uma forma de união e mobilização para resistir à nova ordem hegemônica e assegurar o livre acesso aos recursos da natureza e aos lugares, onde atividades econômicas tradicionais e modernas são desenvolvidas.

Contudo, a contiguidade territorial entre Indiaroba e Jandaíra não elimina as particularidades e especificidades de cada um desses municípios, que sofrem a ação de atores sociais distintos que apresentam diferentes territorialidades e estão submetidos a variadas relações de poder. Enquanto em Indiaroba desenvolveu-se a cultura canavieira, em Jandaíra

os solos não favoreceram esta atividade, predominando a agricultura familiar e a pecuária que abastecia de carnes e animais de tração os engenhos do recôncavo baiano.

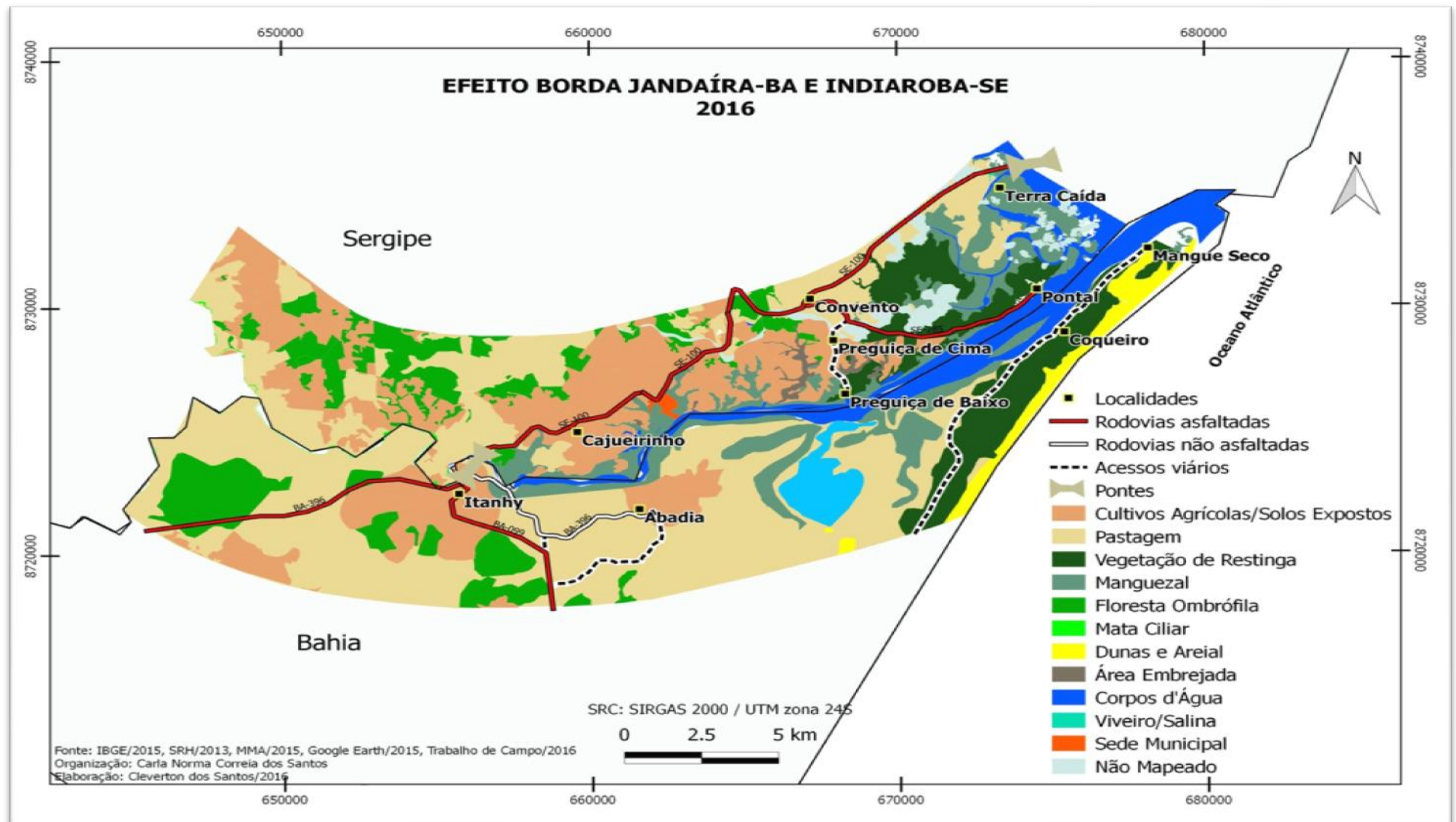
No século XX, observa-se em Jandaíra e Indiaroba a expansão da cultura do coco-da-baía no litoral, e posteriormente, da citricultura nos tabuleiros, que projetou esses dois municípios localmente como importantes produtores de laranja. As condições edafoclimáticas presentes favoreceram o plantio do coco-da-baía, um cultivo típico de solos arenosos, salinos, que necessita de elevadas temperaturas e chuvas constantes, ocupando, principalmente, áreas de terraços marinhos e fluviomarinhos (Figura 37).

A agropecuária é uma importante atividade econômica desenvolvida nos dois municípios, que apresentam uma similaridade no que se refere aos produtos cultivados e aos principais rebanhos. Em Jandaíra e Indiaroba a pecuária é uma importante atividade econômica, de modo que a pastagem plantada e/ou natural está presente em todo território, ocupando principalmente as áreas de tabuleiros costeiros e os relevos dissecados em superfícies dos rios (SILVA, 2009). Em Indiaroba, as áreas de pastagem, destinadas a pecuária extensiva, aparecem associadas à citricultura e a cultivos temporários. Na área em estudo predomina o rebanho bovino, criado predominantemente de forma extensiva e destinam-se à produção de carne.

A pesca também incrementa a economia dos dois municípios, gerando emprego e renda para uma parcela considerável da população local, porém sendo menos estruturada em Jandaíra, onde é praticada predominantemente de forma artesanal, apresenta baixos índices de produção e utiliza equipamentos bastante rudimentares. No espaço de contato, os recursos pesqueiros são abundantes, sobretudo no sistema estuarino Piauí/Real que apresenta uma elevada produtividade biológica, sendo considerado um berçário de variadas espécies de peixes e outros animais. Vale ressaltar que o abastecimento público dos municípios de Indiaroba e Jandaíra utiliza as águas do rio Real.

A prática da carcinicultura teve início em Jandaíra, através da empresa Lusomar Maricultura Ltda, pertencente ao grupo português BRASMAR e instalada em 1993, na Fazenda Lagoa Vermelha, localizada na desembocadura do rio Tabatinga, afluente da margem direita do rio Real, ocupando uma área de 420 hectares, possuindo mais de 100 viveiros (COSTA 2011; RIOS, 2012). Esta empresa gerou mais de 600 vagas de emprego na região, que foram preenchidas por pessoas residentes no município e em áreas circunvizinhas, pois

Figura 37: “Efeito Borda” em Jandaíra/BA e Indiaroba/SE, 2016.



segundo Costa (2011), 60% da sua mão de obra era proveniente do município de Indiaroba, o que pode ser atribuído à contiguidade espacial entre os dois municípios, que caracteriza as horizontalidades.

A Lusomar atuou no mercado durante muitos anos, possuindo em sua estrutura unidades de larvicultura, engorda e beneficiamento do camarão por ela cultivado e/ou proveniente de outros empreendimentos (Figura 38). A empresa possuía em Jandaíra unidades de comercialização e beneficiamento, onde eram produzidos camarão inteiro, camarão descascado e camarão sem cabeça. Os camarões de melhor qualidade produzidos pela empresa, levando em conta o tamanho, coloração e textura, eram exportados para Espanha, França, Portugal, Estados Unidos e Bélgica, enquanto que os de qualidade inferior ficavam no mercado interno.

Figura 38: Empresa Lusomar.



Fonte: www.mlt.net.br, (2007).

Em 2005, de acordo com o Mapeamento dos Conflitos Socioambientais relativos à carcinicultura no estado da Bahia elaborado pela Rede Manguemar (2007), foi aprovada uma linha de crédito financiada em R\$ 32,7 milhões pelo Banco do Nordeste (BNB), que possibilitou a Lusomar triplicar sua capacidade diária de processamento

De acordo com estudo realizado por Sampaio *et al.* (2005) sobre os impactos socioeconômicos da carcinicultura na Região Nordeste, constatou-se que o número de empregos com carteira assinada oriundos da carcinicultura em Jandaíra foi de 63% e a participação do setor nas receitas tributárias foi de 25,6%. Dessa forma, fica evidente que esta

atividade foi responsável, individualmente, por maior geração de emprego formal e foi de grande importância para a economia local.

Embora essa atividade gere divisas e empregos, foi acompanhada de sérias modificações nos ecossistemas costeiros, tendo em vista que os empreendimentos estão instalados em uma área de planície costeira, que comportam ecossistemas de restinga e manguezal, afetados pela retirada da cobertura vegetal, escavações e aterramento de áreas. Os resíduos gerados pelos tanques ocasionam a contaminação das águas fluviomarinhas pelo despejo de produtos químicos, antibióticos e do conservante químico denominado metabissulfito (COSTA, 2011).

Durante o período de funcionamento da Lusomar, segundo o relato de algumas pescadoras e marisqueiras de Indiaroba e Jandaíra, foi grande a mortandade de algumas espécies do mangue, sobretudo do caranguejo, ocasionada pelo despejo de produtos químicos no rio Real. As atividades da empresa ocasionaram também a degradação de áreas de manguezal e de mata ciliar às margens do rio Tabatinga, bem como supressão da mata de restinga com prejuízos à fauna e à flora existentes nesse bioma. A Lusomar realizou a exploração de recursos minerais e de água subterrânea sem licença ambiental e permissão da Secretaria de Recursos Hídricos da Bahia. A empresa ampliou suas atividades, desconsiderando os danos que impingia à natureza e à sociedade ao desobedecer às regras estabelecidas por órgãos ambientais, como o IBAMA e o INEMA, o que acarretou a Lusomar o pagamento de multas e embargos, como mostra relatório confeccionado pela Rede MangueMar (2007).

Em outubro de 2005, o IBAMA constatou que a fazenda só possuía uma licença ambiental emitida em 2000. O laboratório não possuía licença para ampliação. Os viveiros foram construídos sobre manguezais e restingas, às margens do rio Tabatinga. Os resíduos e a água da despesca eram lançados diretamente no manguezal, sem nenhum tipo de tratamento. Em novembro de 2005, a empresa foi embargada, sofreu a interdição das atividades e recebeu multa de 3 milhões de reais pelo IBAMA, pelo despejo de antibióticos e produtos químicos sem tratamento no rio Tabatinga, além da destruição parcial do manguezal e da vegetação de restinga e a falta de licença de operação (auto de infração nº367903D). O Ibama enquadrou a Lusomar no artigo 60 da Lei de Crimes Ambientais (9.605/98) e no artigo 44 do Decreto Federal 3.179/98 e interditou as atividade de ampliação em 98 hectares. Em abril de 2007, o MPE realizou inspeção na área do empreendimento com o objetivo de averiguar invasões em Áreas de Preservação Permanente e outras irregularidades ambientais. O Núcleo Mata Atlântica do MPE, analisou imagens de satélite do empreendimento e constatou que foram invadidos pelo menos 118 hectares de Área de Preservação Permanente (Cf. Relatório Técnico de Geoprocessamento, 06.06.2007, Núcleo Mata Atlântica, MPE-BA) (MANGUEMAR, 2007, p. 5).

No Povoado Pontal em Indiaroba, conforme Suzart (2015), os tanques da empresa Lusomar, ao despejarem produtos químicos diretamente no rio Real, causaram a mortandade de crustáceos, mariscos e peixes, afetando as marisqueiras e suas famílias, que tiveram dificuldade em adquirir tais produtos tanto para subsistência quanto para comercialização, passando então a se dedicar a extração da mangaba, ao cultivo do coco e a trabalhar como diaristas. A água utilizada na carcinicultura é rica em matéria orgânica e nutrientes, sobretudo o fósforo e nitrogênio, provenientes dos restos da ração utilizada nessa atividade, das fezes dos camarões e dos fertilizantes. Dessa forma, ocorre a poluição dos tanques sob a forma de matéria orgânica, que estimula a produção adicional de fitoplâncton, promovendo a eutrofização das águas, comprometendo assim sua qualidade e alterando profundamente o ecossistema (CARVALHO; FONTES, 2007).

Na área em estudo, a carcinicultura também ocasionou impactos socioeconômicos, pois está associada a vários tipos de mudanças no uso da terra, sendo mais amplamente divulgada a conversão dos manguezais em viveiros de camarão. Assim, o desenvolvimento da carcinicultura gerou impactos nas áreas de uso de pescadores artesanais e marisqueiras, pois a instalação das fazendas de cultivo de camarão em viveiro ocorre em sua maioria sobre o ecossistema manguezal, ambiente essencial para o desenvolvimento da mariscagem, uma das principais atividades realizadas pelas comunidades pesqueiras e que depende diretamente dos recursos naturais disponíveis.

Contudo, mesmo diante dos danos ambientais e socioeconômicos, a Lusomar continuou funcionando até 2013, quando declarou falência e fechou suas instalações em Jandaíra. No município, que já abrigou uma das maiores fazendas de camarão da Bahia, atualmente a carcinicultura deixou de ser desenvolvida, e o fechamento da empresa afetou a economia tanto de Jandaíra quanto de Indiaroba, posto que a maior parte dos funcionários da Lusomar eram moradores desses dois municípios.

A empresa foi beneficiada durante o período que permaneceu no município com isenções fiscais. A partir do momento que estes benefícios cessaram, a empresa deixou de atuar no município, deixando para trás uma dívida junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), referente a empréstimo contraído em 2005. Segundo o site do Movimento Luta pela Terra (MLT), que atua na região de Jandaíra, essa dívida nunca foi paga e, atualmente, com os juros gerados ano após ano, além de outros encargos fiscais, a empresa deve ao Governo brasileiro aproximadamente R\$ 50 milhões.

De acordo com informações do site do MLT, confirmadas no trabalho de campo, cerca de 300 famílias ocuparam no dia 14 de novembro de 2014 a fazenda Lusomar Maricultura, localizada nas fazendas Lagoa Vermelha e Mato D'Água, e reivindicam sua desapropriação para efeitos de reforma agrária. O MLT tem lutado para sensibilizar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a acelerar o processo de desapropriação da área e distribuí-la entre agricultores baianos e sergipanos, que ainda não possuem terra (www.mlt.net.br).

O MLT vem buscando implantar nessa área um projeto voltado para a aquicultura, através da policultura de espécie, visando à produção de camarão, tilápia e bijupira. De acordo com o site do MLT, para a desapropriação da área não seria necessário alocar recursos do Governo Federal para a compra dos hectares, dado que a dívida acumulada da Lusomar junto ao BNB seria revertida para a desapropriação. O projeto mostra-se viável, pois os viveiros cavados que pertenciam a Lusomar estão em boas condições de uso e como boa parte dos ocupantes da fazenda eram trabalhadores da empresa e tem experiência no cultivo de camarão, a qualidade da produção pode ser garantida. Tal ação poderá contribuir para geração de renda e elevação das condições de vida desta parcela da população local, que atualmente enfrenta grandes dificuldades para garantir a própria subsistência.

A instalação da Lusomar afetou de forma negativa a reprodução biológica de várias espécies aquáticas tanto em Jandaíra quanto em Indiaroba, comprometendo a reprodução social e econômica das comunidades locais. Neste contexto, observa-se que as horizontalidades ao favorecerem a expansão de atividades econômicas, gerando integração, ocasionam também conflitos e desordens, pois os efeitos da carcinicultura desenvolvida em Jandaíra foram sentidos em Indiaroba. Contudo, de acordo com o prefeito de Indiaroba, com o fechamento da Empresa de Carcinicultura Lusomar, em 2013, observou-se a volta de alguns mariscos que haviam desaparecido, como por exemplo, o camarão nativo e o siri. Esta atividade deixou de ser desenvolvida em Jandaíra, porém continua sendo praticada em Indiaroba, onde vem apresentando um aumento na produção e no número de estabelecimentos dedicados a carcinicultura.

Em Indiaroba, o extrativismo é uma importante atividade econômica desenvolvida pelas catadoras de mangaba, garantindo-lhes a sobrevivência associada a atividades como a pesca de aratu, sururu, peixes e mariscos. A mangaba inicialmente era coletada em terrenos onde não eram desenvolvidas atividades produtivas ou que não possuíam um proprietário, havendo facilidade de acesso aos frutos, pois não existiam cercas que impedissem o acesso

das catadoras. De acordo com Rocha (2012), até a década de 1950 a mangaba não era um produto de grande valor comercial, sendo coletada apenas para o próprio consumo das catadoras. Posteriormente, com a valorização do produto as catadoras começaram a se deslocar dos povoados da Planície Costeira e da Superfície Dissecada para vender a mangaba nas feiras livres de municípios próximos, negociando também com alguns estabelecimentos comerciais ou com os chamados “intermediários” no próprio povoado.

Nos anos 1990 ocorrem significativas mudanças nas condições de acesso às áreas de coleta da mangaba em Indiaroba, sobretudo com o incremento dos investimentos públicos na região e com a diversificação das atividades econômicas no município, com destaque para a expansão do turismo e da carnicultura, que promoveram uma grande valorização do solo, intensificado assim o loteamento e o cercamento de novas áreas para veraneio e construção de segundas residências.

Apesar das catadoras de mangaba dependerem do uso dos recursos naturais para sua reprodução social, ao longo dos últimos anos, com a privatização e valorização das terras, os novos proprietários vem impedindo o acesso aos territórios tradicionalmente utilizadas para coleta dos frutos. Algumas catadoras de mangaba relataram durante o trabalho de campo que prestam serviços domésticos aos moradores das casas de veraneio, como uma forma de complementar sua renda e negociar com os proprietários o acesso às áreas de extração, pois embora ainda existam campos conservados de mangabeira no município, vem havendo uma redução das áreas de uso comum, o que dificulta a atividade extrativista.

Desta forma, ocorre desterritorialização e desintegração da solidariedade local que havia sido estabelecida em Indiaroba através das horizontalidades, uma vez que as formas de produção pré-existentes foram modificadas. Assim, emergem conflitos sociais que envolvem as catadoras de mangaba, os caseiros e os proprietários de terra, posto que para as catadoras é imprescindível o livre acesso para prática do extrativismo vegetal, que constitui um importante meio de subsistência e manutenção das suas famílias. As catadoras, como não reconhecem os caseiros como responsáveis pela propriedade, constantemente entram em conflito com eles, alegando que pelo fato dos mesmos não serem os donos das terras, não podem impedi-las de ter acesso às mangabeiras.

As catadoras embora reconheçam a existência de propriedades particulares, consideram que a maioria das mangabeiras nelas existentes não tem dono, pois não foram plantadas por ninguém. Desse modo, as catadoras continuam entrando nas propriedades para

o exercício de suas atividades extrativas, muitas vezes sem a permissão dos donos, necessitando coletar o fruto durante a madrugada para não serem pegas.

Os conflitos também são ocasionados pela disparidade entre o aumento do número de catadoras e a redução das mangabeiras, num contexto de ampliação da demanda do produto e das oportunidades de comercialização. Nessas circunstâncias, crescem as disputas entre as catadoras de mangabas sem terra, que não têm outro lugar para coletar, e as catadoras que coletam na área pertencente a sua família, podendo estas últimas escolher onde e quando catar os frutos. As catadoras também divergem no que diz respeito à conservação das áreas de coleta da mangaba, pois, segundo elas, algumas coletoras quebram as plantas e catam frutos verdes, o que aumenta o risco de diminuir a produtividade.

Atualmente, em virtude da grande valorização comercial da mangaba nos mercados regionais e de políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que compra regularmente os frutos coletados, observa-se a possibilidade de auferir melhores preços com a comercialização da mangaba. Dentro dessa perspectiva, mais pessoas são estimuladas a realizar o extrativismo como atividade econômica, inclusive os donos da terra e seus caseiros que passam a comercializar a mangaba que anteriormente era coletada para consumo doméstico. Na safra de verão, de dezembro a fevereiro, quando há uma maior disponibilidade de frutos de melhor qualidade, aumenta a concorrência entre as catadoras, e entre estas e os demais coletores pelo acesso às áreas de coleta, intensificando assim os conflitos ambientais e territoriais.

As catadoras de mangaba iniciaram as suas participações no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no final de 2007 e início de 2008, através da Associação Comunitária do Pontal em parceria com a Associação de Cooperação Agrícola dos Assentados da Região Sul (ASCOSUL). Inicialmente, nem todas as catadoras de Indiaroba participaram do programa, dado que enquanto os atravessadores compravam e pagavam de imediato, no PAA elas recebiam um valor maior, mas só pago mensalmente.

Somado à questão financeira, também preocupava as catadoras a possibilidade de perder os recursos provenientes do defeso do caranguejo e da pesca, pois algumas estão cadastradas como pescadoras, e para ter acesso ao PAA é necessário que as catadoras estejam cadastradas como agricultoras, o que é realizado através da Declaração de Aptidão ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Contudo, de acordo com as catadoras entrevistadas, as mesmas continuam recebendo os benefícios Bolsa Família e seguro pesca, a despeito de participarem do PAA.

O extrativismo é de grande importância para subsidiar a reprodução social e econômica de algumas comunidades tradicionais, que tem seus modos de vida diretamente relacionados a esta atividade. As populações locais dependem socioeconomicamente dessa atividade, e ao desenvolvê-la, contribuem tanto para a conservação dos recursos naturais, pois ajudam a conter os desmatamentos, quanto colaboram para resguardar os saberes e práticas associadas ao seu manejo. As catadoras de mangaba foram reconhecidas como um grupo culturalmente diferenciado pela Lei nº 7.082, de 16 de dezembro de 2010, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, que possibilita a inserção das coletoras em projetos dos governos Federal e Estadual que contemplem as comunidades tradicionais.

Segundo Rocha (2012), apenas recentemente ocorreu um aumento das iniciativas de ação coletiva e da organização social das catadoras de mangaba, que reivindicam uma identidade associada ao acesso livre aos recursos naturais nos lugares onde residem, tendo sido reconhecidas nos últimos anos como sujeitos de direitos específicos.

A necessidade de organização em defesa dos modos de vida e do sustento das catadoras de mangaba, ameaçados pelo desmatamento de campos nativos de mangabeiras, levou a criação do Movimento de Catadoras de Mangaba de Sergipe (MCM), criado em 2007. Este Movimento tem por objetivo organizar a luta em torno da preservação das áreas nativas de mangabeiras, garantir acesso às plantas pelas catadoras de mangaba, como também incentivar o plantio, por aqueles que têm pequenas áreas, para garantir a continuidade do extrativismo da mangaba.

Algumas catadoras do município são associadas ao Movimento de Catadoras de Mangaba de Sergipe (MCM), criado em 2007, que promove mobilizações e cursos de capacitação e desencadeou entre as mulheres extrativistas um processo de identificação coletiva como catadoras de mangaba. Em Indiaroba, existem hoje associações de catadoras de mangaba, destacando-se a Associação das Catadoras de Mangaba e Indiaroba (ASCAMAI), localizada no povoado Pontal, criada em 2009, que busca desenvolver ações ecologicamente sustentáveis e que promovam o desenvolvimento socioeconômico das catadoras.

Nos territórios onde ocorre a coleta da mangaba foi implantado em 2011 o Projeto “Catadoras de Mangaba, Gerando Renda e Tecendo Vida em Sergipe”, que vem sendo realizado pela ASCAMAI e patrocinado pela Petrobras através do Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania, em parceria com a Universidade Federal de Sergipe e do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe (Figura 39). Este Projeto tem por objetivo contribuir para o fortalecimento e sustentabilidade das comunidades extrativistas, e vem

promovendo a difusão da agroecologia e dos princípios do associativismo e do cooperativismo.

Figura 39: Associação das Catadoras de Mangaba e Indiaroba (ASCAMAI).



Foto: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

A ASCAMAI hoje possui sede própria, pois em 25 de março de 2015 foi inaugurada a Unidade de Processamento e Beneficiamento de Frutos Tropicais da comunidade de Pontal, onde as catadoras dispõem de uma cozinha com todos os equipamentos necessários para o beneficiamento da mangaba, e através do programa da Petrobras a associação conseguiu adquirir dois veículos. Este programa estimulou o processamento dos frutos sob a forma de bombons, biscoitos, licor, geléia, compota, bolinho, torta, alfajor, brigadeiro, pão de mel e enroladinho de mangaba, fornecendo também recipientes e rótulos para comercialização dos produtos (Figuras 40 e 41).

Figura 40: Sede da Associação das Catadoras de Mangaba em Indiaroba (ASCAMAI).



Foto: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

Figura 41: Catadoras de mangaba beneficiando o produto na ASCAMAI.



Foto: Carla Norma Correia dos Santos/2016.

O Projeto “Catadoras de Mangaba, Gerando Renda e Tecendo Vida em Sergipe”, possibilitou que as catadoras associadas da ASCAMAI participassem de oficinas como a de Agroecologia, de Beneficiamento dos Produtos, de Segurança Alimentar e Nutricional e de Tecnologia Social. Esta última oficina permitiu o desenvolvimento do secador solar, utilizado para desidratar os frutos sem o uso de aditivos químicos e sem a utilização de matéria-prima

industrializada, o que permite a confecção de produtos que conservem um alto grau de nutrientes e com baixo teor de açúcar (Figura 42).

Figura 42: Secador solar na ASCAMAI.



Foto: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

A ASCAMAI forneceu a Prefeitura de Indiaroba, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bolinho de mangaba e a polpa da fruta para merenda escolar até 2015, quando perdeu a licitação, pois alguns concorrentes apresentaram um produto mais barato do que os oferecidos pela associação. Atualmente a ASCAMAI possui uma loja na Feira do Turista, em Aracaju, onde comercializa e distribui seus produtos, que também são vendidos em algumas feiras culturais, em alguns eventos e até mesmo na sede da Petrobras.

A organização social das catadoras facilitou a comercialização da mangaba no PAA, que priorizou a aquisição de frutos de membros das associações. Este programa implantado em Indiaroba promoveu uma melhor remuneração na comercialização da mangaba. A valorização da mangaba estimulou os homens, que antes só participavam quando não estavam desenvolvendo nenhuma atividade econômica, a realizarem a coleta dos frutos, o beneficiamento e o transporte dos produtos.

A compra da mangaba pelo PAA foi suspensa desde 2014, por algumas questões burocráticas relacionadas ao cadastramento das catadoras, que hoje comercializam as frutas nas feiras livres e com os atravessadores que atuam localmente e comprem a mangaba por R\$ 25,00 ou R\$ 30,00 a caixa e revendem o produto por R\$ 50,00 e até R\$ 100,00. No entanto, durante o trabalho de campo, as catadoras entrevistadas afirmaram que a safra de mangaba de

2015 foi fraca, e como a demanda está grande o preço da fruta subiu bastante, acirrando a disputa pelo acesso aos territórios de coleta.

Assim, algumas catadoras conseguem estabelecer uma negociação com os caseiros, dividindo os frutos da coleta, localmente conhecido como coleta de meia, ou comprando dos caseiros as mangadas coletadas nas propriedades. De acordo com as catadoras entrevistadas, atualmente diante da dificuldade de acesso as áreas de coleta, algumas mulheres estão se deslocando para Bahia, atravessando o rio Real, para catar a mangaba, em propriedades particulares, até mesmo sem a permissão dos donos das terras.

Diante do temor de alguns proprietários de terem suas terras expropriadas mediante a discussão da implantação de uma área de Reserva Extrativa (Resex) no Litoral Sul de Sergipe e da maior mobilização das catadoras de mangaba, que reivindicam um livre acesso as áreas de coleta, as situações de conflito no município foram intensificadas. Os proprietários aumentaram a vigilância e o cercamento de suas terras, impedindo a entrada das catadoras de forma ostensiva e até agressiva, justamente num contexto de maior valorização e escasseamento dos frutos, tornando necessário à implantação de novos arranjos para que as catadoras tenham acesso aos frutos, dado que os acordos históricos entre os donos das terras e as coletoras foram quebrados.

Em 2015, foi criada a Cooperativa de Economia Solidária de Mulheres Extrativistas de Sergipe (COOPMESE), da qual as catadoras de mangaba de Indiaroba fazem parte e que vem ajudando-as a garantir a manutenção da prática do extrativismo. Esta cooperativa auxilia as catadoras na tomada de decisões coletivas para suas ações, exercitando de forma democrática a construção de projetos que buscam melhorar as condições de vida e a renda das comunidades tradicionais.

Num momento de redução do acesso ao fruto e do acirramento de conflitos entre as catadoras e os proprietários em Indiaroba, a participação das coletoras na cooperativa é de grande importância para fortalecer o Movimento das Catadoras de Mangaba e a luta pela garantia do direito a terra por meio da criação da Reserva Extrativista, tendo em vista que a demarcação do ecossistema de restinga é imprescindível para reprodução econômica e social das comunidades tradicionais extrativistas. Neste cenário, as ações construídas localmente, que caracterizam as horizontalidades, geram uma interdependência entre espaços internos que podem contribuir para o fortalecimento do conjunto, através da participação da sociedade em prol de interesses coletivos.

Embora o Estado de Sergipe tenha uma das mais significativas áreas de ocorrência de remanescentes de mangabeiras do país, o desenvolvimento de atividades ligadas ao ramo turístico e imobiliário, a carcinicultura e a implantação de grandes culturas, a exemplo dos coqueirais, canaviais e pastagens têm sido as principais causas da redução da vegetação nativa. As ações de políticas públicas de infraestrutura turística também promoveram o corte das mangabeiras, ocasionando profundas transformações nos campos naturais da mangaba em Indiaroba que comprometeram a manutenção dos modos de vida tradicionais. Tal situação evidencia que ações comandadas por interesses externos ao município (verticalidades), ao se relacionarem com os interesses internos (horizontalidades), terminam por interferir na construção dos territórios e a lhes conferir novas funções, quase sempre desestruturando as anteriores.

No atual estágio da globalização vem ocorrendo uma maior conexão entre os territórios através das redes, numa lógica reticular (verticalidades) que favorece formas de organização mais flexíveis e conectadas ao mercado global. As catadoras vêm utilizando as redes, em especial o Facebook, e o website www.catadorasdemangaba.com.br, para ressaltar a importância do extrativismo da mangaba e fortalecer seu discurso e sua identidade econômica, social e cultural.

As postagens no Facebook e no website funcionam como uma “janela virtual”, onde são divulgados produtos confeccionados pelas catadoras, notícias, fotografias, vídeos, artigos e publicações sobre as catadoras de mangaba, o que tem contribuído para fortalecer o discurso das mulheres extrativistas ante os que detêm o poder de perpetuar ou aniquilar esse trabalho comunitário e cultural (Figura 43). As redes sociais também possibilitaram a sociedade conhecer, opinar e promover a ascensão dessa cultura antes desconhecida pela maioria, inclusive dentro de seu próprio estado. Assim, a verticalidade, ao retirar dos atores locais os elementos de comando, é considerada desagregadora, entretanto ao reordenar os territórios a partir de interesses específicos que possibilitam uma maior interação econômica, cultural e espacial, é também qualificada como reestruturadora.

Figura 43: Pagina do Facebook Catadoras de Mangaba, Gerando Renda e Tecendo Vida em Sergipe.



Fonte: <https://www.facebook.com/catadoras.demangaba/>

No que se refere ao desenvolvimento do turismo, os dois municípios estão localizados em regiões turísticas, tendo sido contemplados por projetos do Ministério do Turismo, e beneficiados pelo PRODETUR-NE que investiu na construção de materialidades geográficas, como pontes e rodovias, que favoreceram a acessibilidade a Jandaíra e Indiaroba. A expansão da atividade turística do litoral da Bahia até Sergipe foi impulsionada pela melhoria e estruturação das Rodovias SE-100 sul e SE-318, pela abertura da BA 099 (Linha Verde) e pela construção de complexos hoteleiros ao longo dessa rodovia, favorecendo o município de Indiaroba, que tem a função de principal porta de entrada do fluxo rodoviário do Litoral Sul de Sergipe.

O povoado Mangue Seco destaca-se como destino turístico de Sergipe, e embora esteja localizado no Estado da Bahia, devido à proximidade geográfica, abre oportunidades de trabalho e renda para parte da população residente no município de Indiaroba, que trabalha em estabelecimentos comerciais, como restaurantes, bares e pousadas em Mangue Seco. O acesso dos turistas a Mangue Seco é realizado através do povoado Pontal, situado às margens do Rio Real, que pertence a Indiaroba, o que impulsionou o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo nessa localidade, como a instalação de restaurantes, uma pousada, a comercialização de artesanato, o transporte em lanchas que realizam o traslado até Mangue Seco e o estacionamento de veículos para os turistas que se deslocam de barco para as praias da Bahia, que é disponibilizado por “flanelinhas” (Figura 44).

Figura 44: Estacionamento no povoado Pontal em Indiaroba.



Foto: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

De acordo com Lima (2013), Terra Caída apresenta um grande potencial para o desenvolvimento do turismo gastronômico, pois o povoado e a praia fluvial de São José contam com restaurantes e peixarias rústicas que comercializam pescados e frutos do mar. Ainda segundo esta autora, Terra Caída é uma área também favorável ao turismo ecológico e fluvial, visto que a disponibilidade de embarcações náuticas para a realização de passeios tanto em praias e ilhas sergipanas quanto baianas tem atraído um crescente número de visitantes e turistas. Neste povoado é ofertada a travessia em lanchas ou barcos à vela para o povoado Mangue Seco, distante trinta minutos de barco, ao preço de R\$ 120,00 para cinco pessoas, ida e volta, constituindo assim uma possibilidade de complementação de renda para os pescadores locais. Neste contexto, em Indiaroba e Jandaíra, as horizontalidades são estabelecidas a partir de relações econômicas, sociais e culturais, possibilitando que um único produto turístico, Mangue Seco, promova a geração de emprego e renda para uma considerável parcela da população dos dois municípios.

Em Indiaroba e Jandaíra ocorrem mudanças ocasionadas pela chegada do capital turístico e imobiliário e a população local busca novas formas de organização em prol de suas necessidades, que constituem movimentos de resistência. A comunidade local que representa as horizontalidades se organiza solidariamente em função de seus interesses e os moradores antigos continuam tendo acesso, mesmo de forma limitada, aos recursos naturais que anteriormente eram abundantes e facilmente disponíveis. Na área em estudo, além do

reflorestamento, a expansão imobiliária e o turismo constituem verticalidades coordenadas por interesses externos à região, onde o Estado e o capital se articulam, dotando o território litorâneo de novas formas e funções.

As verticalidades e horizontalidades expressam-se nesse processo de transformações de formas e funções territoriais, que se caracterizam pelo rompimento de estruturas econômicas tradicionais e a chegada de novos agentes econômicos. Particularmente em Jandaíra, as verticalidades passam a se impor pela ação governamental e pela força econômica representada por grandes capitais nacionais e internacionais vinculados às atividades imobiliárias e do turismo.

Em Jandaíra, o povoado Costa Azul embora ainda seja pouco explorado pela atividade turística, foi escolhido para receber vultosos investimentos de empresários internacionais para construção de complexos hoteleiros tipo resorts associados ou não a condomínios de segundas residências, de propriedade de grupos estrangeiros na sua maioria europeus, que vem se instalando no Litoral Norte da Bahia. Na praia de Costa Azul, existe a previsão da construção quatro grandes empreendimentos turísticos e imobiliários de porte internacional, que deverão gerar novos empregos para os moradores do município e da região, como a Paraíso Rio Real/Fazenda da Onça, o Costa Azul Bahia Golf Resort, o Costa Azul Beach Resort, e o Resort Bela Vista ou Ecoturismo Residencial Bela Vista (Tabela 11).

Tabela 11: Empreendimentos Turísticos, Hoteleiros e Imobiliários em Jandaíra.

Empreendimento	Origem	Situação	Investimento (US\$)
Costa Azul Bahia Golf Resort e Cond./Invisa	Espanha	Em construção	312.500.000
Costa Azul Beach Resort	Portugal	Em Projeto	50.000.000
Paraíso Rio Real /Fazenda Onça	Bélgica	Construído	18.750.000
Ecoturismo Residencial Bela Vista	Itália	Em Licenciamento	11.000.000

Fonte: SETUR-BA/ SUINVEST / SEMA/ DUC – 2010.

Organização: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

Todos esses empreendimentos possuem lotes de terra já adquiridos e seus projetos estão em desenvolvimento, com alguns deles já em processo de licenciamento ambiental ou sendo construídos. Desses empreendimentos, turísticos apenas o Costa Azul Bahia Golf Resort tem EIA (Estudo de Impacto Ambiental) e RIMA (Relatório de Impacto Ambiental), aprovado pela SEMA (Secretaria do Meio Ambiente da Bahia). Este empreendimento pertence ao grupo espanhol Invisa Internacional Hotéis Ltda., que adquiriu a fazenda Costa

Azul, que possui quase 9.000.000 m² e 2,4 km de praia, onde se pretende implantar um complexo turístico com cinco hotéis, cada um com 500 apartamentos, integrado a um condomínio de segundas residências, com cerca de 1500 casas e um campo de golfe.

O Costa Azul Bahia Golf Resort, diante da possibilidade de criar novos postos de trabalho e assim melhorar as condições de vida, vem gerando uma grande expectativa na população local, considerando que existe a previsão oficial que mais de cinco mil empregos sejam gerados (Figura 45). Além das belezas paisagísticas de Jandaíra, um grande incentivo à instalação deste empreendimento no município é o pagamento progressivo de ISS (Imposto Sobre Serviços) que ficou acordado entre a Prefeitura de Jandaíra e a Invisa, que começará pagando taxas de 1,5% e progressivamente deverá atingir o máximo de 5%.

Figura 45: Construção do Costa Azul Bahia Golf Resort em Costa Azul (Jandaíra).



Fonte: Carla Norma Correia dos Santos/2016.

De acordo com entrevistas realizadas com o gestor local e alguns membros da comunidade, verificou-se que através de uma parceria estabelecida entre o grupo Invisa, o Governo do Estado da Bahia, a Prefeitura Municipal de Jandaíra, o SENAC e o Serviço Social do Comércio (SESC) estão sendo realizados cursos de capacitação em hotelaria, culinária, construção civil, eletricidade e telefonia. Dessa forma, espera-se capacitar a população local, para que esta seja inserida no mercado de trabalho como uma mão de obra qualificada.

Contudo, é conveniente ressaltar que os empreendimentos de porte internacional instalados no Litoral Norte da Bahia, tiveram suas vagas de emprego preenchidas quase

integralmente por trabalhadores residentes na região metropolitana de Salvador, que se deslocam diariamente em transportes contratados pelas administrações dos empreendimentos. Nesse contexto, se questiona se a população de Jandaíra realmente irá conseguir bons empregos e melhorar de vida com a implantação dos *resorts* internacionais ou apenas será absorvida em postos de baixa qualificação e remuneração para prestação de serviços.

Ainda de acordo com o gestor local, foram realizadas audiências públicas para discutir a viabilidade, a infraestrutura do projeto e as responsabilidades concernentes à obra. Nessas audiências, o grupo Invisa apresentou um projeto de reutilização da água que será usada no empreendimento, que deverá passar por uma estação de tratamento e será empregada para irrigar os campos de golfe e os jardins. O Grupo Invisa também pretende transformar o lixo orgânico produzido no empreendimento em adubo que também deverá ser utilizada nos campos de golfe e jardins. Como na área onde será implantado o empreendimento as catadoras de mangaba costumam coletar os frutos, a prefeitura intermediou um acordo que garantisse o acesso das catadoras, mediante prévio cadastramento das mesmas para terem acesso à propriedade.

A localidade Costa Azul necessita de investimentos em obras de infraestrutura, sobretudo a implantação de um sistema de abastecimento de água que contemple essa recente expansão. Esta área também apresente problemas relacionados à ausência de sistema de distribuição de água e a coleta irregular do lixo doméstico, motivo de grande preocupação, pois o lençol freático dessa localidade é muito raso e existe um sério risco de contaminação, caso os dejetos venham a ser acondicionados de uma forma inadequada (Figura 46).

Figura 46: Disposição inadequada de resíduos sólidos no povoado Costa Azul (Jandaíra).



Fonte: Carla Norma Correia dos Santos/2016.

O povoado deverá despontar como um destino turístico, o que torna a instalação de sistemas de esgoto essencial ao desenvolvimento sustentável desta atividade, considerando que atualmente grande parte da população local utiliza fossas rudimentares. O acesso ao povoado é realizado através de uma estrada de piçarra, bastante precária, que se torna intransitável durante o período chuvoso (Figura 47). Em Costa Azul, o produto turístico é baseado nas belezas naturais singulares existentes, e dessa forma é necessário que medidas sejam tomadas para garantir que a reestruturação econômica que o povoado deverá passar não promova a degradação dos recursos naturais.

Figura 47: Estrada de acesso ao povoado Costa Azul (Jandaíra).



Fonte: Carla Norma Correia dos Santos/2016.

No contexto atual, o turismo tende a valorizar áreas periféricas, distantes das grandes aglomerações, onde as condições naturais e culturais são bastante atraentes a implantação de empreendimentos turísticos e imobiliários. Contudo, diante da infraestrutura precária existente no povoado Costa Azul, torna-se evidente que serão necessários significativos investimentos públicos e privados para o desenvolvimento turístico dessa localidade, que atualmente só possui uma pousada, evidenciando o processo de transformações das funções e formas a partir das verticalidades orquestradas por interesses externos à região (Figura 48).

Figura 48: Pousada no povoado Costa Azul (Jandaíra).



Foto: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

Mediante a construção do Costa Azul Bahia Golf Resort foram firmados acordos entre a Prefeitura de Jandaíra e o Governo do Estado da Bahia para dotar o povoado Costa Azul, até então “invisível” a investimentos públicos e privados, de infraestrutura necessária para a implantação deste empreendimento, como a instalação de esgotos, água encanada e pavimentação dos 12 km da estrada que interliga a rodovia BA-099 à praia da Costa Azul.

O segundo projeto, pertencente a um grupo português, é o Costa Azul Beach Resort, que prevê a construção de um hotel, um condomínio residencial e uma escola de hotelaria. O terceiro empreendimento é o Paraíso Rio Real, de empresários belgas, que foi implantado na Fazenda Onça, em Cachoeira de Itanhi, numa área de 454 hectares, onde já existem 18 casas construídas, em lotes que variam de 5 a 10 mil metros. Este empreendimento possui uma ampla área de lazer, dotada de um bar-restaurante e um ancoradouro de madeira, de onde diariamente saem passeios de barcos com destino a Mangue Seco.

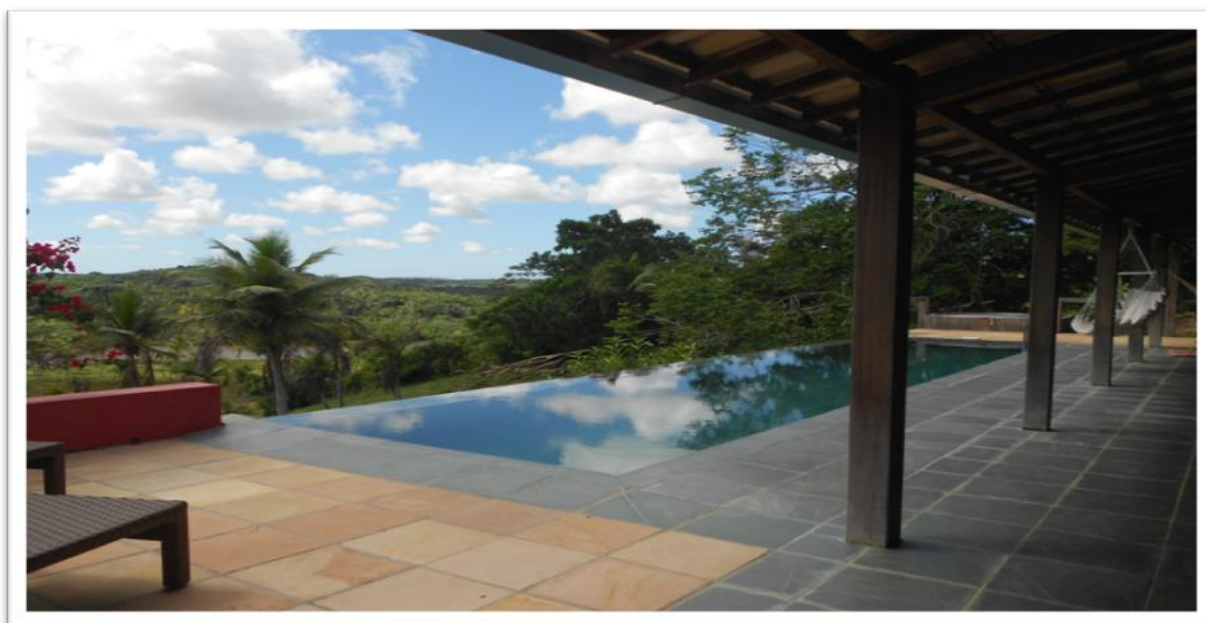
Neste empreendimento, que não possui muros e os limites foram delimitados por cercas, as casas foram construídas em lotes de 5.000 a 15.0000 m², apresentam um alto padrão arquitetônico, são individualmente decoradas, tem piscina privativa e podem acomodar de 04 a 10 hóspedes (Figura 49 e 50). No Paraíso Rio Real apenas duas casas são utilizadas como primeira residência, sendo uma delas ocupada pela administradora dos aluguéis das residências existentes no empreendimento, que é administrado pela empresa INQA, responsável pela manutenção da estrutura física.

Figura 49: Casa no empreendimento Paraíso Rio Real, povoado Cachoeira de Itanhi (Jandaíra).



Fonte: Carla Norma Correia dos Santos/2016.

Figura 50: Casa no empreendimento Paraíso Rio Real, povoado Cachoeira de Itanhi (Jandaíra).



Fonte: Carla Norma Correia dos Santos/2016.

Os proprietários de todas as casas são belgas e ocupam estas residências apenas uma vez ao ano, alugando-as para finais de semana, feriados ou temporadas. O aluguel das casas é realizado pela internet, por sites como o Booking.com, por meio do qual o turista pode reservar sua hospedagem. No site www.paraisorioideal.com e através do Facebook são disponibilizadas informações, bem como descrições detalhadas e fotos de cada residência, utilizando-se como atrativo os recursos naturais, a Mata Atlântica e o Rio Real, e a proposta contrária ao turismo de massa. Desta maneira, as vantagens locacionais possibilitaram incorporá-la aos roteiros turísticos nacionais e internacionais através das redes, que conectam o espaço através da tecnologia, inserindo-os no contexto global.

Em Cachoeira do Itanhi está se produzindo um território de enclaves ou territórios auto-segregados, que se distinguem socialmente do contexto local, devido ao predomínio de grupos de alta renda, tanto nacionais quanto estrangeiros. O empreendimento Paraíso Rio Real, materializado nos investimentos públicos e privados, compõe as verticalidades e utiliza como atrativo turístico os modos de vida peculiares das comunidades locais, que compõem as horizontalidades, promovendo assim a valorização do espaço como um local de contato com a natureza, sossego e refúgio.

Um quarto projeto, desenvolvido por empresários italianos, propõe a construção do Eco Residencial Bela Vista, um condomínio com 40 a 50 residências turísticas, serviços, quadras de tênis e um heliporto, com investimento inicial de aproximadamente R\$ 11 milhões.

Segundo Sobrinho (2011, p. 113), entre os fatores que tornam o Litoral Norte da Bahia bastante atrativo para aquisição de terras e construção de megaempreendimentos turístico-hoteleiro e residencial por investidores estrangeiros, destaca-se:

O preço das terras adquiridas na forma de grandes glebas medidas em hectares (solo rural) que são transformadas em solo urbano mediante a implantação de infraestruturas e serviços. Essa transformação do solo rural em solo urbano oferece maiores possibilidades de uso e de parcelamento em lotes menores com índices urbanísticos mais vantajosos para os empreendimentos hoteleiros e imobiliários gerando maior rentabilidade para os investidores.

Durante o trabalho de campo foi visitado o Resort Pura Vida Bahia, localizado no povoado Abadia, que pertence a um empresário Belga. Este empreendimento é voltado ao ecoturismo e possui apenas dois chalés com piscina particular, localizados no topo de um morro, de onde é possível visualizar o Rio Real (Figura 51). Neste empreendimento existe um

restaurante, que conta com instalações para o desenvolvimento de esportes náuticos e uma área onde é possível acampar.

Figura 51: Casa no Resort Pura Vida Bahia, povoado Abadia (Jandaíra).



Fonte: Carla Norma Correia dos Santos/2016.

As informações sobre este resort estão disponíveis em uma página do Facebook e o aluguel dos chalés ou de espaços para acampar é realizado pela internet, por sites como o Booking.com. Neste contexto, a informação é um importante instrumento na definição de novas feições espaciais, pois as redes conectam espaços distantes e grupos sociais com interesses distintos, o que pode gerar tanto uma aproximação quanto uma segregação.

Este empreendimento turístico é voltado, sobretudo, para um público estrangeiro, seguindo também o modelo de enclave, ou seja, segregado do convívio com a sociedade local e focados no consumo vinculados ao lazer e ao turismo, tais como os demais resorts e condomínios fechados. Tais empreendimentos marcam decisivamente o espaço produzido, tanto na escala da região como nas escalas locais de cada município e de cada povoado, porém com repercussões bastante limitadas no contexto do desenvolvimento local, pois uma parcela mínima da população é envolvida nas atividades produtivas e poucas obras de infraestrutura foram instaladas em Abadia.

A atividade turística em Jandaíra se organizou de forma não planejada e ainda apresenta características locais e regionais, mesmo com a chegada de empreendimentos turísticos estrangeiros. A dificuldade de acessibilidade as praias de Jandaíra impede a chegada de um maior número de visitantes, pois apesar da grande potencialidade turística do

município, as estradas de acesso as localidades litorâneas são bastante precárias. Soma-se a isto, o fato do município está distante dos grandes emissores de turistas, como Salvador (distante 192 km) e Aracaju (100 km).

Atualmente o acesso da sede de Jandaíra à Linha Verde é precário, devido às condições do asfalto, sendo o ingresso ao município pela BR 101 mais fácil, por terem sido realizados investimentos através do PRODETUR NE-I, embora esta rodovia também não esteja em boas condições. A recuperação das vias de acesso ao município poderá beneficiar os moradores e empresários, pois possibilitará a dinamização das atividades econômicas e poderá contribuir para melhorar as condições de vida locais.

Os empreendedores que pretendem investir em Jandaíra solicitaram, além da pavimentação e melhorias das vias de acesso, que o Estado providencie a realização de outras obras de infraestrutura, como implantação de sistema de água encanada, coleta de esgoto e um aterro sanitário, além de um reforço no sistema de energia elétrica, que atualmente é fornecida pelo Estado de Sergipe. Contudo, tais benfeitorias não foram realizadas, o que dificulta o desenvolvimento econômico do município, pois algumas atividades, em especial o turismo, necessitam de investimentos em infraestrutura, imprescindíveis ao seu desempenho e expansão, enquanto geradora de emprego e renda.

A implantação de empreendimentos turístico-imobiliários em Jandaíra poderá intensificar a demanda por serviços básicos, que são insuficientes para atender a população do município. De acordo com os dados do IBGE (2010), 67% dos domicílios de Jandaíra eram atendidos pela rede pública de abastecimento de água, enquanto que 14,96% utilizavam água de poço ou de nascente e 14,37% usava água diretamente de algum rio ou lago e 3,67 utilizam outra fonte de abastecimento de água. No que diz respeito ao destino dos efluentes, ainda segundo os dados do IBGE (2010), 76,38% dos domicílios do município possuem fossas rudimentares, 3,60% utilizam fossas sépticas, 0,22% dos domicílios são ligados à rede geral de esgotos e 3,0% lançam a “céu aberto” seus efluentes, pois não são ligados a rede ou possuem fossas, o que demonstra a precariedade de infraestrutura básica em Jandaíra.

O avanço dos empreendimentos turísticos sobre áreas desprovidas de infraestruturas de serviço de abastecimento de água, energia elétrica e, principalmente a ausência de estruturas adequadas para o esgotamento sanitário, agrava a situação sanitária destes ambientes. As atividades tradicionais são profundamente afetadas, pois os empreendimentos geralmente ocasionam à destruição de ambientes importantes para o desenvolvimento destas e outras atividades econômicas, como manguezais e cursos fluviais,

difícultando também o livre acesso às praias e modificando os tradicionais meios de subsistência da população local.

Em Jandaíra, existe a perspectiva de que a estrutura produtiva regional, baseada na agricultura, na pecuária e na pesca, venha ser substituída por atividades imobiliárias e de serviços, a partir da instalação de condomínios de segunda-residência, de complexos hoteleiros e de *resorts* voltados para o turismo internacional. Tal situação pode promover uma descaracterização da cultura e dos costumes tradicionais, que passam a ser afetados pela inserção de novos valores e de problemas que anteriormente eram pontuais, como o aumento da criminalidade e da prostituição. Do ponto de vista ambiental, a chegada de empreendimentos ligados aos ramos turístico e imobiliário causa grande preocupação, pois espaços extremamente vulneráveis correspondentes a manguezais, dunas, lagoas, praias e restingas passam a ser ocupados, o que pode ocasionar a degradação de áreas ambientalmente frágeis.

O turismo é uma atividade que possibilita diferentes tipos de uso e ocupação do solo, com uma clara diferenciação espacial no tocante à distribuição das atividades produtivas e ocupação da mão de obra. Esta atividade vem sendo priorizada pelos governos estaduais e locais como uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico, a fim de gerar emprego e renda localmente. A chegada de empreendimentos turísticos e imobiliários internacionais, a exemplo do que aconteceu na maior parte dos municípios do Litoral Norte da Bahia, poderá tornar a economia Jandaíra subordinada e dependente dos interesses externos e das oscilações do mercado internacional, deixando o município e a população local vulnerável à lógica global.

As verticalidades vêm sendo disseminadas em Jandaíra, tanto por atores externos quanto internos, que passam a seguir as determinações do mercado mundial, na perspectiva de que este município alcance o crescimento econômico e o desenvolvimento. Neste contexto, as horizontalidades, que estão relacionadas às atividades concebidas e desenvolvidas localmente, também são influenciadas pela penetração dessas verticalidades, pois necessitam se reestruturar para se adequar à racionalidade mercantil dos atores hegemônicos, que nem sempre levam em consideração as demandas e os interesses da comunidade local.

Em Indiaroba, observa-se o predomínio do turismo de base comunitária que se caracteriza pela participação efetiva da população em todas as etapas e pela valorização da cultura local como atrativo turístico, fortalecendo assim as horizontalidades. No município existem algumas pousadas, algumas casas de veraneio e estão sendo implantados

condomínios fechados e alguns loteamentos imobiliários, representando as verticalidades, que foram favorecidos pela construção de pontes e rodovias que facilitaram o acesso às praias. O setor imobiliário vem crescendo no município através de ocupação de terras por parcelamento para fins de segunda residência e veraneio, que poderá repercutir nos padrões de uso do solo, reduzindo a área agrícola, que basicamente era ocupada com agricultura familiar, pecuária e coleta da mangaba (Figura 52 e 53).

Figura 52: Construção de condomínio fechado de Terra Caída em Indiaroba.



Fonte: Carla Norma Correia dos Santos/2016.

Figura 53: Venda de lotes em condomínio fechado de Terra Caída em Indiaroba.

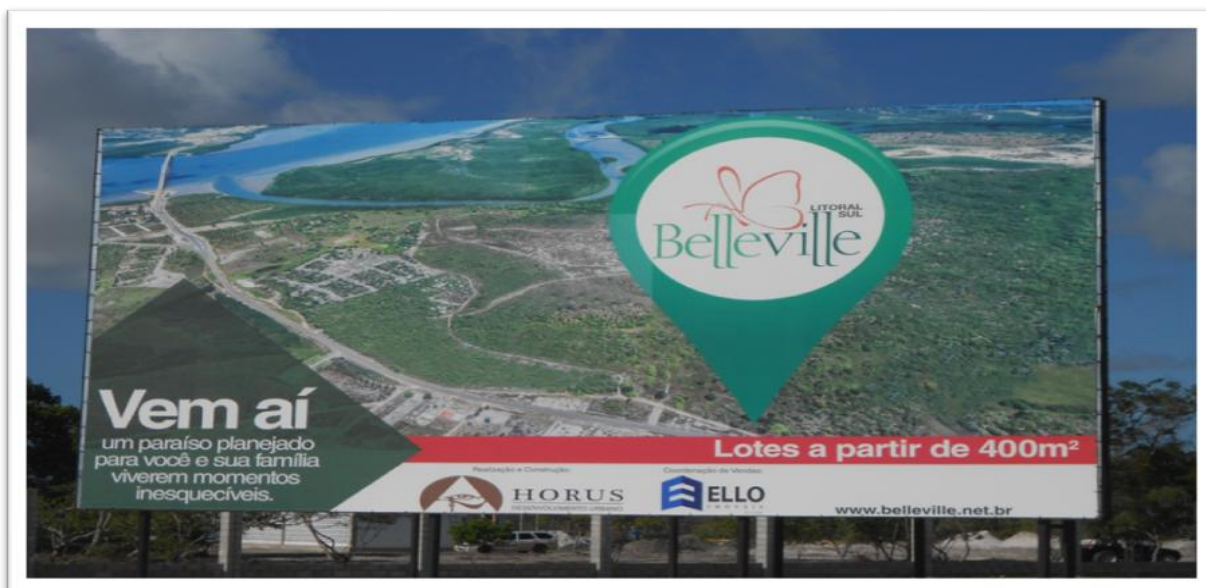


Foto: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

A construção de pontes e de rodovias intensificou a implantação de empreendimentos turísticos e imobiliários em Indiaroba e Jandaíra, o que promoveu uma grande valorização das terras. Verifica-se então a intensificação do parcelamento do solo, contribuindo para o aumento do custo da terra e da especulação imobiliária em áreas protegidas que contam com ambientes ecologicamente frágeis, com elevado grau de vulnerabilidade ambiental, localizados próximos às vilas e povoados onde habitam as comunidades locais. A construção de alguns empreendimentos turísticos e imobiliários poderá restringir o acesso da população local às praias e estuários, ocasionando tanto impactos sociais quanto econômicos, considerando que o desmatamento e/ou cercamento das áreas pelos proprietários poderá dificultar a entrada de pescadores, marisqueiras e catadoras de mangaba em espaços que eram públicos para retirar seu sustento e de suas famílias.

Em Indiaroba e Jandaíra, povoados e vilas costeiras que conservavam suas tradições culturais e que estavam articulados apenas a áreas vizinhas, o que expressa as horizontalidades, vem recebendo investimentos públicos e privados para atrair empreendimentos turísticos e imobiliários nacionais e internacionais, inserindo-os em uma nova realidade em que se verificam também as verticalidades, integrando uma parcela dessa região ao mercado mundial. As verticalidades ao se instalarem na área em estudo, ao mesmo tempo em promovem a redefinição da estrutura socioespacial, ambiental, cultural e econômica, com ampla repercussão no desenvolvimento de atividades produtivas, também possibilitam a geração de renda, mesmo em pequena escala, e a chegada de obras de infraestruturas que beneficiam tanto os empreendimentos quanto a população local com novos fluxos de circulação e informação, integrando povoados que se caracterizavam pelo seu isolamento e estagnação econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, desde meados do século XX, é crescente o consumo produtivo do litoral, determinado pela geração de valores de uso, de renda e de lucro, posto que este espaço concentra uma grande variedade de atividades econômicas, agregando também um grande contingente populacional, que desenvolve desde atividades tradicionais, como a pesca, a agricultura e o artesanato, até atividades ligadas a exploração dos recursos naturais e ao turismo e lazer. Assim, o litoral é um espaço bastante valorizado, que vem sendo continuamente transformado através das ações humanas, que o alteram de acordo com seus interesses e necessidades, imprimindo nele as características de suas técnicas que lhes permitem produzir e criar novos espaços.

O espaço ao ser apropriado pelas relações de poder torna-se território, cuja apropriação é ocasionada pela valorização do espaço, que por sua vez é transformado pela intervenção e pelo trabalho do homem. É através das relações de poder que um sujeito ou grupo social exerce o domínio sobre o território, atribuindo-lhe novas funções e significados, num processo de desterritorialização e reterritorialização que gera novas territorialidades.

As novas funções e significados imprimem novas formas de produção aos territórios, alterando significativa e definitivamente a organização social, os recursos naturais e a estrutura produtiva local. Os elementos naturais e a ação humana contribuem na caracterização morfológica dos ambientes litorâneos, que assumem novos significados quando a sociedade neles insere objetos e ações que reconfiguram esses espaços, dotando-os de novos significados e funções.

Inicialmente, o litoral por ser desconhecido era temido e pouco apreciado, abrigando apenas alguns núcleos populacionais isolados, o que contribuiu para caracterizá-lo como o território “invisível” e do vazio. Posteriormente, o litoral passa a ser valorizado como um espaço de trocas de mercadorias, passando também a ser apreciado para fins terapêuticos, pois no século XVIII o discurso médico enaltecia as virtudes curativas da água fria do mar e a partir do século XX, os banhos de sol e o contato direto com o ar livre são indicados no tratamento de deficiências e enfermidades, tornando o espaço litorâneo ainda mais atrativo. Assim, observa-se um aumento dos apreciadores de banhos de mar e os europeus passam a se deslocar para o litoral não apenas para os banhos terapêuticos, mas também para o lazer e para o turismo.

A formação territorial do Brasil ocorreu a partir da zona costeira e o mar era considerado um espaço de trocas de mercadorias e o principal eixo de ligação com a Europa e com o mundo. Neste primeiro momento, os ambientes estritamente costeiros não eram valorizados como áreas de moradia, sendo ocupados majoritariamente pela população de menor poder aquisitivo, ou mesmo se configurando como “territórios do vazio”, enquanto as classes mais abastadas viviam em cidades localizadas em espaços sublitorâneos. A partir do século XIX as cidades litorâneas, consideradas desde o período colonial espaços estratégicos, tornam-se o centro do poder político e econômico, pois o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, voltado para o mercado externo, promoveu uma grande valorização das cidades de função portuária. No Brasil, a partir do final do século XIX e início do século XX, ocorre uma valorização dos espaços de praia, uma vez que são descobertos os benefícios do banho de mar e dos ares marítimos, atribuindo ao litoral também a função terapêutica, de ócio e de lazer.

A partir do século XX, com o aprimoramento dos transportes a zona costeira torna-se bastante acessível, passando a ser utilizada para a prática de recreação, de vilegiatura e do lazer, o que promove uma ascensão da praia e os banhos de sol passam a ser apreciados. A partir da década de 1950, com a construção das rodovias emergem novas formas de ocupação do litoral, onde passam a ser instaladas plantas industriais próximas às zonas portuárias, devido à necessidade de abastecimento de insumos externos e exportação da produção. Na década de 1970, o Brasil adota uma política de desenvolvimento pautada no turismo, ocorrendo a ampliação da valorização da zona de praia, que passa cada vez mais a ser utilizada para a vilegiatura. Ao final dos anos 1980, políticas de desenvolvimento econômico são implantadas na Região Nordeste, incentivadas pelas possibilidades de exploração turística das paisagens litorâneas, promovendo a implantação de empreendimentos ligados ao ramo imobiliário, que torna-se ainda mais atrativo a turistas e investidores.

Atualmente, o litoral é um espaço bastante valorizado, pois sua posição geográfica privilegiada, potencialidades naturais e vantagens comparativas aí existentes, lhe conferem especificações nas formas de ocupação e uso, bem como no desenvolvimento de certas atividades econômicas, que atribuem valor ao lugar. Na região Nordeste, o espaço litorâneo, especificamente no tocante as suas potencialidades produtivas, foi utilizado na construção de um projeto de desenvolvimento territorial, segundo o qual através do uso das especificidades locais pode se inserir nas novas lógicas econômicas dominantes e alavancar um novo estilo de desenvolvimento.

Neste contexto, ao se explorar as potencialidades produtivas do litoral, este se consolida como um espaço bastante atrativo para investimentos nacionais e estrangeiros, tanto do ramo turístico quanto imobiliário, mobilizando assim recursos estatais, via políticas públicas e privados, através dos empreendedores que consideram a região uma área de retorno financeiro garantido. Neste processo, verifica-se que as formas de uso e ocupação do espaço litorâneo sempre estiveram vinculadas e subordinadas aos interesses externos (verticalidades), através de estratégias articuladas entre o Estado e o capital para atrair capitais nacionais e internacionais vinculados às atividades imobiliárias e ao turismo.

À proporção que as dinâmicas verticais passam a interferir mais significativamente na transformação do espaço litorâneo as comunidades locais, representadas pelas horizontalidades, tem seu modo de vida afetado, posto que a inserção de novas atividades produtivas provem uma reestruturação econômica e territorial do litoral. A chegada dos empreendimentos turísticos e imobiliário insere novas territorialidades no litoral que ao tempo que promovem mudanças nas territorialidades da população local, também as fortalece, pois as horizontalidades, as ações constituídas localmente geram uma interdependência interna que fortalecem o conjunto. Deste modo, as horizontalidades se rearticulam e se manifestam, num movimento de resistência, que fortalece e reorganiza a produção e os modos de vida tradicionais.

O Estado é de grande importância no processo de valorização do litoral ao implantar obras de infraestrutura e ao construir materialidades geográficas que dotam essas áreas de vantagens locacionais, estabelecendo distintos padrões de utilização e ocupação. Tal situação contribui para que nessas áreas ocorram conflitos pelo uso do solo e pela apropriação dos recursos naturais entre grupos sociais distintos, que apresentam interesses, muitas vezes, divergentes, o que promove efeitos territoriais negativos.

Diante desta situação, a proteção e preservação dos recursos naturais e paisagísticos costeiros constitui um desafio, tendo em vista que no litoral são desenvolvidas múltiplas atividades econômicas, sendo necessário harmonizar suas formas de uso e ocupação e resolver ou administrar os conflitos ambientais, assegurando, dessa forma, uma melhor condição de vida a sua população. É necessário haver uma articulação dos instrumentos de planejamento que coordenem os usos e o desenvolvimento de atividades econômicas a fim de preservar os ecossistemas existentes e assegurar o bem estar social e econômico da população, articulando a perspectiva ambiental com a organização do espaço.

Nessa perspectiva, o ordenamento do litoral é imprescindível para organizar o território e administrar os conflitos, uma vez que o gerenciamento do espaço envolve interesses públicos e privados. Este instrumento representa uma possibilidade de redução das pressões antrópicas sobre o meio ambiente, permitindo distribuir e organizar as diferentes formas de uso do território, de acordo com determinados critérios e prioridades, a fim de ordená-lo. Contudo, a ausência ou ineficiência de mecanismos de controle que permitam ordenar e, dessa forma, aproveitar de forma sustentável tais espaços, compromete a gestão integrada das áreas litorâneas que nem sempre considera as necessidades e problemas de diferentes atores e tampouco consegue minimizar os conflitos socioambientais entre eles.

A atividade de gerenciamento deve construir um modelo cooperativo entre os diversos níveis e setores do governo, e deste com a sociedade, devendo dar continuidade as ações, de forma a consolidar os avanços obtidos, e possibilitar o seu aprimoramento, mantendo a flexibilidade necessária para o atendimento da ampla diversidade de situações que se apresentam ao longo do litoral nordestino. Desta forma, na tentativa de ordenar o território litorâneo foram formuladas iniciativas visando reduzir as diferenciações socioeconômicas e espaciais, bem como os impactos ambientais promovidos pela inserção de novas atividades econômicas. Entre os instrumentos de ordenamento empregados no litoral destacam-se o GERCO (Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro), o PRODETUR (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste) e o Projeto ORLA.

O Litoral Norte do Estado da Bahia e o Litoral Sul de Sergipe receberam investimentos dos governos estaduais e do PRODETUR, qualificando a região como destino turístico, onde começa a se configurar um “corredor turístico”. A construção de eixos indutores do desenvolvimento e a implantação de empreendimentos turísticos, embora tenham rompido o isolamento que historicamente caracteriza essa porção litorânea, também redefiniram o uso e o acesso a terra pelos diversos segmentos sociais, e reconfiguraram a paisagem e as relações de trabalho, ocasionando conflitos sociais, ambientais e econômicos. Em consequência dessa situação, foram criadas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) com a finalidade de proteger e conservar a biodiversidade, assegurar os modos de vida das comunidades locais, disciplinar a ocupação e ao mesmo tempo assegurar o uso sustentável dos recursos.

Indiaroba e Jandaíra estão inseridas neste contexto histórico e territorial, pois de espaços isolados e pouco valorizados, tornaram-se espaços desejados que atualmente vem recebendo investimentos públicos e privados do ramo turístico e imobiliário, que promovem a

desorganização das práticas e dos costumes da população local. Inicialmente, estes municípios contíguos, localizados nos limites extremos de seus respectivos Estados, não estavam integrados aos principais centros econômicos regionais e nacionais, caracterizando-se como “fundos territoriais” ou “fronteiras”, entre unidades administrativas diferentes.

A vinculação de Indiaroba e Jandaíra em termos econômicos e regionais foi impulsionada originalmente pela pecuária, que ainda é uma das principais atividades produtivas destes municípios, que no período colonial abasteciam os engenhos instalados em capitanias vizinhas. Neste primeiro momento, é estabelecida uma lógica zonal estritamente entre os dois municípios, que por estarem afastados de suas respectivas capitais e centros econômicos, estabeleceram relações geográficas em um contexto em que a contigüidade espacial constitui o fundamento da solidariedade.

A chegada das rodovias rompe o isolamento destes dois municípios, ampliando a comunicação territorial e econômica entre Indiaroba e Jandaíra, e entre estes e os demais municípios circunvizinhos. É a partir deste momento que as verticalidades passam a se impor na área em estudo, articuladas pelos interesses do capital e do aparelho do Estado, que planejam implantar novas formas e funções no espaço litorâneo. A pavimentação da rodovia SE-100 e a ampliação da rodovia BA-099, Estrada do Coco, que formam a Linha Verde, comunicam definitivamente o Litoral Norte da Bahia e o Litoral Sul de Sergipe ao novo momento da economia nacional, em que o turismo torna-se o principal alvo de programas de desenvolvimento implantados nos estados do Nordeste, que se consolida como região turística.

A pesquisa evidencia que foram utilizados recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste I (PRODETUR-NE), que realizou infraestrutura visando qualificar o Litoral Norte da Bahia e o Litoral Sul de Sergipe como destino turístico. A acessibilidade proporcionada por estas rodovias favoreceu Indiaroba e Jandaíra que têm sua economia tradicionalmente assentada em atividades agrícolas, na pesca, na pecuária e no extrativismo, destacando-se no cenário regional como produtores de laranja e coco-da-baía, o que torna imprescindível a existência de eixos viários que facilitem o escoamento da produção.

As rodovias também facilitaram a interligação desses municípios a suas capitais e seus povoados, favorecendo a expansão de formas de produção, atividades econômicas e até mesmo valores culturais para áreas contíguas. Muitos estudantes de Jandaíra cursam o ensino superior em Aracaju, para onde também se dirigem em busca de atendimento médico para

enfermidades mais graves, pois a distância entre este município e a capital sergipana é menor e foi facilitada pela construção da rodovia.

No que concerne aos recursos do PRODETUR I, Jandaíra foi beneficiada pelas rodovias, enquanto que através dos recursos deste programa o município de Indiaroba construiu um atracadouro no povoado Terra Caída e outro no povoado Pontal, e realizou a pavimentação asfáltica de parte da Rodovia Estadual SE-100. Assim, observa-se que a mesma política pública foi aplicada em municípios vizinhos, de Estados diferentes, obtendo também resultados diferentes, pois embora em Indiaroba e Jandaíra a acessibilidade tenha aumentado o fluxo de turistas e visitantes para os povoados desses municípios, Indiaroba não atraiu investimentos nacionais e internacionais, que foram alocados para Jandaíra, sobretudo para o povoado Mangue Seco, onde novos restaurantes e pousadas foram instalados.

Os investimentos em Mangue Seco também favoreceram a população de Indiaroba, que passou a se deslocar ao povoado baiano para trabalhar em estabelecimentos comerciais como restaurantes, bares e pousadas. Destarte, é possível constatar que o resultado da implantação de uma mesma política pública foi diferente nos dois municípios, porém devido à contiguidade que caracteriza a lógica zonal, Indiaroba também foi beneficiada pelos investimentos privados recebidos por Jandaíra.

A contiguidade espacial também beneficiou Indiaroba, quando a empresa Lusomar Maricultura LTDA, pertencente ao grupo português BRASMAR, foi instalada em Jandaíra, gerando empregos para uma considerável parcela da população do município sergipano. A Linha Verde foi inaugurada em 1993, mesmo ano em que a Lusomar foi instalada em Jandaíra, tendo sido de grande relevância para a instalação desse empreendimento estrangeiro no município a facilidade de acesso proporcionada por esta rodovia.

Por outro lado, a expansão da área de influência de Jandaíra sobre Indiaroba também promoveu efeitos negativos, pois a carcinicultura ocasionou transformações que comprometeram o potencial de produção e a garantia de ocupação e subsistência dos pescadores e marisqueiras de Indiaroba, considerando que ocorreu uma significativa redução da rentabilidade da atividade pesqueira no município, gerando uma queda nas condições de vida da comunidade local. A carcinicultura, ao ser introduzida no município, promoveu um reordenamento do território e gerou impactos socioeconômicos, tendo em vista que dificultou a entrada da população local em áreas que eram acessadas livremente para extração da

mangaba, promovendo a expropriação de marisqueiras, pescadores e catadores de caranguejo de suas áreas de trabalho.

Ao longo da pesquisa foi constatado que Indiaroba e Jandaíra nos últimos anos foram beneficiados com investimentos do Ministério do Turismo, através de obras de infraestrutura. Os investimentos federais destinados a Jandaíra priorizaram o povoado Mangue Seco, inserido num contexto de turismo de sol e praia, que atrai turistas nacionais e internacionais.

O Ministério do Turismo, com a administração dos recursos pelo Governo do Estado de Sergipe, beneficiou Indiaroba com a pavimentação da rodovia Convento-Pontal. Através dos recursos do Ministério do Turismo e BNDES, e contrapartidas do Governo do Estado de Sergipe, foi também construída a ponte Gilberto Amado, sobre o Rio Piauí, que interliga Estância a Indiaroba (Porto do Cavalo à Terra Caída). Esta ponte, inaugurada em 2013, foi construída visando conectar plenamente o litoral sul sergipano e encurtar o trajeto Sergipe/Bahia.

Tais obras favoreceram a interação territorial entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia, beneficiando os empreendimentos turísticos, hoteleiros e imobiliários já existentes e abrindo espaço para novos investimentos através da criação desse importante eixo rodoviário entre Sergipe e a Bahia, que também contribuiu para interligá-los a outros Estados. Contudo, esses investimentos públicos ao ordenarem o território, geraram perdas e ganhos aos dois municípios estudados, que foram impactados pelo rompimento de suas estruturas econômicas tradicionais e pela chegada de novos agentes econômicos ligados ao setor turístico e imobiliário. Neste contexto, mais uma vez Indiaroba e Jandaíra reagiram de forma distinta as ações governamentais.

Jandaíra obteve ganhos, pois Mangue Seco se tornou ainda mais acessível com a facilidade de acesso aos povoados Pontal e Terra Caída em Indiaroba, de onde saem lanchas diariamente para o povoado baiano, que passou a receber ainda mais turistas e visitantes. Neste município, a atividade turística que anteriormente era desenvolvida de forma não planejada e atendia a população local e regional que se deslocava para Mangue Seco e para as praias da Costa Azul e Coqueiros, vem passando por alterações, sobretudo a partir de 2005, quando grupos estrangeiros adquiriram terras no município para construção de empreendimentos do ramo turístico e imobiliário, inserindo assim outros povoados às dinâmicas verticais que se verificam em Jandaíra.

O capital nacional e internacional tem sido atraído para Jandaíra, onde terrenos tem sido adquiridos para implantação de resorts e condomínios de alto luxo, visando receber turistas nacionais e estrangeiros com alto poder aquisitivo, atendendo a interesses do capital imobiliário nacional e multinacional, impulsionados por planos e ações de governo votadas para atrair esses capitais. Nos povoados Abadia e Cachoeira do Itanhi foram implantados e já estão funcionando dois empreendimentos do ramo turístico e imobiliário (verticalidades), de capital belga. No entanto, a instalação desses empreendimentos nos dois povoados repercutiu de forma limitada no contexto do desenvolvimento local, pois além de terem absorvido uma parcela ínfima da mão de obra residente nessa área, ao implantarem no município enclaves de luxo, mantiveram-se segregados da sociedade local, desconhecendo sua presença e sua história.

Empreendedores de Portugal e da Itália também adquiriram terrenos em Jandaíra para implantar um resort e um condomínio fechado que está em processo de licenciamento. Os investidores estrangeiros têm sido atraídos para Jandaíra e para outros municípios costeiros do Litoral Norte da Bahia em razão dos preços das terras adquiridas em forma de grandes glebas medidas em hectares (solo rural) que são transformadas em solo urbano, o que favorece também a arrecadação de impostos municipais, posto que o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é superior aos valores do Imposto Territorial Rural (ITR).

O grupo espanhol Invisa Internacional Hotéis Ltda. adquiriu no povoado Costa Azul uma fazenda, onde está construindo um resort, que vem gerando uma grande expectativa na população local. A população de Jandaíra vem recebendo cursos de capacitação em hotelaria, culinária, construção civil, eletricidade e telefonia. Desta forma, a chegada desse empreendimento poderá reorganizar a produção tradicional em Jandaíra, trazendo possibilidades de emprego em outras atividades e inserindo no mercado de trabalho, através da capacitação, uma mão de obra agora qualificada.

Neste contexto, verifica-se em Jandaíra o processo de transformações das funções e formas a partir das verticalidades, impulsionadas por interesses externos ao município, onde o Estado e o Capital, aqui representado através dos empreendimentos internacionais, se articulam e reordenam o território. A aquisição de terrenos pelos empreendedores elevou o preço da terra no município, gerando especulação fundiária, pois algumas áreas tornaram-se valorizadas. O "modelo" territorial de desenvolvimento preconizado para o município, apoiado no turismo, contribui com inúmeros problemas ambientais, como a supressão da vegetação de mangue e restinga e o desmonte de dunas, e dificulta o acesso da população

local a áreas que anteriormente eram utilizadas livremente, o que tem gerado descontentamentos que podem evoluir para conflitos.

Em Indiaroba, a construção da ponte e da rodovia facilitou o acesso aos povoados Terra Caída e Pontal, onde foi implantado um turismo de base comunitária como alternativa econômica, diante da queda da produção pesqueira. Nestes povoados foram instalados bares e restaurantes para atender os visitantes e turistas que se dirigem ao povoado Mangue Seco, na Bahia, gerando também renda para as catadoras de mangabas, pescadores e marisqueiras que vendem seus produtos aos estabelecimentos comerciais instalados nessa localidade e também aos turistas e visitantes. O desenvolvimento do turismo em Indiaroba ainda é incipiente, demonstrando a necessidade de capacitação da população e o estabelecimento de parcerias para alavancar esta atividade, que dessa forma poderá constituir uma alternativa para geração de emprego e renda para a comunidade local. A valorização dos recursos naturais como atrativo aos turistas também poderá contribuir para sensibilizar a população sobre a necessidade da preservação ambiental e da manutenção das tradições e dos valores culturais existentes no município.

Durante a construção da ponte, foram gerados empregos formais e informais para alguns moradores de Indiaroba, que com a chegada dos trabalhadores contratados para a obra foi favorecida com o aquecimento do comércio local, sobretudo no povoado Terra Caída. O município também recebeu investimentos do ramo imobiliário, através da implantação de condomínios fechados e loteamentos imobiliários e intensificação do parcelamento do solo para construção de segundas residências.

Em Indiaroba, a apropriação e consumo dos espaços em função de interesses de diferentes atores hegemônicos, (poderes públicos, nas suas diferentes escalas e empreendedores do ramo imobiliário) materializados nos investimentos públicos e privados, compõem as verticalidades no espaço. A implantação dessas verticalidades gerou uma valorização dos terrenos, contribuindo assim para o aumento do custo da terra e da especulação imobiliária, o que estimulou alguns pequenos agricultores a vender suas terras e se deslocar para outras áreas.

Em geral, as segundas residências costumam obedecer a estruturas urbanas convencionais, incompatíveis com a elevada fragilidade ambiental desses espaços, ocasionando assim a supressão da vegetação de mangue, a deposição de efluentes, a destinação irregular de resíduos sólidos em lixões, a ocupação indevida das margens dos rios e a apropriação de áreas de preservação permanente, gerando ou ampliando os conflitos

ambientais. Indiaroba não dispõe de uma rede de esgotamento sanitário, apresentando uma infraestrutura de saneamento precária e serviços de água e coleta de lixo insuficientes, que se mostram incompatíveis ao incremento da atividade imobiliária.

O aumento das residências de uso ocasional e a chegada dos empreendimentos imobiliários a Indiaroba promoveu o desmatamento e/ou cercamento das áreas pelos proprietários, ocasionando a privatização da base de recursos naturais que até então era acessados e usados livremente pelos moradores locais, em especial as catadoras de mangaba e marisqueiras, que atualmente sofrem com a desestruturação dos sistemas sócio produtivos tradicionais da zona costeira.

Dentro desta perspectiva verifica-se que os empreendimentos imobiliários, que representam as verticalidades, ao serem implantados em Indiaroba promoveram a desarticulação e reorganização das atividades econômicas locais, desestruturando o modo de vida tradicional e a identidade cultural, que constituem as horizontalidades. No entanto, as relações locais ou entre locais, que caracterizam as horizontalidades, não reagem de forma submissa aos interesses das verticalidades, se reorganizando, mobilizando e se unindo solidariamente para resistirem ou, muitas vezes, sucumbirem à nova ordem hegemônica. Tal situação é evidenciada através da Associação pela Cidadania dos Pescadores e Moradores de Terra Caída (ASPECTO) e da Comissão Comunitária de Gestão Turística (CCGT), que se mobilizaram para fomentar o turismo de base comunitária e engajar a população nesse processo.

O estudo evidenciou que o turismo global/hegemônico que está sendo implantado em Jandaíra, baseado em empreendimentos internacionais turísticos e imobiliários, se contrapõe ao turismo de base comunitária desenvolvido em Indiaroba. Isso mostra que os projetos e programas de desenvolvimento são planejados fora do contexto local e regional e visam atender interesses externos, desconsiderando geralmente as necessidades da população que ali vive e as especificidades territoriais onde estão sendo implantadas. Nos dois municípios verificou-se que a participação da população local nos planos, programas e projetos é reduzida, contrariando o modelo PRODETUR de planejamento que passa pelo ordenamento do espaço turístico, estabelecendo um modelo de gerenciamento colegiado, envolvendo segmentos da sociedade civil na gestão da atividade. Da mesma forma, o GERCO também é descaracterizado no tocante à participação cidadã

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa foi possível constatar o papel do Estado como um importante agente transformador do espaço e da sociedade, que media

conflitos e interesses. O Estado exerce a dúbia função de agente controlador e disciplinador, do uso e ocupação do território, sendo responsável pelo planejamento e gestão ambiental das APAs estaduais, exerce também o papel de facilitador e agenciador para atração e implantação de grandes empreendimentos. Indiaroba e Jandaíra vem passando por um processo de reestruturação territorial ocasionado por intervenções públicas e privadas, que afetam a vida das comunidades locais, desestruturando e reorganizando a produção tradicional em alguns lugares, trazendo possibilidades em outros.

A expansão da atividade turística e imobiliária e os impactos negativos sobre os recursos naturais que vem sendo observados na área em estudo demonstram a necessidade premente do planejamento integrado da atividade pelos governos dos dois estados, tendo em vistas que as ações de ordenamento territorial realizadas por ambos estão inter-relacionadas, devido a contiguidade espacial. Vale salientar que as dimensões da sustentabilidade devem ser incorporadas como diretrizes oficiais concretas na esfera de planejamento, a exemplo da construção de políticas, planos e programas de gestão territorial, que devido a interação territorial da área em estudo, deveriam ser pensadas em conjunto.

Diante do exposto, constatou-se que as políticas públicas expressas em programas e projetos de desenvolvimento do turismo, associadas a investimentos do Ministério do Turismo e às estratégias e práticas espaciais dos diversos agentes econômicos, conseguiram romper o isolamento histórico e a “invisibilidade” geográfica de Indiaroba e Jandaíra e inserir novas formas e funções nestes territórios. Entretanto, também redefiniram o uso e o acesso a terra pelos diversos segmentos sociais, transformando a paisagem e as relações de trabalho. Desta forma, conclui-se que a interação das horizontalidades (lógica zonal) e das verticalidades (lógica reticular) promoveram a reconfiguração territorial em Indiaroba e Jandaíra, produzindo espaços diferenciados onde emergem conflitos de dimensões sociais, política, econômica, cultural e ambiental, que são impulsionados por interesses antagônicos de agentes públicos e privados que por vezes dificultam ou facilitam a inserção da população local no mercado de trabalho e modificam suas condições de vida. Em tal situação, é possível afirmar que os dois municípios tiveram perdas e ganhos.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. **Litoral do Brasil**. São Paulo: Editora Metalivros, 2001.

ALMEIDA, Flávia Gomes de. O ordenamento territorial e a geografia física no processo de gestão ambiental. In: SANTOS, Milton e BECKER, Bertha K. (Orgs.). **Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011, p. 332-352.

ALMEIDA, M. G.; VIEIRA, L. V. L. Turismo no povoado de Terra Caída/Indiroba/SE: do individual ao comunitário. **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 3, n. 2, p. 159-171, 2011.

ANDRADE, José Célio Silveira de; GOES, Maria de Fátima; FRANCO, Maria Tereza; VARGENS, Emiliana da Costa. **Regulação de conflitos sócio-ambientais na área de proteção ambiental do litoral norte da Bahia**: restrição ao acesso à matéria prima para o artesanato local. In: Encontro Nacional de Pós-graduação em Administração 2003, Anais do XXVII Enanpad. Atibaia: Anpad, 2003.

ANJOS, M. F. O. Festa do Divino Espírito Santo, Padroeiro de Indiaroba (1970-1990). **Monografia (Licenciatura em História)** – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2001.

ARAÚJO, Mayara Mychella Sena. **Alagoinhas na dinâmica da espacialidade funcional da região Litoral Norte da Bahia**. 2009, 190f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

BAHIA. Plano de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial das Povoações Litorâneas da APA do Litoral Norte do Estado da Bahia. Salvador: Governo do Estado da Bahia - Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos/ Centro de Recursos Ambientais, 2005.

BAHIA. Cobertura vegetal e uso do solo na APA de Mangue Seco Bahia 2011. Salvador: Governo do Estado da Bahia - Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos/ Núcleo de monitoramento ambiental e geoprocessamento, 2011.

BAHIA, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Estatísticas dos municípios baianos. Salvador: SEI, 2010, v.1.

BARBOSA, Jorge Luiz. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In: SANTOS, Milton e BECKER, Bertha K. (Orgs.). **Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011, p. 125-144.

BARBOSA, J. S. F.; DOMINGUEZ, J. M. L. **Geologia da Bahia**: texto explicativo para o mapa geológico ao milionésimo. SGM. Convênio CBPM/UFBA/SGM/FAPEX. Salvador, 1996.

BARBOSA, Romulo S.; SANTOS, Fábio D. **Unidades de conservação, conflitos sócio ambientais e o encurralamento das populações locais no Norte de Minas**. 2012 XLVI

Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/666.pdf>. Acesso em: 03/04/2014.

BARROS, Fabiana Abreu de. **Efeito de borda em fragmentos de floresta Montana, Nova Friburgo - RJ**. Dissertação de Mestrado. UFF, Niterói, 2006.

BARRAGÁN MUÑOZ, Juan Manuel. **Medio ambiente y desarrollo en las áreas litorales**. Barcelona: Oikos-Tau, 1997.

_____. **Ordenación, Planificación y gestión del espacio litoral**. Barcelona: Oikos-Tau, 1994.

BERNARDES, Júlia Adão. Mudança técnica e espaço: uma proposta de investigação. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 239-269.

BITTENCOURT, A. C. S. P.; MARTIN, L.; DOMINGUEZ, J. M. L. et al. **Evolução paleogeográfica quaternária da costa do Estado de Sergipe e da costa sul do Estado de Alagoas**. Revista Brasileira de Geociências, São Paulo, v. 13, nº 2, p. 93-97, jun. 1983.

BORELLI, Elizabeth. Urbanização e qualidade ambiental: o Processo de produção do espaço da costa brasileira. In: **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**. v. 4 n. 1. Florianópolis, 2007.

BRAGA, Rhalf Magalhães. **Território, rede e multiterritorialidade**: uma abordagem conceitual a partir das corporações. Geografias, v. 6, Belo Horizonte, julho-dezembro 2010, p. 26-36.

BRAGHINI, C. R. Gestão territorial de unidades de conservação no litoral sergipano. **Tese de Doutorado**. São Cristóvão: PPGEIO-UFS. 2016.

BRASIL. Ministério de Pesca e Aquicultura. 2011. **Levantamento da infraestrutura produtiva e dos aspectos tecnológicos, econômicos, sociais e ambientais da carcinicultura marinha no Brasil em 2011 (convênio ABCC/MPA: No 756578/2011)** Disponível: http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes_e_Estatisticas/Livro%20ABCC.pdf. Acessado em: 01 de março de 2016.

_____. **Programa de Desenvolvimento do Turismo Nordeste II - PRODETUR NE-II PDITS – Salvador e Entorno**. Disponível em: [http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/3.5%20-%20aspectos%20s%C3%B3cio-ambientais%20\(pse\).pdf](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/3.5%20-%20aspectos%20s%C3%B3cio-ambientais%20(pse).pdf). Acesso em 06 Mar 2016.

_____. **Decreto Presidencial nº 5758 de 13 de abril de 2006**. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, seus princípios e diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial.

_____. **Decreto Presidencial nº 4.340 de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de julho de 2002, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências. Brasília: MMA, 2002.

BRASIL/MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Gerenciamento Costeiro – PNGCII**. Disponível em: www.mma.gov.br/estruturas/orla/arquivos/pngc2.pdf. Acesso em 06 abr. 2016. 2013.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Levantamento dos recursos naturais. **Projeto RADAMBRASIL**, Rio de Janeiro, v.30, 1983.

BRAZ E SILVA, Márcio Martins Napoleão. **O Estado e a questão regional no Brasil: do Nacional Desenvolvimentismo ao Localismo**. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Piauí, CCHL, 2010.

CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. Ordenamento territorial e complexidade: por uma reestruturação do espaço social. In: ALMEIDA, Flávio Gomes de; SOARES, Luiz Antônio Alves (Orgs.) **Ordenamento Territorial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 61-82.

_____. **A Ruptura do meio ambiente: conhecendo as mudanças ambientais do planeta através da nova percepção da ciência: a geografia da complexidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; SANTOS, Roseli Alves dos. Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 315-340.

CARVALHO, M. E. S.; FONTES, A. L. **A Carcinicultura no espaço litorâneo sergipano**. Revista da Fapese, v.3, n. 1, p. 87-112, jan./jun. 2007.

CAVALCANTE, S.; GOMES SOBRINHO, L. Turismo em áreas litorâneas protegidas: o exemplo da Área de Preservação Ambiental do Litoral Norte da Bahia. In: I SEMINÁRIO ESPAÇOS COSTEIROS, 2011, Salvador-BA. Anais do I Seminário Espaços Costeiros, 2011.

CERVO, Amado, L; BERVIAN, Pedro, A. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

CODISE. **Censo georreferenciado da carcinicultura no estado de Sergipe**. Aracaju, 2004.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 312, de 10 de outubro de 2002. Dispõe sobre o licenciamento ambiental na zona costeira. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, nº 203, Seção 1, em 18 de outubro de 2002. Disponível: <http://www.ibama.gov.br/legislacaoambiental>. Acesso em 20/01/2004.

CORBIN, Alain. **O território do vazio – A praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

CORREIA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREIA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. Região: a tradição geográfica. In: **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, Anibal Moutinho da. **Desenvolvimento sustentável em áreas de proteção ambiental**: o caso do Prodesu – Litoral Norte da Bahia. Dissertação (Mestrado em Análise Regional). Universidade Salvador (UNIFACS) Regional, Salvador, 2009.

COSTA, Boni Guimarães. **A bacia inferior do Rio Real**: uma análise socioambiental. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFS, São Cristóvão, 2011.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto** / John W. Creswell; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Geografia do Turismo**: de Lugares a Pseudo-lugares. São Paulo: Roca, 2007.

DANTAS, Eustógio W. C. **Maritimidade nos trópicos. Por uma geografia no litoral**. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2010a.

_____. Antecedentes do turismo no Nordeste. In: DANTAS, Eustógio W. C.; FERREIRA, A.L; CLEMENTINO, M.L.M. **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010b, p. 17-34.

_____. Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste brasileiro (1995-2005). In: DANTAS, Eustógio W. C.; FERREIRA, A.L; CLEMENTINO, M.L.M. **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010c, p. 35-54.

_____. Efeitos do PRODETUR na reestruturação do espaço. In: DANTAS, Eustógio W. C.; FERREIRA, A.L; CLEMENTINO, M.L.M. **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010d, p. 55-68.

DANTAS, Eustógio W. C.; PEREIRA, Alexandre Queiroz. Reflexões sobre a vilegiatura marítima nos trópicos. In: DANTAS, Eustógio W. C.; FERREIRA, A.L; CLEMENTINO, M.L.M. **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010, p.71-83.

DANTAS, Eustógio W. C.; PEREIRA, Alexandre Queiroz; PANIZZA, Andreia. Urbanização litorânea das metrópoles nordestinas brasileiras. In: DANTAS, Eustógio W. C.; FERREIRA, A.L; CLEMENTINO, M.L.M. **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010, p. 85-113.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 141-162.

DINIZ, Edite Luiz. **Tapera, Pau Grande e Barreiro**: Uma Geohistória de Resistência de Comunidades Tradicionais, no Litoral Norte da Bahia. 2007. 170f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

DOURADO, Auceia Matos. Caminhos e encontros com o território. In: VARGAS, Maria Augusta Mundim; DOURADO, Auceia Matos; SANTOS, Rodrigo Herles dos (Orgs.).

Práticas e vivências com a geografia cultural. Aracaju: Edise - Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe, 2015, p. 25-66.

EGLER, Claudio A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, Iná E; Gomes, Paulo C. C; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceito e temas.** 14ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 207-238.

FERREIRA, Angela Lúcia; SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. A estruturação do turismo e do imobiliário nas metrópoles nordestinas: conceitos básicos e antecedentes. In: DANTAS, Eustógio W. C.; FERREIRA, A.L; CLEMENTINO, M.L.M. **Turismo e imobiliário nas metrópoles.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010, p. 117-129.

FERREIRA, Maria Júlia. **O Litoral Português:** contributos para uma Geografia das regiões litorais. Actas do III Congresso da Geografia Portuguesa, Associação Portuguesa de Geógrafos, 1997, Porto.

FONSECA, V.; VILAR, J. W. C.; SANTOS, M. A. N. Reestruturação territorial do litoral de Sergipe. In: VILAR, J. W. C; ARAÚJO, H. M. (Orgs.). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano.** São Cristóvão: EdUFS, 2010, p. 40-61.

FRANÇA, Sarah Lúcia Alves. Condomínios horizontais na zona urbana de Aracaju: uma nova modalidade de segregação. In: FALCÓN, M. L. de O.; FRANÇA, V. L. A. **Aracaju: 150 anos de vida urbana.** Aracaju: PMA/SEPLAN, 2005.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves; CRUZ, Maria Tereza Souza. **Atlas escolar Sergipe:** espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa: Grafset, 2007.

GEOCONSULTORIA. Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Sul de Sergipe. Aracaju, 2001.

GEORGE, Pierre. **A geografia ativa.** São Paulo: Difel, 1968.

GÓES, Cristian. Indiaroba, a terra do Divino. In: **História dos Municípios Sergipanos.** Coletânea do Jornal Cinform. Aracaju. 2002. p. 98-100.

GOMES, L. J. G.; SANTANA, V.; RIBEIRO, G. T. R. Unidades de Conservação no Estado de Sergipe. **Revista da FAPESSE**, v. 2, n. 1, p. 101-112, jan./jun. 2006.

GÓMES OREA, Domingos. **Ordenacion territorial.** Madrid: Ediciones Mundial-Prensa. 2007.

GÓMEZ OREA, Domingo; GÓMEZ VILARINO, María Teresa. Ordenación del Territorio y Gestión Integrada de Zonas Costeras: una relación incremental. In: FARINÓS DASÍ, Joaquín. **La gestión integrada de zonas costeras;** Algo más que una ordenación litoral revisada? La GIZC como evolución de las prácticas de planificación y gobernanza territoriales. Valência: 2011, Universidad de Valencia, 2011, p. 73-88.

GOMES, Paulo C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** 14ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 49-76.

GONÇALVES, Fernanda Damaceno Silva. **O processo de criação da reserva extrativista marinha do litoral sul de Sergipe: embates e limites**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, 2015.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos**. Planejamento e políticas públicas, IPEA, n. 15, p. 42-93, jun. 1997.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/ transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. **Regional Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

_____. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; Moreira, Ruy (Org.) **Brasil Século XXI: por uma nova regionalização?** São Paulo: Max Limonad, 2004b, p. 173-193.

_____. Região, diversidade territorial e globalização. **Geographia**, Niterói, v. 1, n. 1, 1999.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial. In: PEREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Org.). **Teorias e prática territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.25-35.

KAY, Robert; ALDER, Jacqueline. **Coastal planning and management**. Nova York: Taylor & Francis, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico de Sergipe**, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico da Bahia**, 2010.

_____. Informações disponíveis no endereço: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/sergipe/indiaroba.pdf>. Acesso em 06 de março de 2016. 2008.

_____. Informações disponíveis no endereço:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/jandaira.pdf>. Acesso em 06 de março de 2016. 2008.

ICMBIO. **Instrução Normativa nº 09, de 05 de dezembro de 2014**. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais. Brasília: ICMBio, 2014.

_____. Planos de manejo. Disponível em:
<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/planos-de-manejo.html>. Acesso em: 20 ago. 2013.

INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Unidades de Conservação 2015**. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/?s=relat%C3%B3rio%20das%20unidades%20de%20conserva%C3%A7%C3%A3o#>>. Acesso em: 20 de set. 2016.

INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Zonamento ambiental da APA de Mangue Seco**. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/download/1816/>. Acesso em: 10 de out. 2016.

JACOBI, Pedro Roberto. Meio ambiente e sustentabilidade. In: CEPAM. (Org.). **O Município no século XXI**. São Paulo: CEPAM, 1999, p. 175-184.

LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

LIMA, L. B. B. M. O turismo de sol e praia no Litoral Sul de Sergipe: uma análise sob a perspectiva dos modelos do SISTUR e TALC. **Tese de doutorado**. São Cristóvão: UFS, Sergipe. 2010.

LIMA, L.B.B.M. **Qualidade dos equipamentos e serviços turísticos do Litoral Sul de Sergipe**: perspectivas de integração dos roteiros sergipanos e baianos. In: II SEMINÁRIO ESPAÇOS COSTEIROS, 2013, Salvador-BA. Anais do II Seminário Espaços Costeiros, 2013.

LIMONAD, E. O fio da meada. Desafios ao planejamento e à preservação ambiental na Costa dos Coqueiros, Bahia. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (40). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24540.htm>>

LISBOA, Josefa. A força do território e o novo paradigma de desenvolvimento: uma resposta aos desdobramentos da crise? In: COSTA, Jailton de Jesus; MELO e SOUZA, Rosemeri; SANTOS, Cleane Oliveira dos; SANTOS, Marcelo Alves dos; ALMEIDA, Maria Geralda de (Orgs.). **Questões geográficas em debate**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012, V.1, p. 139-152.

LUNDGREN, J. O. J. On access to recreational lands in dynamic metropolitan hinterlands. **Tourist Review**, n. 29, v. 4, 1974, p. 124-131.

MACEDO, S. Paisagem, litoral e formas de urbanização. In: **Projeto Orla, Subsídios para um Projeto de Gestão**. Brasília: MMA-MPO, 2004.

MACHADO, Cláudia Novaes. **Turismo, direito ambiental e conflitos na produção do espaço**: o caso da Reserva Imbassai e seu entorno na APA Litoral Norte da Bahia. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

MADRUGA, A. M. **Litoralização**: Da fantasia de liberdade à modernidade autofágica. 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

MANGUE MAR. Mapeamento dos Conflitos Sócio-Ambientais relativos à carcinicultura no estado da Bahia. (2007). Disponível em: <http://justicaambiental.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/mapeamento_portugues_final_25_03.pdf> Acesso em: 10 de Mar. 2015.

MARRONI, Etienne Villela; ASMUS, Milton L. **Gerenciamento costeiro**: uma proposta para o fortalecimento comunitário na gestão ambiental. Pelotas: Editora da União Sul-Americana de Estudos da Biodiversidade – USEB, 2005.

MATTEDI, M. R. M. **Sociedade e meio ambiente no litoral da Bahia**: transição para a (in)sustentabilidade. Diploma de Estudos Avançados (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional). Salvador: Universidade Salvador, 2002.

_____. Pesquisa e planejamento ambiental no litoral norte da Bahia. *Gestão & Planejamento: Revista do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da UNIFACS*, 2001. Disponível em: <http://www.mestradoadm.unifacs.br/revista/PDFs/Revista%20GP%203.pdf>>.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **Território e gestão ambiental na Amazônia**: terras públicas e os dilemas do Estado. São Paulo: Annablume, 2011.

MENDONÇA, Francisco de Assis. **Geografia e meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2010.

MINAYO, M.C. de S. (2010). **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco.

MLT cobra do Incra desapropriação e reforma agrária urgente da Lusomar Maricultura. Disponível em: <<http://www.mlt.net.br/mlt-cobra-do-incra-desapropriacao-e-reforma-agraria-urgente-da-lusomar-maricultura/>>. Acesso em: 06 de março de 2016.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. **Território e História no Brasil**. São Paulo, Hucitec. 2002.

_____. **Notas sobre formação territorial e políticas ambientais no Brasil**. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 7, p. 43-50, 1999.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o *contra*-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton e

BECKER, Bertha K. (Orgs.). **Território, territórios**: ensaio sobre o ordenamento territorial. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011, p. 72-107.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

MOTA, D. M. da et al. (Orgs.) **A mangaba. As catadoras. O extrativismo**. Belém/Aracaju: EMBRAPA, 2011.

MUEHE, D. Geomorfologia Costeira. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (Orgs.). **Geomorfologia**: uma atualização de bases e conceitos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 253-308.

O'DONNELL, Júlia. **A invenção de Copacabana**: Culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940). Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

OLIVEIRA, Anízia Conceição Cabral de Assunção; MELO E SOUZA, Rosemeri. Proposta de usos recomendados como subsídio ao ordenamento do espaço costeiro. In: MELO e SOUZA, Rosemeri; SILVA, Maria do Socorro Ferreira da (Orgs.). **Conservação ambiental e planejamento territorial**: desafios da gestão e da participação social. Porto Alegre: Redes Editora, 2013, p. 59-73.

_____. Análise ecodinâmica dos sistemas dunares costeiros do litoral sul de Sergipe. In: ARAÚJO, Hélio Mário; VILAR, José Wellington Carvalho (Orgs.). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Editora, UFS, 2010, p. 62-80.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.41-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, I. S. S.; OLIVEIRA, D. C.; GOMES, L. J.; FERREIRA, R. A. Indicadores de sustentabilidade: diretrizes para a gestão do turismo na APA Litoral Sul de Sergipe. **Caderno Virtual de Turismo** (UFRJ), v. 8, p. 46-55, 2008.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes Venâncio. **Análise do programa de desenvolvimento do turismo do Nordeste (Prodetur/NE) na perspectiva do planejamento estratégico**. RAP, Rio de Janeiro 44 (2): 197-213, Mar./Abr. 2010.

PANIZZA, Andrea de Castro. **Imagens orbitais, cartas e coremas**: uma proposta metodológica para o estudo da organização e dinâmica espacial, aplicação ao Município de Ubatuba, Litoral Norte do Estado de São Paulo, Brasil, 2004. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-30092005-180603/>>. Acesso em: 2012-03-14.

PEÑA OLIVAS, José Manuel de la. **Guía técnica de estudios litorales**: manual de costas. Madrid: Colegio de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos, 2007.

PEREIRA, Doralice Barros. Paradoxo do Papel do Estado nas Unidades de Conservação. In ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). **A**

Insustentável leveza da Política Ambiental – Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. **Território e economia política** – uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará. Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em Geografia UNESP, 2011. Tese de Doutorado.

RAFFESTIN, Claude. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In: PEREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Org.). **Teorias e prática territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.13-23.

_____. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Daniel da Rocha. **A invenção da praia e a produção do espaço: dinâmicas de uso e ocupação litoral do Espírito Santo**. 188 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

RAMOS-PEREIRA, Ana. Sistemas Litorais: dinâmicas e ordenamento. **Finisterra**. Revista Portuguesa de Geografia, XLIII, 86: 5-29. 2008.

RIOS, Kássia Aguiar Norberto. **Da produção do espaço a construção dos territórios pesqueiros: pescadores artesanais e carcinicultores no Distrito de Acupe – Santo Amaro (BA)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Bahia. 2012.

ROCHA, Maria Margarette Lisboa. **Conflitos sociais pelo acesso aos recursos: o extrativismo da mangaba (*hancornia speciosa* gomes) no povoado Pontal/Sergipe**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

ROSS, Jurandyr L. Sanches. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo, 2005.

SAMPAIO, Y., Costa, E.F., ALBUQUERQUE, E., SAMPAIO, B.R. (2005). Impactos sócioeconômicos do cultivo do camarão marinho em municípios selecionados do Nordeste brasileiro. In: **Revista da Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC)**. Ano 7, nº3. Recife, setembro de 2005.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, Carla Norma Correia; VILAR, J. W. C. **Litoral nordestino, urbanização e dinâmicas econômicas contemporâneas**. In: XIV Simpósio Nacional de Geografia Urbana - SIMPURB, 2015, Fortaleza. XIV Simpósio Nacional de Geografia Urbana - SIMPURB, 2015.

_____. Territórios e conflitos na APA do Litoral Sul de Sergipe. In: VILAR J. W. C; VIEIRA, Lício Valério Lima (Orgs.). **Conflitos ambientais em Sergipe**. Aracaju: EDIFS, 2014, p. 162-186.

_____. **O litoral nordestino e os impactos da reestruturação econômica**. In: XIII Seminário Internacional da Rede Iberoamericana de Pesquisadores, 2014, Salvador. XIII Seminário Internacional da Rede Iberoamericana de Pesquisadores, 2014.

_____. **O litoral, o desenvolvimento territorial e o Estado**. In: XIII Seminário Internacional da Rede Iberoamericana de Pesquisadores, 2014, Salvador. XIII Seminário Internacional da Rede Iberoamericana de Pesquisadores, 2014.

_____. **A diversidade de usos do espaço litorâneo nordestino**. In: II Seminário Sergipano de Turismo e Desenvolvimento Territorial em Ambientes Costeiros, 2014, Aracaju. II Seminário Sergipano de Turismo e Desenvolvimento Territorial em Ambientes Costeiros, 2014.

_____. **O litoral sul de Sergipe sob a perspectiva do ordenamento territorial**. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2013, Campinas/São Paulo. X ENANPEGE, 2013.

_____. **Entre perdas e ganhos: a interação territorial entre o litoral sul de Sergipe e o litoral norte da Bahia**. In: XVII Encontro Nacional de Geógrafos, 2012, Belo Horizonte. Entre escalas, poderes, ações e geografias, 2012.

_____. Litoral sul de Sergipe: contribuição ao planejamento ambiental e territorial. Revista Geonorte, v. 3, p. 1128-1138, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. O retorno do território. In **Territorio y movimientos sociales**. OSAL Ano VI Nº 16 ENERO- ABRIL 2005. Disponível em: www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **O trabalho do Geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Priscila Pereira. **Entre a casa de praia e o imobiliário-turístico: a segunda residência no litoral sergipano**. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFS, São Cristóvão, 2015.

SANTOS, R. A. et al. **Geologia e recursos minerais do Estado de Sergipe**. Brasília: CPRM – CODISE, 1998.

SANTOS, Rodrigo Herles dos. Os suaílis sergipanos: apropriação e formação de territórios pelas comunidades litorâneas. In: VARGAS, Maria Augusta Mundim; DOURADO, Auceia Matos; SANTOS, Rodrigo Herles dos (Orgs.). **Práticas e vivências com a geografia cultural**. Aracaju: Edise - Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe, 2015, p. 217- 255.

SANTOS, S. C.; BARBOSA, L. M. Erosão costeira e a percepção da população de Mangue Seco, Bahia. In: Estudos do Quaternário, II Reunión sobre el Cuaternario de América del Sur, 2009. Anais. São Paulo: ABEQUA/AACG. p. 588-597.

SANTOS, Telma Maria Sousa dos. **Turismo e urbanização em espaços litorâneos**: um olhar sobre Praia do Forte Bahia. Feira de Santana: UEFS Editora, 2013.

SAQUET, Marcos A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Org.). **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 73-94.

SAQUET, Marcos A; SPOSITO, Eliseu Savério. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão popular, 2008, p.15-31.

SAQUET, Marcos Aurélio; CANDIOTTO, Luciano Z. P.; ALVES, Adilson Francelino. Construindo uma concepção reticular e histórica para estudos territoriais. In PEREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs). **Teorias e Práticas territoriais**: análises espaço-temporais. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 53-68.

SCHERER, Martinez; ASMUS, Milton; FILET, Martinus; SANCHES, Manuel; POLETI, Antônio Eduardo. El manejo costero en Brasil: análisis de la situación y propuestas para una posible mejora In: DASÍ, Farinós Joaquín. **La gestión integrada de zonas costeras**; Algo más que una ordenación litoral revisada? La GIZC como evolución de las prácticas de planificación y gobernanza territoriales. Valência: 2011, Universidad de Valencia, 2011, p. 161-173.

SERGIPE. Decreto nº 13.468, de janeiro de 1993. **Institui a Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul do Estado de Sergipe**. Aracaju/SE, 1995.

SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. Investimentos estrangeiros no nordeste e o imobiliário turístico. In: DANTAS, Eustógio W. C.; FERREIRA, A.L; CLEMENTINO, M.L.M. **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010a, p.131-169.

_____. Estratégias do mercado e investimento privado imobiliário turístico no nordeste brasileiro. In: DANTAS, Eustógio W. C.; FERREIRA, A.L; CLEMENTINO, M.L.M. **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010b, p.171-190.

SILVA, Carlos Alberto Franco da Silva. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton e BECKER, Bertha K.(Orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011. p. 282-311.

SILVA, Clodomir. **Álbum de Sergipe (1534- 1920)**. Aracaju:1920.

SILVA, Débora Barbosa da. Avaliação das unidades ambientais complexas na dinâmica do sistema hidrográfico do rio Real: Bahia/Sergipe – Brasil. **Tese de Doutorado**. São Cristóvão: PPGEU- UFS, 2009.

SILVA, Lígia Maria Tavares da; GUIMARÃES, Maria Margarida; JÁCOME, Elvis; MARQUES, Amanda Christine. **Uso e Ocupação do Litoral Sul da Paraíba: O Caso de Jacarapé**. Cadernos do Logepa – Série Texto Didático. João Pessoa UFPB, DGEUC, LOGEPA. N°. 01 Ano 2 Jan-jun, 2003, p. 35 – 44.

SILVA, M. do S. F. da; MELO & SOUZA, R. Território usado e implicações do turismo na APA Litoral Sul em Sergipe. Salvador: **I Seminário Espaços Costeiros**, 2011.

_____. O potencial fitogeográfico de Sergipe: uma abordagem a partir das unidades de conservação de uso sustentável. **Scientia Plena**, vol. 5, número 10, 2009.

_____. Remanescentes florestais de Sergipe: o caso das Unidades de Conservação. Viçosa: **XIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada**, 2009a.

SILVA, S. B. de M.; SILVA, B. C. N.; CARVALHO, S. S. Metropolização e turismo no Litoral Norte de Salvador: de um deserto a um território de enclaves? In: CARVALHO, I.; PEREIRA, G. C. Como anda Salvador. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2008. p.189-212.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 13ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Lei nº 9.985, 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, 22 de agosto de 2002. Brasília: MMA, 2004.

SOARES, Luiz Antônio Alves. O enfoque sociológico e da teoria econômica no ordenamento territorial. In: ALMEIDA, Flávio Gomes de; SOARES, Luiz Antônio Alves (Orgs.) **Ordenamento Territorial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 61-82.

SOBRINHO, L. G. **Luzes e sombras no litoral norte da Bahia: os efeitos territoriais, socioambientais e econômicos da implantação das redes hoteleiras espanholas e portuguesas**. Tese de Doutorado em Geografia. Núcleo de Pós Graduação em Geografia, Pró Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2011.

SOUSA, Vancarder Brito Sousa. **Imagens e representações da ocupação turística do Litoral sul do Estado da Paraíba**. In: V Encontro da ANPPAS, 2010, Florianópolis. Anais do V Encontro da ANPPAS.

SOUZA, Marcelo Lopes. Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 77-113.

_____. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 57-72.

SOUZA, M. L. C. **Interesses na Produção do Espaço do Litoral Norte da Bahia: Massarandupió e seu entorno**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SPOSITO, Eliseu Savério. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea. **Revista Terra Livre**. São Paulo: AGB, N°.16, p. 99-112, 1º semestre/ 2001.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). Territórios de identidade. Salvador, 2006. 1 CD-ROM.

SUZART, Emanuele Maria Leite. **Entre a terra firme e a terra molhada: reprodução social das marisqueira/catadoras de mangaba do povoado Pontal, SE**. 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

TURNER, Louis; ASH, John. **La a horda dorada: el turismo internacional y la periferia del placer**. España: endymion, 1991.

VASCONCELOS, P. de A. **Salvador. Transformações e permanências (1549-1999)**. Ilhéus: Editus, 2002.

VASQUES, P. H. R. **A Aplicação do Plano de Manejo, Zona de Amortecimento e Corredores Ecológicos na proteção da Biodiversidade**. Relatório do NIMA – Núcleo Interdisciplinar do Meio Ambiente, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.nima.puc-rio.br/index.php>. 2008.

VIEIRA, Lício Valério Lima; FONTES, A. S.; JORGE, Marco Antonio; QUEIROZ, Bianca Dourado; BARROS, Mateus de Sá Barreto. **Turismo Sustentável no Litoral Sul de Sergipe: Zoneamento e Impactos Ambientais e Associados**. In: IV Semana de Pesquisa da Unit, 2002, Aracaju, 2002.

VILAR, J. W. C. Evolução da paisagem urbana do centro de Aracaju. In: ARAÚJO, H. M. de; et al. **O ambiente Urbano**. Visões geográficas de Aracaju. São Cristóvão: EdUFS, 2006.

VILAR, J. W. C; ARAÚJO, H. M. de. Iniciativas de ordenamento territorial no Litoral Sul de Sergipe. In: VILAR, J. W. C; ARAÚJO, H. M. (Orgs.). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: EdUFS, 2010, p. 21-39.

VILAR, J. W. C.; et al. **Atlas digital do litoral sergipano: contribuição para o planejamento ambiental e gerenciamento costeiro**. In: Pesquisa em Políticas Públicas no Estado de Sergipe. São Cristóvão: EDUFS. 2016, p. 297-311.

VILAR, José Wellington Carvalho; VIEIRA, Lício Valério Lima. **Conflitos ambientais em Sergipe**. Aracaju: EDIFS, 2014.

_____. A dinâmica sócio-demográfica e os conflitos territoriais no litoral sul de Sergipe. In: ARAÚJO, Hélio Mário; VILAR, José Wellington Carvalho (Orgs.). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Editora, UFS, 2010, p. 98-119.

WANDERLEY, Lílían de Lins. Potencialidades e Limitações à ocupação turística e de veraneio na APA Litoral Sul. In: MENEZES, A. V. C. de et al. (Orgs.). **Organização e dinâmica do espaço agrário e regional**. São Cristóvão: NPGEO, 2003, p. 493-508.

_____. **Litoral Sul de Sergipe**: uma proposta de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. Tese de Doutorado UNESP - Campus de Rio Claro, 1998.

ZOIDO NARANJO, Florencio; CARAVACA, Imaculada. O desarrollo territorial de Andalucía. Universidad de Granada, **Cuadernos Geográficos**, n. 38, pp. 219-230, 2006.

APÊNDICE

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – CARCINICULTOR

Nessa abordagem, pretendo dialogar com você para entender melhor sobre:

- 1-Espécies cultivadas no município.
- 2-Quantidade de empreendimentos e viveiros por propriedade.
- 3-Produtividade dos empreendimentos.
- 3-Número de funcionários.
- 4-Venda e escoamento da produção.
- 5-Forma de cultivo e equipamentos utilizados.
- 6-Despesa.
- 7-Arraçoamento (oferecimento da ração).
- 8-Tratamento dos efluentes.
- 9-Impactos ambientais.
- 10-Dificuldades no desenvolvimento da carcinicultura.
- 11- Lusomar.

APÊNDICE 2

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – AGRICULTOR E SECRETÁRIO DA AGRICULTURA MUNICIPAL

Nessa abordagem, pretendo dialogar com você para entender melhor sobre:

- 1-Cultivos.
- 2-Citriculturas e cocoicultura: problemas enfrentados.
- 3-Políticas públicas voltadas para a agricultura.
- 4-Venda da Produção.
- 5-Rebanhos e raças.
- 6-Modo de produção.
- 7- Mercados consumidores.
- 8-Propriedades agrícolas.

APÊNDICE 3

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – CATADORA DE MANGABA

Nessa abordagem, pretendo dialogar com você para entender melhor sobre:

1-Conflitos – causas e atores envolvidos.

2-Interesses envolvidos.

3- Destino da produção.

4-Estratégias.

6- Associações e cooperativas.

7-Atividades complementares.

8-Resex.

9-Processamento da mangaba.

10-Parcerias e projetos.

APÊNDICE 4

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – SECRETÁRIO DE TURISMO MUNICIPAL

Nessa abordagem, pretendo dialogar com você para entender melhor sobre:

- 1- Pontos turísticos.
- 2- Atrativos turísticos do município.
- 3- Diagnósticos ou levantamento sobre o aproveitamento do potencial turístico.
- 4- Associação pela Cidadania dos Pescadores e Moradores de Terra Caída (ASPECTO)
- 5- Associações locais voltadas ao desenvolvimento do turismo.
- 6- Capacitação da população para o desenvolvimento da atividade turística.
- 7- Empreendimentos turísticos que foram ou serão implantados no município.
- 8- PRODETUR I e II, GERCO e Projeto Orla.
- 9- Ações desenvolvidas nas escalas federal, estadual ou municipal para incentivar ou impulsionar a atividade turística no município.
- 10- Órgão ou agências financiadoras.
- 11- Infraestrutura (pontes, rodovia e saneamento básico).
- 12- Investimentos públicos e privados.
- 13- Turismo de base comunitária.
- 14- Empreendimentos internacionais.
- 15- Impactos ocasionados pela atividade.
- 16- Relação com a comunidade.

APÊNDICE 5

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – EMPREENDEDORES

Nessa abordagem, pretendo dialogar com você para entender melhor sobre:

- 1- Tipo do empreendimento.
- 2- Valor investido.
- 3- Atrativos locais para instalação do empreendimento.
- 4- Desafios e perspectivas.
- 5- Geração de emprego.
- 6- Mão de obra empregada.
- 7- Parcerias e investidores.
- 8- Impactos ocasionados pela atividade.
- 9- Relação com a comunidade.

APÊNDICE 6

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – PESCADORES E MARISQUEIRAS

Nessa abordagem, pretendo dialogar com você para entender melhor sobre:

- 1-Forma de produção.
- 2-Principais produtos pescados.
- 3-Equipamentos utilizados.
- 4-Rentabilidade.
- 5-Problemas.
- 6-Principais áreas onde a atividade é desenvolvidas – facilidade e dificuldade de acesso.

APÊNDICE 7

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – MORADORES

Nessa abordagem, pretendo dialogar com você para entender melhor sobre:

- 1- Tipos e formas de uso do solo.
- 2- O que eu posso fazer hoje?
- 3- Acesso à área.
- 4- História dessa área e relação com a vida da comunidade.
- 5- Conhecimento da existência de áreas protegidas.
- 6- Formas de organização da comunidade.
- 7- Problemas que essa área enfrenta hoje e as causas.
- 8- Novas atividades econômicas desenvolvidas nessa área.
- 9- No município foram implantados condomínios fechados ou loteamentos imobiliários?
Em que áreas? Causaram impactos?
- 10- Houve especulação imobiliária (aumento do preço dos terrenos) com a construção de empreendimentos, pontes e rodovias?
- 11- Houve a saída de moradores dessa área devido a elevação dos preços dos terrenos?